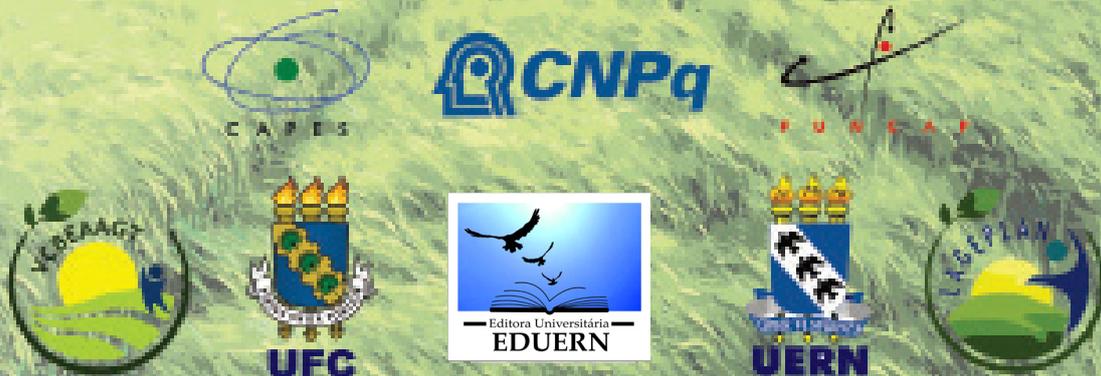


COLETÂNEA VI
“PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ECOPELAGOGIA
COM POPULAÇÕES TRADICIONAIS”

Edson Vicente da Silva
Rodrigo Guimarães de Carvalho
(Coordenadores)

TOMO 4
“TERRITÓRIO, POPULAÇÕES TRADICIONAIS
E CONFLITOS SOCIAIS”

Carlos Senna Soares Farias
Leilane Oliveira Chaves
Luciana Martins Freire
Edson Vicente da Silva
(ORGANIZADORES)



COLETÂNEA VI
**“PERCEPÇÃO AMBIENTAL E
ECOPEDAGOGIA COM POPULAÇÕES
TRADICIONAIS”**

**EDSON VICENTE DA SILVA
RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO
(COORDENADORES)**

**“TERRITÓRIOS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E
CONFLITOS SOCIAIS”**

**CARLOS SENNA SOARES FARIAS
LEILANE OLIVEIRA CHAVES
LUCIANA MARTINS FREIRE
EDSON VICENTE DA SILVA
(ORGANIZADORES)**





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Moraes

Diretor de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva



Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho

Wellington Vieira Mendes

Projeto Gráfico:

Amanda Mendes de Amorim

Campus Universitário Central

BR 110, KM 48, Rua Prof. Antônio Campos,

Costa e Silva – 59610-090 - Mossoró-RN

Fone (84)3315-2181 – E-mail: edicoesuern@uern.br

Coordenação Editorial

Anderson da Silva Marinho

Andressa Mourão Miranda

Tacyele Ferrer Vieira

Projeto Gráfico

David Ribeiro Mourão

Diagramação

Carlos Senna Soares Farias

Capa e Ilustração

Ana Larissa Ribeiro de Freitas

Revisão

Edson Vicente da Silva

Rodrigo Guimarães de Carvalho

Catálogo

UERN

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Territórios, populações tradicionais e conflitos sociais/
Carlos Senna Soares Farias... et al (Orgs.) – Mossoró – RN: EDUERN, 2017.

241p.

ISBN: 978-85-7621-210-2

1. Gestão territorial. 2. Conflitos sociais. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Chaves, Leilane Oliveira. II. Freire, Luciana Martins. III. Silva, Edson Vicente da. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. V. Título.

UERN/BC

CDD 910.91

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783



PREFÁCIO

As universidades, institutos de educação e pesquisa e as escolas públicas devem, cada vez mais, permeabilizar seus muros, como uma rocha calcária, para permitir uma maior porosidade e infiltração social. Abrir nossas portas e janelas, para saída e entrada de pessoas cidadãs, estudiosos e pesquisadores, afinal a população brasileira é quem nos constrói e alimenta.

Nosso retorno socioambiental é construir um tecido junto com os atores sociais, líderes comunitários, jovens entusiastas, crianças curiosas e velhos sábios. A integração entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais é a base para um desenvolvimento sustentável e democrático.

Encontros como o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial têm sido realizados de forma integrada e aberta para a sociedade em geral. Como uma grande e imensa árvore que vai se desenvolvendo a partir de seus eventos, dispondo para todos os seus frutos de diletos e diversos sabores, como essas coletâneas e tomos, cultivados por diferentes pessoas desse nosso imenso terreiro chamado Brasil.

Coube a Universidade Federal do Ceará, através de seu Departamento de Geografia, a realização do evento e a organização final dos artigos que compõem os livros, e às Edições UERN, pertencente à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a catalogação e publicação dos 31 livros pertencentes às 07 coletâneas. Essa parceria interinstitucional, que na verdade coaduna muitas outras instituições, demonstra as redes já estabelecidas de cooperação científica e ideológica que, em um cenário político-econômico de grande dificuldade para as instituições de ensino e para a ciência brasileira, se auto-organizam para o enfrentamento dos desafios de maneira generosa e solidária.

Rodrigo Guimarães de Carvalho (UERN)
Cacau – Edson Vicente da Silva (UFC)

SUMÁRIO

“TERRITÓRIOS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIAIS”

TOMO 4

CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIAIS.	8
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ESTUDANTES DESCENDENTES DO CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO E DOS ÍNDIOS KARIRI EM CRATO (CE).	14
A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA NO DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO DE ILHA GRANDE DE SANTA ISABEL NA CIDADE DE PARNAÍBA – PIAUÍ.	24
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E A PRODUÇÃO DAS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS: TECENDO TEIAS DE DEBATES.	32
AS PRÁTICAS CAPITALISTAS E OS REFLEXOS NO TERRITÓRIO INDÍGENA CANAUANIM NO MUNICÍPIO DE CANTÁ/RR/BRASIL.	44
BIOGEOGRAFIA DOS POVOS DA FLORESTA: NORTE E SUL, INTELIGÊNCIAS CULTURAIS DE NUANCES E SINERGIAS.	57
CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS (AMAZONAS, BRASIL).	71
CONFLITOS E (RE)CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NA “TERRA DA SANTA”: IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS EM BACABEIRA – MA.	81
CONFLITOS NO CAMPO O CASO DO ASSENTAMENTO SABIAGUABA – CE.	89
DA REDENÇÃO AO CONFLITO: A LUTA PELO TERRITÓRIO NO NORTE DE MINAS GERAIS.	99
EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES FRONTEIRIÇAS NO LESTE DO PIAUÍ.	116
FESTIVAL DE JAZZ E BLUES DE GUARAMIRANGA: UMA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA CULTURAL A UM MODUS OPERANDI DO CARNAVAL DO MACIÇO DE BATURITÉ VERSUS POPULAÇÃO TRADICIONAL. ..	127
GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DO SUPERPORTO SUDESTE (ITAGUAÍ/RJ) E SUPERPORTO DO AÇU (SÃO JOÃO DA BARRA/RJ).	133
GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À ANÁLISE ESPAÇOTEMPORAL DA URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS: ESTUDO DE CASO DA LAGUNA DA JANSEN, SÃO LUÍS – MA – BRASIL.	143
O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: PERCEPÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS DA REABERTURA DA BR 319.	154
O ESPAÇO AMAZÔNICO: RORAIMA UM “ESTADO” INDÍGENA.	165
PARA ALÉM DOS VENTOS: REFLEXÕES ACERCA DA ENERGIA EÓLICA.	177
RELAÇÕES SOCIEDADE E NATUREZA NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COMO AGENTE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.	188
RESERVA LEGAL COLETIVA COMO ÁREA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS ENTRE AS RESTRIÇÕES LEGAIS E O USO DA TERRA NO ASSENTAMENTO CAMPINA NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA – MS.	199

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: O ESPAÇO VIVIDO PELA COMUNIDADE SURDA DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA – MS.	206
TURISMO E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO POLO MUNIM, MARANHÃO.	219
VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ILHA TAUÁ – MIRIM, MARANHÃO.	233

CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIAIS

*LUCIANA MARTINS FREIRE
FRANCISCA MAYARA PEREIRA MOREIRA
NESOLANDA JOSÉ RODRIGUÊS NETO
LEILANE OLIVEIRA CHAVES*

1. Introdução

A história do Brasil revela, desde a intervenção europeia nos anos 1500, uma construção envolvida de conflitos sociais e ambientais. Logo que os portugueses puseram os pés no território brasileiro atribuíram medidas de dominância e poder sobre uma população inocente, os povos indígenas, que pouco a pouco foram sendo diminuídos e dizimados ao longo dos séculos de colonização. Eis aí que se apresenta a primeira e cruel forma de conflito social registrada no território deste país.

O conceito de território, um dos termos-chave da ciência geográfica, está diretamente vinculado as relações de poder adotados no espaço geográfico. O naturalista Friedrich Ratzel (1844-1904), um dos pioneiros na elaboração do conceito de território, afirma que o termo está relacionado ao poder e domínio desempenhado pelo Estado nacional. De acordo com Gomes (1996), Ratzel expunha diversos gêneros de dinâmicas territoriais, apresentando a relação solo/cultura, estabelecendo assim leis regulares explicativas, definindo a formação do território como “a relação de poder e a terra”.

Não obstante da linha de pensamento proposta por Ratzel, o geógrafo suíço Claude Raffestin (1936-1971) ressaltava o fato de o espaço ser anterior ao território. Nesse sentido, o autor anunciava que o território é o espaço apropriado por uma relação de poder, expressa em todos os níveis das relações sociais.

Nesse contexto, o território é concebido como um espaço delimitado pelo uso de fronteiras, visíveis ou não, consolidado diante da determinação do poder. São nessas relações de poder que vão conformar os conflitos sociais, tendo como vítimas principalmente as populações tradicionais.

As populações tradicionais englobam uma gama diversa de grupos humanos, dos quais tantos povos territoriais são congregado sob distintas categorias, por vezes chamadas como “populações”, ou “comunidades”, ou “povos”, ou “sociedades”, ou “culturas”, dentre as quais tende a ser acompanhada por adjetivos tais como “tradicionais”, “rurais”, “locais”, etc. (LITTLE, 2002). O que interessa saber, no contexto da história da ocupação territorial brasileira, é que esses agrupamentos sociais possuem em comum uma prática histórica de baixo impacto ambiental. Estão, em sua maioria, fora de uma economia focada no capitalismo, cujo principal objetivo é obtenção do lucro por meio de um sistema social que, em geral, é configurado por grandes empresas privadas que contratam mão de obra em troca de salário.

Os conflitos sociais surgem no momento em que o sistema capitalista avança sobre o território, como tomada de poder para gerar mais e mais lucros, inclusive em busca de tomar terras pertencentes a povos tradicionais. Estes, por sua vez, não se submetem ao sistema capitalista, ao contrário, têm interesses em se manterem em seu território. Nesse sentido, tem-se conflitos relacionados, principalmente, à questão fundiária e à disputa entre projetos de desenvolvimento rural, industrial, energético, etc.

A disputa territorial e social envolve mais que isso: esta guerra entre os seres humanos acaba por afetar o meio ambiente, palco real das manifestações de conflito. O que se tem como apreço ligado as comunidades tradicionais é o fato de que suas atividades estão vinculadas à serviços ambientais, conservando as área em que vivem, uma vez que não possuem “necessidade” de detonar tudo pela frente, e sim subtrair da natureza apenas o suficiente para a sua sobrevivência.

Com isso, fez-se necessário inserir as comunidades tradicionais como parte essencial da natureza, com o objetivo de sua proteção por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Muito além de pensar numa conservação, preservação e recuperação dos elementos da natureza, fica regulamentado nos objetivos do SNUC “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000, s./p.), gerando assim o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, garantindo a participação das comunidades locais na gestão das unidades de conservação.

2. Experiências de integração entre território, populações tradicionais e conflitos sociais.

Como se pode notar, os termos “território”, “populações tradicionais” e “conflitos sociais” estão inter-relacionados a partir de suas bases conceituais. A multiplicidade de temas e enfoques desses termos podem ser conferidos a partir dos estudos de caso das pesquisas que foram apresentadas no V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial.

O capítulo do livro intitulado *“A educação ambiental com estudantes descendentes do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e dos índios Kariri em Crato (CE)”*, visa contribuir para o intercâmbio de conhecimentos entre instituições de ensino, governos locais e comunidades carentes. O texto traz referencial teórico sobre “desenvolvimento sustentável rural”, “educação ambiental” e uma contextualização da comunidade Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. A ideia é a difusão de técnicas modernas de gestão social, ambiental e econômica para um público alvo de difícil acesso no semiárido nordestino.

No capítulo *“A importância da atividade ecoturística no desenvolvimento do bairro de Ilha Grande de Santa Isabel na cidade de Parnaíba – Piauí”* os autores buscaram mostrar a importância do desenvolvimento do ecoturismo no bairro Ilha Grande de Santa Isabel, que implicariam na sua proteção, já que estão diretamente relacionadas ao uso destas riquezas naturais. Os resultados da pesquisa mostram que o bairro têm diversas potencialidades ecoturística, principalmente nas atividades relacionadas aos igarapés, que são bastante presente na comunidade e que podem estar contribuindo para o desenvolvimento destes habitantes, promovendo assim uma melhor distribuição de renda.

O tema sobre *“acumulação por espoliação e a produção das injustiças socioambientais: tecendo teias de debates”* é desenvolvido por pesquisadores multidisciplinares da Universidade Federal do Ceará, no qual aplicam como objeto de exemplo o continente africano. Faz-se uma contextualização sobre as empresas transnacionais que expandem-se pelo continente, pilhando bens naturais, causando ônus para a população que é desapropriada de terras, além dos impactos ambientais.

Nesse contexto, o texto levanta debates que tenham a questão das injustiças ambientais, no contexto da acumulação por espoliação levada avante pelo capitalismo globalizado.

“As práticas capitalistas e os reflexos no território indígena Canauanim, no município de Cantá, Roraima” traz uma compreensão de como o capitalismo se manifesta, por meio da caracterização das novas práticas socioeconômicas e novas formas de organização do espaço na comunidade indígena. É possível ter uma noção dos conflitos socioculturais envolvidos, uma vez que há uma miscigenação de práticas tradicionais e do capitalismo dentro do território indígena.

O capítulo *“biogeografia dos povos da floresta: norte e sul, inteligências culturais de nuances e sinergias”* refere-se a um estudo comparativo de verificação de nuances e sinergias entre os povos das florestas e suas inteligências culturais complexas, tendo-se como recorte temático os povos de Faxinais da floresta com araucária dos campos gerais do Paraná, no sul do Brasil, e comunidades tradicionais seringueiros da floresta amazônica, no estado do Acre, porção norte do Brasil. A pesquisa demonstra que os grupos relacionados possuem uma inteligência cultural mensurada pelas formas de uso e ocupação da terra, pela luta de seus direitos e pela potencial adaptação ao meio em que vivem.

O seguinte capítulo chama-se *“caracterização dos conflitos territoriais nas unidades de conservação estaduais (Amazonas, Brasil)”*, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas. A expressividade desses conflitos justifica-se pela importância que a pesca e a retirada de madeira têm na composição da renda dos residentes das Unidades de Conservação (UCs). Esse fato gera e impulsiona as relações conflitivas nos territórios protegidos do Amazonas. Nesse sentido, a pesquisa buscou caracterizar os conflitos territoriais nas UCs estaduais com Plano de Gestão, localizadas no estado do Amazonas.

No texto sobre *“Conflitos e (re)configurações sociais na “terra da santa”: Implantação de empreendimentos desenvolvimentistas em Bacabeira-MA”* é possível conhecer a comunidade de Engenho, situado no povoado de Periz de Cima do município de Bacabeira-MA, e um estudo de sua (re) configuração social, a qual resiste especialmente por meio de práticas religiosas católicas, como a Festa do Divino Espírito Santo e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. A partir disso, busca refletir como os agentes sociais desta comunidade, face as situações de tensões e conflitos pelo acesso e permanência no território, têm reconfigurado seus modos de vida dado o contexto em que estão inseridos.

Outro contexto por ser observado em *“conflitos no campo o caso do assentamento Sabiaguaba-Ce”*, com o estudo dos conflitos fundiários em assentamento rural localizado no município de Amontada, no estado do Ceará. Fez-se um levantamento do histórico de luta e construção do assentamento Sabiaguaba, no qual pôde-se observar que as famílias vêm sofrendo com conflitos fundiários tanto por agentes internos como por agentes externos.

No capítulo *“Da redenção ao conflito: a luta pelo território no norte de Minas Gerais”* foi realizada uma análise do processo de organização dos atingidos pelo projeto minerário Vale do Rio Pardo, avaliando a emergência dos conflitos sociais a partir da implantação do projeto. A pesquisa traz um breve histórico da inserção do norte de Minas Gerais na economia nacional e estadual através dos grandes projetos de investimento.

A temática referente à *“evolução das questões fronteiriças no leste do Piauí”* realiza um levantamento histórico do estado do Piauí e suas intervenções territoriais. Destaca-se o caso da fronteira leste com o estado do Ceará, o qual apresenta uma população distante dos centros urbanos, conseqüentemente, com dificuldades no acesso à saúde, educação, segurança e comércio. Nesse contexto, a pesquisa faz uma caracterização dos processos de evolução dessa questão fronteiriça para que haja uma definição dos limites territoriais do leste piauiense, cominando na solução do conflito.

A seara cultural durante o carnaval de uma região serrana do Ceará, em especial na cidade de Guaramiranga, é o tema abordado no capítulo intitulado *“Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga: uma análise de resistência cultural a um modus operandi do carnaval do Maciço de Baturité versus população tradicional”*. A pesquisa, desenvolvida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira-UNILAB, traz o registro da criação do Festival e analisa de que forma este se integra dentro da dinâmica do Município de Guaramiranga, além de conhecer se há sentimento de resistência cultural - essência do estilo “Jazz e Blues”. Apresenta, ainda, um olhar das populações tradicionais e possíveis conflitos após a introdução deste novo “jeito” de “brincar” o carnaval.

A pesquisa *“geopolítica dos conflitos ambientais: estudo de caso do Superporto Sudeste (Itaguai/RJ) e Superporto do Açú (São João da Barra/RJ)”* apresenta os conflitos ambientais a partir dos instrumentos, conceitos e metodologias de análise geopolítica de produção do espaço. O estudo de caso se dá a partir da análise de dois projetos portuários localizados em municípios distintos do estado do Rio de Janeiro, mas que possuem em suas lógicas naturezas similares, ou seja, ambos são terminais portuários voltados para exportação de commodities.

O crescimento urbano desordenado e as falhas no planejamento urbano é o tema desenvolvido no capítulo intitulado *“geotecnologias aplicadas à análise espaço-temporal da urbanização e seus impactos ambientais associados: estudo de caso da Laguna da Jansen, São Luís-MA-Brasil”*. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual do Maranhão, que tem como objetivo analisar a dinâmica espaço-temporal e os desafios em relação à gestão ambiental da Laguna da Jansen, a partir da utilização de técnicas ligadas ao Sistema de Informação Geográfica – SIG. O propósito foi mapear o avanço da urbanização em escala multitemporal, correlacionando tendências e variabilidades ambientais.

Dentre as histórias de conflitos socioambientais elencados nessa publicação, têm-se também exemplos focados na percepção de futuros impactos que virão. É o que se pode conhecer no capítulo *“o desafio do desenvolvimento sustentável na Amazônia: percepção dos possíveis impactos da reabertura da BR 319”*. Destaca-se, no texto, que a reabertura da BR 319 provoca expectativas positivas e negativas na comunidade científica e pelos residentes na região, tendo por base as experiências com as outras rodovias já construídas. Basta lembrar que um dos grandes projetos de “desenvolvimento” implantados na região Amazônia, pelos governos militares, foi a abertura de rodovias, cortando a região de norte a sul e de leste a oeste, revelando o momento de maior devastação do ecossistema regional amazônico.

Já relacionado os aspectos da população indígena na Amazônia, o estado de Roraima leva destaque uma vez que seu território abriga 46,02% de Terras Indígenas (TIs) e uma população indígena que representa 11,02% da sua população absoluta. Sendo assim, no capítulo *“o espaço amazônico: Roraima um “estado” indígena”* o objetivo principal é analisar, geograficamente - aplicando também conhecimentos de História e Antropologia - o entendimento da formação étnico-territorial-indígena do estado, contextualizando a situação atual com os fatos que conduziram até a situação presente.

No capítulo *“para além dos ventos: reflexões acerca da energia eólica”* é realizada uma análise exploratória descritiva dos impactos socioambientais decorrentes da instalação de parques eólicos no litoral norte do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, exige-se um olhar atento das municipalidades e dos demais atores envolvidos na cadeia produtiva de energia eólica, no sentido de pensar ações e políticas para a mitigação dos mesmos.

A especulação imobiliária ocorrente em regiões serranas do estado do Ceará é o tema desenvolvido no capítulo intitulado *“relações sociedade e natureza no município de Guaramiranga: a especulação imobiliária como agente de degradação ambiental”*. A cidade de Guaramiranga destaca-se pelas potencialidades turísticas e um calendário repleto de eventos culturais de abrangência

nacional e internacional. Este artigo teve como objetivo analisar os impactos ambientais ocasionados pela especulação imobiliária, observados pela comunidade residente no município.

No capítulo *“reserva legal coletiva como área dos conflitos ambientais entre as restrições legais e o uso da terra no assentamento Campina no município de Bodoquena-MS”* os pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS buscaram mostrar um caso de assentamento que foi beneficiado pelo programa de reforma agrária. O texto enfatiza os conflitos que permeiam na área do assentamento Campina, que são de natureza sócio espacial, visto que a reserva legal de forma coletiva vem sendo utilizada pelos assentados para a prática da criação de gado.

Diferentes dos demais temas abordados neste livro, o capítulo *“territorialidade e identidade: o espaço vivido pela comunidade Surda do município de Aquidauana-MS”* realiza uma análise sobre inclusão social na educação onde alunos surdos construíram um novo local de convivência na espacialidade do referido município. A categoria território representa a identidade e, ao mesmo tempo, um meio de inclusão social a partir do momento que se criam Oficinas para ensinar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, a partir dessas relações, a comunidade surda se fortalece no contexto geral do próprio município. O texto é resultado de uma pesquisa participante de projetos do curso de Ciências Biológicas do campus de Aquidauana (UFMS).

No capítulo *“turismo e território: planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável do Polo Munim, Maranhão”* os autores da UEMA investigaram as relações entre “turismo e território”, discutindo a importância do planejamento estratégico territorial para o turismo, o papel das políticas públicas no ordenamento territorial desta atividade, tendo em vista que o polo Munim possui grande potencial turístico ecológico (turismo de aventura e ecoturismo).

Por fim, mais uma investigação realizada em território Maranhense, o capítulo *“Vulnerabilidade Socioambiental na Ilha Tauá-Mirim, Maranhão”* apresenta uma análise da vulnerabilidade da população residente na ilha em face das transformações ocorridas no ambiente após a instalação de grandes empreendimentos industriais. A ilha Tauá-Mirim, localizada no município de São Luís/MA, está sendo modificada devido a impactos que afetam o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida da população, atribuídos ao funcionamento de indústrias instaladas no setor oeste do Distrito Industrial.

3. Considerações Finais

As discussões desenvolvidas e reunidas aqui neste livro destacam que a o conceito de território, de suas derivações, está presente sempre que houver histórias de conflitos sociais, como nos casos aqui destacados, junto às comunidades tradicionais. As pesquisas, em sua maioria, trazem reflexões em busca do fortalecimento da lógica de proteção social e ambiental, enquanto direito de cidadania, focadas na atenção aos riscos sociais. São exemplos de como fortalecer os vínculos sociais e a capacidade de participação efetiva junto às lutas pelo direito à terra, o seu lugar de origem.

Vale destacar que o poder público deve estar sempre envolvido, uma vez que funciona como órgão gestor maior de uma nação, aplicando planejamentos territoriais e ambientais, tendo como base o bem estar da população e do ambiente natural em que estão inseridos. É fundamental garantir a presença dos direitos sociais como “unidade de possibilidades de acesso aos direitos de proteção social e de efetivação da cidadania, e como referência no atendimento da população local, reconhecendo os diferentes processos que, em múltiplas escalas, ali se cruzam” (NASCIMENTO; MELLAZZO, 2013).

Nesse sentido, entender *território, populações tradicionais e conflitos sociais* é compreender as relações sociais envolvidas, dentro de um processo de construção histórica. Para o desenvol-

vimentos e conhecimento das histórias aqui contadas, capítulo por capítulo, foi necessário o entendimento do processo cultural construído nos atores envolvidos, de modo a compreender a importância sociocultural dos territórios em que estão inseridos e a reprodução da vida.

Este livro traz um apanhado de histórias de modos de vida, de lutas, de resistências, de identidades, de exemplos de superação, de objetos investigados em suas múltiplas escalas sintetizados para uma leitura aproximada do território. Boa leitura!

Referências

ANDRADE NETO, J. A. Populações Tradicionais: identidades, meio ambiente e conflitos fundiários. In: **Norus: Novos Rumos Sociológicos**. v.3, n.4, Pelotas, 2015. p. 261-278.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em 22 de ago. de 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, P. F.; MELLAZZO, E. S. Território: conceito estratégico na Assistência Social. In: **Serviço Social em Revista**. v.16, n.1, Londrina, 2013. p.66-88

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ESTUDANTES DESCENDENTES DO CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO E DOS ÍNDIOS KARIRI EM CRATO (CE)

SEBASTIÃO CAVALCANTE DE SOUSA

JORGE HENRIQUE ALVES

MANOELE MAGDA DE SOUSA SILVA

SAMIRA ALEXANDRE DA SILVA

WELDES SANTOS ALEXANDRE

Resumo

O presente trabalho objetiva a integração da Universidade Federal do Cariri com as equipes técnicas de meio ambiente, educação, agricultura e turismo da Prefeitura Municipal de Crato para promover a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável nas comunidades dos descendentes do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e dos índios Kariri. A metodologia a ser utilizada é a integração universidade – comunidade com ações voluntárias do Grupo de pesquisa e extensão em desenvolvimento rural sustentável (GDRS) do curso de Agronomia da UFCA em parceria com a Prefeitura Municipal do Crato. Visa contribuir para o intercâmbio de conhecimentos entre instituições de ensino, governos locais e comunidades carentes, na realização de diagnósticos socioeconômico-ambientais, formulação de soluções para os problemas e necessidades detectados, realização de cursos, oficinas, palestras, projetos, captar recursos para implantar atividades de desenvolvimento rural sustentável, realizar a integração das diversas áreas da cadeia produtiva para garantir uma regularidade na renda e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida dos envolvidos. Possibilitar aos estudantes extensionistas da UFCA a oportunidade de uma melhor formação profissional e humanitária.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Conflitos sociais, Meio ambiente.

Abstract

This work aims at the integration of the Federal University of Cariri with the technical teams of the environment, education, agriculture and tourism of the Crato municipality Government of Crato to promote environmental education and sustainable development in the communities in the Caldeirão de Santa Cruz do Deserto descendants and of Kariri Indigeous. The methodology to be used is the integration university - community with voluntary actions of the Grupo de pesquisa e extensão em desenvolvimento rural sustentável (GDRS) UFCA Agronomy course in partnership with the municipality Government of Crato. Aims to contribute to the exchange of knowledge between educational institutions, local governments and communities in need, in achieving social, economic and environmental diagnoses, formulate solutions to identified problems and needs, conducting courses, workshops, lectures, projects, raise funds to deploy sustainable rural development activities, to achieve the integration of the various areas of the production chain to ensure regularity in income and, consequently, better quality of life of those involved. Enable extension of UFCA students the opportunity to better professional and humanitarian training.

Keywords: Sustainable development, social conflicts, Environment

1. Introdução

A agricultura convencional nos apresenta uma forma mais extrativista de produção de alimentos, onde os recursos naturais são explorados com o objetivo principal de se alcançar altas produtividades, onde o uso de energia não renovável é cada vez mais frequente e a constante utilização de agroquímicos traz danos severos à saúde da população. No entanto, os atores dessa exploração esquecem que a longevidade da produção depende de vários fatores que estão intimamente relacionados.

Os impactos negativos da agricultura convencional sobre o meio ambiente é um problema que envolve desde os pequenos produtores e suas famílias até os diversos setores da sociedade como consumidores, políticos, trabalhadores etc.

O desenvolvimento rural sustentável busca implantar ações no meio rural que sejam economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto, de forma a suprir as necessidades de todos sem afetar o meio ambiente. Desenvolve-se a partir de conhecimentos empíricos de várias grupos sociais desde agricultores, pescadores, índios, quilombolas até os diversos segmentos preocupados com o desenvolvimento sustentável.

No entanto, para o meio rural, as práticas sustentáveis são pouco conhecidas, o que exige maior disponibilização de corpo técnico para a apropriação e difusão do conhecimento. Isso se torna possível quando se introduz, dentro da universidade, as metodologias participativas precursoras do desenvolvimento, através de grupos de discussão do assunto envolvendo alunos e professores.

Os princípios do desenvolvimento rural sustentável exigem a participação dos diversos atores envolvidos, onde os agricultores, instituições públicas e privadas e a academia unem-se através de metodologias participativas para disseminar o conhecimento. A formação de grupos de ensino, pesquisa e extensão em desenvolvimento rural sustentável promove essa troca de saberes entre professores e alunos, e posteriormente, entre alunos extensionistas e agricultores, difundindo seus princípios básicos.

A crise agrária assola os pequenos agricultores descapitalizados. Porém, a agricultura familiar desempenha um importante papel, à medida que apresenta uma racionalidade própria que colabora para a permanência no espaço rural. A agricultura familiar merece destaque por ser a responsável pela produção de alimentos consumidos no território nacional.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% dos estabelecimentos agrícolas são do tipo familiar sendo esse segmento indispensável para a produção de alimentos básicos, visto que responde por 75% dessa produção. Soma-se a isso, o fato de empregar mais de 80% da força de trabalho ocupada no meio rural, sendo esse segmento indispensável para a fixação da população rural.

O presente trabalho objetiva a integração da Universidade Federal do Cariri com as equipes técnicas de meio ambiente, educação, agricultura e turismo da Prefeitura Municipal de Crato para promover a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável nas comunidades dos descendentes do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e dos índios Kariri.

2. Referencial teórico

2.1 Desenvolvimento rural sustentável

O "rural" foi um cenário presente e significativo para a formação da sociedade brasileira, como pode ser constatado por Holanda (1986). Segundo Wanderley (1989), percebe-se que o rural faz

parte da memória do agricultor familiar e permanece ao longo das gerações.

Segundo o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987, desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Para Gliessmam (2000) agricultura sustentável é “aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragem e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações”.

A agricultura baseada em altas taxas de produtividade, com uso de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes híbridas e defensivos químicos, além de causar impactos ambientais nos recursos naturais é insustentável na agricultura familiar.

Os efeitos no ambiente observados são: erosão do solo, desmatamento, contaminação do ar, rios e mares, perda da biodiversidade, intoxicação dos trabalhadores devido ao uso de agrotóxicos. Atualmente surgem propostas alternativas a esse modelo conservador e excludente.

A agroecologia é uma ciência surgida na década de 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para esses diferentes movimentos de agricultura não convencional. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir autorregulação e, conseqüentemente, sustentabilidade (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

Nesse sentido, e na medida em que o objetivo desse trabalho é discutir propostas de ações públicas e privadas que favoreçam a implementação de um processo de desenvolvimento rural sustentável, onde a agroecologia caracteriza-se como opção para a fundamentação teórica desse processo, que se entende, aqui, como de uma coevolução dos sistemas naturais e sociais (DIDONET et al, 2006).

O Grupo de desenvolvimento rural sustentável no Cariri (GDRS) do curso de Agronomia do centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade da Universidade Federal do Cariri é um programa de extensão universitária cujo objetivo é disseminar e construir conhecimento, voltado a atender as demandas das comunidades beneficiadas, buscando, através da educação, contribuir na melhoria da qualidade de vida com inclusão social em um novo caminho para o desenvolvimento do campo, o desenvolvimento sustentável.

2.2 Educação ambiental

Paulo Freire (2000) afirma: “As crianças precisam crescer no exercício desta capacidade de pensar, indagar-se e de indagar, de duvidar, de experimentar hipóteses de ação, de programar e de não apenas seguir os programas a elas, mais do que propostos, impostos. As crianças precisam de ter assegurado o direito de aprender a decidir, o que se faz decidindo. Se as liberdades não se constituem entregues a si mesmas, mas na sua assunção ética de necessários limites, não se faz sem riscos a serem corridos por elas e pela autoridade ou autoridades com que dialeticamente se relacionam.”

Na Carta das Responsabilidades, elaborada pelos delegados e delegadas na II Conferência nacional infanto-juvenil pelo meio ambiente, consta: “...buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades... Encontraremos caminhos para trabalhar temas globais, complexos e urgentes: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial. Queremos sensibilizar e mobilizar as pessoas para, juntos, encararmos os grandes desafios socioambientais que a

nossa geração enfrenta. Para cuidarmos do Brasil precisamos de sua colaboração..." (MELO & TRAJBER, 2007).

A Lei nº 9795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, em seu artigo 2º diz: "a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não-formal". No inciso II do artigo 3º diz: "cabe às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem" (SORRENTINO & TRAJBER, 2007).

A abordagem participativa é fundamental para a correta discussão e entendimento dos problemas e possíveis soluções vividas nas comunidades. Foulcault (1999) afirma que nas ciências humanas o ponto de vista da continuidade se opõe ao da descontinuidade, em função de: rompimento do equilíbrio entre a natureza e a cultura, inexistência da continuidade no espaço e no tempo, ausência de situações intermediárias e as soluções encontradas pela sociedade para a busca do equilíbrio.

Essa oposição deve ser embasada com a compreensão do que a descontinuidade pode proporcionar na estrutura interna da sociedade, tais como: a bipolaridade do modelo interferir na continuidade de transferência das raízes culturais entre as gerações, análise dos possíveis conflitos que possam se instalar, análises das descontinuidades para a busca do equilíbrio e obediência às regras internas de decisão (FOULCAULT, 1999).

Morin (1977) afirma que toda sociedade tem que compreender que o processo que combate a desorganização, combate, também as suas causas e que para a própria reorganização permanente é trabalho e transformação, que, por sua vez, trabalha para uma nova desorganização, em um processo cíclico.

Assim a participação dos professores, pais, adolescentes, jovens e adultos das escolas e das comunidades envolvidas contribuem com a realização de um diagnóstico mais próximo da realidade, com a discussão das possíveis propostas de soluções e, juntamente, com as instituições públicas e privadas, propor as ações de desenvolvimento rural com sustentabilidade.

As atividades de extensão universitária resultam em uma excelente oportunidade de, não somente, difundir técnicas modernas de gestão social, ambiental e econômica para comunidades rurais e urbanas como, também, proporcionar capacitação profissional dos futuros profissionais. Cada estudante universitário envolvido tem oportunidades de realizar atividades de pesquisa e extensão, de caráter participativo, durante o período em que as atividades estejam sendo desenvolvidas nas escolas e comunidades.

As principais atividades desenvolvidas durante um convênio firmado entre uma instituição pública ou privada, para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade, são: Diagnósticos socioeconômicos participativo; planejamento participativo das atividades a serem realizadas; realizar nivelamentos com os estudantes voluntários da universidade nas atividades a serem desenvolvidas; realizar cursos, palestras e oficinas para difundir as técnicas de produção das atividades a serem realizadas; estabelecer parcerias para captar recursos para as atividades planejadas; elaborar estudos ambientais e planos de recuperação de áreas degradadas; elaboração de estudos técnicos para implantação de projetos estruturantes.

2.3 Descendentes das famílias da comunidade Caldeirão de Santa Cruz do Deserto

Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, localizada no distrito de Monte Alverne, município de Crato (CE), distando 497 km de Fortaleza (Figura 1) e 31 km de Crato (Figura 2) foi uma comunidade rural liderada pelo beato José Lourenço, descendente de negros alforriados e discípulo de

Padre Cícero. O beato desenvolveu um sistema de trabalho coletivo e divisão dos lucros para a compra de bens de consumo que não conseguiam produzir no campo. Acolheram, também, os flagelados da histórica seca de 1932, que assolou o Nordeste.



Figura 1. Localização do município do Crato (CE)

Coordenadas: 7°5' S, 39°33' O

Fonte: Ipece (2015)

Com o temor que o Caldeirão se transformasse em um novo Canudos e o beato José Lourenço um novo Antônio Conselheiro, o Governo de Getúlio Vargas, sob pressão dos latifundiários da região, o sítio foi invadido e destruído por tropas em 1936 e bombardeado em 1937 resultando entre 700 e 1000 camponeses mortos. Os sobreviventes se refugiaram nas fazendas vizinhas. O beato sobreviveu, se refugiou na serra do Araripe, depois voltou para o Caldeirão, mas pouco tempo depois foi expulso pelos padres salesianos, que herdaram o sítio deixado por Padre Cícero, indo morar em Exú (PE) onde faleceu em 1946 de peste bubônica.

Em abril de 1991 a Fazenda Caldeirão foi ocupada por trabalhadores rurais residentes nas proximidades com mobilização do Movimento Sem Terra (MST). A ocupação resultou na desapropriação de duas propriedades vizinhas denominadas de Fazenda Carnaúba Gerais e Fazenda Gerais que deram origem ao Assentamento 10 de Abril formada por 36 famílias. Atualmente, no Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, restam, da comunidade inicial, somente a capela (Figura 3) e ruínas das casas.



Figura 2: Localização do distrito de Monte Alverne
Fonte: Prefeitura Municipal do Crato



Figura 3: Capela do sítio Caldeirão de Santa Cruz do Deserto
Fonte: Visita do autor no dia 15/04/2016

2.4 Descendentes dos índios Kariri

O Sítio Poço Dantas, localizado no distrito de Monte Alverne, município de Crato (CE) é comunidade com cerca de 50 famílias remanescentes dos índios Kariri (Figura 4), considerados desaparecidos desde o século XIX, cujo reaparecimento de povos remanescentes (Figura 5), mesmo miscigenados, é uma prova do resgate dessa cultura.

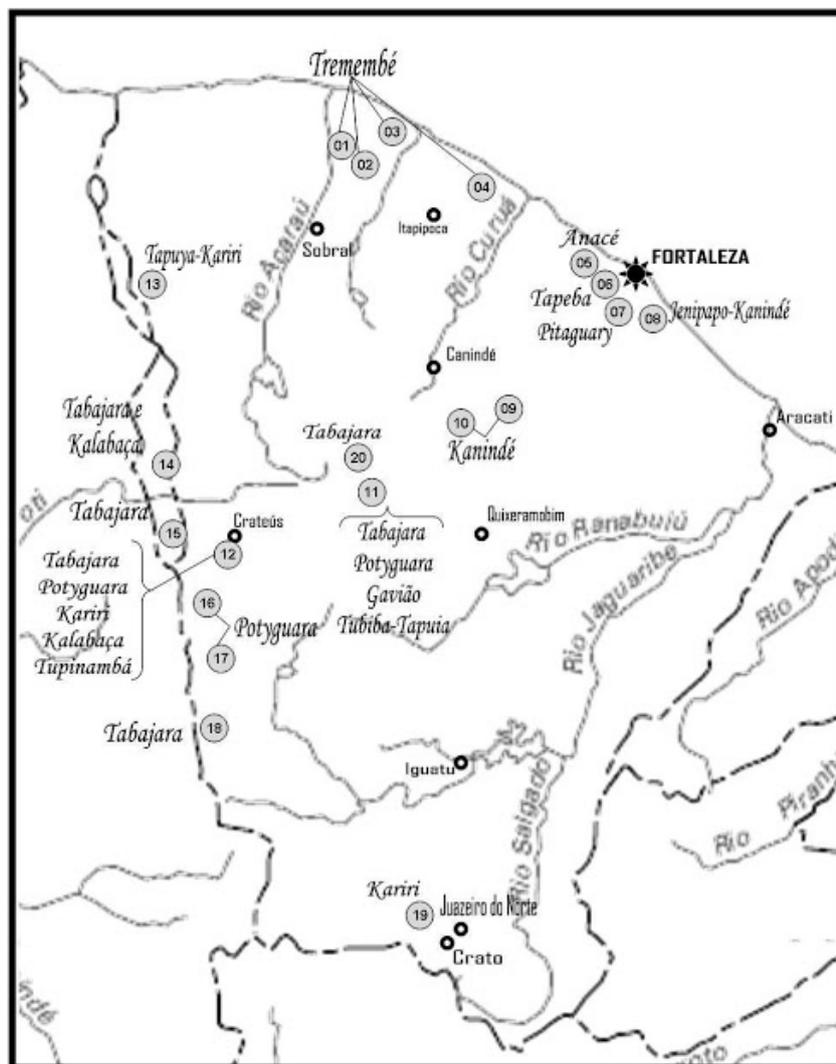


Figura 4: Localização dos índios Kariri no Estado do Ceará

Fonte: Museu do Ceará

O processo de reconhecimento teve início com o apoio do Instituto Ecológico e Cultural Martins Filho (IEC), da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Regional do Cariri (Urca), com o auto-reconhecimento, por parte dos moradores, de sua descendência indígena. Os estudos da questão indígena dos índios Kariri na região do Cariri cearense, assim como o processo de organização e fortalecimento de sua identidade, contribuirão com o resgate da história e agilização do reconhecimento antropológico pela Fundação Nacional do Índios (Funai), proporcionando, também, ao alcance de outros direitos constitucionais tais como: educação indígena, territorialidade e políticas públicas.



Figura 5. Nilza Cariri (amarelo) comunidade Poço Dantas, Crato (CE)

3. Metodologia

O foco é a pesquisa participativa e a extensão, com prioridade para a educação preventiva para a produção e para a educação ambiental. A base metodológica é a integração da universidade e de outras instituições públicas e privadas com as comunidades atendidas para a realização de uma ação conjunta, em busca de soluções para os problemas locais.

O processo inicia-se com um diagnóstico socioeconômico da localidade, formulado com base em pesquisas realizadas com entidades representativas da comunidade, lideranças locais, dados estatísticos e outras técnicas de pesquisas. As políticas públicas locais devem ser consideradas para o diagnóstico. Consolidado o diagnóstico, e definidas as prioridades dos problemas, elabora-se um plano de ação. Este plano de ação, além de envolver o poder público local na sua elaboração e execução, deve buscar a congruência das prioridades das demandas diagnosticadas com as políticas públicas e com as possibilidades de parcerias com instituições públicas e privadas.

Aprovado o plano de ação, é constituída uma equipe, tecnicamente adequada aos objetivos pretendidos. As equipes serão constituídas por estudantes da universitários bolsistas e voluntários, professores universitários, técnicos e assessores da prefeitura municipal e de outras instituições, estudantes e professores das escolas locais. A equipe será preparada para o trabalho de campo, mediante formação de nivelamento com base no plano de atuação.

Inicialmente será realizada uma reunião geral em cada comunidade beneficiada, na qual servirá para divulgar o projeto junto aos associados e demais agricultores das comunidades vizinhas interessados em participar, desencadeando, assim, o processo de sensibilização da comunidade para os procedimentos a serem adotados durante o período de implantação do projeto e iniciar a discussão sobre os temas propostos visando o aumento da consciência do cidadão local em relação à importância da segurança alimentar e nutricional, bem como de alternativas existentes para o combate à pobreza rural.

Com este processo de sensibilização pretende-se esclarecer o cerne da metodologia proposta, a economia solidária, ou seja, a ação possibilitadora da geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, propiciando: Democratização da gestão do trabalho; conhecimento

sobre técnicas de produção da produção; valorização das relações de cooperação; distribuição de renda; fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

Os grupos de atividades serão formados após a realização da reunião geral em cada comunidade, tais grupos serão coordenados, localmente, pelas suas respectivas associações. O trabalho de campo (pesquisa ou extensão) constitui-se no serviço que será realizado junto à população, envolvendo a comunidade na construção das soluções propostas.

As atividades previstas são: formações de curta duração, seminários, palestras, oficinas, feiras e outros eventos. A capacitação dar-se-á com aulas presenciais e práticas. Os instrutores serão estudantes da Universidade Federal do Cariri, devidamente orientados por professores.

4. Resultados e discussão

A presente proposta incorpora a possibilidade de difundir técnicas modernas de gestão social, ambiental e econômica para um público alvo de difícil acesso no semiárido nordestino. A utilização de bolsistas discentes na implantação das diversas atividades propostas é uma ferramenta poderosa na cristalização dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. A pesquisa participativa a ser utilizada proporcionará aos docentes envolvidos uma confirmação ou negação dos processos metodológicos utilizados como proposta de soluções dos problemas diagnosticados encontrados nas comunidades. Tal avaliação propiciará uma nova análise da metodologia, sua adequação e melhoramento. Durante o processo de acompanhamento das comunidades, poder-se-á realizar vários experimentos alternativos em função das realidades encontradas.

Os estudantes voluntários receberão nivelamento nas atividades a serem desenvolvidas nas comunidades/empresas beneficiadas, ministrados por professores orientadores. Cada nivelamento recebido resultará em um certificado a ser confeccionado pela Pró-Reitoria de Extensão. Os serviços prestados nas comunidades serão computados como atividades de extensão com entrega de certificado de participação.

Os trabalhos de extensão universitária são aceitos como experiência profissional e resultam em uma excelente oportunidade de capacitação profissional dos futuros profissionais. Cada aluno envolvido terá oportunidades e dados de campo suficientes para elaborar artigos para eventos de pesquisa e extensão durante o ano de atividade do programa, contribuindo, assim, para o enriquecimento de seu *curriculum*.

Referências

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável** (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

DIDONET, A. D.; BAGGIO, A. J.; MACHADO, A. T.; et al. **Marco referencial em Agroecologia**. 2. versão. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 34 p. Disponível em: < http://www.embrapa.br/a_embrapa/unidades_de_pesquisa/sct/publicacoes/transferencia/marco_ref.pdf > Acesso em: 29/04/16.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas...** Tradução de Salma Tannas Muchail. 8 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1999. 541 p. (Coleção tópicos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**; Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. Apresentação

de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processo ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000. 653p. Tradução de Maria José Guazzelli com o apoio de Augusto Freire, Cláudia Job Schmitt e Maria Vergínia Guazzelli.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editores, 1986.

MELO, S. S.; TRAJBER, R. (Eds). **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas de educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza...** Tradução de Maria Gabriela de Bragança 2 ed. Publicações europa-américa Ltda. 1977. 363 p. (Publicações).

TRAJBER, R; SORRENTINO, M. **Políticas de educação ambiental do órgão gestor**. In Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas de educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; UNESCO, 2007. p. 13 – 21.

WANDERLEY, Maria de Nazareht Baudel. **Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas**. São Paulo: Cadernos IFCH/UNICAMP, 1989.

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA NO DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO DE ILHA GRANDE DE SANTA ISABEL NA CIDADE DE PARNAÍBA – PIAUÍ

*FRANCISCO PEREIRA DA SILVA FILHO
FRANCIMIL GOMES SANTOS DA SILVA*

Resumo

A conservação de atividades ligadas ao ecoturismo está em plena discussão, por causa da possível degradação destes ambientes, tão importantes para a natureza, quanto para a atividade turística. Dentro desta perspectiva, este artigo buscou mostrar a importância do desenvolvimento do ecoturismo no bairro Ilha Grande de Santa Isabel que implicariam na sua proteção, já que estão diretamente relacionadas ao uso destas riquezas naturais. Este bairro faz parte da cidade de Parnaíba, que fica localizada no extremo norte do Estado do Piauí, e se encontra dentro da APA Delta do Parnaíba, uma área de proteção ambiental. Esta pesquisa teve como objetivo geral a caracterização das principais atividades ecoturística que pode ser desempenhada na comunidade. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica de dados secundários que embasou o pesquisador no assunto. Logo em seguida foi feita uma pesquisa de campo, onde foram observados e transcritos de forma empírica os questionamentos indagados, permitindo assim a fundamentação teórica para a definição dos resultados, além da realização da análise SWOT. Os resultados da pesquisa mostram que o bairro têm diversas potencialidades ecoturística, principalmente nas atividades relacionadas aos igarapés, que são bastante presente na comunidade, que podem estar contribuindo para o desenvolvimento destes habitantes, dessa forma, promovendo uma melhor distribuição de renda. Em virtude disso, é imprescindível, antes de qualquer situação, a existência de uma relação de respeito entre sociedade/natureza, que é de vital importância para a manutenção da vida humana e que ao mesmo tempo garantem a conservação dos elementos presentes no ambiente, que são indispensáveis na busca da sustentabilidade, tanto socioeconômica, quanto ambiental da comunidade.

Palavras-chave: ecoturismo, atividades, identidade, sustentabilidade.

Abstract

The conservation of ecotourism linked to activities is in full discussion because of the possible degradation of these environments, so important for nature, and for the tourism. From this perspective, this paper aims to show the importance of the development of ecotourism in the Ilha Grande neighborhood of Santa Isabel would entail in their protection, since they are directly related to the use of these natural resources. This neighborhood is part of the city of Parnaíba, which is located at the northern end of the Piauí State, and is among the APA Delta of an environmental protection area. This study aimed to characterize the main ecotourism activities that can be performed in the community. The methodology used was bibliographical research of secondary data that based the research on the subject. Soon after it was made a field research, which were observed and transcribed empirically the questions asked, allowing the theoretical basis for the definition of the results, in addition to carrying out the SWOT analysis. The survey results show that the neighborhood has several ecotourism potential, especially in activities related to streams, which are very present in the community, which may be contributing to the development of these people, thus promoting a better distribution of income. As a result, it is essential, before any situation, the existence of a relationship of respect between society / nature, which is of vital importance to the maintenance of human life and at the same time ensure the conservation of the elements present in the environment, which they are indispensable in the pursuit of sustainability, both social and economic, the environmental community.

Keywords: ecotourism, activities, identity, sustainability.

1. Introdução

A atividade turística, por ser uma recente concepção estratégica, deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o progresso socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de crescimento responsável do turismo, contribuindo para sua manutenção em longo prazo.

Desta forma, o turismo responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, é aquele que mantém e valoriza as características dos recursos naturais dos destinos que são consideradas riquezas da comunidade local, dessa forma sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.

Assim, o turismo pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social de uma cidade, mas necessita ter planejamento e gestão constante das ações aplicadas, para que a atividade consiga sobreviver e manter a conservação desta potencialidade e a sua sustentabilidade social, ambiental e econômica de forma que venha a minimizar os impactos negativos nas comunidades.

O fenômeno turístico aliado às riquezas naturais está numa constante crescente nos últimos anos no Brasil, principalmente devido ao segmento do ecoturismo que pode estar diretamente ligado as comunidades que apresentam estas características, especialmente as de cunho naturais e também culturais relevantes, dentro desta perspectiva, associa-se um tipo de turismo que oportuniza as comunidades locais pertencentes às unidades de conservação a facilitar seu desenvolvimento interno. “Define-se ecoturismo como viagem responsável a áreas naturais, com o fim de conservar o meio ambiente e promover o bem-estar da comunidade local” (LINDBERG; HAWKINS, 2002, p. 59). O ecoturismo tornou-se um instrumento de conservação dos recursos naturais e culturais e uma via para o desenvolvimento econômico e social de áreas carentes, contribuído para a gestão de regiões ecologicamente sensíveis, também gerando a melhoria do nível de vida das comunidades que escolhem essa atividade como meio de subsistência, permitindo a utilização destes recursos de uma forma controlada.

A pesquisa no bairro de Ilha Grande de Santa Isabel proporcionou o conhecimento da importância das atitudes e condutas da população referentes ao meio ambiente e como este recurso favorece o crescimento da região por meio da conservação dos seus potenciais, principalmente as que estão diretamente ligadas ao ecoturismo, que necessitam de um certo cuidado na sua condução, por se tratar de ambiente frágeis. Além do mais, o desenvolvimento desta atividade na localidade poderá promover uma melhor distribuição de renda no bairro, através da potencialização destes recursos, sem esquecer a estrutura necessária e a capacitação de pessoal, que deve ser fomentada pela gestão pública, para lidar diariamente com peculiaridade destas riquezas naturais.

2. Metodologia

A área em estudo é o bairro de Ilha Grande de Santa Isabel, da cidade de Parnaíba – PI, localizado a 345 km da cidade de Teresina, capital do Estado, e faz parte da chamada Microrregião do Litoral Piauiense. Sua população corresponde aproximadamente a 15 mil habitantes e sua economia se baseia em atividades primárias (IBGE, 2014).

A pesquisa realizada no campo de estudo consistiu em duas etapas: primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico de dados secundários como: internet, livros, dissertações e monografias. Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram observados e transcritos de forma empírica os questionamentos indagados, assim como uma observação sistemática das potencialidades da localidade, permitindo a fundamentação teórica para a definição dos

resultados.

Em seguida, foi elaborado um diagnóstico da área por meio da análise SWOT, que a origem desse tipo de exame, segundo PÚBLIO (2008) “foi criada por dois professores da *Harvard Business School*: Kenneth Andrews e Roland Christensen”. A partir destes dois diferentes focos de análise, a Figura 1 a seguir, mostra como devem ser elencados os quatro aspectos relativos ao objeto de estudo:

Interna	Strenghts (Pontos fortes, potencialidades)	Weaknesses (Pontos fracos, fraquezas)
	Opportunities (Oportunidades)	Threats (Riscos, ameaças)
Externa		

Figura 1 – Esquema da análise SWOT

Fonte: PIAUI (2004)

Em cada cruzamento feito, uma diferente estratégia é determinada, como pode ser observado na Figura 2.

ELEMENTO		Aspectos internos	
		Potencialidades	Fraquezas
Aspectos externos	Oportunidades	Estratégias de desenvolvimento	Estratégias de correção
	Riscos	Estratégias de diferenciação	Estratégias de reestruturação

Figura 2 – Os aspectos internos e externos da análise SWOT

Fonte: PIAUI (2004)

Segundo PDTIS (Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado e Sustentável) no Pólo Costa do Delta, esta metodologia possibilita o cruzamento dessas quatro categorias de informação. São cruzados os aspectos internos e externos, obtendo-se como resultado as estratégias a serem seguidas a fim de se alcançar o sucesso do elemento analisado. (PIAUI, 2004).

2.1 Atividades Desenvolvidas no Bairro de Ilha Grande de Santa Isabel voltadas para o Ecoturismo

O bairro de Ilha Grande de Santa Isabel, localizado dentro da maior ilha da APA Delta do Parnaíba possui várias atividade desenvolvidas na comunidade das quais envolvem elementos relacionados principalmente as recursos naturais, que são de extrema importância para a manutenção socioeconômica e ao mesmo tempo a conservação destes elementos. A localidade fica também na parte oeste da cidade de Parnaíba e no caminho da principal atividade turística desenvolvida na região, “O passeio no Delta do Parnaíba” o único em mar aberto das Américas.

Na localidade são observados muitos igarapés, que se espalham pelo local como “veias humanas”, dando forma e vida a comunidade. Os mais conhecidos no local receberem um nome

popular devido a uma singela característica ou simplesmente pelo fato de sua proximidade com algumas residências de famílias conhecidas que vivem no lugar, como por exemplo, o Igarapé dos Silvas, que recebe este nome por causa de uma família residir a muito tempo no local.

O surgimento dos igarapés no bairro é percebido, pois a localidade está situada próximo ao Rio Igarapé, que pertence à APA do Delta do Parnaíba, uma importante área de preservação. Este rio possui uma grande importância não só para a natureza, mas também para as pessoas que vivem no local, servindo como mais uma alternativa na fonte de renda dos moradores. Os igarapés servem para pesca, navegação de pequeno porte e ainda são utilizadas para consumo de água nas residências.

A comunidade ainda tem um lago conhecido como a lagoa do finado Iran, onde se formou no decorrer dos anos com a retirada de barro, para a fabricação artesanal de tijolos e ainda hoje permanece tanto a lagoa quanto esta fabricação de tijolos, onde a sua esquerda mora um senhor de 82 anos chamado Eliseu da Costa Lima, que é casado a 64 anos e tem 12 filhos, é cearense e mora no município a 17 anos. Este senhor veio ao Piauí devido a fábrica Queirós Galvão onde trabalhava também no ramo de tijolos, que acabou indo embora ao término dos trabalhos, permanecendo nesta terra seu Eliseu, que ainda hoje faz tijolos e vende um milheiro (1000 tijolos) a 180,00 reais, mesmo já sendo aposentado, mas que devido as dificuldades financeiras e a baixa aposentadoria continua executando a função.

Contudo, é importante ressaltar, que mesmo sem uma organização definida dos governos e estrutura física, o local em questão apresenta o grande potencial, visível em todas suas dimensões, mas que precisa somente de atenção da gestão pública, para que se tenha uma melhor visão e tratamento adequado das riquezas, que podem auxiliar na distribuição de renda e consequentemente uma melhor qualidade de vida dos moradores.

De acordo com Silva (2003 p.22)

Hoje, o desenvolvimento deve ser visto em seu sentido amplo, valorizando o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais e sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma determinada sociedade.

Sendo assim, para que isto aconteça, é necessário um envolvimento eficiente dos governos e órgão responsáveis, pois mesmo com certas restrições estruturais, não se podem desenvolver estes lugares sem esta assistência. Além disso, é preciso a valorização e reconhecimento de tal potencialidade por parte dos moradores, tão necessária a sua sobrevivência e do mesmo modo ao desenvolvimento do ecoturismo.

Somado a isto, ainda existe a possibilidade de implantação de trilhas que pode ser direcionada a atividade turística. No entanto, será preciso uma estruturação destes espaços, além de capacitação de guias para desempenhar tais funções, que muitas vezes são negadas a comunidade.

Dentro deste contexto, como o ecoturismo se integraria a estas atividades almejando a melhoria da comunidade? Diante desta questão, LINDBERG; HAWKINS (2002) contestam que o desenvolvimento das atividades de conservação e turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão naturalmente fadadas ao fracasso. Isso vai de encontro a um dos princípios do ecoturismo, que é a conservação dos bens naturais presentes e o respeito à opinião do grupo social envolvido.

Contudo, para se atingir os benefícios mencionados, é preciso um planejamento, gestão, a elaboração de programas, acrescentando ainda o treinamento e a participação da comunidade

local nesse procedimento. Segundo Lindberg; Hawkins (2002): não se pode esperar que o ecoturismo enfrente esses desafios, se ele não for encarado como disciplina profissional que abrange os inúmeros interesse e habilidades relacionados ao turismo de natureza”. Sendo assim, o ecoturismo é um dos fatores fundamentais para fomentar o desenvolvimento das comunidades, desde que seja feito com planejamento, com responsabilidade social e ao mesmo tempo aliadas as ideias de sustentabilidade, que é sempre garantir o direito de uso de determinado recurso natural a todos os indivíduos, sejam estes da comunidade, ou visitantes.

3. Resultados e Discussões

Para um melhor entendimento da localidade pesquisada foi aplicada a análise SWOT para demonstrar as forças, fraquezas, oportunidades e riscos deste espaço, para um possível auxílio no desenvolvimento de atividades que contemple a comunidade, principalmente no auxílio da renda e seus possíveis investidores.

3.1 Análise SWOT

Como pode ser observado na análise SWOT, os desafios da comunidade serão imensos, pois se trata de um ambiente frágil, mas que ao mesmo tempo demonstra uma riqueza natural peculiar, que necessita de cuidados, tanto da comunidade, quanto da gestão pública, que são indispensáveis para o desenvolvimento da atividade ecoturística na localidade. Mas infelizmente muitas ações precisam ser implantadas, como foi observado na visita de campo, através dos depoimentos dos moradores, na qual relataram sua insatisfação com a gestão pública, fator que acaba contribuindo para a não utilização dos recursos naturais disponíveis.

<p>Objeto de Estudo: Atrativos Naturais do Bairro Ilha Grande de Santa Isabel, Parnaíba – PI</p>	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande diversidade • Autenticidade • Produtos Potenciais 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Degradação Ambiental • Pequena representatividade dos atrativos naturais
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do mercado ecoturístico • Existência de Roteiros turísticos (Rota das Emoções) • Maior interesse dos turistas em apreciar os atrativos naturais existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de divulgação evidenciando a qualidade dos atrativos naturais • Integrar aos roteiros existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a valorização da riqueza natural da comunidade • Investir em ações de sensibilização ambiental através de campanhas de Divulgação
<p>Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concorrências de outros produtos Turísticas • Degradação do bem natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizar continuamente as áreas onde os atrativos estão inseridos • Fortalecer sua peculiaridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a implantação de equipamentos e serviços turísticos que agregam valor ao atrativo, por intermédio de políticas públicas de desenvolvimento turístico

Quadro 1 – Análise SWOT

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Por outro lado, também não há uma iniciativa por parte dos moradores em dialogar sobre

esta questão e muito menos cobras das autoridades competentes o desenvolvimento de ações que fomentem a atividade ecoturística. Esta ação teria como objetivo principal gerar uma consonância entre as partes envolvidas, dessa forma, possibilitado a valorização e promoção de cada atividade, assim providenciando a fomentação desta atividade na localidade.

A diversidade natural é visível no bairro, fato que demonstra sua grande potencialidade, como por exemplo, os igarapés, lagoas, trilhas, entre outros que o local possui, quando explorada e usada de maneira correta, pode trazer vários benefícios estruturais, como por exemplo, estrutura turística necessária e capacitação de pessoal, mas também elementos de infraestrutura, como saneamento básico, saúde, educação, dentre outros. Ademais, uma maior consolidação da identidade do lugar através da valorização das riquezas naturais existente na comunidade direcionada ao turismo e seus segmentos. Dentro desta perspectiva, Coriolano (2009) afirma que:

O turismo, entretanto, pode comportar o paradigma de desenvolvimento endógeno, na medida em que mobiliza os próprios recursos ou forças socioeconômicas, institucionais, culturais locais, protagoniza os agentes locais, ou seja, grande numero de empreendedores de pequenas e medias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores, focado nas necessidades próprias das comunidades. (CORIOLANO, 2009, p. 33)

Este argumento incide na visão de como o turismo nas comunidades pode envolver diversos setores, fortalecendo a agricultura, a pesca, e até mesmo o artesanato entre outras atividades, tornando-as instrumentos de desenvolvimento sustentáveis. Deste modo, o bairro Ilha Grande de Santa Isabel, representado pela comunidade apresenta grande potencial natural, entretanto, ainda não valorizada e desprovida em ações de apoio e incentivos por parte dos órgãos públicos responsáveis e até mesmo da própria comunidade que muitas vezes não reconhecem as atividades praticadas como forma de desenvolvimento local. Caso haja, uma séria integração, neste sentido, se existir uma política socioeconômica que desenvolva o turismo de forma sustentável, valorizando as atividades que surgem da matéria prima deste lugar com certeza haverá um incremento considerável nas atividades econômicas da localidade, desde que seja de maneira sustentável.

4. Considerações Finais

Com o avanço da atividade turística e os seus diversos segmentos, mostra a potencialidade deste fenômeno no mundo. Esta diversidade também é observada no Brasil, que de certa forma agrupa várias possibilidades turísticas, principalmente no que diz respeito ao ecoturismo, devido sua variedade ecológica disseminada em praticamente todo território. Este segmento utiliza notadamente o espaço natural como matéria prima no desenvolvimento de suas atividades, porém, a utilização destes espaços precisa estar em plena consonância com o sistema ecológico, para que não haja a degradação destes ambientes. No entanto, quem deve providenciar estas iniciativas são as gestões públicas, que deve providenciar, além da estrutura necessária, um direcionamento adequado às comunidades locais e conseqüentemente seus possíveis visitantes, para que venha trazer de fato benefícios e conhecimento a todos e não descaracterização e a degradação do meio ambiente local.

O levantamento de dados bibliográficos e empíricos realizados no bairro de Ilha Grande de Santa Isabel demonstra o grande potencial ecoturístico da localidade, através das diversas possibilidades de uso deste ecossistema. Porém, o que falta mesmo para o desenvolvimento da atividade no local, é uma melhor organização do espaço, por meio da gestão pública responsável e ao mesmo tempo providenciar políticas que informe a população sobre a atividade ecoturística,

direcionando também as possibilidades de aplicação deste fenômeno na comunidade, além da divulgação do atrativo. Dessa forma, promovendo o conhecimento e a valorização dos recursos naturais existentes, que certamente proporcionará uma relação de respeito entre sociedade/natureza, sendo este último um dos principais elementos condicionantes para o desenvolvimento da atividade turística.

Apesar disso, são precisos cuidados minuciosos com estes espaços naturais direcionados a atividade humana, pois sua utilização pode gerar diversas consequências, tanto positivas, quanto negativas, que foram levadas em consideração na área de estudo deste artigo.

Os impactos positivos podem contribuir para a valorização da riqueza natural, devido sua grande diversidade e também autenticidade, além disso, pode-se providenciar a produção de artesanato em potencial, que são provenientes das características locais, tendo como efeito, o aumento do interesse dos turistas em conhecer os atrativos e posteriormente adquirir o artesanato confeccionado, assim aumentando a renda de diversas famílias, que pode se caracterizar em mais uma motivação para que os indivíduos permaneçam com o desenvolvimento da atividade, como foi evidenciado na análise SWOT.

Por outro lado, os impactos negativos podem causar ameaças, tanto a natureza quanto à cultura local, dentre eles está a degradação ambiental, que em muitos casos podem ser irreversíveis. Somando-se a isso, tem também a descaracterização do artesanato por meio da produção artesanal voltada exclusivamente para o consumo dos turistas, provocando assim, o mau aproveitamento dos recursos naturais ou até mesmo a utilização desenfreada destes que podem contribuir rapidamente com o equilíbrio do ecossistema em questão. Por isso, o ecoturismo deve ter sempre um aspecto ligado a uma estratégia de desenvolvimento aliado a conservação. Conforme destaca IRVING (2002):

A utilização de áreas protegidas para o ecoturismo reflete algumas tendências globais, entre as quais, o crescimento da consciência ambiental, em razão dos níveis crescentes de degradação da base dos recursos naturais, incluindo a destruição de ecossistemas de alta relevância para a preservação da biodiversidade global, e o processo de reencontro do homem com sua própria essência, abandonada pela sociedade de consumo, e profundamente afetado pelo fenômeno da globalização (IRVING, 2002, p.48).

Em outras palavras, o bairro de Ilha grande de Santa Isabel têm atrativos que se forem conservados devidamente, coligados com o incentivo dos órgãos públicos local, certamente, estes “produtos” naturais poderão ocasionar um desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma continuada na localidade. Do mesmo modo, a comunidade deve tomar parte, e unir-se para aproveitarem de forma responsável e sustentável a heterogeneidade dos recursos, para que as riquezas presentes neste espaço sejam reconhecidas, valorizadas e preservadas, tanto pelos turistas que visitam o lugar, quanto pela população residente, para que possam sempre estar gerando renda, além da indiscutível conservação dos recursos naturais, tão necessárias à manutenção da vida humana, mas também da atividade ecoturística, que pode ser desempenhada no local.

Referências

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Arranjos Produtivos Locais do turismo Comunitário: Atores e cenários em Mudanças**. Fortaleza: ADUECE, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. **Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas – Tendências**

no contexto brasileiro. In: _____. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002, p. 47-67.

LINDBERG, K. ; HAWKINS, D. E.; Ecoturismo: **Um guia para planejamento e gestão.** Tradução de Leila Cristina de M. Darim; revisão técnica de Oliver Hillel; 4.ed- São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

PIAÚÍ. PRODETUR/NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa do Delta – PDITS.** RUSCHMANN Consultores. Teresina, 2004.

PÚBLIO, Marcelo A. **Como Planejar e Executar uma campanha de propaganda.** São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA. S. B. de M. Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 22.

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A PRODUÇÃO DAS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS: TECENDO TEIAS DE DEBATES

EDGAR MANUEL BERNARDO

GUDO BAI ARMANDO MAIDJELELE

LUCAS ALBERTO NERUA

EDSON VICENTE DA SILVA

Resumo

O Sul global, em particular o continente africano, após longos séculos de colonização, seguido de independências conquistadas a partir dos finais da década de 50 do século passado, presencia na atualidade a reconfiguração do imperialismo que se manifesta pelos processos da acumulação por espoliação camuflada pela ideologia do desenvolvimento. Empresas transnacionais expandem-se pelo continente pilhando bens naturais, causando pesados ônus na população que é desapropriada de terras, perdendo todos os meios de reprodução socioeconômica, política, espiritual, cultural, para além de receber uma grande sobrecarga dos impactos ambientais. Entretanto, o debate em torno dessas questões, quando não é ausente, é pusilânime no contexto moçambicano. É partindo desta constatação que o presente texto almeja tencionar debates que tenham a questão das injustiças ambientais, notabilizadas no contexto da acumulação por espoliação levada avante pelo capitalismo globalizado em simbiose com os Estados nacionais, na centralidade. Só assim, é possível caminhar rumo à justiça ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Acumulação por espoliação, Injustiças ambientais, Justiça ambiental.

Abstract

The global South, particularly the African continent, after long centuries of colonization, followed by independence won from the late 50s of the last century, witnesses today reconfiguration of imperialism that is manifested by the processes of accumulation by dispossession masked by ideology of development. Transnational corporations have expanded across the continent pillaging natural resources, causing heavy burden on the population that is expropriated land, losing all means of socio-economic reproduction, political, spiritual, and cultural, in addition to receiving a large burden of environmental impacts. However, the debate on these issues, if not absent, is pusillanimous in the Mozambican context. It is from this finding that this text aims to propose debates that have the issue of environmental injustice, remarkable in the context of accumulation by dispossession carried forward by globalized capitalism in symbiosis with the national states, the centrality. Only then it is possible to move towards environmental justice.

Keywords: Development, Accumulation by dispossession, Environmental injustices, Environmental justice.

1. Introdução

Este artigo pretende constituir-se uma alavanca epistêmica e conceitual para pensar-se as injustiças ambientais, o racismo ambiental e as inter-relações entre saúde, ambiente e trabalho e o papel do Estado no contexto do desenvolvimento na base extrativista em Moçambique. Consideramos que a saúde, trabalho e ambiente são campos imediatamente afetados pelo extrativismo e sentidos pelas populações locais. Assim sendo, podem constituir base de mobilização popular para o enfrentamento das injustiças e racismo ambiental causadas pelo modelo capitalista predatório e anti-vida que é o extrativismo, pois, vulnerabiliza e precariza as populações em volta e os trabalhadores. Isto para além de que os grandes projetos ditos do desenvolvimento ao implantarem-se nos territórios com seus respectivos *modus operandi*, geram mudanças substantivas na forma de concepção de trabalho, o que consequentemente fragiliza quando não modifica os modos de produção e reprodução social das comunidades, podendo gerar imensuráveis vazios existenciais com profundos impactos na saúde humana.

Entenda-se a saúde neste contexto em sua multi-dimensionalidade. Muito além da sua dialética com a doença. Ela implica um olhar sistemático que envolve questões sociais e ambientais. O que inclui a qualidade de vida, a qualidade e a sustentabilidade do ambiente, as redes sociais e de suporte social, a participação nos processos decisórios bem como outras situações que afetam o bem-estar coletivo (FREITAS;PORTO, 2006). Desta forma, constitui um desafio intelectual e acadêmico discutir os problemas ambientais assim como os diversos processos de fragmentação dos tecidos sociais que as grandes indústrias originam ao dilacerarem as redes de suporte social, causando múltiplas vulnerabilidades, podendo expôr as pessoas a situações múltiplas de violência.

2. Exorcizando a ideologia do desenvolvimento

Antes de avançarmos com maior densidade vale frisar que a semelhança de vários países do sul global, a chegada dos grandes empreendimentos em Moçambique vem sendo anunciada pelos governos central e local à população como mecanismo de superação da “pobreza” e meio ideal e adequado para o alcance do desenvolvimento. Essa visão e “crença” encontra-se também em alguns discursos acadêmicos e em setores da sociedade civil que ao invés de se mostrarem mais críticos e cépticos em relação ao modelo do desenvolvimento extrativista, fortalecem o debate em torno de distribuição da renda advinda dos ganhos desses projetos (CASTEL-BRANCO; 2010, 2011; MOSCA;SELEMANE, 2011; HOFMMAN;MARTINS, 2012).

Não se discute até então o constitucionalismo global que serve de protocolo para essas empresas e que sufoca o constitucionalismo nacional. É escasso o debate sobre a interferência do extrativismo nos processos democráticos, embora, seja notório que o país vem vivenciando o que Agamben (2004) denomina de “Estado de exceção”¹ no sincronismo em que se fortifica o Estado ajustador. Na literatura produzida ainda é fragilizada e quase que inexistente a discussão que se volta para os conflitos ambientais, as relações de poder que se articulam para silenciar esses conflitos e as formas de contrapoder que se engendram. São escassos ou mesmo inexistentes trabalhos que discutem a emergência e as estratégias de articulação do cosmopolitismo subalterno que se desenvolve em volta e suas formas de atuação em diferentes esferas.

Existe um enorme vácuo na articulação entre conflitos ambientais com o trabalho e com a saúde. Não se discute sobre os conflitos territoriais no contexto do extrativismo dentro das perspectivas de “injustiça e justiça ambiental”, “racismo ambiental”, “desigualdades ambientais”, não

¹ Para Agamben, o Estado de exceção é em geral caracterizado pelo exercício de plenos poderes por parte do executivo, ficando o legislativo e judicial como seus subordinados. Cabe ao legislativo apenas legislar o que já foi decidido.

obstante serem fundamentais para a análise do processo da acumulação por espoliação que avança no país. O foco do debate até então encontra-se direcionado na perspectiva desenvolvimentista. O senso comum que impera é o de que haverá desenvolvimento.

Entretanto, tanto em Moçambique como em outras regiões do Sul global, como América-Latina, apesar de ainda produzirem-se mitos de que o extrativismo constitui alavanca para o dito desenvolvimento que suprirá as necessidades dos povos, os projetos de desenvolvimento não se apresentam predispostos para satisfação dessas, pelo contrário, produzem mais necessidades de forma a gerarem mais lucros que direcionam-se para pequenos grupos. O que constitui equívoco pensar num possível desenvolvimento nos moldes capitalísticos nos países do Sul por vias do extrativismo, assim como foi e tem sido por via da industrialização e financeirização das economias.

Podemos de antemão considerar que o extrativismo se constituiu como mais uma farsa de desenvolvimento. Consideramos acertada a leitura feita por Porto-Gonçalves em relação ao mantra do desenvolvimento. Para o autor,

“Des-envolver” é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. “Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – divide et impera – mais profunda ainda, na medida em que, ao des-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.81).

Ao contrário das melhorias das condições de vida das populações locais, os projetos de desenvolvimento em suas múltiplas formas e em particular por via do extrativismo, constituem uma ameaça “à sustentabilidade ambiental e de saúde que se associa a um intenso processo de degradação ecológica e iniquidades sociais” (FREITAS;PORTO, 2006, p.13) para além de gerarem muita riqueza na proporcionalidade em que geram extrema miséria.

3. O Estado no processo de acumulação por espoliação

A acumulação por espoliação é um conceito formulado pelo geógrafo David Harvey (2014), visando substituir ou aprimorar o conceito de acumulação primitiva elaborado por Marx, visto que o primitivo geralmente tem sido usado de forma pejorativa, para além de que com os avanços que o capitalismo deu, não justifica mais o uso do termo. Assim, com alguns diferenciais, frutos do contexto atual do capitalismo, como a financeirização, dívida nacional e cartão de crédito, o processo de acumulação por espoliação, salvaguarda muitos elementos outrora vistos por Marx quando engendrou o conceito de acumulação primitiva. Destes, podemos destacar a mercantilização e privatização da terra, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão dos direitos públicos em privados, a supressão das terras comuns dos camponeses, a mercadificação da força de trabalho e a supressão das formas alternativas de produção e de consumo.

Do século XX para o presente século este processo vem se intensificando principalmente com a crise dos anos 70 que foi conhecida como a crise do petróleo. Diferente das crises anteriores como a de 1929-33, que foi mais uma das crises conjunturais constituintes do capital, a dos anos 70 para os presentes tempos, constituiu para Mészáros (2002) indicativo de uma crise estrutural do capital. Essa crise justificou a ruptura do keynesianismo quando os ideólogos das liberalizações justificavam a interferência do Estado como vetor para as crises. Na medida em que existia a consideração de que um dos obstáculos para a acumulação do capital era o trabalho (HARVEY,

2011), começou a abertura para as concessões dos serviços geridos pelo Estado para as mãos das grandes empresas monopolistas. Consequentemente, até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho começaram a ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho – muito menos para uma expansão progressiva da margem de avanço estratégico, já projetada, de forma tola e eufórica [...] mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação (MÉSZÁROS, 2002).

Nessa época várias estratégias foram usadas para derrubar as conquistas dos trabalhadores visto que “o trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política” (HARVEY, 2011, p.20). Na medida em que o sistema do capital precisava de mão-de-obra dócil e barata, estimulou-se a imigração tanto na Europa como nos EUA. A outra forma foi o aperfeiçoamento de tecnologias que economizassem o trabalho como a robotização da indústria (HARVEY, 2011). O que gerou um grande excedente de mão-de-obra tendo como consequência a sua precarização.

Só nos EUA, em 1982 a taxa do desemprego estimava-se em 10% da população (idem), tendo sido acompanhada por uma política de criminalização da miséria (WACQUANT, 2011; HARVEY, 2011) na proporção em que se fortalecia o Estado policial. O excedente da mão-de-obra cresceu também com o expatriamento do capital excedente para o Sul global onde existisse matéria-prima e mão-de-obra barata num processo que foi denominado de globalização (MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 2011; PANIAGO, 2012). Porém, todos os reajustes estão condenados a ganhos imediatos e lentos, pois, o capital já vivencia todos os seus limites e “nada mais resta do lado exterior do sistema do capital, pois ele não tem exterior (PANIAGO, 2012a, p.62), quando procura o exterior, este aparece como criação do seu “outro” como constata Harvey (2014). Com o esgotamento da fase de expansão, uma vez que não há mais continentes escondidos para serem descobertos, os antagonismos estruturais latentes são ativados (MÉSZÁROS, 2011).

Mesmo diante das limitações estruturais do capital, pelo seu incontrolável impulso a universalidade e tentativa de controle da “morte de overdose de si mesmo” (ARANTES, 2015), este avança com intensidade sobre os recursos renováveis e não renováveis, desconsiderando os impactos sobre o planeta, seres humanos e outros seres vivos. Pois, “nos termos da lógica do capital [...] exterminar a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui*, desse modo de produção” (MÉSZÁROS, 2002, p.821).

Neste processo de acumulação por espoliação, o Estado tem se apresentado como grande parceiro da ofensiva capitalista. Marx já havia percebido a profunda relação entre Estado e capital, chegando a afirmar que o detentor do poder econômico é em simultâneo quem controla o poder político. Harvey (2014) assinala que o Estado mediante o seu monopólio da violência acompanhada da legalidade tem papel crucial no apoio e na promoção dos processos de acumulação por espoliação e que “a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado” (HARVEY, 2014, p.121).

Para aqueles que concebem o Estado como um órgão de conciliação dos antagonismos sociais, Mészáros (2002), Wood (2014) e Harvey (2014) reiteram dentro da concepção marxiana do Estado que este é por natureza um órgão de dominação de classe, um órgão cuja finalidade é a opressão de uma classe por outra, um órgão cuja função é legalizar e garantir esta opressão (*apud* ANDRADE, 2012, PANIAGO, 2012a). Andrade (2012) afirma que se fosse possível a conciliação entre as classes, o Estado sequer existiria, pois, o seu surgimento esteve mascarado de ideais de conciliação dos interesses antagonônicos entre diferentes classes sociais, em particular com o surgimento da propriedade privada. Nesta óptica, dentro da abordagem marxiana do Estado, quer este assuma as formas autoritárias, absolutistas ou mesmo democráticas, o caráter de dominação

é conservado em sua dependência ontológica em relação à estrutura econômica e social (MÉSZÁROS, 2002; ANDRADE, 2012; PANIAGO, 2012a).

Na relação com o capital, o Estado é sempre necessário para realizar os arranjos sociais que o capital desestrutura. Mézáros (2004) considera que existem três defeitos estruturais do capital sobre os quais o Estado moderno deve agir: na separação entre produção e controle; na fragmentação entre produção e consumo e na oposição entre produção e circulação. Na separação entre produção e controle o Estado flexibiliza as leis para o benefício do capital como o caso das leis trabalhistas e a vulnerabilização do trabalhador pela constante redução dos seus direitos (MÉSZÁROS, 2002; ANDRADE, 2012). No âmbito da produção e consumo encontra-se o Estado intervencionista (MÉSZÁROS, 2002) ou o que Gudynas (2012) denomina de “Estado compensador”, que se manifesta pela propagação ideológica do consumo supérfluo de mercadorias. Na condição de comprador/consumidor o Estado procura promover e suprir algumas necessidades sociais básicas, tais como a saúde, educação, habitação e mínimo poder de compra de produtos alimentícios. Tudo isso ocorre na simultaneidade em que se promove o acesso ao crédito que é uma via para o sustento do sistema do capital. Para Mézáros (2002), a estratégia de compensação que o Estado aciona permite que as pervessidades do capital, embora, sentidas não sejam contestadas. Nisso “vê-se o poder de controle do capital, o qual precisa ser a todo tempo dinâmico, despótico e reificado” (MELO, 2012, p.31).

Por último, Mézáros (2002) apresenta-nos a relação produção e circulação, onde argumenta ser fundamental a atuação do Estado para a circulação do capital de forma a se tornar um sistema global, ou seja, para o desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação. Sobre este assunto, o livro de David Harvey intitulado o “*Novo imperialismo*” é ilustrativo quando fala dos Estados Unidos da América como um dos Estados hegemônicos que usa o seu poder para alimentar e expandir o capital na simultaneidade em que se alimenta.

Mediante as considerações sobre a profunda simbiose entre o Estado e o sistema do capital, consideramos ser fundamental construir análises mais profícuas sobre como o Estado moçambicano atua no processo de acumulação por espoliação na atual era do extrativismo. Algumas das principais bases de análise podem ser as formas como as legislações de terra e ambientais vem se reajustando ao longo do presente século para melhor adequar os grandes projetos e como eles intervêm no processo de remoção das populações para dar lugar a esses projetos.

4. Globalização das injustiças ambientais

É importante assinalar que abordamos o extrativismo na concepção de Svampa (2011) que não associa apenas a extração de minérios e petróleo, mas também outras formas como o agrobusiness que usa uma lógica extrativista através do monocultivo que destrói a biodiversidade, as terras e gera reconfigurações nos territórios. Para Svampa, o extrativismo inclui também as infra-estruturas como portos, estradas que visam facilitar a extração e exportação dos bens extraídos ou produzidos. O que dentre vários resultados negativos temos os conflitos socio-ambientais ligados a disputas por terra e bens comuns (SVAMPA, 2011), a “desestruturação das relações sociais, organizações comunais e modos de vida tradicionais da população local” (PORTO et al, 2014, p.4074) através da desterritorialização das relações socioeconômicas locais e a reterritorialização nos padrões capitalísticos ignorando os ecossistemas, povos, cosmovisões e cultura (PORTO et al, 2014). É que para estas transnacionais a terra e natureza são fonte de acumulação do capital, negligenciando a cultura local, a história, as tradições, os mitos fundadores, símbolos materiais e imateriais, a sociabilidade existente, as relações de solidariedade que se configuram.

No que concerne aos ecossistemas, que estes estão sendo degradados tem havido mínimo

de consensos. Desses consensos são notórias diversas linguagens que tem como finalidade evitar a degradação ambiental com efeitos desastrosos para o planeta, para a vida humana e de outros seres vivos. Todavia, a palavra ambiente, assim como saúde, apresenta-se como polissêmica. Muitos falam, mas as linguagens têm geralmente distâncias que impossibilitam o diálogo efetivo. Joan Martinez-Alier (2002) constatou essa polissemia, o que o levou a distinguir algumas formas de abordagem ambiental.

A primeira é considerada por Martinez-Alier de conservacionista e é marcada por uma visão preservacionista e romântica da natureza desprezando a dimensão humana e social da questão ambiental, focalizando-se de forma exclusiva na preservação das flores, da biodiversidade e dos animais em extinção (MARTINEZ-ALIER, 2002). A segunda, é denominada por Martinez-Alier de “evangelho da eco-eficiência” por priorizar a internalização de custos gerenciais ambientais “limpas” na lógica do desenvolvimento capitalista, colocando nas mãos dos especialistas a condução do desenvolvimento sustentável (idem). Porém, conforme constatou Ngoenha (2014), é um desenvolvimento sustentável de forma insustentável.

Existe sempre uma busca de compatibilizar a questão ambiental com o desenvolvimento econômico. Os danos que são causados são sempre relegados para soluções técnicas. Cunhou-se o termo modernização ecológica para designar as estratégias neoliberais para o enfrentamento do impasse ecológico sem considerar sua articulação com a questão da desigualdade social (ACSELRAD et al, 2009). A estratégia da modernização ecológica “propõem conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercados à crença na colaboração e no consenso” (ACSELRAD et al, 2009, p.14), ou seja, com o “paradigma da adequação ambiental” (ZHOURI, 2012) proclamou-se a viabilização do projeto técnico com vista a mitigar as externalidades ambientais e sociais sem que, no entanto comprometa-se o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário (ZHOURI;LASCHEFSKI, 2010).

Por último, na perspectiva de Martinez-Alier existe o movimento pela justiça ambiental ou o ambientalismo popular que se coloca como alternativa crítica às duas primeiras correntes. Esta vertente baseia-se na ecologia política e “busca integrar as questões ambientais e sociais na análise dos problemas. Entende-os a partir de processos econômicos e políticos que marcam o desenvolvimento numa região e num dado território” (FREITAS;PORTO, 2006, p.25). Neste paradigma a concepção da natureza vivencia um deslocamento de predicado para sujeito (GUDYNAS, 1999).

O paradigma da justiça ambiental floresce por se perceber que o desenvolvimento capitalista é promotor de injustiças ambientais que se caracterizam pelo grande investimento e negócios realizados por grandes empresas apropriando-se dos bens naturais existentes nos territórios concentrando renda e poder, ao mesmo tempo em que afeta negativamente a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e dos seus habitantes (FREITAS;PORTO, 2006). Entenda-se de forma mais complexa a injustiça ambiental como:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, 2009).

Nos Estados Unidos constatou-se que o ônus do dito desenvolvimento sobrecarregava a vida da população na condição de vulnerabilização e discriminação como o caso de afro-descendentes. Entendia-se que “depósitos de lixo e radioativos, ou de indústrias com efluentes poluentes concentravam-se desproporcionalmente na vizinhança das áreas habitadas por estes grupos” (AC-

SELRAD et al, 2004, p.9). Esses factos foram denunciados e argumentos científicos foram elaborados para contrapor as ofensivas que tendiam a considerar que os argumentos sobre a injustiça ambiental eram do âmbito moral e não correspondia a realidade. A comissão de justiça racial da United Church of Christ solicitou a realização de uma pesquisa em 1987 que indicou que “a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área” (ACSELRAD, 2004, p. 26). Foi dentro deste contexto que o reverendo Benjamin Chávez elaborou o conceito de “racismo ambiental” para designar a imposição desproporcional, intencional ou não dos rejeitos nocivos às pessoas não brancas, sejam negras ou com outras variações raciais, que comitadamente tem sido despossuídas de formas de poder dominantes.

O racismo ambiental também opera internacionalmente entre as nações e corporações transnacionais. O processo de globalização facilitou a deslocação do capital pelas transnacionais para fugirem para áreas menos rigorosas na regulamentação ambiental e com melhores taxas de incentivos, mão-de-obra barata e altos lucros (BULLARD, 2004; RIGOTTO, 2008) disseminando-se globalmente os ônus do “desenvolvimento” para negros, índios e outros grupos destituídos dos poderes dominantes, o económico e político.

Gould (2004) alerta-nos que a eliminação do racismo ambiental em si não traria mudanças substantivas na vida de quem sofre. A eliminação nesses moldes ainda deixaria as comunidades negras do mundo em situações vulneráveis “na medida em que se permita que a discriminação racial no emprego, na habitação e em outros setores continue empurrando estruturalmente uma parte desproporcional das pessoas negras para estratos económicos mais baixos”. Portanto, “soamente a eliminação da discriminação racial em todos os setores da sociedade poderia produzir uma distribuição racionalmente equilibrada dos riscos ambientais” (GOULD, 2004, p.70). Pois, subjacente ao racismo cultural com todas as vertentes institucionais está a vertente económica (GOULD, 2004; WOOD, 2011) e política.

Quando Gould (2004) faz referência a uma distribuição racionalmente equilibrada dos riscos ambientais, que pode corresponder à democratização dos riscos ambientais, não propõe este como um fim. Na verdade constitui uma transição. O apelo à democratização é no intuito de que grupos privilegiados que não sentem os efeitos dos danos ambientais possam também sentir, podendo possibilitar geração de mudanças. É que mediante indicações de vasta literatura², por enquanto, a contaminação da água, do solo e do ar por afluentes industriais tóxicos e suas consequências negativas sobre a saúde humana recai apenas sobre os trabalhadores, desempregados e outras pessoas em volta dos grandes empreendimentos. Os melhores trabalhos são concedidos aos ricos, enquanto as tarefas sujas e arriscadas são reservadas para os pobres.

Numa economia financeirizada como a nossa, em que os atores com poder são proprietários, acionistas, executivos e dirigentes, estes, estão menos sujeitos aos impactos de saúde e qualidade de vida resultante dos processos produtivos. Paradoxalmente são os mesmos que possuem o poder decisório capaz de alterar os processos de produção para redução dos riscos a saúde e o ambiente (MÉSZAROS, 2002; GOULD, 2004). Todavia, por não sentirem os efeitos, nada fazem para alterar as práticas de produção. Os trabalhadores que sentem os problemas de perto, ansiando mudanças, têm poucas possibilidades para influir nelas dentro da lógica capitalista. A realidade mostra que aqueles com poder de fazer com que as mudanças pró-meio ambiente ocorram são os grupos menos prováveis de perceber a necessidade de fazê-lo. E aqueles que têm mais probabilidade de perceber como necessárias tais mudanças são os que têm menos poder para efetuar-las (GOULD; SCHNAIBERG; WEINBERG, apud GOULD, 2004, HARVEY, 2014).

Mais do que democratizar os riscos ambientais, que na nossa concepção constitui uma fase

² Dentre a qual podemos destacar o texto de Gould (2004), Acselrad et al (2009).

de transição, o conceito de justiça ambiental apresenta-se mais amplo e com uma perspectiva ética substantiva. Assim, para Robert Bullard, ativista e intelectual americano, a justiça ambiental é:

“A condição de existência social configurada através da busca de ‘tratamento justo’ e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente da sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais” (BULLARD apud ACSELRAD et al, 2008, p.8).

Há que se entender por tratamento justo como efetivação de nenhum tratamento desigual em função da raça, cor, sexo, classe ou qualquer outro referencial discriminatório. Acselrad (2004) elucida-nos ainda mais ao pautar que nenhum grupo de pessoas, incluindo grupos étnicos, raciais ou de classe deve suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas que resultam das atividades industriais e mesmo políticas estatais desiguais. Podendo ser resumido como “o direito a uma vida digna em um ambiente saudável” (ACSELRAD et al, 2004, p.11). Segundo Acselrad (et al, 2009), o movimento pela justiça ambiental adota como um dos princípios o de „poluição tóxica para ninguém” fazendo um deslocamento do que é conhecido como “individualismo possessivo” para ações solidárias em que o “Eu” só está bem quando o outro está, que é o princípio *ubhuntu*³.

A injustiça ambiental resulta de uma lógica de poder que está associado ao modo de produção capitalista que tem como meta alcançar a mais-valia, transformando tudo o que tem valor de uso em valor de troca. Os bens comuns não comercializáveis, tais como a terra, água, ar passam a ser, o ser humano lhe é tirado o valor em si, sendo submetido à lógica da utilidade, útil enquanto detentor do capital, inútil quando não o detêm. Destarte, o não detentor do capital, tem sido alvo de processos contínuos de expropriação de todas as formas possíveis de auto-reprodução, sendo lhe retirado à dignidade, o direito a saúde, ao território, ao ambiente limpo e acesso aos bens comuns da humanidade. Pode-se notar que nos territórios onde se encontram as grandes indústrias, quem está ao redor são pessoas vulneráveis e vulnerabilizadas, em um ambiente impuro, com terrenos menos valorizados, com terras agrícolas que geralmente não tem fertilidade, enquanto os detentores de grandes rendas habitam em lugares sãos. Acrescenta-se ainda que:

“Os trabalhadores urbanos e rurais, por sua vez, estão frequentemente submetidos aos riscos de tecnologias sujas, muitas delas proibidas nos países industrializados que disseminam contaminantes que se acumulam de maneira persistente no meio ambiente” (ACSELRAD et al, 2004, p.15).

5. Injustiças socio-ambientais, cosmopolitismo subalterno e tessituras da justiça socio-ambiental

As injustiças ambientais atualmente globalizadas não constituem um acaso histórico. O relatório Summers dos anos 90 do século XX é demonstrativo. É um relatório que desfila sem pudor uma ética de uma sociedade sem ética, ou uma ética unilateral que de tão vazia perde o seu sentido ético. Seja como for, o relatório ficou público. O mesmo foi elaborado por Lawrence Summers, então economista chefe do Banco Mundial. Nele nota-se a descartabilidade da vida, retirando o valor da vida em si, simplificando-a na esfera econômica. Segundo Acselrad et al (2009), três pressupostos foram usados nesse relatório para justificar a necessidade de exportação das indústrias

³ Para um conhecimento um pouco aprofundado sobre a filosofia ubuntuísta cf. no livro de Bas'Illele Malomalo “Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento”, 2014.

poluidoras para o sul global, o que pode ser denominado de exportação de riscos.

O primeiro pressuposto era de que o meio ambiente é uma preocupação estética típica apenas dos bem da vida. Ou seja, os que têm dinheiro. O segundo acentuava que os pobres (os sem dinheiro) em sua maioria não vivem o tempo necessário para sofrerem os efeitos da poluição ambiental e o terceiro e último argumento fica cada vez mais claro o economicismo do Summers. Ele diz: “pela lógica económica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois, seus moradores recebem salários mais baixos” (apud ACSELRAD et al, 2009, p.7).

Todos os elementos até então destacados instigam-nos a tencionar o debate sobre as injustiças ambientais no contexto moçambicano pela sua inserção na lógica de exportação e importação de riscos, propondo as diferentes esferas intelectuais, sociedade civil, organizações de base comunitária, militantes de diferentes esferas a ampliarem as suas visões para a compreensão das implicações presentes e futuras do desenvolvimento extrativista na saúde, ambiente, trabalho e outros meios de reprodução social das comunidades residentes nos territórios onde estão instalados os grandes empreendimentos.

Como forma de aprofundar o debate, consideramos ser fundamental discutir o desenvolvimentismo extrativista e neoextrativista no contexto da crise do capitalismo global, contextualizar Moçambique na lógica do desenvolvimento extrativista, e sempre que possível, para além do visível, antecipar as implicações na saúde, ambiente, trabalho à partir das experiências de outros países e dados científicos disponíveis em diferentes esferas. A América-Latina já vem sofrendo os ônus do extrativismo, o que pode possibilitar a ampliação dos debates.

Em paralelo com os problemas, para quem pensa em uma ciência emancipatória, consideramos fundamental (re) construir e apontar práticas e pensamentos emancipatórios que vem sendo elaboradas globalmente para contrapor a lógica capitalista global. São práticas que se dão de diferentes formas recusando o pensamento único e mostrando que outros mundos são possíveis. É o “ecologismo dos pobres” que vem sendo levado avante por movimentos sociais, movimentos indígenas, movimentos feministas, povos tradicionais que tem dito “não” a exploração, apropriação, colonização, coisificação do ser humano e a transformação da mãe terra em recurso de satisfação de anseios económicos.

É sempre importante destacar as formas como os diferentes movimentos contra as opressões capitalistas articulam-se a nível local, nacional, regional e global, pois, conforme referencia Boaventura de Sousa Santos (2010), diante de ofensiva neoliberal que se tende total e totalizadora, global e hegemónica, desenvolve-se em diversas esferas o “cosmopolitismo subalterno” que se articula globalmente fazendo ofensivas contra-hegemónicas perante o modelo de desenvolvimento capitalista. Desenvolve resistências que se afirmam pela negação da lógica “monocultural” desenvolvida pelo ocidente.

Esses movimentos afirmam diferentes formas de produção do mundo e da vida, trazendo a tona o que Michel Löwy (2015) denomina de “visões do mundo”, que se opõem entre si. A negação feita por esses movimentos desenvolve-se a nível político, económico, cultural, simbólico e epistémico, pois, a luta pela justiça social, ambiental, cultural anda em consonância com a luta pela justiça epistémica (SANTOS, 2010). A desigualdade ambiental se assemelha a desigualdade social e não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social (ACSELRAD, 2004; ACSELRAD et al, 2009), assim como não se pode enfrentar a justiça social global sem enfrentamento a justiça epistémica global (SANTOS, 2010), pois, “não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2010, p.49-50). Estão assim colocados os desafios para Moçambique, para o Sul global e quiçá para o mundo.

Referência

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Henrique Burigo. 2a Ed, São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A. **A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socio-ambientais no Brasil – uma introdução**. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, H et al. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.

ANDRADE, M.A. **De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital**. In: MELO, E; PANIAGO, M.C.S (Org); ANDRADE, M.A de. Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ARANTES, P. **O capitalismo está morrendo de overdose**. Caros amigos, 25 de Fevereiro de 2015. Disponível em: www.carosamigos.com.br/index.php/economia/152-edicoes/edicao-215/4642-o-capitalismo-esta-morrendo-de-overdose.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H;

HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.

CASANOVA, P.G. **O colonialismo global e a democracia**. 1995.

CASTEL-BRANCO, C.N; CAVADIAS, E.J. **O papel dos megaprojetos na estabilidade da carteira fiscal em Moçambique**. Apresentação feita no II Seminário Nacional de execução da Política Fiscal e Aduaneira promovido pela Autoridade Tributária, Maputo, 2009.

CASTEL-BRANCO, C.N. **Comentários no lançamento do relatório**. In: MOSCA, J;

SELEMANE, T. **Alguns desafios da indústria extrativa em Moçambique**. Maputo: CIP, 2011.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia**. 2003.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREITAS, C. M; PORTO, M. F. S. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006.

GUDYNAS, E. **Concepciones de la naturaleza y desarrollo en América Latina. Persona y Sociedad**, 13 (1), 101-125, Abril, 1999.

----- **Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, Nº 237, p. 128-146, jan./fev. 2012.

GOULD, K.A; SCHNAIBERG, A; WEINBERG, A.S. **Local environmental struggles: citizen activism**

in the treadmill of production. Cambridge: Cambridge University, 1996.

GOULD, K.A. **Classe social, justiça ambiental e conflito político.** In: ACSELRAD, H;

HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004

HOFMANN, K; MARTINS, A.S. **Descoberta dos Recursos Naturais em Moçambique: Riqueza para poucos ou um meio para sair da pobreza?** FES Moçambique, 2012.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** 8a ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

----- **O Enigma do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011

LOWY, M. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista.** 20a Ed, São Paulo: Cortez, 2015.

MARINI, R. M. **América-Latina: dependência e integração.** São Paulo: Brasil urgente, 1992.

MARTINEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital.** Volume I. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

MELO, E. **Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital.** In:

MELO, E; PANIAGO, M.C.S (Org); ANDRADE, M.A de. **Marx, Mézáros e o Estado.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 14a ed, Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2008.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

----- **A educação para além do capital.** 2a ed, São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

----- **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MOSCA, J; SELEMANE, T. **El Dorado Tete: os mega-projetos de mineração.** CIP, Maputo, 2011.

NGOENHA, S.E. **Intercultura, alternativa à governação biopolítica?** 1aEd, Maputo: Editora ISOED, 2013.

PANIAGO, M.C.S. **Mézáros e a incontabilidade do capital.** 2aed, São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

----- **Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado.** In: MELO, E; PANIAGO, M.C.S (Org); ANDRADE, M.A de. **Marx, Mézáros e o Estado.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 4a ed, Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO, M.F.S et al. **Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico.** *Ciência & Saúde Coletiva* 19 (10), 2014:4071-4080.

PINHEIRO, P. dos S; BARCELLOS, S.B. **A cooperação internacional na África e os BRICS em questão.** In: BARROS, J; GUTTERRES, A; SILVA, E.B da (Org). **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais.** 1a ed, Caderno de debates, Rio de Janeiro: FASE, 2015.

RIGOTTO, R. M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des) localização industrial.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

RIBEIRO, G. L. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** In: ZHOURI, Andréa (org). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília: ABA publicações, 2012.

SELEMANE, T. **Alguns Desafios da Indústria Extrativa em Moçambique.** CIP, Maputo, 2009.

----- **Questões à volta da mineração em Moçambique: relatório de monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga.** CIP, Maputo, 2010.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina.** Texto apresentado no Seminario Latinoamericano "Derechos de la Naturaleza y alternativas al extractivismo", Buenos Aires, Novembro, 2011.

WOOD, E.M. **O império do capital.** 1a ed., São Paulo: Boitempo, 2014.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. **Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a Antropologia e os antropólogos.** In: FIELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Desafios da Antropologia brasileira.** Brasília: ABA, 2013.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação.** In: *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.* Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. **Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a Antropologia e os antropólogos.** In: FIELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Desafios da Antropologia brasileira.* Brasília: ABA, 2013.

ZHOURI, A; VALÊNCIO (Orgs). **Formas de Matar de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2012.

AS PRÁTICAS CAPITALISTAS E OS REFLEXOS NO TERRITÓRIO INDÍGENA CANAUANIM, NO MUNICÍPIO DE CANTÁ, RORAIMA, BRASIL

*PATRICIA MOREIRA HERKSEDEK
JOSINALDO BARBOZA BEZERRA
GLEBERSON ALVES PONTES*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender como o capitalismo se manifesta redefinindo espaço e território através das práticas capitalistas na Comunidade Indígena Canauanim no município do Cantá – RR. A localização da Comunidade, próxima das cidades de Boa Vista e Cantá, além de possibilitar um contato relevante com a sociedade, possibilita a inserção de novas práticas sociais e elementos da cultura capitalista em seu cotidiano. O estudo apoia-se no materialismo histórico como método de análise e também engloba uma abordagem exploratória. Como parte dos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada por meio de observação técnica e de análises de base qualitativa. A pesquisa contribuiu com a caracterização das novas práticas socioeconômicas e novas formas de organização do espaço e do território na Comunidade Canauanim. Atualmente é evidente na Comunidade Canauanim a existência de elementos de uma cultura capitalista dominante, tais como a formação de propriedade privada, empreendedorismo e comércio. As práticas capitalistas observadas estão relacionadas ao desenvolvimento de necessidades e hábitos de consumo proporcionado por novas fontes de renda.

Palavras-chave: Reordenamento do Território, Globalização, Roraima, Espaço Local.

Abstract

This work aims to understand how the capitalism has itself manifested in the Canauanim Indigenous Community in the Canta county, Roraima, through its capitalist practices as a consequence redefining its space and territory. The location of the community, close to Boa Vista and Canta cities - besides allowing long a relevant contact to society - it enables the insertion of new social practices and elements of a capitalist culture in its daily lives. The study is based on historical materialism as an analytical method and it encompasses an exploratory approach. As part of the methodological proceedings, the research was carried out by using technical observation and qualitative analysis. The study contributed with the characterization of the new socioeconomic practices and of the new forms of organization of space and territory in the Canauanim Community. Currently, it is evident the existence of elements of a dominant capitalist culture, such as the formation of private property, entrepreneurship and trade in the Canauanim Community. The observed capitalist practices are related to the development of consumption needs and habits triggered by new sources of income.

Keywords: Territorial reordering, Globalization, Roraima, Local space.

1. Introdução

O Brasil é um país que possui uma grande riqueza étnica e cultural associada a povos de diversas origens. Nesse contexto, existem os múltiplos povos indígenas que se destacam com suas características distintas e modos de vida.

O Estado de Roraima contempla uma grande diversidade de grupos indígenas, sendo a maioria descendente do Caribe (navegadores). Estes deram origem aos povos, Taurepang, Patamona, Ingarikó, Macuxi, Wai-wai e Waimiri-Atroari. Os Wapichana são originários do tronco Aruak, e os Yanomami são do seu grupo próprio.

A Comunidade indígena Canauanim, localizada no município de Cantá no estado de Roraima, onde vivem os povos Wapichana e Macuxi, foi historicamente submetida aos avanços da sociedade não indígena que se instalou gradativamente ao seu entorno. Desde o século XVIII os povos indígenas vêm sendo submetidos a diversas formas de relações com outras sociedades, especialmente com o colonizador europeu.

O propósito que orientou este trabalho está na preocupação de se refletir sobre as mudanças no padrão de vida indígena devido ao avanço das forças capitalistas em direção as suas terras, sustentando-se numa ética, apontando, as transformações ocorridas com o tempo e as condições humanas estruturadas nesse processo.

A comunidade Canauanim está localizada próxima a capital de Roraima (Boa Vista), portanto, não se encontra “isolada” da cidade. Essa conexão geográfica, além de possibilitar um contanto relevante com a sociedade, permite a inserção de novas práticas sociais e novos elementos em seu cotidiano, como as relações de trabalho que envolve o deslocamento até a cidade, por exemplo (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014). Deste modo, a área de localização da comunidade, a sua sede como sendo o lugar onde vivem a maior parte dos indígenas e o local em que realizam suas manifestações culturais são os aspectos iniciais em que se baseia este estudo.

Desde a construção da rodovia, BR 401 e da construção da Ponte dos Macuxis na década de 1970, foram diversos os fatores que interferiram no modo de vida tradicional dos indígenas da região. A especulação imobiliária e a migração que acompanharam a estrada levaram a demarcação da Terra Indígena a fim conservar suas áreas e proteger os grupos étnicos (MELO, 2012).

Hoje o acesso a recursos tecnológicos e direitos constitucionais é uma realidade para as comunidades indígenas, em especial a comunidade Canauanim. As alterações nas condições socioeconômicas possibilitam a reprodução de um modo de vida influenciado pelo entorno (VEIGA, 2005). Nesse processo algumas mudanças surgem à vista e outras de modo camuflado. Assim o objetivo deste trabalho constitui-se em compreender como o capitalismo se manifesta redefinindo espaço e território através das práticas capitalistas na Comunidade Indígena Canauanim.

O sistema econômico capitalista gira essencialmente em torno da produção de lucro privilegiando a propriedade individual. A penetração do capitalismo enquanto sistema comum na atualidade tende a suprimir o modelo econômico de cooperação tradicional das comunidades indígenas, cabendo-se então uma análise do desenvolvimento de tal processo (BEZERRA; HERKSEDEK; BASTO, 2014).

A reprodução do modo de vida capitalista baseia-se em fatores que dependem, entre outros, de proximidade geográfica e uma dinâmica política e econômica integrada. Essas condições refletem-se no espaço e traduzem o caminho escolhido para se caracterizar as transformações que ocorrem na comunidade indígena Canauanim bem como as suas territorialidades.

É importante considerar o espaço e o território para perceber em que momento aflora as mudanças no modo de vida resultando em transformações socioeconômicas e culturais na comunidade. E, nesta perspectiva, é necessária uma reflexão sobre a ruptura entre o antigo modo de

vida indígena e o surgimento de novas atividades da cultura capitalista.

2. A Produção do Espaço no Estado de Roraima e os Povos Indígenas

O estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil e a formação espacial é marcada pelos contornos definidos pelos interesses colonial português, sendo que 1775 foi criado o Forte Militar de São Joaquim, na confluência dos rios Uiraricuaera e Tacutu para se proteger das ameaças de invasão dos ingleses, espanhóis, holandeses e franceses (BARROSO, 2009).

A colonização da região teve sua gênese no contexto histórico em que o domínio português foi consolidado pelo poder militar. Mesmo o Rio Branco tendo sido conhecido e nominado por Pedro Teixeira em 1639, o forte São Joaquim só foi construído cerca de três séculos após a “descoberta” do Brasil (BARROSO, 2009). Marco da presença portuguesa na região, o forte garantiu a defesa do território contra os interesses das demais nações europeias.

Evidentemente, a partir deste período foram identificados os povos indígenas que já habitavam a região há muito tempo. O pesquisador europeu Theodor Koch-Grünberg (2006, p.32) em expedição constata que: “As primeiras notícias seguras sobre os índios da região do rio Branco datam comprovadamente, do último terço do século XVIII”.

A ação colonizadora na região promoveu a organização de núcleos populacionais (aldeamentos) formados principalmente por indígenas. De acordo com Barbosa (1993, p. 25) foram instalados ao longo do Rio Branco Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo no rio Uiraricoera Nossa Senhora da Conceição e no rio Tacutú São Felipe.

Os aldeamentos estiveram sob influência religiosa, interferindo na cultura indígena antes mesmo da construção do forte. Com a vinda dos militares e dos colonos civis houve disputa destes com os missionários pela exploração e posse dos indígenas (VIEIRA, 2014).

A força de trabalho indígena significava alto rendimento, sendo utilizada como mercadoria e mão de obra escrava. Esta prática foi permitida oficialmente na região amazônica até 1750 (BARBOSA, 1993). A partir de então foi decretada a proibição do trabalho escravo indígena, porém, na prática o trabalho escravo continuou sendo executado nas atividades da colônia e em vários aldeamentos denominados de diretório.

A fortificação militar e os Diretórios fracassaram na pretensão de povoar o Rio Branco pela facilitação do contato entre brancos e índios. Porém, a intenção de ocupar a região ainda resistiu lançando-se um projeto pecuarista ao fim do século XVIII (VIEIRA, 2014).

De fato, a introdução do gado nos vastos campos de Roraima se deu por fortes atrativos, principalmente o emprego de mão de obra indígena. Foram três as fazendas reais fundadas na região: São Bento, localizada entre os rios Uiraricoera e Branco, São José próxima ao Forte São Joaquim e São Marcos entre os rios Uiraricoera e Tacutu (VIEIRA, 2014).

A pecuária extensiva estabeleceu o modelo de ocupação de Roraima pela “pata do boi” (FREITAS, 1986). Nessa condição, a fixação de brasileiros na região foi viabilizada e fundou-se em 1890 o município de Boa Vista do Rio Branco. Assim, o desenvolvimento da região ocorreu através do capital privado de acordo com o interesse do Estado de forma autoritária em detrimento dos povos nativos.

O botânico alemão (ULE, 2006) em sua excursão por Roraima nos anos de 1908-09 relata o contato íntimo entre as lideranças indígenas e a sociedade não-indígena. Neste período, a economia da Amazônia estava centrada nas atividades da borracha, com forte repercussão sobre a pecuária roraimense. A economia da borracha de fato foi o fator que impulsionou a expansão da pecuária em Roraima. Porém, com a decadência da exploração seringueira na região amazônica, em decorrência da produção da borracha na Malásia, e a retração do consumo de carne sofreu for-

te impacto na economia da pecuária e parte dos investimentos foi redirecionado para exploração do garimpo na serra do Tepequém (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014).

O surgimento da mineração gerou um fluxo migratório na década de 1910 que aumentou significativamente na década de 1930 com a exploração de diamantes na Serra do Tepequém. Conforme Barbosa (1993, p. 137) “centenas de pessoas vindas das mais diferentes regiões do Brasil migraram para esta região a procura do rápido enriquecimento”. Os garimpos, assim como a instalação dos grandes latifúndios para a criação do gado foram relegando aos indígenas espaços cada vez menores ao invadir as suas terras.

Assim, a instalação de infraestrutura e espaços para a produção agropecuária e mineração foram os principais a gentes definidoras do território roraimense no contexto do século XX. A homologação de Terras Indígenas só passou a se concretizar no estado na década de 1980 e atualmente “Roraima possui trinta e duas terras indígenas já homologadas, fruto de um longo processo de luta e conquista dos direitos pelos povos que ali habitam” (BETHONICO, 2012, p. 03). Neste cenário, destaca-se principalmente a Terra Indígena Raposa Serra do Sol que foi demarcada em meio a conflitos com agricultores e pecuaristas.

De toda a área do Estado de Roraima, que possui 225.116 km², o total de 101.710,15 km², cerca de 45,18% estão distribuídos em trinta e duas Terras Indígenas, sendo quatro demarcadas em áreas contínuas e as demais em ilhas. Os municípios de Uiramutã, Normandia, Pacaraima, Alto Alegre e Iracema possuem mais de 70% de sua área formada por terras indígenas (IBGE, 2005). A disputa pela terra entre índio e não índios sempre foi o motivo de embates em Roraima, produzindo reflexos na organização do território.

Da colonização até a atualidade sempre houve estratégias políticas que exerceram domínio sobre os povos indígenas que habitam a região desde tempos remotos. Enfim, os indígenas enfrentam desde a ocupação lutas pela reconquista territorial frente aos avanços da sociedade capitalista.

3. Localização e Caracterização da Área

A Comunidade Indígena Canauanim está localizada na Região Indígena da Serra Lua no município do Cantá - RR a aproximadamente 25 km da capital Boa Vista. O acesso se dá pelas rodovias BR 401 e 432 que também é trajeto para o município do Cantá, seguindo pela RR 207.

Em sua área predomina a vegetação de savanas conhecidas localmente como lavrado. Essa área possui “árvores espaças, como o murici, o caimbé, a paricarana” (BORTOLON, 2014, p. 18). A região também possui como vegetação marcante os buritizais que seguem os igarapés. Na comunidade Canauanim vivem 147 famílias numa população de 930 pessoas (WAPICHANA, 2012).

O nome da comunidade tem origem na língua Wapichana onde o “Kanawa u” significa passagem da Canoa. A identificação como Canauanim surgiu com os primeiros visitantes da região que encontraram dificuldade na pronúncia da língua Wapichana (WAPIXANA, 2012).

A comunidade é habitada por indígenas das etnias Wapichana e Macuxi, sendo a população deste último grupo mais numerosa. Os Wapichana possuem tronco linguístico Aruak e com a chegada dos Macuxis de tronco Karib lutaram na defesa de seu território. As duas etnias que no passado eram inimigas atualmente convivem juntas na comunidade Canauanim, o que indica que as rivalidades do passado foram superadas (BEZERRA; HERKSEDEK; BASTO, 2014).

De acordo com Silva (2013) os Macuxi vivem por outras regiões em muitas comunidades, mas seu maior número populacional encontra-se na região das Serras. Já os Wapichana, concentram-se em diversas comunidades na Região da Serra da Lua convivendo com outros povos das comunidades de Roraima.

A comunidade Canauanim possui uma planta de aspecto urbano e em seu “centro” concentram-se os estabelecimentos públicos: escolas, posto de saúde, igreja católica e quadra poliesportiva. A maioria das residências se distribui nesse entorno e outras se encontram mais distantes.

A forma urbana no espaço da comunidade surge como uma maneira de organização e desenvolve-se nesse sentido. A quadra poliesportiva funciona também como um ponto de encontro local, onde jovens e crianças divertem-se brincando no dia a dia e eventualmente também é o lugar de comemorações e festividades.

A Terra Indígena do Canauanim foi criada por força de Decreto Presidencial de 15 de fevereiro de 1996, que homologou a demarcação da Terra Indígena. A área demarcada abrange uma superfície de 11.182,4372ha e perímetro de 50,47km (BRASIL, 1996). O Decreto situa a Terra Canauanim no município do Bomfim, porém esta se encontra no município de Cantá, conforme se verifica na figura a seguir:



Figura 01 - Localização municipal da Terra Indígena Canauanim

A figura acima contém a comprovação da localização do Território Indígena Canauanim, estando integralmente situada no Município de Cantá, ainda que o Decreto Presidencial, de 15 de fevereiro de 1996, atribua-lhes pertencimento ao Município de Bomfim. A Terra Indígena Canauanim que abrange uma área de superfície de 11.182,4372ha (onze mil, cento e oitenta e dois hectares, quarenta e três ares e setenta e dois centiares) e perímetro de 50.479,64 metros (cinquenta mil, quatrocentos e setenta e nove metros e sessenta e quatro centímetros) – (BRASIL, 1996).

4. As Práticas Capitalistas e a Realidade da Comunidade Indígena Canauanim

A Geografia, enquanto ciência social estabelece nas dimensões espaço/tempo uma relação que apoia os “seus temas mais comuns: paisagem, lugar, espaço, território, relação homem x meio” (RIQUE, 2010, p.15) contemplando discussões da realidade natural e social. Essa ciência apresenta uma proposta que amplia as formas de ver o mundo e o homem através de novos padrões e perspectivas.

Nesse sentido, analisar, compreender e descrever a relação sociedade natureza é essencialmente uma atividade do conhecimento geográfico. A busca pelo entendimento dos modos de vida do homem compreende o estudo das categorias tempo, espaço e mundo que são reguladas pela interferência das relações humanas (SANTOS, 2008).

Observa-se que tais categorias são dinâmicas e não se dissociam da essência das ações humanas. Na medida em que o tempo avança a distancia entre os espaços diminui e o modo de representação do mundo se altera social e culturalmente.

De fato, a presença do homem na Terra tem transformado substancialmente o espaço atribuindo significados de acordo com novas formas de apreensão do mundo. Como aborda o geógrafo Ross (2009, p.119): “As sociedades humanas, as relações entre si e com a natureza são objetos de estudo da Geografia. O processo evolutivo das culturas, da produção dos conhecimentos, da evolução da tecnologia”.

Portanto, os espaços compreendem uma lógica temporal e são assim organizados e reorganizados perante dimensões políticas, econômicas e religiosas. A cultura, a identidade e as práticas sociais ganham novos sentidos no decorrer do tempo mediante contatos e influências externas ao território.

Deste modo, com ênfase nos povos indígenas que habitam a comunidade Canauanim objetiva-se aqui caracterizar algumas mudanças relacionadas ao modo de vida indígena atual frente ao cerceamento do sistema capitalista. Parte-se do princípio de que o sistema capitalista tem como “intenção primordial a auto-expansão” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13) materializando-se no espaço e revelando aspectos peculiares de comportamento social.

O espaço da comunidade indígena Canauanim possui características próprias onde se evidenciam as relações sociais humanas bem como suas atividades culturais. Independente de a comunidade considerar-se capitalista ou não, a influência do capital é percebida dentro dos limites de seu território. A localização (proximidade com centros urbanos de Boa Vista e Cantá) acarreta um peso na reprodução de práticas do sistema socioeconômico dominante.

A propriedade privada é produto da evolução da relação entre o homem e a Terra e um dos principais elementos do capitalismo, pois confere caráter individual ao ser e ao espaço. De acordo com Bourdieu (2010, p. 83) “a relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, é uma relação de posse, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui.” Assim, como criação do indivíduo, a propriedade é parte ontológica do ser humano alicerçada no desmembramento daquilo que é comum.

Em observação analítica na Comunidade percebe-se a instalação de cercas em madeira e arame que, sobretudo exercem uma função social de separação, pertencimento e particularidade das famílias. Tal processo de caráter individuado deve nos levar a refletir sobre a noção de comunidade que basicamente pressupõe homogeneidade, forma de organização social de vida em comum. “Comunidades são reconhecidas como sistemas sociais e espaciais, uma vez que o espaço da comunidade é um território definido pelo lugar onde ocorre o conjunto de interações de interesses” (BICALHO, 2009, p.96).

Ora, se a identificação de Comunidade remete a um estado primitivo e natural de espaço partilhado onde o território caracteriza relações de comunhão entre os indivíduos, o isolamento da cerca destaca claramente o oposto. Este é um padrão capitalista que possivelmente tende a sucumbir o tradicional modo de vida indígena fundamentado no usufruto coletivo do espaço.

De acordo com Santos (2008, p.17) “a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo [...]” A individualidade do ser independe das características sociais, culturais e de referências originais. Especificamente as mudanças são referentes ao tempo e ao espaço e reescrevem a história dos sujeitos para situá-los de maneira mais confortável em função, como aqui se analisa, da reprodução de uma cultura dominante.

Um fator que também corresponde a esse processo de enraizamento da cultura capitalista é o trabalho com a agricultura de subsistência de modo individual que se entrelaça com o a

produção coletiva na Canauanim. Em relação às transformações que modificam o modo de vida dos sujeitos Santos (2008, p.45) observa que “cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei”.

Diante disso, o espaço de produção agrícola plenamente coletivo começa a se aquinohar nesse momento histórico de “transição socioeconômica”. O trabalho comunitário na roça ocorre com a organização de mutirão e conta com o uso de tratores, em pequena escala, para o escoamento do que se produz. Em conversa com moradores da comunidade fica evidente que embora ainda exista a roça comunitária, destinada a “quem precisa”, a maioria das famílias trabalham para si em sua própria produção.

A substituição do trabalho coletivo pelo trabalho particular das famílias caracteriza a autonomia privada do modo de produção capitalista. Sobre essa organização do trabalho Wallerstein (2001, p.131) discorre que “ao colocar ênfase na iniciativa individual, a civilização capitalista atrelou o interesse pessoal ao florescimento e à manutenção do sistema”. No capitalismo as relações são mais desconexas e conseqüentemente o labor cooperativo de produção comum é suprimido.

Estes aspectos caracterizados até aqui evidenciam uma nova concepção de família, com um caráter mais amplo. Essa concepção diverge da formação de família tradicional dos povos indígenas baseada na unidade parental. Para Souza (2002, p. 225): “A família extensa (uni ou multipatrilinear) era ao mesmo tempo a estrutura social e estrutura econômica de produção e consumo. [...] A fragmentação familiar, presenciada em grupos atuais, seria o resultado dos séculos de sucessivos contatos [...]”.

Os núcleos das famílias indígenas eram tradicionalmente compostos por grupos de mesma linhagem, contudo, os relacionamentos exteriores contribuíram para a mudança desse paradigma. Algo que possibilita a construção desse novo modelo familiar talvez seja a relação das duas etnias (Macuxi e Wapichana) que vivem juntas na comunidade e, somado a isso, as relações conjugais com não índios. É este um processo que vem ocorrendo de forma “natural” e progressiva influenciando a cultura indígena de maneira sutil.

Ainda com relação à subsistência das famílias nota-se a criação de mercados no interior da comunidade. Embora se tenha facilidade de acesso e locomoção (a comunidade possui ônibus próprio e algumas pessoas possuem veículos motores) para comprar produtos nas Cidades próximas, a possibilidade de se adquirir produtos no próprio lugar significa maior praticidade e economia de tempo.

Observou-se um pequeno comércio funcionando na entrada de uma residência que já atende os moradores com produtos industrializados tanto alimentícios quanto de limpeza e higiene. Sendo assim, o comércio na comunidade se constitui como elemento de fixos destinado a receber e distribuir elementos dos fluxos garantindo uma interação. Em outras residências, embora não se note o abastecimento de produtos, é possível comprar refrigerantes, gás e cosméticos. Assim, aos poucos, novas estruturas começam a mesclar-se com a cultura tradicional indígena e “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo [...]” (SANTOS, 2008, p.34).

O empreendedorismo privado que se insere na comunidade propicia o consumo de produtos e mercadorias para quem compra e renda para quem comercializa. A empregabilidade dos indígenas nas cidades também é fator que insere capital no interior da comunidade. Nesse sentido, os ganhos de uns acabam sendo maiores e nesse cenário passa a surgir grupos socialmente distintos que primam por um conforto melhor.

As condições habitacionais são as primeiras a se destacarem nesse aspecto e no espaço. Santos (2014, p. 55) aponta que “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para

o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem””. Sendo assim, é perceptível na comunidade Canauanim a construção de casas de alvenaria que se diferenciam das casas de madeira e das de pau-a-pique cobertas com palha.

Isto manifesta abertamente um dos primeiros traços do sistema econômico capitalista: a desigualdade socioespacial. A dimensão social do território, aqui entendido como espaço apropriado e usado, materializa a sua territorialidade pelo viés econômico e cultural. Considerando uma evolução histórica, a construção de obras humanas para adequar o espaço representa a dinâmica territorial dada pela reprodução do capital. Nos dizeres de Santos (2014, p. 62): “Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”.

Nesta concepção, o desenvolvimento humano no território ocorre com a substituição dos materiais retirados da natureza e utilizados de modo rústico pelos objetos fabricados. A nova configuração territorial verificada na Comunidade Canauanim pode ser perfeitamente comparada a esse processo, no que diz respeito à substituição das técnicas rudimentares empregadas na construção das moradias.

As características socioeconômicas do capitalismo tem sido aos poucos absorvidas no cotidiano indígena. A comercialização dos produtos cosméticos de empresas nacionais e estrangeiras de vendas diretas (Jequiti e Avon) é percebida visivelmente na comunidade através da divulgação em placas.

Wallerstein (2001, p. 124) analisando a civilização capitalista considera que “a propaganda e o *marketing* são evidentes construções de costumes” e que estes criam “mercados através da criação de gostos”. É evidente que os indígenas possuem necessidades de consumo, com relação a isso não há discussão, até pelo fato já mencionado da proximidade com as cidades. O que se analisa nesse caso é o florescimento de práticas tipicamente capitalistas como a difusão de anúncios análoga a atividade comercial.

Com a venda desses produtos se ganha uma porcentagem de comissão que certamente complementa a renda familiar. Deste modo, percebeu-se que a confecção e venda de artesanatos na comunidade, uma atividade que tem um significado tradicional, é praticamente inexpressiva. De certo modo, trabalhos que garantem uma renda maior estão ganhando cada vez mais espaço entre os indígenas que aos poucos vão incorporando no cotidiano o sistema capitalista, com destaque para a visão da chamada meritocracia.

Para a ideologia meritocrática a ascensão social é resultado de luta individual, o que é inerente ao capitalismo. No entanto, as desigualdades que permeiam as classes trabalhadoras denunciam a falha ilusória desta estrutura elitista que não contempla as realidades sociais.

Na busca pelo progresso social, a migração pendular já é algo comum para alguns moradores da comunidade que trabalham nas cidades próximas. Com isso, a aquisição de veículos automotores se faz uma necessidade de consumo. Conforme Santos (2014, p.25) “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista.” Na estrada de acesso a Comunidade observa-se a frequente a locomoção, em maioria, realizada por motocicletas.

O cotidiano apresentado na Comunidade reflete novas formas de organização da vida social. A cultura capitalista se infiltra no espaço discretamente e, algo que exemplifica isto é o funcionamento das escolas Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete e Municipal Indígena Prof. Leomar Cruz Cadete. Mesmo que exista a preocupação para que os professores tenham identidade local, os elementos do capitalismo vão adentrando na cultura indígena (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014).

Primeiramente, o estabelecimento de cumprimento de horários “constitui-se na verdade as primeiras formas de incorporação dos valores e modos de organização capitalista, que nem to-

das as lideranças indígenas mais críticas tem se dado conta” (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014, p.3724). Além disso, a formação escolar tem por função conceder um título profissional que se vincula a disposição humana para o mercado de trabalho. No que concerne à formação escolar enquanto capital simbólico Bourdieu (2010, p.148) retrata que: “O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)”.

A formação escolar como capital simbólico representa na ordem social as perspectivas dos indivíduos quanto aos seus lugares de ocupação na sociedade. Notoriamente isto abarca a visualização de oportunidades de engajamento profissional e de projetos de graduação no ensino superior, ambos com expectativas de remuneração salarial por serviços prestados.

Dessa forma, o que se percebe é que “as crianças indígenas estão sendo formadas sobre outro projeto de organização social e sobre outra ótica de formação distinta das gerações indígenas anteriores” (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014, p.3725). Ressalte-se que a discussão não objetiva questionar o papel das instituições escolares no âmbito da Comunidade Canaúanim, o que está em discussão são as práticas capitalistas que ocorrem de forma camuflada no processo de redefinição do espaço local.

A realidade explícita da educação escolar compreende uma lógica competitiva decorrente da globalização da economia capitalista (AFONSO, ANTUNES, 2001). Assim, a escola tem preparado os indivíduos para a execução de atividades individuais que remetem a meritocracia, onde as oportunidades de emprego pertencem aos mais “aptos”. O realismo da incorporação da cultura capitalista nesse aspecto se revela contrário ao modo de vida indígena baseado na coletividade.

Outro fator pertinente às mudanças de costumes na Comunidade Canaúanim é a inserção das políticas de proteção social. Estas visam garantir aos povos indígenas “Independente de sua organização social atual, os meios de sobrevivência e o lugar em que moram, as famílias indígenas têm direitos específicos que devem ser respeitados e garantidos pelos governos municipais, estaduais e federal” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011, p. 16).

O cadastramento das famílias para o recebimento de benefícios assistenciais se por um lado é essencial, como forma de assegurar o acesso a subsistência, por outro, ratifica a marcha em direção à cultura capitalista, na medida em que as relações de comércio por dinheiro passam a ser uma constante na vida da comunidade. Nessa nova realidade, é comum à presença de fraudas descartáveis, embalagens de leites industrializados, além de outros produtos que próprios do modelo capitalista de produção.

As necessidades se inovam frente à interação de fatores econômicos e culturais que transformam o contexto social. A comunidade Canaúanim, neste caso, não se encontra isolada em seu espaço local, “isto se comprova através da rede de energia e das antenas receptoras de sinais de TV, ainda que exista apenas corrente de chegada e pouca ou inexistência de corrente de saída” (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014, p.3726). Tais mudanças vêm interferindo no processo de transformação dos modos de vida dos indígenas e abre novas perspectivas de comportamentos individuais e coletivos.

Em Roraima, desde a colonização, o mundo cristão tem sido imposto aos povos indígenas, que segundo a religião precisavam ser convertidos ou estariam condenados eternamente (VIEIRA, 2014). O que se nota atualmente, ao menos na comunidade Canaúanim, é que os índios em parte foram convertidos à doutrina católica ou são evangélicos. No espaço da comunidade se identificam tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Evangélica que possuem cada uma seus respectivos templos.

Em suma, as igrejas têm como característica básica fornecer “algum tipo de resposta, algum tipo de consolo, às misérias materiais percebidas no mundo” (WALLERSTEIN, 2001, p. 98). Não

possuem exatamente uma função capitalista de arrecadação monetária, embora que para a manutenção das suas “obras” os fiéis contribuam com uma porcentagem de seus ganhos. O que se destaca neste ponto é que de certa forma torna-se conveniente que os frequentadores cristãos das Igrejas, no caso os indígenas da comunidade, sejam detentores de algum capital.

Mesmo com a catequização e evangelização os indígenas ainda preservam seus ritos e danças tradicionais. Os acessórios fabricados artesanalmente com sementes e penas são utilizados nos festejos da Comunidade. Conforme Santos (2008, p.16) [...] “os sistemas de crenças religiosas são recriados paralelamente à evolução da materialidade e das relações humanas [...]”. Portanto, as características culturais podem ser mantidas quando a tradição se evidencia além dos padrões de crenças adquiridas exteriormente.

Segundo Santos (2008, p. 116) [...] “o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam.” O espaço contempla elementos construídos por meio da própria dinâmica do comportamento humano agregando sempre novas experiências.

Referente às práticas capitalistas, algo que chama a atenção logo na entrada da comunidade Canauanim é uma placa de aviso direcionada a “marreteiros” (vendedores ambulantes). Segue a transcrição da placa: “Aviso: Durante o dia, a cada entrada de qualquer marreteiro paga uma taxa. Por favor procure o tuxaua. É proibido a entrada de marreteiros ou qualquer carro desconhecido após as 18:00h” (PESQUISA DE CAMPO, 2015) . Na Comunidade a maior autoridade indígena é o Tuxaua. Atualmente, essa posição é exercida através de eleição cujo mandato possui dois anos podendo ser reeleito.

No que tange a cobrança da “taxa”, esta visa regular a entrada dos ambulantes e, além disso, assegurar o controle do acesso à comunidade indígena ao estipular horário de entrada. A licença concedida pelo pagamento da taxa configura-se claramente uma prática capitalista de acesso ao território.

De acordo com Santos (2011, p. 20) [...] “a economia se realiza no espaço e não pode ser entendida fora desse quadro de referencia.” Os processos de mudança das configurações do território também são inerentes aos fatores econômicos. Assim, as projeções das práticas capitalistas que se manifestam no espaço na comunidade Canauanim evidenciam a relevância das atividades econômicas para a atual vida social indígena.

5. Considerações Finais

O processo de colonização de Roraima é marcado pela disputa espacial de ocupação e controle do território, de um lado os interesses dos colonizadores e de outro as comunidades indígenas, a quem lhe restavam dois caminhos: ou se submeter aos domínios do colonizador e servir de mão de obra escrava da colônia e posteriormente dos fazendeiros ou resistir às forças de ocupação, sendo muitas vezes obrigados a se refugiarem nas áreas afastadas das margens dos rios onde o acesso a água e outros meios de subsistência ampliavam as dificuldades de sobrevivência.

O que se verifica no tempo presente, é que o modelo de vida centrado nas práticas capitalistas, vem ganhando espaço no dia a dia da comunidade, possibilitando o enraizamento da cultura capitalista nas comunidades locais. Esta nova realidade comprova a interdependência entre os interesses da globalização, guiados pelo modelo capitalista de produção e consumo, e as transformações que vem redefinindo a organização do espaço local.

De fato, a comunidade indígena Canauanim vem passando por um processo de redefinição do espaço local e de reorganização do território evidenciados pela implantação de cercas no entorno das residências que caracterizam, embora timidamente, a formação da propriedade priva-

da. As práticas agrícolas desenvolvidas de modo individual pelas famílias também desempenham um papel contrário às atividades coletivas de outrora.

A natureza do empreendedorismo é algo que remete a promoção de benefícios próprios. A prática do comércio observada *in loco* na comunidade revela assim, o estabelecimento de novos padrões sociais. As práticas capitalistas relacionadas ao desenvolvimento de novas necessidades e hábitos de consumo estão intimamente ligadas às novas relações de trabalho e as políticas de proteção social que contribuem no aumento do poder aquisitivo.

As instituições escolares funcionam atualmente como um meio de se alcançar posicionamento social. Isto não retira a sua relevância para o enriquecimento intelectual indígena. No entanto, representa uma porta aberta as práticas capitalistas, com a exigência de horários fixos, o vínculo empregatício que remunera os funcionários e a oportunidade de formação para o ingresso no mercado de trabalho.

Atualmente é evidente na Comunidade Canauanim a existência de elementos da cultura capitalista dominante, que se projetam social e espacialmente em decorrência do processo de globalização. Portanto, caminha-se para um processo de transformação mais amplo no que se refere à reprodução do sistema econômico capitalista na comunidade indígena.

Referências

AFONSO, A. J.; ANTUNES, F. **Educação, cidadania e competitividade**: questões de uma nova agenda. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 83-112, julho/2001. ISSN: 1980-5314.

BICALHO, A. S. M. **Capital social na várzea amazônica**. In: BICALHO, Ana Maria S. M.; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

BARBOSA, R. I. **Ocupação humana em Roraima I**. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi, 9 (1): 123-144. 1993.

BARROSO, J. A. de V. **Diagnóstico ecológico econômico da bacia do Rio Cauamé no estado de Roraima, com a utilização de sistema de Informações geográficas para o desenvolvimento sustentável**. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BETHONICO, M. B. de M. **Indígenas e a Gestão Territorial**: desafios para o ensino superior. Bogotá, XII Colóquio de Geocrítica, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-M-Magalhaes.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

BEZERRA, J. B.; HERKSEDEK, P. M.; BASTO, E. S. **Os povos indígenas, as novas territorialidades e a redefinição do espaço local no estado de Roraima/Brasil**. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6.

BORTOLON, D. M. O. **Terra Indígena Araçá/Roraima**: continuidades e Transformações envolvendo coletividades macuxi. 178 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UNIVATES. Lajeado, 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: Ed. Grafima, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeto Levantamento e Classificação da Cobertura e do Uso da Terra Uso da Terra no Estado de Roraima**. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2005.

MELO, Luciana Marinho de. **Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima**. Dissertação (mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Revista Desenvolvimento Social**. Ano II1, n.º 3, 2011 – Brasília: MDS, 2011-11-10 V. : III. Color. ISSN 2175-2621.

RIQUE, L. **Do senso comum à geografia científica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSS, J. L. S.. **Geografia e as transformações da natureza: relação sociedade-natureza**. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; Emerson Galvani (Org.). Geografia, tradições e perspectivas: Interdisciplinaridade, meio ambiente e representações. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativa**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, M. da. **A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”**. In: PEREIRA, Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA Edson Belo Clemente de. (Org.). Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, G. S. da. **Agroatividade Wapixana na comunidade indígena Canauanim: avanços e ajustes em contato com outras culturas (1960-2010)**. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

SOUZA, J. O. C. de. **O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

ULE, E. **Entre os índios do rio Branco do norte do Brasil**. In: KOCH-GRÜNBERG, Theodor. A distribuição dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Yapurá. Tradução Erwin Frank. Manaus: Editora INPA/EDUA, 2006.

VEIGA, J. **Arrendamento e privatização da Terra Indígena**. VI Reunião de Antropologia del Mercosur (RAM). Montevideo, 16 a 18 de novembro de 2005 (GT 34 – Jê do Sul). Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf> Acesso em: 14 nov. 2015.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. 2. ed. Revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WAPICHANA, I. S. **Origem da Comunidade Canauanim.** Disponível em: <<http://ivoniosolon.blogspot.com.br/2012/02/origem-do-nome-canauanim.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

BIOGEOGRAFIA DOS POVOS DA FLORESTA: NORTE E SUL, INTELIGÊNCIAS CULTURAIS DE NUANCES E SINERGIAS

TIAGO AUGUSTO BARBOSA
ALEXSANDE DE OLIVEIRA FRANCO

Resumo

A Biogeografia se apresenta como um dos campos de estudo da Geografia, especialmente da vertente dos fenômenos físicos. Contudo, essa aparente subordinação aos mecanismos interpretativos ligados aos aspectos naturais, comumente ligados à Ecologia, representam apenas um ângulo de visão, sendo, portanto, parcial, ao se relacionar com uma visão sistêmica complexa. Acredita-se que o debate acerca das frentes de entendimento em relação à complexidade de uma natureza constantemente transformada, dinâmica por essência, aliada as diferentes apropriações do espaço por parte dos grupos humanos, pode ser enriquecedor no sentido de potencializar as conexões estabelecidas pelo tecido complexo de que é formada a vida no planeta Terra. A partir desta perspectiva inicial, empreende-se um ensaio diferenciado com vistas a traçar um estudo comparativo de verificação de nuances e sinergias entre os povos das florestas e suas inteligências culturais complexas. Para tal finalidade se estabelece como recorte temático os povos de Faxinais da floresta com araucária dos campos gerais do Paraná, no sul do Brasil; e comunidades tradicionais, em especial os seringueiros da floresta amazônica, no estado do Acre, porção norte do Brasil. Acredita-se que, mesmo diante da distância física, das diferenças de bioma e inteligências aplicadas, há uma salutar capacidade de percepção de articulações complexas que podem desvendar novas formas de entendimento do uso da inteligência cultural sob a égide de uma Biogeografia dos povos da floresta.

Palavras-chave: Faxinais, Seringueiros, Complexidade.

Abstract

The Biogeography is an important field of Geography, especially about physics geography. However, this apparent subordination to the interpretative mechanisms linked to natural aspects, commonly linked to ecology, represent only one angle of view, and therefore partial to relate to a complex systemic view. It's believed that the debate about Biogeography and complexity have an important contribution. It can be enriching in order to enhance the connections established by the complex fabric that is formed life on Earth. In this case makes different test in order to draw a comparative study of verification differences and synergies between forest peoples and their complex cultural intelligences. To effective works the target of this paper are Faxinalenses of Araucaria forest, southern Brazil and Seringueiros of Amazonian forest, north of Brazil. It is believed that, despite the physical distance, differences in biome and applied intelligence, there is a healthy ability to perceive complex joints that can uncover new ways of understanding the use of cultural intelligence under the aegis of biogeography of forest peoples.

Keywords: Faxinais, Seringueiros, Complexity.

1. Introdução

O Brasil é um país de dimensões continentais que abrange grande diversidade de sistemas vivos. Entre os sistemas vivos destacam-se os povos que muitas vezes são denominados de tradicionais ou minoritários distribuídos em todas as regiões. O país possui Quilombolas, faxinais, seringueiros, extrativistas, quebradores de coco, indígenas, ribeirinhos, caboclos, entre outros. Assim possuem especificidades de generalidades, nuances e sinergias culturais.

Nesse contexto a biogeografia, que corresponde aos quadros da Geografia Física, tem função importante, pois trata dos seres vivos e sua distribuição ao longo do tempo no planeta. A abordagem do presente trabalho baseou-se na comparação e discussão dos povos que vivem em território brasileiro, em especial os seringueiros da floresta amazônica que vivem na Reserva extrativista Chico Mendes e os povos de Faxinais da floresta com araucária dos campos gerais do Paraná, no sul do Brasil. Para tanto a construção da discussão permeou as experiências empíricas e práticas no contexto dos povos e comunidades mencionadas.

Percebe-se que a perspectiva abordada refere-se a uma ecologia vinculada a biogeografia humana ou antropogeografia, na qual a preocupação na discussão esta baseada na perspectiva da construção de identidade dos povos de forma geral.

Aliado ao mencionado, outro aspecto importante é a articulação complexa que podem desvendar novas formas de entendimento do uso da inteligência cultural. Na perspectiva da complexidade expressa por Morin e Le Moigne (2000) se apresenta uma necessidade de estabelecer o pensamento complexo como alternativa à especialização demasiada e à fragmentação dos saberes, incluindo aí os etnosaberes, saberes da floresta, expressos pelas inteligências culturais dos povos tradicionais.

Há interessante contribuição de Figueiró (2015) no que diz respeito a uma diversidade Geo-Bio-Sociocultural, também como alternativa conceitual das aplicabilidades de estudos em Biogeografia. Para além da perspectiva puramente naturalista, se mostra a possibilidade de encadeamento sistêmico, através do qual inúmeras variáveis, e especialmente humanas, são agora também trazidas à luz do debate e compreensão, de forma a organizar novas fronteiras de saberes e, sobretudo, aliciando positivamente sujeitos do “senso comum” em sinergias epistemológicas, culturais, científicas e sociais com os sujeitos da ciência.

Corroborando as perspectivas conceituais já mencionadas se apresenta ainda a percepção sistêmica, dando ideia do todo de maneira integradora. Traz-se ao debate as contribuições de sistemas presentes nos trabalhos de Fritjof Capra em sua Visão Sistêmica da Vida, aliado às nuances e possibilidades apontadas pelos Geossistemas, como pode ser encontrado em Christopherson (2012). Nesse sentido, a constituição dos encadeamentos sistêmicos se dá através da percepção de um contínuo geográfico e sistêmico alicerçado nas formas de uso, ocupação e sinergia com os ambientes naturais, externados pelo diagnóstico comparativo e interpretativo de duas realidades Geo-Bio-Socioculturais diversas, Norte e Sul, Seringueiros e Faxinalenses.

2. Biogeografia, sua relação humana e a complexidade sistêmica.

A Biogeografia, por essência, se apresenta como uma ramificação científica responsável por conceber investigações e apreensões acerca da distribuição dos seres vivos no planeta, ao mesmo tempo em que busca compreender seus mecanismos de funcionamento e reprodução. Nesse entremeio se pode afirmar que, em uma perspectiva histórica, a referida ciência se engendra na articulação de uma história da vida, cuja linha de organização orienta o que se pode chamar de geografia do tempo. Em outras palavras, a perspectiva histórica da Biogeografia apresenta um

conjunto de lições do passado que podem e devem ser aplicadas no presente e com orientações de aplicabilidade em cenários futuros, a isso também se pode chamar de inteligência cultural, na aplicação de conhecimentos vernaculares e também científicos.

Noutra ponta do substrato, que direciona o complexo campo da Biogeografia, apresenta-se a perspectiva Ecológica que se organiza a partir de elementos físicos, naturais que estabelecem ativos de ordem para a distribuição dos seres vivos, como elementos de especiação, relações harmônicas e desarmônicas, barreiras de limite de distribuição, etc. Seria, no entanto, possível perceber uma Biogeografia Humana nesses termos tradicionais dos estudos em Biogeografia? Entendendo que sim, a presente contribuição se mostra como um ensaio em perspectiva, buscando diálogos entre um campo outrora restrito à descrição ecológica, agora com outra roupagem, não necessariamente nova, mas com grandes potencialidades de debate e ampliação do bojo dos saberes científicos e tradicionais.

Em termos de entendimento de uma Biogeografia Humana, há que se atentar para uma condição essencial, da percepção da sustentação dos grupos humanos no ambiente, em variadas escalas, mas nesse ensaio com destaque ao local e regional (macro e micro). Para Figueiró (2015) pensar a natureza como pura e simplesmente depósito de recursos naturais indica um caminho de capitalização extrema, uma financeirização do que, necessariamente, é muito mais complexo do que produtos vendáveis, por tratar-se de subsistência humana, orgânica, social, econômica e cultural. Nesse sentido, o referido autor aponta uma alternativa viável, uma terceira via talvez – que não a via extrema da financeirização, nem tampouco o extremo da proteção integral – que integra a ideia de patrimonialização, em outras palavras se distanciando da perspectiva de capital natural para uma percepção das práticas de natureza com a sociedade, incorporando inúmeros valores à natureza e também à sociedade humana, que vão além da perspectiva mercadológica, mas trazem à tona a importância da paisagem, identidade, lugar e outras nuances conceituais, de reconhecida importância para uma boa qualidade de vida.

Na abertura do primeiro capítulo da obra *A Economia da Natureza* de Robert Ricklefs uma menção, com característica de convite à reflexão, é fornecida ao leitor, destacando um desafio lançado por William Cronon na obra *Uncommon Ground*, irradiada pela organização de duas percepções acerca da natureza e das relações humanas com esta. A primeira percepção é a de que a natureza tende ao equilíbrio auto restaurador ao ser deixada por si só. De outro lado, a ausência dos seres humanos no mundo empreenderia um estado de natureza prístina. Independentemente da validação científica destas percepções (as quais apresentam defensores e críticos), há uma provocação do autor, a qual pressupõe que a partir dos elementos culturais moldamos nossa visão de relação com a natureza.

Assim, sugere que na mente de algumas pessoas a possibilidade de extinção das espécies faz emergir um medo profundo da perda do paraíso (natureza em estado original), de uma realidade onde o mundo é imperfeito e talvez até da própria extinção humana. Finaliza Cronon adiantando ao leitor que o paraíso (ecologicamente falando) jamais existiu, ao menos não na experiência humana e sugere que o modo como nos ajustamos ao mundo, imperfeito, depende dos valores e crenças morais, mas que é sugerível que haja posicionamento, para o bem da humanidade, nutrido por um conhecimento científico de como funcionam os sistemas naturais e de que modos os seres humanos são percebidos como parte integrante do mundo natural.

A abordagem sistêmica é utilizada com muita ênfase na geografia física, no entanto acredita-se que na geografia humana há um perceptível potencial de aplicabilidade. Assim sendo a perspectiva deste ensaio é também dialogar a partir desta tradicional dicotomia, na tentativa de extrapolar suas fronteiras promovendo a intersecção de saberes e campos científicos. Para árdua tarefa, empreende-se uma ideia introdutória proveniente das ciências biológicas, acerca da vida

sistêmica.

De acordo com os estudos de Maturana e Varela (1995) a vida é caracterizada por uma série de elementos funcionando em sinergia, dentre os quais se destaca a característica essencial de automanutenção. A esta característica, chamaram de autopoiese, em referência à auto-organização e à ação cíclica de regulação, ou simplesmente ação.

Em termos gerais, se pode afirmar que o produto de um sistema autopoietico se caracteriza pela sua própria auto-organização, um processo capaz de auto sustentar-se, desde que haja condições para que isso ocorra. Percebendo a sugestão de auto sustentação proposta pelos referidos autores, se pode pensar em uma aproximação com o ideário motivador deste ensaio, que são, em essência, grupos humanos, tradicionais que apresentam determinado grau de autopoiese, alicerçados pelos perfis de subsistência e adaptabilidade ao ambiente e aos sistemas sociais, econômicos e culturais.

A organização da vida sob uma ótica sistêmica vai ao encontro a outra importante contribuição científica dada pela lógica da complexidade, conforme apontado anteriormente. Assim, há que se pensar em uma perspectiva de sistemas complexos para uma melhorada forma de visualizar articulações sinérgicas e áreas de fricção.

A utilização da terminologia complexidade implica necessariamente em um encadeamento epistemológico de aproximação ao termo, apresentando nesse sentido uma noção da complexidade e especialmente a aplicação desta em um sentido sistêmico, apoiando a ideia de sistemas complexos. Em alguns estudos contemporâneos (FURTADO & SAKOWSKI, 2014; MITCHEL, 2011) há uma discussão bastante interessante acerca da constituição de uma ciência da complexidade, todavia, há dissidências no que tange a estruturação desta “nova” ciência, conforme aponta Israel (2005). Todavia, espera-se que temas correlatos à complexidade tenham reconhecidas suas utilidades, sobretudo em perspectivas trans e interdisciplinares.

De forma sintética, pode se apontar, ainda de acordo com Furtado & Sakowski (2014. p.11), que as propriedades centrais para se pensar o sistema complexo podem ser elencadas da seguinte maneira:

- Interação entre agentes (homogêneos ou heterogêneos);
- Propriedades emergentes e auto-organização;
- Importância da não linearidade, das escalas e da hierarquia;
- Regras e determinismo, padrões observados;
- Ênfase na dinâmica e retroalimentação;
- Noções da adaptação, aprendizado e evolução.

Em publicação recente, Capra & Luisi (2014) trazem contribuições significativas sob o prisma de uma reflexão complexa e sistêmica. Na obra *A visão sistêmica da vida: Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*, o leitor é convidado a participar de uma viagem de síntese de possibilidades teóricas que buscam evidenciar a conectividade dos seres vivos e as dinâmicas emergentes, as quais assumirão papel importante nesta pesquisa, e de auto-organização (autopoiese, oriunda das ciências biológicas). Dessa forma, a constituição de uma base científica apresenta uma égide bastante significativa, onde sistema e complexidade assumem caráter de guia ou base para o desenvolvimento de pesquisas com essa tônica, interconectividade latente.

A interpretação e estudo de fenômenos geográficos sob a perspectiva da complexidade se mostra de maneira subjetiva. Esta afirmação fundamenta-se no princípio da complexidade exposta por Morin (2005) que, de forma aqui simplificada, aponta na direção de que a contextualização dos fenômenos dá a tônica de sua interpretação.

Partindo dessa lógica, um convite à reflexão é cunhado, uma provocação paira no ambiente

acadêmico: A universidade (e seus atores) deve ultrapassar-se para se reencontrar. Em primeira instância, essa assertiva denota uma ideia de fluidez, dinâmica processual de ir além do arraigado, talvez a ideia de transcendentalidade (por si só, o prefixo trans já é um convite à reflexão de uma perspectiva mais abrangente e complexa) se mostre como um caminho adequado a esta finalidade. Assim, ultrapassar-se implica em observar com diferentes perspectivas, fenômenos que anteriormente, sob a luz da tradicional compartimentação do saber, isolava os conhecimentos e inviabilizava uma interpretação contextual e sistêmica. Nesse sentido, o ensaio aqui apresentado é uma tentativa de se lançar nesse campo múltiplo de ultrapassagem de uma perspectiva conservadora, buscando uma cadência de articulações entre campos do saber com a finalidade de conceber uma visada original e contributiva às ciências, especialmente o campo da Geografia.

3. As populações tradicionais da Amazônia - os seringueiros do Acre, suas características socioecológicas e culturais.

A Amazônia é um bioma com características fisiológicas particulares no qual se encontram uma grande quantidade de vida e um dos maiores recursos hídricos do planeta. A região amazônica é ainda um local na qual se encontram uma infinidade de grupos étnicos denominados tradicionais, a saber: seringueiros, extrativistas, caboclos, ribeirinhos, indígenas entre outros. Cada grupo mencionado possui uma identidade particular, apesar de utilizarem os mesmos recursos. É importante mencionar que para o desenvolvimento do presente trabalho o local estudado foi a Reserva Extrativista Chico Mendes na área que corresponde ao município de Xapuri, em especial no Seringal Floresta e o grupo étnico os seringueiros. O local justifica-se, pois é uma área de conservação de uso direto regulamentada pelo poder público e com plano de manejo específico. E o grupo, pois vivem em áreas de conservação com políticas públicas específicas e direcionadas. Além do mais o grupo e o local são estudados por muitos pesquisadores de instituições de ensino nacionais e internacionais.

O seringal é estruturado em colocações¹. (Figura 1). Cada colocação possui ao menos duzentos hectares o que corresponde a duas estradas de seringueiras, no entanto encontram-se colocações maiores e outras menores em função da subdivisão familiar. As estradas de seringa delimitam fronteira entre uma colocação e outra e ainda entre seringais.



Figura - 1: Representação de uma colocação, Alechandre (2007)

¹ Local onde era produzida a borracha no seringal.

Os seringueiros possuem um modo de vida que se baseia na utilização dos “recursos naturais” extraídos da floresta. Isso ocorre, pois vivem no interior da floresta distante dos centros urbanos. Nos seringais há uma dinâmica gestão do território, áreas destinadas ao extrativismo, criação de animais e produção agrícola. A extração do látex das seringueiras foi por muito tempo a principal fonte de renda dos que viviam nos seringais. Para Silva (2005) no contexto dessa produção socioespacial, a territorialização de forças econômicas e o forjamento de forças sociais na floresta produziram o surgimento de territorialidades diversas em territórios diversos.

Utilizam o látex como fonte de renda, apesar da queda do valor da borracha. Para os seringueiros a borracha sempre foi importante atividade desde a ocupação da região e motivo inicial para a migração. A estrutura dos seringais esta ligada diretamente a essa atividade. Coletam ainda durante um determinado período do ano sementes e frutos para compor a renda. Produzem pequenos roçados para agricultura de subsistência. Nesses roçados plantam mandioca, arroz e feijão basicamente e produzem durante 2 ou 3 anos até abandonarem e criarem outro através do corte e queima da floresta e plantio das espécies para consumo.

Os seringueiros utilizam ainda como fonte de alimentação, a caça (cutia, paca, anta, macaco, etc.) e a pesca para aqueles que vivem próximo aos rios e igarapés.

A cultura do seringueiro é caracterizada pelo processo de integração com a natureza, já que se baseiam na compreensão das interações existentes entre os ciclos da natureza e o uso dos recursos naturais. O seringueiro apresenta um conhecimento da natureza que é transferido de geração em geração e que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Assim, a cultura tradicional do seringueiro está baseada no que se costuma chamar de um “conservadorismo cultural” que implica em um comportamento mais prudente em termos ecológicos (ACRE, 2000).

O plano de manejo da Resex limita uma serie de atividades impactantes aos seringueiros como desmatamento para criação de gado e outros rebanhos. Além da caça e pesca predatória dentro do local. A Resex possui uma serie de obstáculos aos seus moradores, como por exemplo, infraestrutura precária com relação aos ramais, armazenamento, ao transporte e insumos. Isso dificulta a vida dos moradores e do investimento.

Os seringueiros tem uma historia de lutas contra a fome e devastação da floresta, os “empates”² foi o símbolo da resistência seringueira. Com as reivindicações, as politicas públicas convergiram aos seus interesses, especialmente aqueles que viviam nas áreas onde criaram as Unidades de Conservação de uso sustentável. Dessa luta converge a criação das Reservas extrativistas, denominado de reforma agraria dos seringueiros. Segundo Conselho Nacional dos seringueiros (1992) as Resex nasceram originalmente da luta pela identidade dos seringueiros, povos que viveram explorados secularmente pelos patrões da borracha nativa na Amazônia. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2006)

O movimento foi uma oposição dos seringueiros aos modelos de desenvolvimento definidos pelo governo federal para a região amazônica brasileira, na década de 1970, onde predominavam a implantação de projetos agropecuários extensivos, de mineração e madeireiros, resultando em grande concentração fundiária, êxodo das populações tradicionais para as cidades e devastação da região. (MMA, 2006 p. 11).

Os seringueiros vivem na/da floresta e estão diretamente vinculado á ela, dessa forma nada mais justo que defendê-las para que suas necessidades e sobrevivência permanecessem. Dessa forma, usufruir de suas conquistas.

2 Luta dos seringueiros onde os mesmos davam as mãos para empatar/ inibir o desmatamento das florestas.

Isso pode contribuir para o que denominamos “inteligência cultural” para a construção da identidade. Segundo Lee & Sukoco (2010) Inteligência cultural é a capacidade de indivíduos em resolver problemas e adequar-se as circunstâncias culturais. A “inteligência Cultural” é em certa medida discutida no campo de executivos de empresas multinacionais em diferentes países e em diferentes culturas, no entanto aqui a discussão segue os indivíduos seringueiros. Inteligência Cultural não tem absolutamente haver necessariamente com inteligência psíquica adquirida através do conhecimento científico, mas ela é principalmente empírica e adquirida pela experiência. Earley e Ang (2003) propuseram o conceito de Inteligência Cultural, como um construto multifatorial, composto por quatro facetas: cognitiva, meta-cognitiva, motivacional e comportamental. Nesse contexto parece-nos que nesse ponto em especial os seringueiros possuem uma inteligência cultural que contribui para a adaptação ao meio e ao fortalecimento de sua identidade. É importante mencionar que a Inteligência cultural envolve uma serie de variáveis, para Ang, Dyne, Koh, Ng, Templer, Tay & Chandrasekar (2007) envolve habilidade de interagir de maneira satisfatória em ambientes culturais, distintos perfis, etnias e nacionalidades, no entanto não pretendemos estender essa discussão.

Em uma perspectiva sistêmica os seringueiros desenvolveram uma auto sustentação ao ambiente, ou seja, a autopoiese. Há nesse contexto um funcionamento de sistema complexo alicerçados pelos perfis de subsistência e adaptabilidade ao ambiente e aos sistemas sociais, econômicos e culturais. Pode-se compreender melhor a organização sistêmica pela figura a seguir.

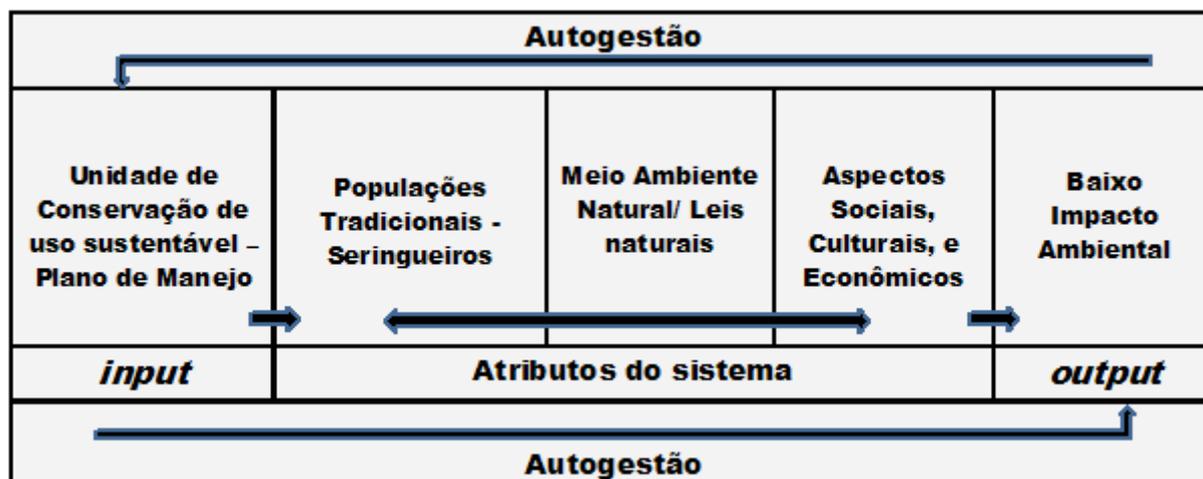


Figura - 2: Organização sistêmica dos povos da floresta – seringueiros

Dessa forma observa-se que tudo esta conectado no respectivo sistema e são todos interdependentes. As atividades desenvolvidas pelos seringueiros dessa forma podem interferir diretamente no sistema de diferentes formas e isso traz um *feedback*. Acredita-se que a interferência dos seringueiros não interfere de forma negativa do sistema, pois o impacto ambiental é baixo e dessa forma autossustentável.

4. Povos de Faxinais dos Campos Gerais Paranaenses – Geo-Bio-Sociocultural diversidade

Há quase uma década, estudos direcionados aos Faxinais do Paraná vêm sendo desenvolvidos por várias instituições paranaenses, com destaque às Universidades Estaduais de Ponta Grossa (UEPG-PR) e do Centro Oeste (UNICENTRO - PR). Somada a estes estudos, estão medidas

organizativas de encontro dos povos faxinalenses (cinco edições) e articulação da rede Puxirão dos Povos e comunidades Tradicionais como forma de empoderamento representativo político dessas comunidades.

Dada à singularidade do recorte, o interesse em pesquisas nos Faxinais ocasionou um grande volume de esforços intelectuais, com vistas a esclarecer seus variados aspectos e também na tentativa de sistematização de dados como forma de empoderamento para as ações comunitárias de resistência e organização.

As comunidades de Faxinal caracterizam-se por estruturar-se de uma maneira singular, nos aspectos de estrutura social e ordenação territorial. De acordo com Chang (1988), o Sistema Faxinal é uma forma de organização camponesa característica da região centro-sul do Paraná, com uma formação vegetal típica representada principalmente pela mata de araucárias, espécie comum na região sul do país e árvore símbolo do Paraná. A formação desse Sistema, segundo a autora, está associada a variados condicionantes de ordem físico-naturais da região, além de elementos econômicos, políticos e sociais.

Tradicionalmente o Sistema Faxinal se assemelha a outras formas de organização rural que mantém um eixo familiar de produção. Entretanto, o que faz do Sistema Faxinal um exemplo singular é justamente sua forma de organização ou ordenamento territorial, sobretudo, o caráter coletivo do uso da terra para a produção animal e estruturação social. Suas terras estão divididas em dois espaços principais: o criadouro comunitário e as terras de plantar (Figura 3).

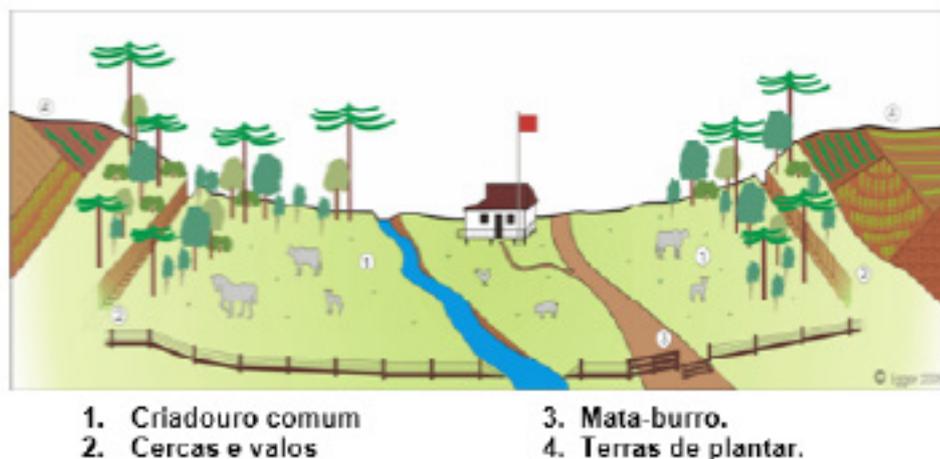


Figura - 3: Perfil Esquemático de comunidade de Faxinal

O criadouro comunitário pode ser também denominado faxinal, nomenclatura que também designa o tipo de mata encontrado em seu interior. É nesse espaço que residem os membros da comunidade, e é nele também onde se criam os animais soltos. É importante salientar que, embora haja o uso coletivo da terra, a propriedade continua sendo particular. As terras de plantar são, normalmente, circunvizinhas ao criadouro comunitário e destina-se basicamente a policultura de subsistência, sobretudo, com o cultivo de milho e feijão.

Em termos de dimensão natural, pode-se afirmar que O Sistema Faxinal é um modo de vida tradicional da biodiversidade, sendo considerado atualmente, um dos últimos remanescentes expressivos de Floresta Ombrófila Mista da região dos Campos Gerais, “merecendo o status de unidades de conservação estaduais” (MORO e LIMA, 2012).

As Terras Faxinalenses se caracterizam por serem territórios múltiplos e multidimensionais. A

partir dessa noção de fluidez, quatro dimensões principais podem ser utilizadas para se explicar a multiterritorialidade do Sistema Faxinal. Todavia, é importante ressaltar que essas dimensões podem variar de acordo com as especificidades de cada comunidade, pelo seu histórico de formação, localização, etc.

As comunidades de Faxinal estão diretamente relacionadas ao meio natural. De acordo com Chang (1988), a formação do Sistema está associada a diversos condicionantes da ordem físico-natural presentes na região. Pode-se dizer que esta relação com o meio natural se dá principalmente pelo fato dos faxinalenses dependerem, no sumo de sua forma de produção e reprodução, do ambiente para subsistir. O estado do Paraná sofreu um processo intenso de desmatamento no último século. Entretanto, conforme explica Löwen Sahr (2005), a presença de faxinais no território paranaense colaborou significativamente para a conservação de parte da mata característica do Paraná, a Mata com Araucárias. Em um século de exploração predatória das matas paranaenses, a Araucária (*Araucaria angustifolia*) corre sério risco de desaparecimento. Atualmente esta mata está reduzida a apenas 1,2% da provável área original que ocupava. Este bioma de mata está inserido no domínio da Mata Atlântica e é classificado cientificamente como Floresta Ombrófila Mista, com presença de várias espécies relacionadas e com grande valor econômico agregado, entre elas destacam-se: a imbuia, a canela, o cedro e a erva-mate.

O Sistema Faxinal compõe a vasta diversidade sociocultural brasileira, a qual é acompanhada de diferentes formas de organização e de uso da terra, dentre estas as de populações tradicionais (LÖWEN SAHR, 2007). Essa dimensão prioriza a noção de território enquanto produto da apropriação ou valorização simbólica, nesse caso a valorização do faxinalense em relação ao seu espaço de vida. Segato (2005) atenta para o fato de que as paisagens formadoras do território criam emblemas, onde os atores sociais se identificam e cobram realidade e materialidade diante de seus próprios olhos. No Sistema Faxinal, a identidade dos moradores é marcadamente determinada por dois elementos principais: o meio natural e o modo de organização social, a partir destes dois elementos derivam outros, levando a formação da identidade do Faxinal. Os laços de identidade são criados e recriados cotidianamente, assim como a bracinga que sempre nasce de novo: queima e rebrota. As dinâmicas relacionais cotidianas constituem afirmações da identidade do território faxinalense, ou nas palavras de Haesbaert (2004, p. 82) "... justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade."

A economia do Sistema Faxinal se ampara principalmente na atividade silvo pastoril, que se materializa no criadouro comunitário. Esta atividade consiste em criar animais utilizando a floresta. Esta atividade em Faxinais destaca-se pela criação do gado miúdo (suínos e caprinos) e gado graúdo (ovinos equinos) de forma coletiva e solta, no bioma da mata com Araucária. Há ainda a exploração da erva-mate, atividade bastante marcante do Sistema Faxinal. Embora o uso do criadouro comunitário seja coletivo, a exploração da erva-mate e a produção animal são caracteristicamente privadas, ainda assim aqueles que não têm propriedade sobre a terra podem morar, criar e trabalhar no criadouro.

Diante de uma estrutura organizacional ímpar, se pode notar uma iminente complexidade sistêmica nos Faxinais, que apresentam prospectivas formas de ação, desde sua dimensão social e cultural até seu modo tradicional de subsistência, mas também com indicações de elementos contemporâneos como a prática da silvicultura e fomicultura, além do SAF – Sistema Agroflorestal. Tais considerações engendram uma percepção que pode ser apontada como pós-moderna, onde convivem elementos tradicionais com propriedades contemporâneas, sobretudo vinculadas ao modo de vida e produção. Em termos sistêmicos, a percepção apurada se dá pela iniciativa comunitária de articulação entre modo de vida social, subsistência orgânica e econômica e, até certo

ponto, sustentabilidade ambiental – se comparada a outros modos de organização social camponeses, por exemplo. Embora haja a previsão de que muitas divergências, em termos sustentáveis e/ou organizacionais sistêmicos possam vir ser apontados num futuro de investigações críticas acerca do tema, em um diagnóstico amplo e orientado à complexidade sistêmica se percebe que o modo ímpar e multidimensional de organização é ativo de grande valia para a compreensão de um fragmento legítimo da sociedade rural paranaense. Ao mesmo tempo em que a produção da sobrevivência se dá por mecanismos tradicionais de cultivo da terra, de outro lado algo de moderno em termos de conservação e manutenção da geobiodiversidade se apresenta vivamente aos olhos de quem se debruça em estudar a temática dos Faxinais, além de alertar possibilidades de se fazer diferente dos moldes capitalistas puramente financeiros.

5. Diferenças e sinergias dos povos na perspectiva biogeográfica.

Acredita-se que tanto como o estudo da fauna e da flora, o estudo do homem no contexto biogeográfico é muito importante para compreender as diferenças e sinergias entre os povos que vivem em diferentes espaços do planeta. Essa análise faz-se através da complexidade do enfoque homem, natureza e espaço geográfico.

Os grupos/povos aqui mencionados possuem uma “tecnologia” baseada em suas práticas milenares, ou seja, ainda manuais em suas atividades. Nesse contexto os Seringueiros da Amazônia e os Faxinalenses no Paraná possuem diferenças e sinergias que se apresentam a seguir:

5.1 Diferenças

As diferenças entre os grupos mencionados são muitas, entre as quais se podem destacar:

1) Espaço Geográfico: Sob a égide do espaço geográfico, ficam evidentes as diferenciações, sobretudo ao se pensar em uma escala mais abrangente, como por exemplo, os biomas: Amazônico e Campos sulinos; além de articulações recorrentes a estes compartimentos, como ativos naturais disponíveis e suas consequentes transformações em recursos naturais. Tais elementos diferenciadores engendram, por sua vez, as diferentes formas de desenvolvimento cultural, social, ambiental e econômico.

2) Os seringueiros aqui mencionados vivem em unidade de conservação de uso sustentável; por outro lado, os faxinalenses vivem em áreas não caracterizadas por ser de conservação, em termos da legislação – ainda que, em termos práticos muitos pesquisadores considerem que os Faxinais se apresentam como UC's informais – há a caracterização de ARESUR, que se retrata em uma Área Especial de Uso Regulamentado, que dispõe sobre a utilização e garante aos Faxinais o direito de se reproduzir enquanto comunidade tradicional.

3) Os seringueiros são basicamente extrativistas, atendendo a uma demanda ativa dos recursos naturais por eles transformados; de outro lado os faxinalenses se apresentam em grande mote como camponeses voltados à subsistência, ainda que perspectivas diferenciadoras venham se apresentando nas últimas décadas, alterando sensivelmente algumas práticas tradicionais, como por exemplo, a partir da introdução da fumicultura.

4) Em termos de abrangência espacial, as comunidades de Faxinal apresentam uma área reduzida em termos de tamanho, resignando-se às áreas comumente de fundos de vale para estabelecimento do criadouro comunitário e suas áreas circunvizinhas para organização das terras de plantar; De outro lado os povos da floresta, amazônica, demonstrado pelos seringueiros neste ensaio, se valem de uma área de abrangência espacial necessariamente maior, visto que a atividade motriz – extração do látex- é caracterizada por uma riqueza de indivíduos (seringueira) que

corresponde a uma extensão de área elementarmente maior.

5) Se de um lado os seringueiros utilizam a terra como usufruto, no entanto pertencente à União; de outro a população faxinalense tem a posse da terra do criadouro comunitário, sendo reconhecidamente enquadrada na política de populações tradicionais, adicionalmente a isso as terras de plantar são privativas, tendo cada proprietário sua posse e legitimamente sua escritura.

Em termos de diferenças poder-se-ia enumerar várias outras, extensamente, contudo, para termos de apresentação e percepção, os temas aqui demonstrados são suficientemente esclarecedores daquilo que se objetiva nesta seção do ensaio proposto. Se de um lado as diferenças são apresentadas, somam-se também as relações sinérgicas e aproximativas que podem contribuir à uma interpretação complexa e sistêmica da realidade dos povos da floresta do norte e do sul do Brasil continental.

5.2 Sinergias

Por sinergias adota-se a concepção de associação ou articulações de situações factuais e vivenciadas em relação ao modo de vida e reprodução dos povos da floresta estudados neste ensaio. Nesse sentido, se apresenta a seguir alguns tópicos sinérgicos de dão conotação à articulação complexa e sistêmica a que se destina também esse esforço contributivo expresso pela pesquisa.

1) Embora os povos da floresta amazônica, expressos aqui pelos seringueiros, tenha notadamente sua prática marcada pelo extrativismo, percebe-se, que assim como nos Faxinais, a estrutura é quase que integralmente voltada à subsistência, onde poucos são os excedentes de suas produções. Nesse sentido se destaca ainda a agricultura de subsistência, organizada paralelamente no caso dos seringueiros e de forma central na questão faxinalense.

2) Ainda orientada pela condição de subsistência, percebe-se em ambos os representantes a pecuária em pequenos rebanhos de bovinos, frangos e suínos;

3) Talvez, as percepções mais apuradas e iminentes, presente nas duas representações sociais, estejam atreladas ao respeito aos elementos naturais, que são passíveis de transformação em recursos e ao mesmo tempo são elementos de configuração de importantes vínculos que se enquadram na paisagem, no lugar e, sobretudo, na constituição da identidade de seringueiros e faxinalenses.

4) Aliado à prerrogativa de respeito e interesse por elementos da natureza, pode-se articular a sinergia do que ousa-se aqui chamar de Inteligência cultural, que pode ser traduzida também como saber tradicional, etnosaber, saber vernacular e práxis vivenciada. Esta característica é, sem dúvidas, uma das grandes riquezas de povos como aqui estudados, que mostram uma diversidade étnica, cultural, operacional de grande complexidade e reconhecidamente ímpar por inúmeros pesquisadores e, cada vez mais, pela sociedade como um todo.

5) Finalmente, um aspecto de forte sinergia se dá através do conhecimento e gestão do território. Uma vez que suas identidades são definidas pela paisagem e pelo território, a gestão deste último passa a ser elemento de sobrevivência da comunidade, em termos organizativos multidimensionais e também em termos de empoderamento, claramente em uma situação de conhecer para proteger e se desenvolver. A esse respeito, pesquisadores e entusiastas são cada vez mais presentes e trazem reconhecidas contribuições a essas populações, especialmente com instrumentalização para o empoderamento das populações locais, para conhecimento e agregação de valor a seus modos de vida, garantindo-lhes armas eficazes para sua proteção e dignidade.

6. Considerações Finais

A biogeografia na perspectiva humana no contexto do presente trabalho contribuiu para o debate das nuances e sinergias dos grupos humanos seringueiros e faxinalenses. Consta-se que os grupos aqui relacionados possuem uma inteligência cultural mensurada pelas formas de uso e ocupação da terra, pela luta de seus direitos e pela potencial adaptação ao meio em que vivem.

As formas de uso e ocupação da terra se materializam na medida em que os grupos entendem o ambiente e dele utilizam para suas atividades culturais, sociais e econômicas. Os seringueiros da Amazônia e os faxinalenses do Paraná compreendem de forma profunda seu território; realizam uma gestão do ambiente que tem um potencial de adequação ao seu modo de vida que salta aos olhos de pesquisadores, poder público e sociedade como um todo. Evidentemente, muitas situações de pressões – de várias ordens, desde ambiental até a econômica – são presentes, contudo, as articulações benéficas, de acordo com as aspirações dos autores desta investigação são, e devem ser, evidenciadas de forma a demonstrar considerações factuais de modos de organização e gestão do território em comunidades reconhecidamente tradicionais e articuladas com o ambiente.

Os grupos mencionados reivindicam seus interesses e os buscam na forma de protestos junto com seus associados, sejam em cooperativas, associações ou conselhos. Através da luta de seus direitos houve convergência de políticas públicas que os beneficiaram diretamente como, por exemplo, criação de unidades de uso sustentável no qual ambos vivem.

A adaptação ao meio é algo muito importante, pois somente a partir disso que o indivíduo pode desenvolver melhor suas atividades, além do mais entende o meio e dele utiliza de forma consciente sem causar grandes impactos negativos.

Outro aspecto importante é a complexidade no contexto dos grupos mencionados que dialoga com a inteligência cultural. O produto de um sistema complexo é capaz de promover autosuficiência, desde que haja condições para que isso ocorra. Os grupos humanos, seringueiros e faxinalenses apresentam determinado grau de autopoiese, alicerçados pelos perfis de subsistência e adaptabilidade ao ambiente e aos sistemas sociais, econômicos e culturais.

Nesse contexto a inteligência cultural é atributo fundamental para todo e qualquer grupo humano independente do espaço geográfico que vive e a complexidade peça importante para compreender as diferentes conexões da vida no planeta.

Referências

ACRE. 2000. Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente – documento final. **Governo do Estado do Acre**. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SECTMA.

ALECHANDRE, A. **Exploração Florestal e sustentabilidade**. Slidshare - Academia amazônica. Tópicos especiais: Teoria e prática para a construção de uma Amazônia Sustentável. Rio Branco, Acre - 2007.

ANG, S., DYNE, VAN L., KOH, C., NG, K.Y., TEMPLER, K.J., TAY, C. & CHANDRASEKAR, N.A. (2007). **Cultural Intelligence: Its measurement and Effects on Cultural Judgment and Decision Making, Cultural Adaptation, and Task Performance**. *Management and Organization Review*, 3(3), 335-371.

BARBOSA, T.A. **Território e territorialidades do sistema faxinal: análise a partir da reconstrução**

ção histórica familiar na Comunidade taquari dos ribeiros em Rio Azul/PR. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia-Bacharelado), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

BARBOSA, T.A. **Estruturação familiar e Capital social em Faxinais: o caso de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul/PR.** 2010, 111p. (Dissertação de mestrado) UEPG.

CAPRA, F. LUISI, P.L.. **A visão sistêmica da vida.** São Paulo: Cultrix, 2014.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal:** uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 121 f. (Boletim Técnico, 22).

CHRISTOPHERSON, R.W. **Geossistemas – Uma introdução à geografia física.** Tradução: Francisco Eliseu Aquino ... (et al.). Porto Alegre: Bookman, 7ª edição, 2012.

CNS. Conselho nacional de seringueiros. **Relatório sócio econômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes.** Rio Branco, Acre 1992, in: <http://www.chicomendes.org.br/seringueiros13.php>, acesso em 12 de Março de 2016.

EARLEY, P. C., & ANG, S. (2003). **Cultural intelligence: Individual interactions across cultures.** Palo Alto, Calif: Stanford University Press.

FIGUEIRÓ, A.S. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza.** São Paulo, Oficina de textos. 2015.

FURTADO, B. A.; SAKOWSKI, P. A. M. **Complexidade: uma revisão dos clássicos.** Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2019).

HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

ISRAEL, G. **The science of complexity: epistemological problems and perspectives.** Science in context, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 479-509, Sept. 2005.

LEE, L.; SUKOCO, B. M. (2010). The effects of cultural intelligence on expatriate performance: moderating effects of international experience. **The International Journal of Human Resource Management**, 21(7), pp. 963-981.

LÖWEN SAHR, C. L., CUNHA, L. A. G. **O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná.** Emancipação, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.

LÖWEN SAHR, C. L. **Comunidades Tradicionais em Racionalidades Duais:** Reflexões sobre os Povos de Faxinais. In: VII Encontro Nacional da Anpege, 2007, Niterói. Anais. Niterói: Anpege, 2007. p. 1-12.

MATURANA, H. VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** Campinas, SP: Psy II, 1995.

MITCHELL, M. **Complexity: a guided tour.** New York: Oxford University Press, 2011.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. (2006) **Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes.** Superintendência do IBAMA no Estado do Acre. Xapuri, Acre.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MORIN, E; LE MOIGNE, J.L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Fundação Peirópolis. 2000

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 120 p.

MORO, R.S; LIMA, C.N. **Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, PR**. Terr@ Plural, v. 6, n. 1, p. 79-90, jan./jun. 2012.

RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2009.

SEGATO, R.L. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea**. Série Antropologia, Brasília, n. 373, 2005. 22 p.

SILVA, S. S. Resistencia Camponesa e desenvolvimento Agrário na Amazônia – Acreana. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. (2004)

CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS (AMAZONAS, BRASIL)

MARÍLIA GABRIELA GONDIM REZENDE
ADRIANA MOTA GOMES DE SOUZA
THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE
ANTONIO CARLOS WITKOSKI
MÔNICA SUANI BARBOSA DA COSTA

Resumo

A criação de Unidades de Conservação (UC) tem sido, ao longo dos últimos anos, uma característica marcante da política ambiental do estado do Amazonas. Entretanto, a demarcação de áreas para fins de conservação e/ou preservação ambiental não representa inexistência de conflitos, visto a miríade de sujeitos sociais envolvidos no uso e ocupação desses territórios. Desta forma, o objetivo deste artigo foi caracterizar os conflitos territoriais nas UC estaduais com Plano de Gestão, localizadas no estado do Amazonas. Para atingir o objetivo proposto foram realizadas pesquisas bibliográficas e análise de documentos técnicos. Os dados foram sistematizados no Programa Excel e Quantun Gis, para a representação gráfica dos elementos elencados. Pode-se inferir, a partir dos resultados alcançados, que o conflito mais evidente nas áreas delimitadas como territórios protegidos, são os conflitos fundiários, presente em todas as UC, por madeira, presente em 10 UC, seguida dos conflitos por pesca, identificados em 09 UC. A expressividade desses conflitos justifica-se pela importância que a pesca e a retirada de madeira têm na composição da renda dos residentes das UC, esse fato gera e impulsiona as relações conflitivas nos territórios protegidos do Amazonas.

Palavras-chave: política ambiental, territórios protegidos, conflitos territoriais.

Abstract

The creation of Conservation Units (UC) has been, over the past few years, a hallmark of the environmental policy of the state of Amazonas. However, the demarcation of areas for conservation and / or environmental preservation is not the absence of conflict, as the myriad of social subjects involved in the use and occupation of these territories. Thus, the aim of this paper was to characterize the territorial conflicts in the state with UC Management Plan, located in the state of Amazonas. To achieve this purpose were conducted literature searches and analysis of technical documents. The data were systematized in the Excel program and Quantun Gis for the graphical representation of the listed elements. It can be inferred from the results achieved, the most obvious conflict in the areas defined as protected territories, are the conflicts by wood, present in 10 UC, followed by fishing conflicts, identified in 09 UC. The expressiveness of these conflicts is justified by the importance of fishing and timber harvesting have in the composition of the income of residents of UC, this fact generates and propels the conflictive relations in protected areas of the Amazon.

Keywords: environmental policy, protected territories, territorial conflicts.

1. Introdução

Criadas por políticas públicas e incentivadas por instituições multilaterais, as Unidades de Conservação, representadas pela sigla UC, objetivam a preservação e a conservação de importantes ecossistemas. No Amazonas, a política de criação de UC emergiu a partir de 1989, mas sua corroboração e desenvolvimento deve-se às intensas lutas dos movimentos ambientalistas e à consolidação dos incentivos fiscais advindos do Programa Zona Franca Verde, que fundamentaram o desenvolvimento das UC no estado.

As UC no Amazonas eclodiram com veemência após a afirmação da agenda ambiental do estado, construída em 2003. Em 2007, com a criação do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), a política conservacionista desenvolveu-se significativamente por meio de parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs). O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) subsidiou o Estado do Amazonas na consolidação da política de criação de UC através de parceria com o Governo Federal, gerindo por meio da cooperação interinstitucional os ecossistemas do Amazonas.

Observa-se na figura 1 o aumento das unidades territoriais com fins de preservação/conservação, justificado pela tentativa estatal de frear o avanço da fronteira agropecuária e do arco de desmatamento no sul do Amazonas. As UC podem ser classificadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e em Unidades de Conservação de Proteção Integral. Dentro desta classificação foram delimitadas categorias, com restrições específicas de uso do território para cada área. A classificação Uso Sustentável concentra as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas Extrativistas (RESEX), Área de Proteção Ambiental (APA), Floresta Estadual (FLOREST). A classificação Proteção Ambiental corresponde aos Parques Estaduais (PAREST) e as Reservas Biológicas (REBIO).

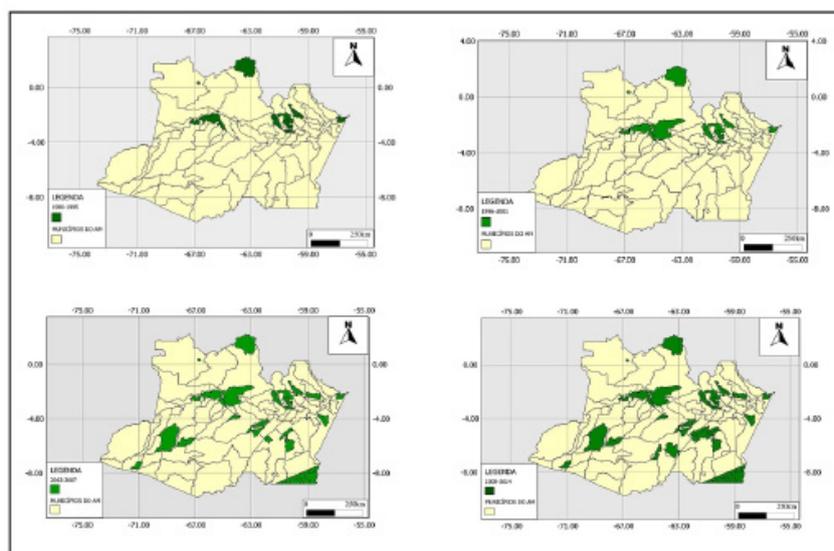


Figura 1: Criação de Unidades de Conservação (1990-2014)

Fonte: CEUC, 2014 Org.: REZENDE, 2015

No estado do Amazonas, as UC de Uso Sustentável predominam significativamente, se comparadas às UC de Proteção Integral. Essa predominância é justificada e planejada para obstar conflitos que porventura poderiam surgir caso houvesse restrição quanto ao habitar na UC, visto o

expressivo contingente populacional existente. Entretanto, o Estado do Amazonas vem sofrendo pressões por permitir o manejo florestal em áreas de conservação, mesmo esse manejo sendo pautado em formas tradicionais de uso do território.

2. A materialização e expressão dos conflitos nos territórios protegidos

Conflitos territoriais são resultantes de interesses distintos e divergentes, portanto dissimétricos, que se materializam, refletem e são refletidos no território. Segundo Raffestin (1993) o território é *“um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”*. Assim sendo, o território expressa e é expressado pelos mais variados processos sociais que se materializam nas espacialidades.

Os conflitos territoriais advêm desde os primórdios e permanecem na atualidade. Eles são consequência da importância que o espaço adquire na estruturação política, econômica, cultural e social vigente na sociedade. Essa importância do espaço no *“mundo moderno-colonial”* (HAESBAERT e GONÇALVES, 2006).

As relações conflitivas são intrínsecas ao movimento de dominação e é mediado pelas relações de poder presentes nas territorialidades. Santos (1996) afirma que a territorialidade *“é, igualmente, transindividualidade, e a compartimentação da interação humana no espaço é tanto um aspecto da territorialidade como da transindividualidade”*.

Pode-se inferir que os conflitos são polissêmicos, expressam e materializam interesses globais, nacionais e locais que atuam, em alguns momentos em concomitância, e em outros momentos em divergência, num epifenômeno constante. O que se pode inferir é que as tipologias de conflitos presentes nas Unidades de Conservação são resultados da confrontação de interesses dos mais variados sujeitos sociais.

As UC Estaduais do Amazonas apresentam problemas que se iniciam logo na delimitação dessas áreas a serem *“protegidas”*. A falta de planejamento se acentua com inteligibilidade nas leis ambientais voltadas para as UCs, pois primeiramente delimitam-se os territórios com fins de preservação e/ou conservação para posteriormente construir-se os Planos de Gestão das mesmas. O SEUC confere um prazo de cinco anos para a elaboração do planejamento voltado para a gestão das UCs instituídas, o que ocasiona conflitos.

3. Caracterização dos conflitos territoriais

Os conflitos nas Unidades de Conservação no Amazonas são variados: por extração de madeira, por mineração, por pesca, por turismo, pelo reconhecimento de TI, por caça ilegal, dentre outros. O conflito que predomina em todas as UCs, sem exceção, são os conflitos fundiários, seja pela luta pela manutenção do território e da territorialidade, seja pela busca de novas terras.

Os conflitos por extração de madeira também são significativos (presente em 10 unidades) como se pode ver no mapa. O índice de desmatamento em UCs é crescente, mas, segundo Ferreira *et al* (2005):

A proporção de área desmatada dentro das áreas protegidas variou de 1,5 a 4,7%, enquanto a proporção de desmatamento fora delas variou de 29,2% a 48,1% nos três estados analisados. Esses resultados demonstram claramente a importância das áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) como uma das ferramentas para conter ou diminuir o processo do desmatamento nos três estados que mais contribuíram com o desmatamento na Amazônia legal e contraria parcialmente a hipótese generali-

zada de que as áreas protegidas na Amazônia não estão cumprindo sua função principal na conservação e uso racional dos recursos na região, pelo fato de que muitas não estão ainda implementadas e apresentam diferentes graus de vulnerabilidade (FERREIRA, 2005, p.163).

Apesar dos conflitos existentes nas UCs, a sua função inicial está sendo cumprida em algumas unidades territoriais, mas é claro que existem exceções. Não se pode afirmar que em todas as UCs o índice de desmatamento diminuiu, mas pode-se inferir que os municípios que mais desmatavam na Amazônia Legal diminuíram os seus índices de desmatamento após a institucionalização de algumas Unidades de Conservação e TI. Isso mostra a importância das áreas protegidas, entretanto esse fato não mitiga conflitos (Figura 2).

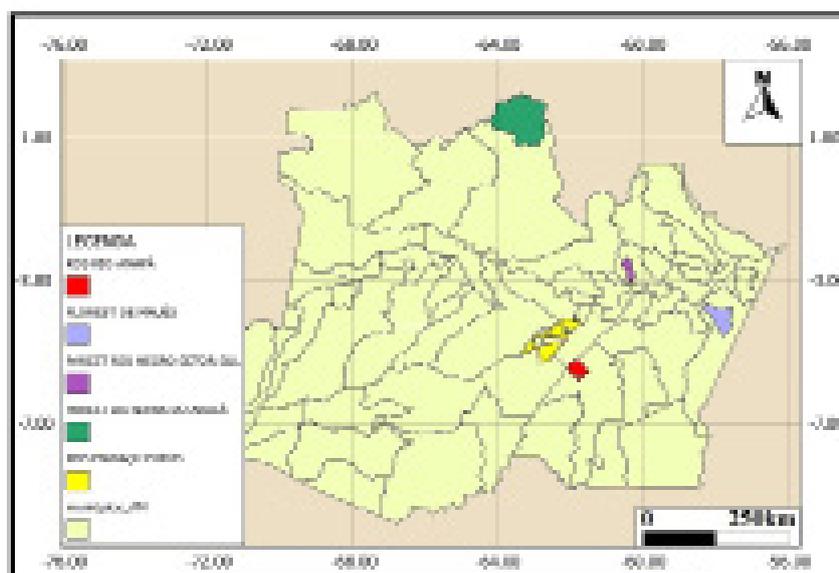


Figura 2: Unidades de Conservação com conflitos por extração de madeira

Fonte: CEUC, 2009

Org.: REZENDE, 2015

Os conflitos por extração de madeiras, seja em UCs seja em outros territórios, têm aumentado em alguns casos e diminuído em outros, ao longo dos anos. O fator que impulsiona esses aumentos ou essas diminuições são as forças econômicas e políticas existentes no território amazônico (FEARNSIDE, 2004). Os madeireiros sentem-se ameaçados ao saberem da implementação das áreas protegidas, por isso eclodem os conflitos por madeiras e entre madeireiros e populações tradicionais.

As atividades conflitantes de extração de minérios são identificadas em 04 UCs (RDS Cujubim, RDS do Rio Amapá, Parest Rio Negro (Setor Sul), e na APA de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga). Os conflitos por mineração decorrem da importância que os minérios exercem na economia atual, acentuando o fato de que as atividades econômicas e suas relações territoriais acabam por influenciar de maneira inteligível na materialização dos conflitos.

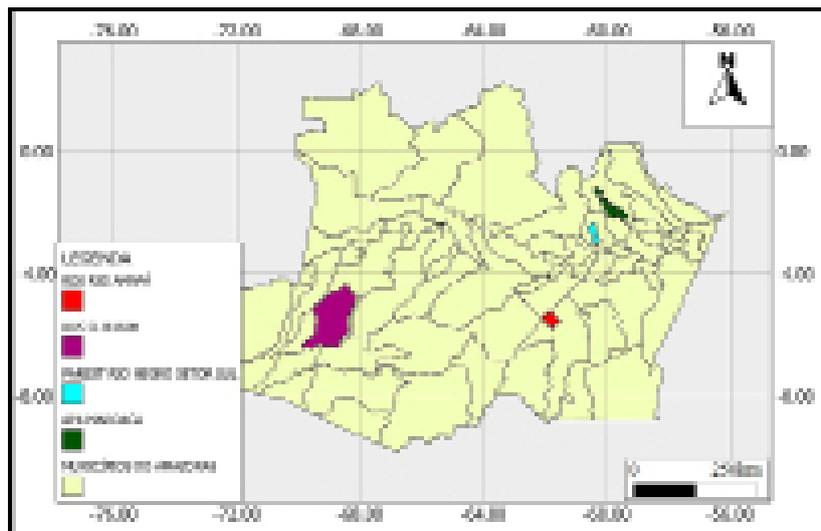


Figura 3: Unidades de Conservação com conflitos por minérios

Fonte: CEUC, 2009

Org.: REZENDE, 2015

Silva (2001) afirma que os conflitos por mineração advêm das forças econômicas (mercado interno e externo), das forças políticas (incentivos que o Estado concede) e dos fenômenos decorrentes dessas duas forças, como por exemplo: a crise do petróleo, que resulta tanto das forças econômicas quanto das forças políticas.

As atividades de mineração sempre geraram conflitos, principalmente no Brasil, esse fato é justificado devido a “competição” pelo uso e pela ocupação do território com presença de minérios. A falta de controle territorial nas áreas limítrofes dificulta a mitigação das relações conflituosas, além disso, o não-reconhecimento da pluralidade de interesses entre os atores sociais envolvidos também contribuem para a acentuação dos conflitos (FARIAS, 2002).

A maioria das legislações que tratam do patrimônio espeleológico é restritiva, o que faz com que o tão sonhado equilíbrio entre as atividades de mineração, seja em áreas protegidas ou fora delas, gerem pressão política, interesses particulares, visões unilaterais e é claro uma variedade de conflitos (FIGUEIREDO *et al*, 2010). Desta forma, as forças políticas e econômicas criam legislações específicas para a problemática da exploração mineral, não atendendo a pluralidade dos interesses envolvidos, principalmente das populações tradicionais, ocasionando conflitos.

O conflito por pesca comercial é o segundo tipo de conflito mais latente nas UCs Estaduais, pois está presente em 09 áreas protegidas. As UCs que apresentam conflitos pesqueiros são aquelas que possuem a pesca como geradora da principal fonte proteica, não desprezando também seu sentido simbólico. O aspecto simbólico da pesca é importante de ser evidenciado, visto que essa atividade configura a territorialidade nos locais de expressão dessa prática econômica e social. Assim sendo, a pesca expressa elementos simbólicos que materializam um modo específico de relação com a “natureza”.

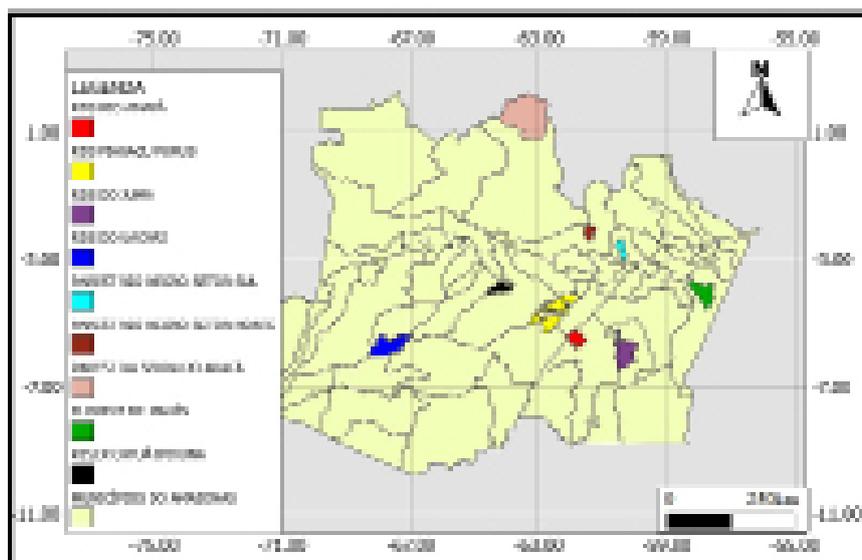


Figura 4: Unidades de Conservação com conflitos por pesca

Fonte: CEUC, 2009

Org.: REZENDE, 2015

O rio Negro e a Amazônia, de uma maneira geral, intensificam as atividades pesqueiras, principalmente devido a perda de controle local sobre recursos terrestres (SILVA, 2011). A instituição de normas específicas de uso dos lagos para as atividades pesqueiras gera conflitos, visto que proibi-se em muitas UCs o uso de malhadeiras e de redes de arrasto, equipamentos esses que são utilizados a décadas pelas populações tradicionais.

Após essas restrições legais, houve um aumento no deslocamento dos pescadores comerciais que foram territorializar-se em pontos de pesca cada vez mais distantes das unidades de conservação. A ausência de fiscalização nas áreas protegidas acaba permitindo que muitos pescadores comerciais ainda continuem explorando, isso também ocasiona conflitos, pois a atuação intensiva desses sujeitos sociais acaba diminuindo o estoque pesqueiro das populações tradicionais. Segundo Sobreiro e Freitas (2008) Desde a década de 60 os conflitos por pesca estavam intensificando-se na Amazônia. As regiões que apresentavam mais conflitos eram os lagos de várzea, pois há maior pressão por pesca comercial.

Nos rios de águas pretas (rio Negro) os conflitos por pesca estavam mais relacionados com os diferentes modos de apropriação e uso das áreas de pesca. Os conflitos entre ribeirinhos e pescadores comerciais é bem menor em rios de água branca (SOBREIRO e FREITAS, 2008). A RDS de Uacari, o Parest rio Negro (Setor Norte), a RDS do Juma, dentre outras UCs confirmam o fato descrito acima.

Os conflitos por turismo são representativos em 05 unidades de conservação: no Parest Rio Negro (Setor Norte), no Parest Rio Negro (Setor Sul), no Parest da Serra do Aracá, na RDS Piagaçu-Purus e na APA de Presidente Figueiredo Caverna do Maroaga. A convergência de pontos de vista e atitudes frente as atividades turísticas geram conflitos em algumas UCs, visto que as posições polarizadas são as mais defendidas pelos preservacionistas e pelos industrialistas, que desprezam os povos tradicionais e lutam para retirá-los de seus territórios (MEDEIROS e NASCIMENTO, 2010).

As atividades econômicas engendradas na produção de um espaço turístico entram em conflito com os interesses das populações tradicionais. O espaço dos residentes não é priorizado, o que prioriza-se sempre são os espaços elitizados, fato gerador de conflitos (CORIOLANO, 2005).



Figura 5: Unidades de Conservação com conflitos por turismo

Fonte: CEUC, 2009

Org.: REZENDE, 2015

Todas as UCs Estaduais no Amazonas que apresentam conflitos em relação as atividades turísticas são Parques Estaduais, com exceção da RDS Piagaçu-Purus, isso explica a falta de uma política territorial endógena capaz de criar um ordenamento territorial mais justo e igualitário.

Os conflitos pelo reconhecimento de Terras Indígenas no interior de UCs no Amazonas também é frequente. A RDS do Rio Amapá, o Parest Rio Negro (Setor Sul), a RDS Mamirauá, a RDS Piagaçu-Purus e o Parest da Serra do Aracá são exemplos de UCs que abarcam conflitos referentes a demarcação de TIs.

A caça ilegal também é uma atividade conflitante em algumas UCs (RDS do Rio Amapá, FLOREST de Maués, Parest Rio Negro (Setor Sul), RDS Piagaçu-Purus e Parest da Serra do Aracá). A caça, desde os primórdios, representou grande parte da alimentação dos povos tradicionais, juntamente com a pesca. A imposição de restrições aos povos que utilizam-se da caça para a sua reprodução social ocasiona relações conflituosas.

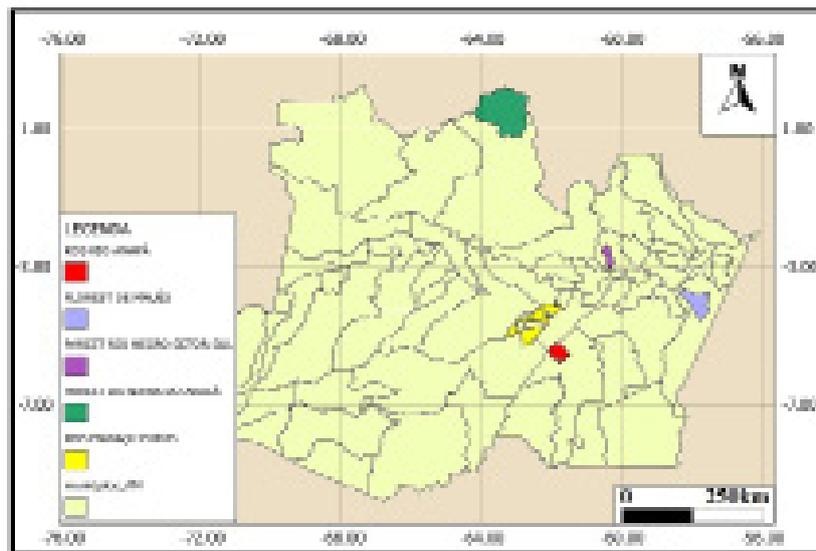


Figura 6: Unidades de Conservação com conflitos por caça

Fonte: CEUC, 2009

Org.: REZENDE, 2015

A facilidade de retirada dos animais para o consumo humano aumenta a atividade predatória. Aliado a isso, a necessidade de incrementar a caça à alimentação para o suprimento das necessidades básicas familiares intensificam essa atividade e geram conflitos (BARBOSA *et al*, 2010).

O estabelecimento de algumas políticas ambientais objetivando a preservação e conservação dos ecossistemas terrestres levou ao descontentamento por parte de alguns atores sociais (PIEVE *et al*, 2008). Os recursos biológicos têm significativa importância para as populações tradicionais brasileiras, mas as condições de uso desses recursos não têm sido exploradas pelo Estado, criando alguns conflitos (ANDRIGUETTO-FILHO *et al*, 1998).

Portanto, a caça, a pesca, a produção do espaço para fins turísticos, as atividades mineradoras, a extração de madeira e a necessidade de demarcação de Terras Indígenas consiste nos conflitos mais latentes existentes nas Unidades de Conservação Estaduais (AM). As forças políticas e econômicas são os pontos chaves para o entendimento da natureza dos conflitos territoriais e de seus desdobramentos.

4. Considerações Finais

As UC estaduais do Amazonas apresentam inúmeros conflitos, devido à multiplicidade de interesses dos sujeitos sociais envolvidos na conservação, uso e ocupação dos territórios protegidos. A análise minuciosa dos Planos de Gestão evidenciou os diferentes tipos de conflitos existentes, com destaque para os conflitos fundiários, por extração de madeira, por caça, pelo turismo, dentre outros. O processo de demarcação e a afirmação das regras de uso da terra, das florestas e das águas de trabalho ocasionam, muitas vezes, relações conflitivas.

Entretanto, os dados de desflorestamento nos últimos anos mostram a importância das UC na conservação da biodiversidade amazônica, na medida em que reduziram-se os índices de desmatamento após a demarcação das áreas protegidas. Assim sendo, os municípios com índices mais elevados de desflorestamento no Amazonas (Lábrea, Humaitá, Canutama e etc) reduziram esses índices após a criação de UC. Os entraves no que se refere aos conflitos são inúmeros, porém,

as principais metas de conservação estão sendo alcançadas com a política de criação de UC.

Qualquer política ambiental apresenta confrontação de interesses e olhares, dessa forma, reconhecendo essa multiplicidade de compreensões, o Estado do Amazonas adotou o estratagema de institucionalização de UC. Novas políticas ambientais podem e devem ser criadas e desenvolvidas, entretanto, faz-se e faz-se-á necessário o reconhecimento dos avanços obtidos por meio das UC na conservação da biossociodiversidade no Amazonas.

Referências

ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton; KRUGER, Adolf Carl; LANGE, Maria Bernadete Ribas. Caça, biodiversidade e gestão ambiental na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Revista Biotemas**, 11(2): 133-156, 1998.

BARBOSA, José Aécio; NOBREGA, Veruska Asevedo; ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega. Aspectos da caça e comércio ilegal da avifauna silvestre por populações tradicionais do semi-árido paraibano. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Volume 10, No02, 2010.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.03, n.02, 2005.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. **Mineração e Meio Ambiente no Brasil**. In: PNUD, 2002.

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia**. In: 3º Simpósio Brasileiro de Pós-Graduação em Engenharia Florestal e 1º Encontro Amazônico de Ciências Florestais. Manaus, 2004.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Revista Estudos Avançados**, 19 (53), 2005.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de; RASTEIRO, Marcelo Augusto; RODRIGUES, Pavel Carrijo. **Legislação para a proteção do patrimônio espeleológico brasileiro: mudanças, conflitos e o papel da sociedade civil**. In: SBE, Campinas, SP. Espeleo-Tema. v. 21, n. 01, 2010.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MEDEIROS, Márcio; NASCIMENTO, Elimar. Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v.10, n.03, 2010.

PIEVE, Stella Maris Nunes; SOUZA, Gabriela Coelho de; KUBO; Rumi Regina. **Conflitos Sócio-ambientais: O Papel Da Legislação Ambiental na Utilização de Recursos Naturais**. UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Francisco José Barretto da Silva. **Conflitos de uso em Área de Proteção Ambiental: água, mineração e agricultura**. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). UFSC, 2001.

SILVA, Andréa Leme da. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos

de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 6, n. 1, 2011.

SOBREIRO, Thaissa; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. **Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro.** In: IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008.

CONFLITOS E (RE)CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NA “TERRA DA SANTA”: IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIMENTISTAS EM BACABEIRA-MA

ANDRÉA CRISTINA SERRÃO GONÇALVES

Resumo

A implantação de empreendimentos desenvolvimentistas no município de Bacabeira-MA tem engendrado diversos conflitos especialmente entre os agentes sociais dos povoados e as empresas localizadas próximo a estas comunidades. Estas famílias têm sua reprodução social alterada e/ou ameaçada a partir dessas empresas as quais limitam, direta ou indiretamente, o acesso e usufruto dos recursos naturais do território ou ainda pela oferta de vagas de trabalho em caráter sazonal que tem desmotivado algumas famílias para o exercício de atividades relacionados a agricultura e/ou pesca. Em meio a esta conjuntura, destaco a comunidade de Engenho, situado no povoado de Periz de Cima do município de Bacabeira-MA que se (re)configura socialmente e resiste especialmente por meio de práticas religiosas católicas, como a Festa do Divino Espírito Santo e o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. Apesar da influência de empreendimentos desenvolvimentistas sobre a comunidade, Engenho ainda se destaca por ter tido suas terras registradas na década de 80, em nome da santa Conceição, a partir de uma situação de disputa pela propriedade da terra. Assim, busca-se refletir como os agentes sociais desta comunidade, face as situações de tensões e conflitos pelo acesso e permanência no território têm reconfigurado seus modos de vida dado o contexto em que estão inseridos.

Palavras-chave: Território, religiosidade, estratégias, comunidade.

Resumen

La ejecución de proyectos de desarrollo en el municipio de Bacabeira-MA ha generado diversos conflictos, especialmente entre los agentes sociales de los pueblos y las empresas ubicadas cerca de estas comunidades. Estas familias tienen su reproducción social alterada y / o amenazada de estas empresas que limitan, directa o indirectamente, el acceso y disfrute de los recursos naturales del territorio o de la oferta de puestos de trabajo en el carácter estacional que ha desalentado a algunas familias a las actividades del ejercicio relacionados con la agricultura y / o la pesca. En medio de esta situación, hago hincapié en la comunidad de Engenho, que se encuentra en el pueblo de Periz de Cima en el municipio de Bacabeira-MA que (re) establece socialmente y resiste especialmente a través de las prácticas religiosas católicas, como la Fiesta del Espíritu Santo y las Fiestas de la Virgen. A pesar de la influencia de los proyectos de desarrollo de la comunidad, el ingenio se destaca también por tener su tierra registrado en los años 80 en nombre de la Santísima Concepción, de una situación de discrepancia sobre la propiedad de la tierra. Por lo tanto, tratamos de reflejar como agentes sociales de esta comunidad, se enfrentan a situaciones de tensión y conflicto de acceso y residencia han reconfigurado sus formas de vida, dado el contexto en el que se insertan.

Palabras clave: Territorio, religiosidad, estrategias, comunidad.

1. Considerações Iniciais: Sobre a escolha do lócus da investigação

No artigo, reflito acerca dos efeitos advindos da instalação de empresas desenvolvimentistas de caráter minero-exportador que expropriam e degradam territórios tradicionalmente ocupados por comunidades que tem o território como principal meio para sua reprodução física e social.

Problematizo também o contexto de produção de laudos técnicos para implantação destas empresas. Especialmente porque classificam externa e arbitrariamente as comunidades retratadas, esvaziando o sentido político de resistência de seus meios de vida. Faz-se então, necessário reconhecer a autoridade de fala dos agentes sociais que vivenciam estas situações.

Neste contexto, destaco como o município Bacabeira, situada a aproximadamente 53km de distância da capital do estado do Maranhão, foi influenciada pela implantação de vários empreendimentos desenvolvimentistas. Dentre elas, o início das obras da implantação da Refinaria Premium I, em 2008, posteriormente cancelada em 2014, a duplicação da estrada de ferro Carajás da Empresa Vale e a presença da empresa Margusa.

Apesar dos impactos trazidos, a comunidade de Engenho, contida no povoado de Periz de Cima, por meio das práticas festivas religiosas, caracterizam sua resistência na luta por um reconhecimento positivado. Reconhecimento esse que considera as narrativas dos agentes sociais da comunidade em explicitar como as terras de Engenho teriam sido registradas em cartório, na década de 80, em favor da imagem da Santa, Nossa Senhora da Conceição.

Fato este que demonstra a relação direta entre o território e as práticas religiosas locais, prefiguradas nas festas religiosas. Situação engendrada como mecanismo cultural e político de defesa do território contra interesses privatistas.

Em 2008, é anunciada a implantação da Refinaria Premium I para o município de Bacabeira. Entretanto, em 2014, a mediação do cancelamento das obras da refinaria repercuti, sobremaneira, sobre a classe política-empresarial do estado e notadamente sobre muitas famílias daquele município, bem como do município vizinho chamado Rosário, por terem sido compulsoriamente deslocadas (ALMEIDA, 1996; SANT'ANA, *et al*, 2013).

¹A priori, utilizando-me de informações contidas em dois relatórios produzidos por agências de pesquisa sobre a Refinaria Premium I, incursei visitas ao município. Os dados expostos nestes relatórios, voltavam-se diretamente para uma exposição censitária-objetivista sobre as famílias que residiam nos povoados que seriam atingidos, "direta e/ou indiretamente", pelo empreendimento.

Ora, a lógica que perpassa estes relatórios aponta para ações que privilegiam o grande capital a fim de implantar tais empreendimentos ainda que em detrimento dos modos de vida das comunidades locais. Estes relatórios, valem-se de "atos de Estado" (BOURDIEU, 2014), que categorizam, monopolizam e usurpam, de certo modo, "o poder de construção da realidade social" vivenciadas pelos agentes sociais locais. Afinal, os parâmetros e lógicas explicativas contidas nestes relatórios oficiais pretendem-se "mais válidos e coerentes". (BOURDIEU, 2014, p. 76).

As falas destes agentes são, muitas vezes, consideradas "ruidosas" (RANCIÈRE, 1996a) por aquelas agências privadas consociadas pelo Estado, por exemplo. Não consideram o modo singular de sua reprodução social, física e econômica, o que incita a considerar como relevante o local de fala destes agentes no entendimento dessa dinâmica alterada pela influência da implantação destes empreendimentos de desenvolvimento.

¹ MARKETING, Preview Comunicação e. Relatório da Avaliação Socioambiental Refinaria Premium I, Sistema de Dutos e Terminal Portuário. São Luís, 2009 e SOUSÂNDRADE, Fundação. Volume IV: Meio Antrópico. In: Refinaria Premium I: Bacabeira-MA. Estudo de Impacto Ambiental, UFMA, 2009.

2. “A terra da Santa”: delimitação e caracterização do lócus de pesquisa

A comunidade de Engenho está situada, geograficamente entre vários empreendimentos, dentre elas vias de acesso e escoamento de matérias-primas como a BR-135, Companhia Ferroviária Nordeste, duplicação da Estrada de Ferro Carajás da empresa Vale, além da ação direta da empresa Margusa e sua plantação de eucalipto, localizada nas imediações da comunidade (ver Figura 1 e 2).



Figura 1- Plantação de eucalipto da empresa Margusa vista da janela da igreja local.

Foto 01: GONÇALVES, Andréa. Abril, 2015.



Figura 2- Procissão para retirada do mastro, na plantação de eucalipto da empresa Margusa, no período da Festa do Divino Espírito Santo.

Foto 02: GONÇALVES, Andréa. Setembro, 2015.

A partir desta conjuntura, grifo a comunidade, como *lócus* de pesquisa empírica, instigada pelos modos de resistência e pelas estratégias de mobilização da força de trabalho para garantia de sua reprodução física e social. O contexto de celebração de festas religiosas, como a festa do Divino Espírito Santo, em setembro, e o festejo de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, destacam-se como um destes mecanismos de resistência frente às conjunturas adversas já enfrentadas pelas famílias da comunidade.

Segundo os informantes, a comunidade do Engenho era uma fazenda que pertencia aos Rocha, rica família proprietária de escravos e engenhos do século XIX, razão pela qual a comunidade recebeu este nome. Após o período de desagregação das fazendas açucareiras, a fazenda ficou sob cuidado de três irmãs da família Rocha. Vindas de Portugal, trouxeram consigo a imagem da Santa Conceição, talhada em madeira com um metro e setenta centímetros de altura.

Como as irmãs Rochas não casaram e não tiveram filhos, segundo relato, elas começaram a criar algumas crianças, filhas dos ex-escravos que moravam na fazenda. Quando morreram, as irmãs deixaram a tarefa de cuidar da imagem da santa para a D. Raimunda, “cria das Rocha” e mãe de D. Zima, minha principal informante, que por herança recebeu a mesma tarefa de cuidado com a santa após a morte de sua mãe.

Conta-se ainda que na década de 80, a propriedade de terra de Engenho é reivindicada por suposta parente da família Rocha. Surge então a figura do político Ivar Saldanha, do município de Rosário, o qual sempre participava do festejo da santa e se torna o responsável pelo registro das terras no nome da santa. “A terra é da santa”, assim afirma D.Zima, encarregada da imagem e das festividades religiosas como a Festa do Divino Espírito Santo e o festejo de Nossa Senhora da Conceição.

Apesar da área ter sido alvo de várias disputas e conflitos e mesmo com a instalação da Empresa Margusa², próxima à comunidade, tais circunstâncias, são incorporadas como mecanismos de resistência, a exemplo disso, está a retirada do mastro da Festa do Divino da plantação de eucalipto da empresa instalada às margens da comunidade.

Assim, a comunidade se (re)configura (ELIAS, 2005), ou seja, tece uma rede de relações de interdependência com outros agentes sociais de outros povoados para organização e realização das festas religiosas. Por meio dessa rede que as festas não se limitam pelo ato de sua realização.

As festas marcam um processo de “alargamento das fronteiras sociais” (PRADO, 2007, p. 53) que amplia o sentido de território da comunidade. Isto porque agentes sociais de povoados, até mesmo distantes, participam com colaboração de joias³, ou ainda, compoem as brincadeiras que compõem os dias festivos na comunidade de Engenho.

A composição e articulação destes momentos festivos, bem como os laços de solidariedade por eles tecidos anuviam as limitações já enfrentadas pelas famílias para acessar recursos naturais para sua reprodução material, tendo em vista tanto ações de empresas próximas, como a Margusa, ou ainda, de ações privatistas de terceiros sobre extensões de terras próximas à comunidade.

3. Reflexões sobre a implantação de empreendimentos desenvolvimentistas no estado do Maranhão: O caso Refinaria Premium I

Calcados a partir de lógicas tidas como “racionais”, o acirramento da implantação de empreendimentos de desenvolvimento, logrou êxito especialmente a partir de “grandes concessões de terras públicas a empreendimentos privados no período ditatorial de março de 1964 a março de 1985” (ALMEIDA, 2008, p. 29) incentivados por políticas governamentais apoiadas por agências privadas, a exemplo do Projeto Grande Carajás instado na chamada Amazônia Oriental. Como explica:

No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levou à constituição de uma ampla rede de infraestrutura com o objetivo de permitir a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio Maranhão e de estados vizinhos. Essa infraestrutura consiste em uma extensa rede de rodovias; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará¹ ao litoral maranhense; além do Complexo Portuário de São Luís, e mais recentemente, a Hidrelétrica de Estreito e os empreendimentos mencionados acima objetos de nossa pesquisa. Associado a essa infraestrutura, existem oito usinas de processamento de ferro gusa ao longo da Estrada de Ferro Carajás, além de uma indústria de alumina e alumínio (Alumar), as bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral. (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 05)

Projetos de desenvolvimento que foram, especialmente, retomados a partir da década de 90, a partir dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso com formulações de projeto como o “

² Empresa de produção de ferro-gusa, integra cadeia de empresas mineradoras relacionadas a empresa Vale. A instalação da empresa não deslocou famílias da comunidade pesquisada.

³ O sentido expressa “um auxílio dado para a festa”, sendo uma “forma de retribuição que se destina a um ser social comum (seja dono da terra, seja dono da festa) mas aos santos, entidades sobrenaturais”. (PRADO, 2007, p.61).

Avança Brasil” e no mandado de Luís Inácio Lula da Silva, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Recentemente sob o Governo da presidenta Dilma Rousseff, tais projetos de planejamento e desenvolvimento, são ainda mais direcionados para a chamada Amazônia Brasileira, destacando o Maranhão, inserido no contexto da Amazônia Oriental, onde parcerias entre agências públicas e privadas são pensadas para execução destes empreendimentos. (SANT’ANA, *et. al.* 2013)

A presença de grandes empreendimentos na Amazônia Legal, expressa a ideia hegemônica de desenvolvimento via uma economia ‘forte’, voltada para o mercado internacional. Nesse contexto, as empresas aparecem como destaque no debate sobre desenvolvimento regional, que se utiliza de diferentes práticas para monopolizar o território, contado com o subsídio estatal através de políticas e dispositivos legais que facilitam sua ação. Esse processo inicia-se no final do século XX e perdura até os dias atuais provocando uma rápida mudança no campo e avanço da fronteira agrícola brasileira. (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014, p. 08)

O sentido atribuído de vazio demográfico a estas regiões, “aparentemente disponíveis” para as perspectivas das agências empreendedoras, desconsidera totalmente o entendimento dos agentes sociais em perceber o território como dotado de pleno sentido e significado para além das conveniências do capital, pois ali celebram seus modos de vida singularmente em “terras tradicionalmente ocupadas”⁴.

Destacando o contexto do município de Bacabeira, a notícia do cancelamento do empreendimento da Refinaria Premium I, no ano de 2014, produziu grande repercussão, em especial sobre a classe política-empresarial e às famílias deslocados compulsoriamente de seus territórios com o início das obras da refinaria.

Atrelados aos danos e expectativas⁵ criadas alguns agentes cultivavam a oportunidade de serem fichadas na Refinaria, em virtude do porte do empreendimento. Porém há que se destacar que apesar das expectativas não atendidas de geração de emprego no município, as famílias continuaram mobilizando sua força de trabalho em outras atividades como a pesca, a lavoura. Outros pleiteavam vagas em atividades sazonais em prestadoras de serviços relacionadas a empreendimentos de cunho minero-exportador ou de construção de vias de escoamento, como exemplo, a duplicação da estrada de ferro Carajás da empresa Vale, a duplicação da BR 135.

Entretanto, há agentes sociais que relatam terem sido constrangidos⁶ por outros agentes a serviços da empresa Margusa, vizinha à comunidade. Neste caso era limitado o acesso das famílias aos recursos naturais para pescar e “por roça”. Ainda assim, as famílias não deixaram de exercer estas atividades produtivas autônomas, mesmo que em alguns casos tivessem que solicitar acesso ao responsável da área pleiteada para desenvolver essas atividades.

Percebe-se então que a implantação ou mesmo cancelamento das obras da Refinaria Premium I, a serem instaladas no município de Bacabeira ou as ações de outras empresas localizadas naquela região, incidem consequências danosas sobre a mobilização da força de trabalho e autonomia produtiva dos agentes sociais que moram nas comunidades próximas a este e outros empreendimentos.

4 Ver Almeida (2008)

5 “A Petrobras, ao anunciar a construção da Refinaria Premium, planejada para ser a maior refinaria já construída no Brasil e uma das maiores do mundo, por um lado, cria um fato político e midiático de grandes proporções no Maranhão, na medida em que vem acompanhada do anúncio da criação de milhares de empregos, do incremento e dinamização da economia local, da expansão das oportunidades, enfim, do anúncio de uma nova onda de desenvolvimento.” (SANT’ANA JÚNIOR, ALVES, 2010, p. 06).

6 Ações praticadas por agentes de empresas sobre famílias obliterando atividades produtivas alternativas às ofertadas pelas empresas gerando possibilidades de dependência socioeconômica.

Apesar da promoção de várias audiências públicas⁷, incluindo uma realizada na Assembleia Legislativa do estado do Maranhão intitulada: “debate sobre os motivos que levaram ao cancelamento da construção da Refinaria Premium I e os efeitos socioeconômicos” o que se tem percebem são ações e “debates” voltados aos interesses privados, ainda que mascarados pela defesa do interesse público.

Na fala de vários representantes do poder público estadual, ouviu-se muitos discursos acalorados e que mencionavam sobre “o desrespeito ao povo do Maranhão” e da “destruição dos sonhos dos maranhenses”, especialmente daqueles “empresários que investiram no setor⁸”. Ou mais, que o terreno onde foram iniciadas as obras de terraplanagem deveriam ser “invadidas” para que não se permanecesse com aquela área sem função. Deste modo, analisa-se que em todas estas falas destes “representantes do povo”, não houve sequer menção sobre as famílias descoladas compulsoriamente e que tiveram seus meios de vida totalmente alterados em função do desenvolvimentismo a serviço do Estado e de classes empresariais do setor.

Entretanto, por trás de discursos por uma aparente “lógica de igualdade” que permeava o “debate”, sequer foram convidados ou ouvidos, aqueles grupos sociais que ainda terão que conviver com os danos causados, tanto iniciados pelo início das obras quanto das expectativas frustradas pelo seu cancelamento.

Foi nesta oportunidade que foram citadas as “políticas de compensação”, que esboçam tentativas arbitrárias de “reparar” danos que, em si, são irreparáveis. Pois os danos não se restringem apenas aqueles trazidos pontualmente por intenções e/ou obras de “desenvolvimento. Existe um dano duplo promovido sobre as comunidades desconsideradas neste processo empreendedor. O dano reside em serem classificados como os “sem-palavras” e os “não-contados”, permanecendo nesta condição social e política a depender das conveniências daquelas agências privatistas conveniadas com o Estado.

Frente a este cenário desencadeado pela influência destas empresas de desenvolvimento, percebe-se uma lógica às avessas. Isso porque o Estado discursa a favor de um certo “desenvolvimento” mas que não considera as realidades localizadas. Prima pela implantação destes empreendimentos visando, tão-somente, atender o mercado externo e ao crescimento econômico desligado de outros fatores sociais relevantes, como a autonomia material/produzida destes agentes sociais e comunidades que relacionam-se diretamente com o território.

Fica a encargo dos próprios agentes e das comunidades a luta pelo reconhecimento de direitos fundamentais, como exemplo, o direito ao território para reprodução social e material nos termos que satisfazem as necessidades de seus grupos familiares. E ainda lutarem contra as formas históricas de invisibilidade e desconsideração desta parcela classificada como “rural”. Essa luta integra um processo que busca romper com um ciclo de subordinação destes agentes quanto a aspectos de ordem cultural e econômica. (FRASER, 2001, p. 271).

Portanto, faz-se necessário relativizar os modelos impositivos de desenvolvimento promovidos. Essa lógica que se pretende racional e previsível, nega modos de vida e modelos próprios de organização social e política de várias comunidades. Ou quando as “reconhece” são apenas retratadas por meio de “inventários culturais”, estáticos e/ou folclorizados.

São estas comunidades consideradas o “Outro” irracional que Foucault (2002) se remete. Aqueles que “empatam” o modelo de desenvolvimento capitalista. Por isso, tais agentes transcendem a reivindicação isolada pelo direito de permanência em seus territórios e tecem estratégias

⁷ Ao todo foram cinco audiências públicas, distribuídas entre três municípios diretamente relacionados ao empreendimento, sendo elas, segundo Sant’ana Júnior; Alves (2010, p. 07), “uma audiência nos municípios de Bacabeira, Rosário e Santa Rita, respectivamente, e duas audiências no município de São Luís”, todas coordenadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).”

⁸ Fala transcrita do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Deputado estadual Humberto Coutinho.

simbólicas para reconhecimento de suas identidades e suas formas de agir/ser/pensar.

As festas religiosas desenvolvidas na comunidade de Engenho ou em tantas outras, são carregadas de sentido e um caráter político na medida em que são dotadas de intencionalidade por parte de seus agentes. Estratégias de resistência que extrapolam o sentido vazio e estigmatizado de serem consideradas como “manifestações culturais”.

Muitas ações têm limitado e/ou constrangido social e produtivamente estes agentes, seja pela presença de empreendimentos e empresas desenvolvimentistas ou expectativas a elas relacionadas. Por isso, a rede solidária de interdependência social desenvolvida entre os agentes sociais para mobilização de ações e recursos para as festas contribuem para reconfiguração de seus modos de vida, conferindo sentido às suas existências sociais, apesar da tentativa de desmobilização destes agentes pelos “atos de Estado” (BOURDIEU, 2014) ou interesses de cunho privatista. (RANCIÈRE, 1996b).

4. Considerações Finais

No estado do Maranhão, conflitos de várias ordens, especialmente os chamados socioambientais tem se arrastado por várias décadas, especialmente com a implantação de um ideário desenvolvimentista. Perspectiva que tem marginalizado, silenciado e invisibilizado agentes sociais por meio de processos de usurpação de seus direitos territoriais e/ou da limitação da mobilização autônoma e produtiva de suas forças de trabalho frente aos recursos naturais, por exemplo.

Tais conjunturas têm ganhando ainda mais força, especialmente, através do anúncio da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas e suas ampliações. Políticas que tem se alicerçado, muitas vezes, as ações estatais consorciadas com agências de caráter privatista. Tendo em vista que visam, prioritariamente, atender as necessidades e especificidades do mercado externo em detrimentos daquelas comunidades e agentes sociais em suas realidades localizadas.

As políticas compensatórias não revertem o dano provocado sobre estes agentes, pois certamente estas “compensações” não atenderão suas reais expectativas e necessidades, visto que transcendem a perspectiva insana pelo lucro, tão característica daqueles empreendimentos desenvolvimentistas.

A necessidade de desconstruir estes modelos impositivos de “desenvolvimento” deve ser instigada ao passo da promoção do reconhecimento e legitimação dos modos de vida daqueles agentes sociais. Afinal, a dinâmica do “progresso” silencia/exclui outras perspectivas e meios de ser, agir e pensar que não consideram aquele parâmetro como baliza de suas motivações sociais, políticas e culturais.

Por isso, a necessidade de explicitar as práticas de resistência de agentes sociais, a exemplo da comunidade de Engenho, que mobilizam-se quer seja por meios das festas religiosas ou pela persistência sobre atividades produtivas ligadas aos recursos naturais, apesar das limitações e/ou constrangimentos postos pela gestão destas empresas.

Assim, sejam quais forem as estratégias construídas pelas comunidades de certo modo impactadas pelas lógicas desenvolvimentistas, faz-se relevante considerar as narrativas e modos de vida dos agentes sociais envolvidos nestes contextos. Pois são estas práticas de mobilização e resistência que dotam suas existências e práticas cotidianas de um sentido que é político e ao mesmo tempo singular.

Referências

ALMEIDA, A. W. de. **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de**

índios e camponeses e a ideologia da modernização. Travessia. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas** – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no college de France (1982-1892)** trad Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais.** N.º 4 (jul. 2014). Manaus: UEA Edições, 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 1990.

FRASER, N. **Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista.** In: SOUZA, Jessé (Org.) Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas.** Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

IPHAN. **Inventário Cultural: Rosário- Santa Rita- Bacabeira.** Social Capital Group. 1.ed. 2013

NORBERT, E. **Introdução à Sociologia.** Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70. Lisboa: Portugal, 2005.

PRADO, R. de P. S. **Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa.** São Luís: EDUFMA, 2007.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; ALVES, E. de J.P. **Conflitos Socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís-MA) e Salvaterra (Rosário).** In: Encontro da ANPPAS, 5., Florianópolis – SC. Anais..., Florianópolis: 2010. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-419-350-20100903205558.pdf>

SANT’ANA JÚNIOR, H; A. de; MENDONÇA, B. R; RIBEIRO, A. L. da S; RABELO, B. H. C. **Refinaria Premium: Presença da Petrobrás no Maranhão.** In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (Org.). 50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 239-252.

SOUSÂNDRADE, F. **Volume IV: Meio Antrópico. In: Refinaria Premium I: Bacabeira-MA. Estudo de Impacto Ambiental,** UFMA, 2009.

RANCIÈRE. J. **O Dissenso.** In: NOVAES, Adauto. A Crise da Razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 367-382.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996b.

CONFLITOS NO CAMPO O CASO DO ASSENTAMENTO SABIAGUABA-CE

RENATA DE ARAUJO SILVA

MÉRCIA OLIVEIRA SOUSA

RUGGERI MIKAHAKNEM MARIANO SANTOS

MARIA LÚCIA DE SOUSA MOREIRA

Resumo

Os atuais conflitos no campo brasileiro são consequências de um período colonial onde os menos favorecidos não tinham direito terra. Com o passar dos anos e chegando aos dias atuais pode se observar um pequeno avanço com a lei de reforma agrária e a criação do estatuto da terra porém ainda a muito que se fazer para garantir os direitos de quem vive no campo e apaziguar certos conflitos existentes. O presente trabalho realiza um estudo dos conflitos fundiários do assentamento rural Sabiaguaba, no município de Amontada, localizado no estado do Ceará a partir do histórico de luta e construção do assentamento, para isto foram realizadas visitas técnicas onde se aplicou as primeiras etapas da Metodologia de Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários (MADSA): leitura de paisagem, zoneamento, quadro histórico e pré-tipologia dos agricultores. Pode se observar no assentamento Sabiaguaba que as famílias vêm sofrendo com conflitos fundiários tanto por agentes internos como por agentes externos.

Palavras-chave: Terra, políticas públicas, reforma agrária.

Abstract

The current conflicts in the Brazilian countryside are consequences of a colonial period where the less fortunate were not entitled land. The passing of the years and coming to present day can observe small step forward with the agrarian reform law and the creation of the status of the land but still much to do to ensure the rights of those who live in the field and address certain conflicts existing. The present work performs a study of land conflicts in the rural settlement Sabiaguaba, in the municipality of Amontada, located in the state of Ceará from the history of struggle and construction of the settlement, for this they were carried out technical visits where you have applied the first steps of the methodology of the analysis and diagnosis of the agrarian systems (MADSA): Reading the landscape, zoning, historical picture and the typology of the farmers. You can see on the settlement Sabiaguaba that families are suffering with land conflicts by both internal agents as external agents.

Keywords: Land, public policies, agrarian reform.

1. Introdução

Os atuais conflitos no campo brasileiro são explicados pelo período colonial, começando com o comércio do pau-brasil, onde os índios, segundo relato dos cartógrafos portugueses, extraíam de forma pacífica a madeira.

Ainda que a exploração do solo brasileiro tivesse sido concedida ao Estado português por decreto papal, as demais monarquias europeias não respeitavam a autoridade do Vaticano. Para proteger e desenvolver o seu novo território, a coroa Portuguesa estabeleceu, a partir de 1530, uma rede de “capitanias” e passou o controle dessas subdivisões a uma classe de nobres de sua total confiança. Esses “donatários” se comprometiam a povoar, desenvolver, defender e administrar os territórios em nome da coroa, sob pena de perder as terras. (Dicionário da educação do campo, 2012)

O sistema de capitanias foi responsável pelas sesmarias que refere-se a áreas extensas no interior das capitanias que foram passadas a terceiros pelos donatários. O sistema de sesmarias permanece influenciando os conflitos no campo até os dias atuais. O período colonial permitiu que os latifundiários dominassem grandes porções de terras e obtivessem vantagens até os tempos de hoje. O português menos influente possuía a terra de forma precária como arrendatário ou posseiro, os índios e africanos foram escravizados. E isso passou para gerações futuras uma estrutura fundiária dualista, de terras mal utilizadas na forma de latifúndio e de terras bem utilizadas na forma de minifúndio. (Dicionário da educação do campo, 2012)

No início do período imperial, sob a pressão da monarquia inglesa para abolir a escravidão em 1850 obteve-se no Brasil a Lei de Terras, que valorizava a propriedade da terra, regulamentando sua comercialização e atraindo imigrantes com promessas. O intuito do estado na criação da Lei de Terras foi da transformação da terra em mercadoria para que os posseiros brasileiros, escravos libertos e imigrantes não tivessem condições suficientes de obtê-las. Além de garantir que os escravos libertados continuassem a ser submissos ao mercado de trabalho. (Dicionário da educação do campo, 2012)

Em outro contexto da história do Brasil na república a administração da lei da terra passou para os governos estaduais, que resolviam apenas seus interesses. Vindo em contradição no início da ditadura militar o congresso nacional aprovou a primeira lei de Reforma Agrária em 1964 no qual o Estatuto da Terra definiu a Reforma Agrária como “o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade”. Contudo a lei não foi utilizada pelos camponeses, com medo dos mesmos a utilizarem a seu favor os ruralistas se articularam para alterar a linguagem e os objetivos do estatuto promovendo uma modernização na agricultura de grande escala favorecendo a agroindústria nacional, dando ápice a Revolução Verde no Brasil.

Com a Revolução Verde intensificou-se os conflitos no campo, pois muitos camponeses foram expulsos e despejados das terras que viviam e gerando um êxodo rural de aproximadamente 20 milhões de camponeses nas periferias das cidades e desta forma gerando outro conflito nas cidades. (Dicionário da educação do campo, 2012)

Os conflitos no campo do Brasil documentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) são os conflitos pela terra que demarcaram a história do Brasil, determinaram as transições políticas, sustentando ou derrubando governos. (Dicionário da educação do campo, 2012)

A fase atual, testemunhada pela CPT, é a mais rica de todas em termos de avanços dos movimentos socioterritoriais. Enquanto o camponês tradicional, vivendo na terra durante gerações, sofreu brutais transformações no Brasil, o camponês produto da luta pela Reforma Agrária nunca

esteve tão bem organizado. São mais de 1 milhão de famílias representadas por cerca de 30 organizações de diversas orientações. O novo camponês mora e trabalha em mais de 8.500 assentamentos, estabelecidos pelos governos estaduais e federal, e que ocupam quase de 80 milhões de hectares – 20 % da terra explorada pela agricultura (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2010). A maioria dessas famílias foram assentadas após o ano de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, que desapropriou propriedades improdutivas para fins da Reforma Agrária, caracterizando como resultado dos conflitos no campo. (Dicionário da educação do campo, 2012)

Outras estatísticas são reveladoras das complexidades dessas conquistas. Nos embates provocados entre porta-vozes da Via Campesina e do agronegócio, é clara a impossibilidade de diálogo entre as partes: a Via Campesina prega a Reforma Agrária e a segunda sua extinção. Por isso, a CPT relatou que as ocorrências de conflitos de terra aumentaram bastante entre 2001(625) e 2010(853); as incidências de trabalho escravo aumentaram mais do que cinco vezes, de 45(2001) para 204(2010); os conflitos pela água pularam de 14(2002) para 87(2010); e a média de assassinatos foi de 38, com alta de 73 em 2003 e baixa de 26 em 2009(Comissão Pastoral da Terra, 2011). Com pequenas vitórias e algumas tragédias os camponeses continuam a lutar pelos seus direitos de permanecer no campo. (Dicionário da educação do campo, 2012)

O presente trabalho realiza um estudo dos conflitos fundiários do assentamento rural Sabiaguaba, no município de Amontada, localizado no Estado do Ceará a partir do histórico de luta e construção do assentamento, para isto foram realizadas visitas técnicas onde se aplicou as primeiras etapas da Metodologia de Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários (MADSA): leitura de paisagem, zoneamento, quadro histórico e pré-tipologia dos agricultores.

2. Conhecendo o assentamento Sabiaguaba

O presente trabalho relata os conflitos fundiários do assentamento Sabiaguaba que fica localizado no município de Amontada no Ceará, e que fica aproximadamente a 157 km da capital, sendo localizado na parte litoral do estado. O assentamento Sabiaguaba possui 28 famílias assentadas e dezenas de famílias agregadas. O assentamento se divide em três comunidades: Caetanos de Cima que fica na parte da praia, e Pixaim e Matilha que fica separado de Caetanos de Cima por uma região de dunas, como na Figura 1. O assentamento Sabiaguaba sofreu sua primeira desapropriação em 1984 pelo INCRA tendo como território 864 hectares. Em 17 de fevereiro de 1987 o assentamento sofreu uma segunda desapropriação perdendo parte de seu território devido ao aparecimento do dono da terra onde foi desapropriado tendo até hoje 718 hectares.

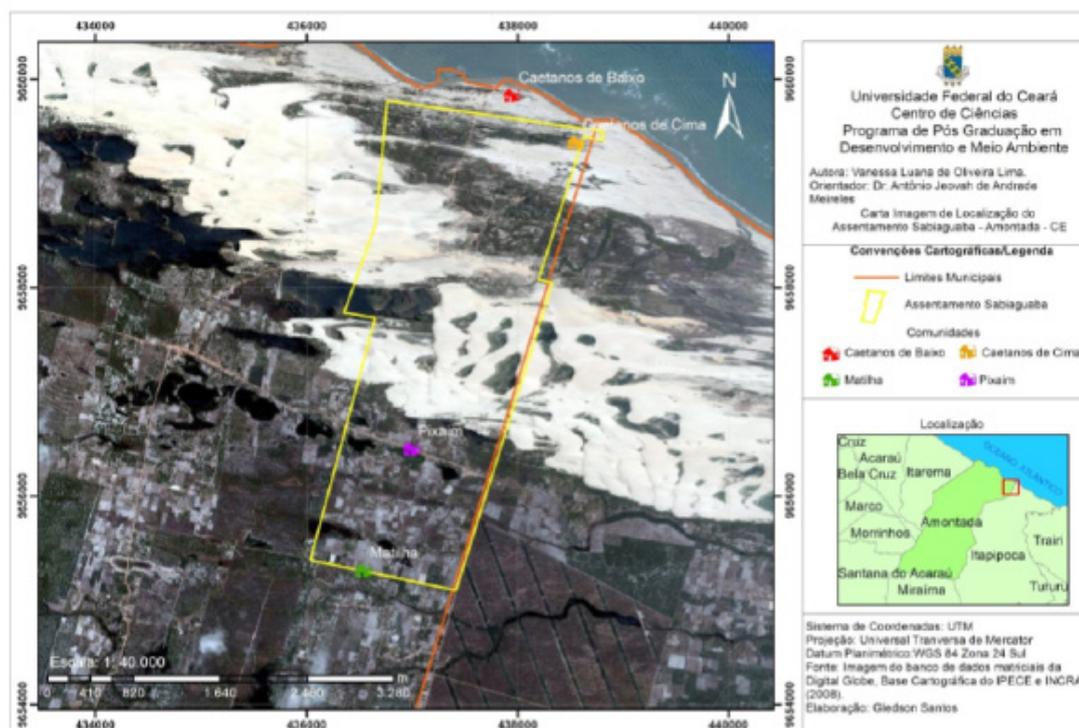


Figura 1: Imagem do assentamento Sabiaguaba-CE.

Fonte: Vanessa Luana de Oliveira Lima

As principais atividades produtivas são a pesca artesanal, o artesanato, o turismo comunitário com parceria com a Rede TUCUM, que é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará voltado para a relação entre sociedade, cultura e natureza. E os quintais produtivos que são uma unidade produtiva familiar têm como objetivo atender a soberania e segurança alimentar camponesa. Nesses quintais produtivos tem se a criação de animais de pequeno porte, além do cultivo de hortaliças, frutíferas, tendo um grande destaque a cultura do cajueiro e do coco. O coco tem uma importância econômica para as famílias, pois vedem o excedente da produção para atravessadores e desta forma possuem uma renda, como apresentado na Figura 3. Geralmente o excedente do que produzem em seus quintais é vendido. Assim também ocorre com a pesca artesanal, além de peixes também pescam camarão, polvo, como observado na Figura 2. Em determinada época do mês ocorre a coleta de algas que são vendidos a atravessadores compondo a renda das famílias que nessa época os pescadores não vão ao mar pescar devido a maré. A coleta das algas também é feita pelas mulheres que recebem o título de marisqueiras.



Figura 2: Pescadores do Assentamento Sabiaguaba, na praia de Caetanos de Cima.
Fonte: Renata Araujo



Figura 3: Parte de um quintal produtivo de uma família do assentamento Sabiaguaba -CE.
Fonte: Renata Araujo

Em relação a água, todas as famílias possuem em seus quintais um poço de água. Além que em cada comunidade possui uma lagoa, em que os assentados aproveitam para plantar na margem da lagoa quando está secando, aproveitando desta forma a umidade do solo, como apresentado na Figura 4. O assentamento em geral não usa sistema de irrigação principalmente nas culturas de relevância para o assentamento como o coqueiro, apenas algumas famílias usam um simples sistema de irrigação nas hortaliças.



Figura 4: Margem da lagoa da comunidade Matilha do Assentamento Sabiaguaba-CE
Fonte: Renata Araujo

O assentamento Sabiaguaba possui uma associação onde além dos assentados, os agregados também participam. A associação do assentamento é conhecida por participar de projetos de ONG'S como o Ciranda Produtiva que foi introduzido em 2004, além de outros projetos. O assentamento possui um grupo de mulheres que juntas conseguiram construir um restaurante na beira da praia, onde recebem os visitantes, mostrando a participação das mulheres em busca de seu espaço. Os jovens do assentamento também participam das discussões que norteiam o assentamento.

3. Metodologia

Utilizou-se como metodologia a análise e diagnóstico dos sistemas agrário de Marc Dufumier que se baseia em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Ele começa dos níveis gerais como um País ou Estado, até chegar a níveis específicos, como município ou assentamento. Primeiramente foi realizado no assentamento uma leitura de paisagem preliminar ou zoneamento agroecológico. No qual foi percorrido todo o assentamento com observação do clima, do solo, da vegetação, dos meios de produção, da presença de recursos hídricos e de áreas de preservação.

A leitura da paisagem foi realizada através de percursos sistemáticos de campo que permitiu atravessar e verificar as diferentes heterogeneidades dos ecossistemas. É importante não só observar a paisagem, mas também interrogar-se sobre ela e interpretá-la (Danilo Prado Garcia Filho, 1997)

Posteriormente, foram realizadas entrevistas históricas que teve como objetivo não só de estabelecer uma cronologia dos fatos ecológicos, técnicos e sociais relatados, mas estabelecer relações de causa e efeito entre esses fatos. Deve-se, em especial, tentar identificar as trajetórias de acumulação ou de descapitalização que levaram à diferenciação dos produtores, relacionando-as com os diferentes fatos levantados e com a sua localização (Danilo Prado Garcia Filho, 1997).

As entrevistas históricas foram realizadas com os assentados mais velhos que ali se encontravam, pois participaram desde o início pela conquista da terra, e relatando o que ali primeiramen-

te se encontrava nas terras para poder compreender as dinâmicas que hoje são encontradas no assentamento. Em um segundo momento no assentamento Sabiaguaba foi realizado entrevistas semiestruturadas com uma parte das famílias do assentamento (amostra aleatória). Nas entrevistas foram obtidos dados sobre os meios de produção e como o assentamento sobrevive e os problemas fundiários que o assentamento enfrenta.

4. Resultados e discussões

Para obter a leitura de paisagem ou zoneamento agroecológico foi percorrido o território do assentamento Sabiaguaba a fim de observar onde ficam suas extremidades além de observar a vegetação, o clima, o solo e o relevo da região. A partir dessas observações foi possível construir um mapa com o zoneamento que pode ser visto na figura 5, como parte da metodologia os assentados ajudaram nas informações das extremidades do assentamento.

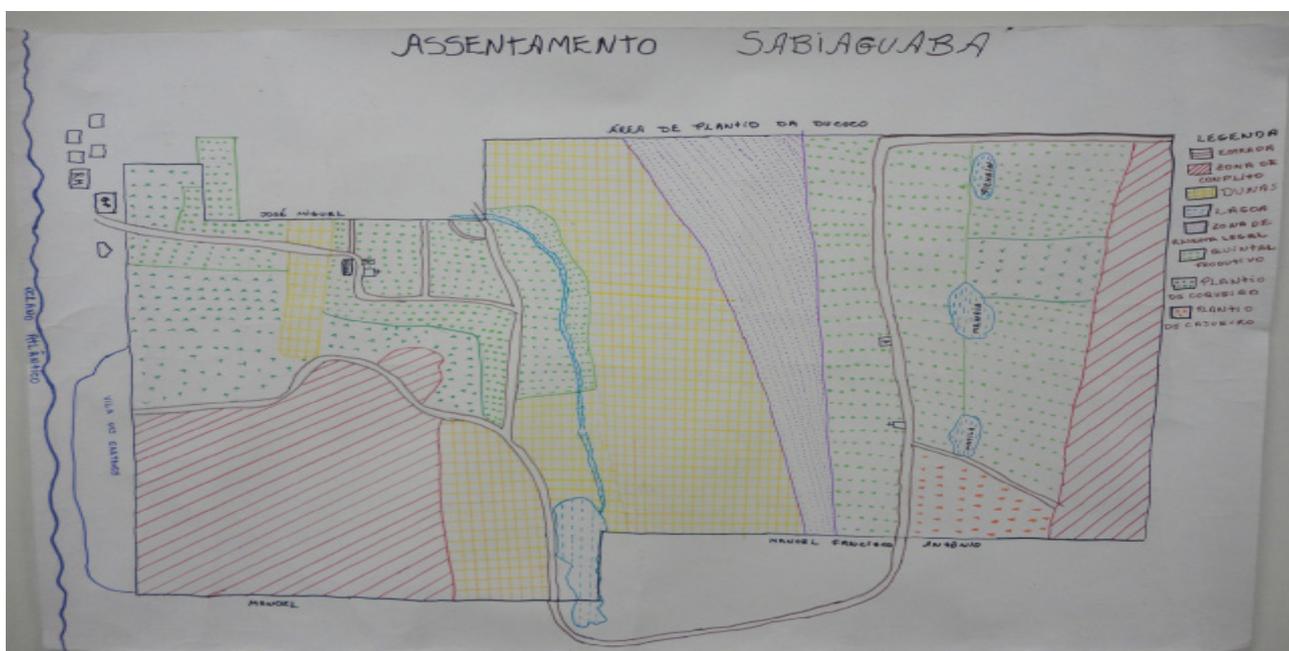


Figura 5: Zoneamento agroecológico do assentamento Sabiaguaba-CE

Fonte: Renata Araujo

A partir do zoneamento agroecológico e de algumas conversas com os assentados foi observada duas regiões de conflitos no assentamento, onde comunidades vizinhas estão invadindo o espaço do assentamento. Além da existência de um antigo posseiro que persiste permanecer no assentamento mesmo tendo sido desapropriado, acaba influenciando essa "invasão" no assentamento. A perda de território do assentamento faz com que os assentados não desenvolvam com potencial suas atividades agrícolas e aquícolas. Os assentados não andam na região de conflito por medo de opressão e esse mal estar acaba afetando o assentamento fazendo com que haja uma divisão de pensamento, uma parte do assentamento luta pela resistência da terra em quanto à outra parte é a favor do posseiro.

Outra região a se observar no zoneamento agroecológico é a construção de alguns imóveis a beira do mar. Essa região de beira mar não pode ser desapropriada por pertencer a marinha, mas a partir das entrevistas históricas que foram realizadas com os mais velhos e a partir das entrevistas

semiestruturadas, essas construções foram feitas pelo fato da existência da especulação turística. Por ser uma praia deserta e paradisíaca e pelos moradores a manterem limpa, chama atenção dos empresários. Um nome muito relatado pelos assentados é do Pirata que queria construir um complexo turístico na região.

Com as entrevistas históricas foi possível conhecer a história de luta pela terra no assentamento Sabiguaba. Segundo o relato de uns moradores, um padre da cidade próxima ao assentamento, Itapipoca. Ajudou a articulação para as terras serem desapropriadas para fins de reforma agrária. E também obtiveram incentivo do assentamento Maceió que já tinham passado pelo processo da conquista da terra. Na comunidade Caetanos de Cima, existia um posseiro e algumas famílias moravam na comunidade, uns trabalhavam para o posseiro que queria se apropriar de toda as terras da região. Houve resistência por parte das famílias naquela comunidade. Como relatado anteriormente esse posseiro ainda permanece no assentamento causando conflitos internos entre os moradores. O mesmo já foi desapropriado da comunidade. Com as entrevistas semiestruturadas realizada com algumas famílias observou se que o assentamento possui muitos agregados que são os filhos dos assentados, mas também há famílias que não são agregadas e nem assentadas. Essas famílias moravam na comunidade antes de se tornar um assentamento, alguns não soberam informar o porque não foram assentados mas alguns dizem que foi pelo fato de não querem participar da associação que estava se formando por divergências pessoais.

Essas famílias não agregadas e não assentadas, se sentem prejudicadas pois com a desapropriação da terra para formação do assentamento, essas famílias só tiveram direito a um pequeno pedaço de terra ao redor de sua casa. O maior impasse dentro do assentamento é que essas famílias querem que seus filhos morem dentro do assentamento porem os mesmos não tem direito a outra parte de terra para colocarem seus filhos. Gerando dessa forma conflitos fundiários internos. Devido a esses conflitos muitas famílias acabam dizendo que apenas a comunidade de Pixaim e Matilha são realmente terras pertencentes ao assentamento que a comunidade Caetanos de Cima por pertencer a união não poderia ser desapropriada, mas isso não se confirma terras pertencentes a união pode ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Em relação as comunidade Pixaim e Matilha antes da desapropriação havia um fazendeiro que possui uma escritura da terra, as famílias que ali viviam trabalhavam para ele. Na época em que as comunidades estavam se articulando para pedir a desapropriação da área, houve conflitos com esse fazendeiro, o mesmo chegou a tocar fogo nas casas das famílias. Com a desapropriação ele acabou indo embora da região.

Outra questão que causa conflitos internos na comunidade é a associação dos moradores da comunidade, em que todos podem participar da associação incluindo assentados, agregados e não agregados e não assentados. Contando que participem das reuniões que decide sobre o andamento do assentamento e paguem uma pequena taxa todo mês para manter pequenas despesas. O presidente da associação é escolhido por meio de votação juntamente com um vice-presidente que sempre são de comunidades diferentes. O presidente fica no comando por dois anos. As reuniões da associação ocorrem às quartas feiras a noite na comunidade Caetanos de Cima. Isso acaba sendo observado que as comunidades de Pixaim e Matilha acabam não participando das reuniões por ficar muito longe de onde residem e com isso acabaram construindo uma nova associação dentro dessas comunidades porem não foi para frente pois não tinham acesso aos projetos.

Um fato interessante em relação a associação de que como agregados e não agregados e assentados podem participar da associação os projetos que o assentamento consegue os recursos são todos até hoje de ONG'S pois se fosse projetos vindos do governo apenas os assentados poderiam se beneficiar dos projetos, já que dentro do assentamento existem famílias assentadas

que não participam da associação. Essas famílias acabam se achando excluídas pela associação tendo divergência entre eles. A partir do quadro histórico feito com base nas entrevistas podem ser observadas as causas e consequências tanto da conquista da terra como da vinda de projetos. Vale ressaltar que os dados encontrados no quadro histórico que se encontra na figura 6, foram ditas pelos moradores do assentamento.

DATA	FAJO ECOLÓGICO	FATO TÉCNICO	FATO SÓCIO-ECONÔMICO	FATO EXPLORAÇÃO PRINCIPAL
Antes de 1986 Luta pela Terra		Moradores impedidos de trabalhar na terra.	Ameaça de expulsão	1. Cultivo realizado pela latifúndia empregados no "terro" no sistema de meião. 2. Planta de subsistência(cultivo diversificado)
1986 1ª desapropriação (864 ha)			Garantia de permanecer na terra	
1986-1987		Energia elétrica, construção da casa de farinha e da estrada	Desenvolvimento do assentamento	Introdução dos quintais e dos animais.
17 de fevereiro 1987 (2ª desapropriação)		Parcela de 146 hectares de terra.		Desenvolvimento da agricultura.
Projeto quintal produtivo			Aumento da renda	Hortaliças
Parcerias com a Rede Içom, Teramar		Implantação do turismo comunitário, Assistência jurídica	Aumento da renda, recebem ajuda para resolver os conflitos.	Utilização das hortaliças, peixe, água de coco, buffers no restaurante como alimento ou na própria casa.
Projeto de galinha capipira			Aumento da renda	Galinha, pato, capote
Projeto Ciranda Produtivo 2004		Investimento dos processos produtivos	Aumento da produção e renda	Intensificação dos quintais
2011	Seca	Afetou a produção de caca, batata doce e castanha de caju	Redução na renda das famílias	Falta de água e de peixe nas lagoas. Planta e colheita tardia
2014/2015		Ameaça de invasão por comunidades vizinhas	Conflito pela Terra. Perda de projetos	Não exploração das terras
Presença de posseiro			Presença de conflito interno	

Figura 6: Quadro histórico

Fonte: Renata Araujo

5. Considerações finais

Pode se observar no assentamento Sabiaguaba que as famílias vêm sofrendo com conflitos fundiários tanto por agentes internos como por agentes externos. Os agentes internos acabam causando um mal estar entre as famílias que poderiam está lutando para conseguir aumentar suas atividades agrícolas e aquícolas. Além de que as políticas públicas poderiam intervir para retirada do antigo posseiro que causa conflitos internos entre as famílias. Grande parte dos transtornos dentro do assentamento ocorrem pó eles terem problemas fundiários. Uma das consequências disso foi a perda de um investimento do governo dentro do assentamento com a construção de uma agroindústria de processamento do coco seco. A especulação turística é uma realidade no litoral cearense. E isso ocorre em Sabiaguaba principalmente por ser um lugar não explorado e paradisíaco. Apesar desses problemas o assentamento investe em um turismo comunitário que vem a cada ano crescendo em função da organização interna dos assentados.

Referências

Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conflitos no campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera). Relatório DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra – 2009. Presidente Prudente: Nera, 2010.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, G. **Dicionário da Educação do Campo** – 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**- guia metodológico. INCRA/FAO.

LIMA, V.L.O. **Desenvolvimento para vida: os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no assentamento Sabiaguaba/ Amontada-CE**. 2010. 227 f. Teses (mestrado)- Programa de pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

DA REDENÇÃO AO CONFLITO: A LUTA PELO TERRITÓRIO NO NORTE DE MINAS GERAIS

WÂNIA SILVINHA LOIOLA DE OLIVEIRA
GERALDO M. MATOS

Resumo

Este trabalho, resultado da pesquisa de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina, objetiva analisar o processo de organização dos atingidos pelo Projeto Minerário Vale do Rio Pardo, avaliando a emergência dos conflitos sociais a partir da implantação do projeto. Para atingir o objetivo proposto utilizamos a perspectiva desta "Articulação Social" a partir dos conflitos, com as mineradoras e o Estado, dos discursos e das formas de ação dos mediadores que auxiliam os atingidos pela mineração e a forma como eles agem e se apropriam destes discursos. O trabalho faz um breve histórico da inserção do Norte de Minas Gerais na economia nacional e estadual através dos Grandes Projetos de Investimento e analisa a reação popular frente ao Projeto Minerário Vale do Rio Pardo; um projeto anunciado como "a redenção da região pobre e seca de Minas Gerais", mas que já em sua fase de licenciamento vem provocando conflitos e desestruturando modos de vida. Tendo como pressuposto as afirmações de Scherer-Warren (2011) de que a exclusão coletiva através de grandes projetos de investimentos (hidrelétricas, mineração, madeireiras, agropecuária de grande escala) tende a levar à mobilização coletiva, este trabalho visa analisar como os moradores da região atingida pelo projeto minerário Vale do Rio Pardo concebem e participam da implantação do projeto na região, como ocorrem as relações sociais e territoriais entre empresas, Estado (regulador do uso do território) e moradores atingidos. Assim, tendo inicialmente o conflito como condição *sine qua non* para a existência dos movimentos sociais, conhecimentos sobre a construção da identidade coletiva e da desterritorialização, visa analisar como os atingidos pelo Projeto Vale do Rio Pardo estão reagindo à implantação deste projeto que ainda se encontra em fase de licenciamento ambiental.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Desterritorialização, Monocultura, Mineração, Norte de Minas.

Abstract

This article is a result of the Master's course research presented to the Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) of the Federal University of Santa Catarina. It aims at analyzing the organizational process of those who were affected by Vale do Rio Pardo Mining Project, evaluating the social conflicts that have come out within the project implementation. In order to achieve the objective proposed we have used the perspective of this "Social Articulation", considering the conflicts between the mining companies and the State, the mediators' speeches and actions that have assisted those who were affected by mining. This work presents a brief history of North of Minas Gerais in the national and state economy throughout big projects of investment and analyzes the popular reaction in relation to the Vale do Rio Pardo Mining Project; a project advertised as "redemption of the dry and poor region of Minas Gerais", but which has since the licensing phase been promoting conflicts and disrupting lifestyles. Assuming that Scherer-Warren's (2011) statements that collective exclusion throughout big projects (hydroelectric plant, mining firms, logging, farming in great scale) tend to direct to a collective mobilization, this work aims at analyzing how the local people affected by the Vale do Rio Pardo Mining Project see and participate in the implementation of the project in the region, how the social and territorial relations are established among the mining firms, the State (territory usage regulator) and the local affected people. Thus, considering the conflict initially as a condition *sine qua non* to the existence of social movements, knowledge about the construction of a collective identity and the desterritorialization, we aim at analyzing how those affected by Vale do Rio Pardo Project are reacting to the implementation of this project that is still in its environmental licensing stage.

Keywords: Social Movements, Desterritorialization, Monoculture, Mining, North of Minas.

1. Introdução

O anúncio de altos investimentos na exploração mineral e a divulgação pela imprensa da “redenção do Norte de Minas” trouxe, inicialmente, grande expectativa de desenvolvimento para a população local. Porém, com o passar do tempo e o início das ações de pesquisa, análise e licenciamento das mineradoras, a esperança de uma nova era de desenvolvimento econômico para a região deu lugar ao medo da perda do território, da desestruturação do modo de vida e dos sistemas produtivos das comunidades rurais a serem atingidas, da geração de graves problemas ambientais e do agravamento dos problemas sociais nas áreas urbanas; além de trazer à memória os problemas enfrentados pela população atingida pela construção da barragem do rio Salinas na década de 1990.

Em vista disto, a expectativa da chegada da mineração tem gerado preocupações e incertezas, levando a população a se organizar para discutir a mineração e seus impactos ou inserir tal discussão na pauta dos movimentos sociais atuantes na região. Preocupação maior se dá com os Geraizeiros, um grupo de pequenos agricultores que habitam a margem direita do Rio São Francisco e que lutam pela posse da terra, pela agricultura familiar, para recuperar o cerrado e o modo tradicional de vida dos povos do cerrado e da caatinga.

Scherer-Warren (2011) diz que a exclusão coletiva através de grandes projetos de investimentos (hidrelétricas, mineração, madeireiras, agropecuária de grande escala) tende a levar à mobilização coletiva como aconteceu com os atingidos por barragens inicialmente no Sul, depois no Nordeste e em todo o país. Assim sendo, e a partir da análise desta inquietação popular frente ao projeto minerário Vale do Rio Pardo é que surge a pergunta deste trabalho:

Como os moradores da região atingida pelo projeto minerário Vale do Rio Pardo concebem e participam da implantação do projeto na região? Como ocorrem as relações sociais e territoriais entre empresas, Estado (regulador do uso do território) e moradores atingidos?

Estabelece para este estudo, o recorte temporal entre 2010 e 2014, considerando as publicações pela mídia regional e nacional das jazidas de ferro e gás no Norte de Minas, a realização da Audiência Pública em Salinas e 2014; data prevista para início das atividades de exploração. O processo encontra-se em fase de licenciamento e após revisão, a data para início da exploração foi prorrogada para 2017.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados foram, pesquisa bibliográfica, utilizando autores que dialogam sobre o Norte de Minas Gerais, os movimentos sociais brasileiros e os conflitos com mineradoras em nosso país e entrevistas semi estruturadas com agentes e coordenadores das mediadoras sendo: coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), integrante do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTM), representantes do povo Geraizeiro; presidente de associação de moradores, deputados estadual federal de Minas Gerais, bem como com atingidos das comunidades de Lamarão, Córrego das Cancelas e Vale das Cancelas. Os entrevistados foram indicados pelos próprios moradores através da amostragem por cadeias de referência, ou seja, utilizando-se, para o recrutamento dos sujeitos da pesquisa, a técnica metodológica *snowball* também chamada *snowball sampling*, conhecida no Brasil como técnica de bola de neve. Também foi realizado o acompanhamento de Audiências Públicas, encontros regionais, manifestações e dos enfrentamentos. Foi realizada uma análise documental do Projeto de Lei que cria o Novo Código Mineral, do Discurso do Desenvolvimento Minerador (DDM) e do EIA/RIMA da empresa para fazer algumas contraposições.

3. O Norte de Minas Gerais

A região Norte, como mostra a figura 1 abaixo, é a maior do Estado de Minas Gerais. Abrange uma área de 128.602 km², perfazendo 89 municípios e 07 microrregiões; onde vivem 1.633,864 habitantes com IDH de 0,697 (IBGE, 2010).

Para Moreira (2010), o Norte de Minas é uma região peculiar dentro do Estado, vista como uma extensão do Nordeste brasileiro. Nela são evidenciadas características econômicas, sociais, culturais e naturais do Nordeste. Até mesmo seus dados de desenvolvimento se assemelham mais com o sertão nordestino do que com o restante do estado mineiro.



Figura 1 - Mesorregiões de Minas Gerais e Microrregiões do Norte de Minas

FONTE: www.ifnmg.edu.br

Esta região é marcada por clima tropical semiárido com chuvas irregulares, distribuídas por 3 ou 4 meses do ano e inferiores a 800 mm; temperaturas médias elevadas, vegetação de Caatinga, Cerrado e Mata Seca. As bacias hidrográficas que drenam a região são a do São Francisco e a do Jequitinhonha, além da bacia do Rio Pardo. Muitos dos afluentes destas bacias possuem regime anual intermitente, caracterizando grande seca na maior parte do ano.

O relevo da região é formado por serras, planaltos e depressões, com destaque para a Serra do Espinhaço que “corta” Minas Gerais do centro até o Norte, aproximadamente entre as latitudes 10° e 30’ e 20° e 30’ Sul. As semelhanças entre as regiões Norte e o Centro Sul do Estado surgem na formação geológica antiga, rica em quartzos, metadiamictitos, ouro, diamantes, gemas e minerais ferrosos, variando a quantidade e a qualidade; bem como os estudos em cada uma das regiões.

Com uma geologia “favorável”, nos gerais¹, desde o século XVIII, ao lado da pecuária extensiva e da agricultura, também pratica-se a mineração artesanal, ou seja, o garimpo de gemas e pedras preciosas ou semipreciosas como rubelita, diamante, turmalina e águas marinhas e minerais como caulim, columbita, tantalita, mica, quartzo e feldspato; explorados de forma sazonal por trabalhadores rurais e/ou pequenos agricultores que na entressafra se tornam garimpeiros.

Assim, o garimpo está associado à agricultura e à pecuária da região e contribui para a gera-

¹ Segundo Dayrell (1998), Os gerais é um termo regional que refere-se às áreas localizadas nos planaltos e serras da região onde predomina a formação vegetal denominada de cerrados (que é um tipo de savana).

ção de renda em várias cidades do Norte de Minas que têm suas origens relacionadas à exploração mineral como Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Rubelita e Salinas.

Se o garimpo sempre esteve presente nos gerais, o mesmo não se pode dizer da mineração em larga escala. Esta, com exceção da extração de argila para produção de telhas, tijolos e calhau de xisto, ambos para a construção civil e este último também para calçamento de ruas; intensificou-se na região no final do Século XX e início do Século XXI, com a exploração de feldspato, caulim e granito nos municípios de Salinas e de Maristela. A exploração é feita em minas a céu aberto, e os produtos são exportados *in'natura* para outros estados da região Sul e Sudeste. Alguns tipos de granito como o "Conglomerado Marinace", pela sua beleza e composição é todo exportado para China e Estados Unidos.

3.1 A "inserção" do Norte na economia estadual e nacional

Ao contrário das regiões Sul e Central, a região Norte, ficou alijada do processo de desenvolvimento ocorrido no Estado de Minas Gerais. Moreira (2010) relata que até a década de 60 do século XX não existiam políticas públicas estaduais que visassem integrar o norte ao restante de Minas e que esta inserção é iniciada pelo governo federal a partir da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e da inclusão do Norte de Minas Gerais, em 1963, à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). As ações conjugadas destas agências federais se distribuíram basicamente em quatro eixos: a) grandes projetos agropecuários; b) industrialização; c) reflorestamento; d) e projetos de irrigação. Dentre estes empreendimentos destacam-se o Projeto Jaíba (irrigação) e o reflorestamento² na região de Padre Carvalho, Grão Mogol, Salinas e Rio Pardo de Minas.

Para Moreira (2010), os resultados deste processo "de modernização" foram uma imensa concentração de terras, a expulsão de posseiros e agregados e a ocupação das áreas comunais utilizadas pelas populações tradicionais por empresas monocultoras de eucalipto e pinus. "A concentração fundiária na região produziu a desestruturação da pequena produção e até mesmo seu desaparecimento, gerando a expulsão do homem do campo e um grande movimento de fluxo migratório" (p. 42). Além disso, inúmeros cursos d'água secaram, espécies da fauna e da flora regional desapareceram, e grandes áreas foram desertificadas. Poucos foram os moradores locais que lograram êxito com esses projetos.

As monoculturas de eucalipto e pinus no Norte de Minas foram iniciadas nas décadas de 1970/1980 em áreas de chapada, consideradas terras devolutas e arrendadas pelo Estado a empresas privadas, para exploração durante cerca de 25 a 30 anos (de acordo com cada contrato). Ao final do contrato – muitos já venceram - deveriam ter sido devolvidas ao Estado de Minas Gerais para fins de uso social. No entanto, as mesmas não foram devolvidas e o plantio continua, sendo muitas vezes financiado pelo Estado, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Assim, as chapadas, que eram tradicionalmente destinadas ao uso comum pelos moradores locais, foram tomadas por monoculturas de eucalipto e pinus, ficando os moradores então privados de grande parte das terras onde realizavam o extrativismo coletivo e a criação do gado na "solta".

Em toda a região, muitos moradores das comunidades rurais continuam sofrendo as consequências da desestruturação dos seus modos de vida decorrentes destes grandes projetos monocultores e ainda hoje são violentados física, moralmente e territorialmente por essas empresas,

² Reflorestar é plantar árvores para formar florestas. Então reflorestadoras são aquelas que plantam florestas. Como no Norte de Minas plantam apenas eucalipto ou pinus, serão, a partir daqui, denominadas monocultoras de eucalipto ou pinus, visto que não são reflorestadoras.

que além da invasão de suas terras, veem as águas secando e sendo contaminadas por agrotóxicos que também são pulverizados por aviões nas plantações de eucalipto e de pinus.

A situação de privação e de violência é comumente relatada por moradores da região, como o Sr. Joaquim e sua irmã Maria, do Distrito de Vale das Cancelas que se sentem “encurralados” pelas monocultoras. É perceptível o sentimento de indignação e revolta na fala dos mesmos, quando relatam não poderem trabalhar ou viver em paz, porque se sentem constantemente ameaçados “pela firma³”:

Esta situação de conflito permanente tem levado os moradores a registrar diversos Boletins de Ocorrência (BO) policial e denúncias que se transformaram em Ações Públicas como a Ação Popular 0556.12.1928-7 ajuizada na Comarca de Rio Pardo de Minas contra monocultoras, mineadoras, tabeliões, oficiais de cartórios, advogados, servidores municipais e estaduais do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) e do Instituto Estadual de Florestas (IEF), policiais e pessoas físicas (laranjas) que falsificavam documentos, alteravam contratos já vencidos e áreas, registravam documentos de compra e venda de terras públicas ou de posseiros, entre outras ações fraudulentas que resultaram na chamada “Operação Grilo”, abaixo noticiada:

Nove presos em operação contra grilagem de terras em Minas Gerais

Nove pessoas foram presas nesta quarta-feira acusadas de integrar uma organização criminosa que fazia grilagem de terras públicas em Minas Gerais.

A operação, batizada de Grilo, resultou também no afastamento da cúpula do Instituto de Terras do Estado de Minas (Iter-MG), na apreensão de dez carros e no bloqueio de R\$ 35 milhões em contas e aplicações bancárias. Os mandados foram expedidos pelos juízes das Comarcas de São João do Paraíso e de Salinas, no Norte de Minas Gerais.

Segundo a Polícia Federal, que atuou na operação em conjunto com o Ministério Público e a Polícia Militar, os suspeitos atuam há vários anos, de forma impune, no Norte do estado. [...]São terras que pertencem ao estado de Minas Gerais e foram parar nas mãos de particulares - disse o promotor de Rio Pardo de Minas, Daniel Castro. [...] A seguir, numa outra operação fraudulenta, o agora proprietário vendia o referido título a pessoas físicas ou jurídicas intermediárias que, ao final, negociavam a terra com grandes mineadoras a preços astronômicos.[...] (VOITCH – Jornal O GLOBO, 20/09/11)

A grilagem, assim como a relação entre monocultoras e mineadoras não é exclusividade no Norte de Minas. Wanderley (2008) afirma que, em locais propensos à mineração, o solo se torna tão ou mais cobiçado do que o subsolo, por isso os processos de grilagem, falsificação e adulteração de títulos rurais são práticas comuns também na Amazônia Oriental. Nogueira (2009) fala da formação de conglomerados reflorestadores-siderúrgicos. Segundo esta autora, algumas das maiores siderúrgicas de Minas Gerais integram a Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), indicando de forma clara uma relação entre mineadoras/siderúrgicas e reflorestadoras (monocultoras de eucalipto e pinus).

Um morador do Vale das Cancelas, afirma que as monocultoras de eucalipto e pinus, vieram preparar o terreno para as mineadoras”.

As mineadoras elas é tudo coligada com as reflorestadora.[sic] Inclusive as mineadoras não tem dificuldade nenhuma para fazer o trabalho dentro da área onde as empresa[sic]

³ São muitas as monocultoras que atuam na região, todas pertencentes a grandes grupos empresariais. Alguns dos entrevistados não conseguem distingui-las, outros as citam de forma muito clara. No entanto, como os conflitos são latentes e as perseguições são frequentes será utilizada a expressão “a firma ou pela firma” para todas as monocultoras de eucalipto ou pinus. Serão também utilizados nomes fictícios para os atingidos, visando a segurança dos mesmos.

plantou eucalipto. Inclusive essa SAM tem alugado ali na Rio Rancho, um galpão e paga um valor bem alto para poder usar o galpão do Newton Cardoso, aqui na sede. Então eles é[sic] coligado, eles é companheiro um do outro. Eu vi falar que o mesmo grupo Votorantim é o mesmo da reflorestadora. (Sr. César, militante e atingido, entrevista em agosto/14)

Quando questionados sobre as expectativas para a chegada da mineração, os entrevistados sempre fazem referência à chegada das monocultoras de eucalipto e pinus que prometeram melhorias e só trouxeram prejuízos. Por isso, a luta é contra esses dois projetos de “desenvolvimento”, afirma Márcia; presidente de uma associação de moradores e filha de atingida: “Na região os movimentos estão abraçando as duas causas: o reflorestamento e a mineração”.

Decorridos cerca de 40 anos após a implantação dos projetos monocultores, as microrregiões de Salinas e Grão Mogol se veem novamente no cenário nacional com a implantação do Projeto Minerário Vale do Rio Pardo que previa inicialmente investimentos de cerca de 3 bilhões de dólares e exploração de minério de ferro por cerca de 25 anos.

As jazidas encontradas no Norte de Minas Gerais foram noticiadas pela imprensa nacional como a “redenção” da região pobre e seca de Minas Gerais.

Norte de Minas pode virar polo de gás e ferro

A carente região norte de Minas Gerais vive a expectativa de redenção econômica com a exploração de seu subsolo. Área frequentemente castigada por secas, cuja economia está historicamente apoiada em atividades como a agropecuária e a produção do carvão vegetal, o norte mineiro abriga reservas gigantescas de gás natural e minério de ferro.

Os estudos de viabilidade econômica ainda estão sendo preparados, mas as jazidas, estimadas em pelo menos 20 bilhões de toneladas de minério - de baixo teor de ferro -, localizadas na região de Salinas e municípios na divisa do Estado com a Bahia, já estão atraindo a atenção de investidores estrangeiros. (Estado de S. Paulo- 22/03/10 - Economia)

3.2 O Projeto Vale do Rio Pardo

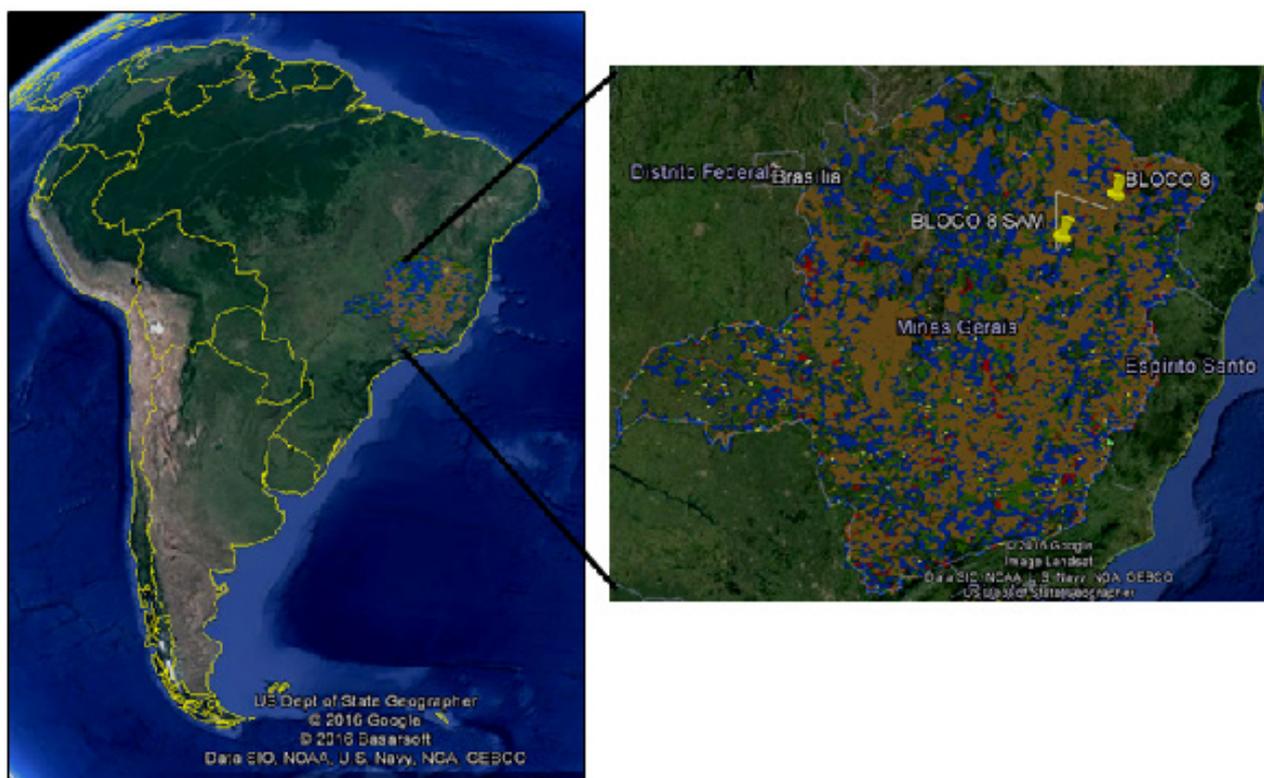


Figura 2 e 3 – Localização do Bloco 8
 FONTE: Google Earth 2016

A Sul Americana de Metais S. A. (SAM)⁴ é detentora, no norte do Estado de Minas Gerais, dos alvarás de pesquisa relativos aos processos DNPM 831.028/2007 e DNPM 831.029/2007⁵. Essas duas áreas, em conjunto, são denominadas de “Bloco 8”, como mostra a figura 3 e constituem o objeto deste estudo.

O Projeto como um todo é denominado “Projeto Vale do Rio Pardo” e constitui um projeto integrado de mina com aproximadamente 27 km², planta de beneficiamento e mineroduto de 482 km que levará o material a ser exportado até o porto de Ilhéus/Ba.

O local pretendido para as futuras instalações está inserido na zona rural de Grão Mogol e de Padre Carvalho, nas comunidades de Lamarão e São Francisco, próximas ao Distrito de Vale das Cancelas, às margens da BR 251 e está distante cerca de 106 km da cidade de Grão Mogol, 55 km de Padre Carvalho e 70 km da cidade de Salinas.

O material a ser exportado é do tipo *pellet feed*⁶, em forma de polpa aquosa⁷, entre a área da mina e a estação de desaguamento e filtragem da polpa; esta última localizada próximo ao Porto Sul, em Ilhéus/Ba, de onde será embarcado para os mercados orientais.

Trata-se de empreendimento de grande porte, que foi revisado e atualizado em 2014. Após esta atualização, a produção será aumentada em cerca de 10% anualmente, passando de 25 MTPa para 27,5 MTPa, e de 622,3 Mt para 739 Mt, ao final da exploração. A extração que seria feita com 20 bancadas de 15 metros cada será feita em 28 bancas e a profundidade da cava será alterada de 300 para 420 metros. A área Diretamente Afetada (ADA), que totalizava 3.747 hectares, foi amplia-

4 Criada em 2006, como subsidiária do grupo Votorantim, foi vendida em 2013 e hoje pertence ao grupo Honbridge Holdings Ltd.

5 Processos em fase de requerimento de lavra. Acompanhamento dos processos em <https://sistemas.dnmp.gov.br>

6 Finos ou pequenas porções de minério concentrado, geralmente inferiores a 0,15mm.

7 Mistura formada pelo minério, amido de milho ou mandioca e água.

da em mais de 100% e será, considerando o complexo minerário e adutora, de 7.495,5 hectares. O tempo de exploração passará de 25 para 29 anos.

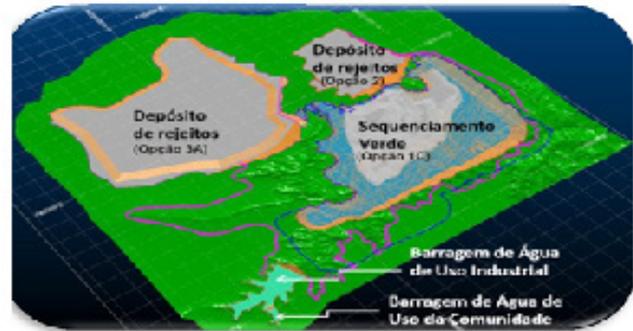
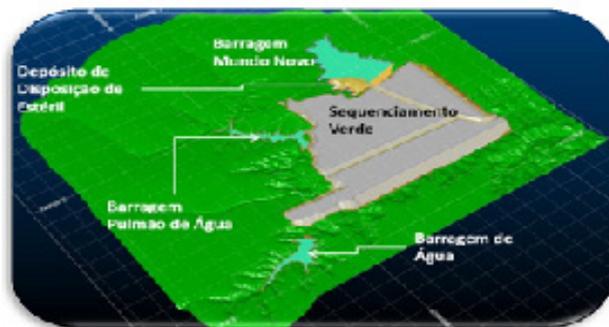


Figura 4 - Área Diretamente Afetada EIA/RIMA 2012
 FONTE: SAM/RIMA, 2014.

Figura 5 - Área Diretamente Afetada- EIA/RIMA/2014

A exploração do minério de ferro na região ocorrerá na margem oriental da Serra do Espinhaço, mais precisamente na Formação Nova Aurora e Chapada Acauã que Pedrosa-Soares (2007) caracterizou como sendo:

A Formação Nova Aurora consiste predominantemente de diamictitos (fluxos de detritos) e turbiditos arenosos, com importantes intercalações de formações ferríferas diamictíticas do tipo Rapitan.[...] Formação Chapada Acauã (Membro Mato Grande) é uma sucessão cíclica de intercalações de diamictitos, turbiditos arenosos e pelitos, com pelo menos uma espessa lente de calcário dolomítico no topo (p. 5 e 6)

A Formação Nova Aurora, onde está inserido quase totalmente o Bloco 8, distingue-se por apresentar depósitos de minério de ferro de volume muito expressivo, como ocorre nos direitos minerários da SAM, evidenciados no Módulo 6 (Meio Físico) do EIA/RIMA apresentado pela empresa.

A geologia da região vem sendo estudada desde a década de 1970 do século XX, pela então Companhia Vale do Rio Doce, hoje VALE; quando foram implantados os grandes projetos monocultores, o que evidencia a já citada relação entre monocultoras e mineradoras.

A área a ser atingida como um todo envolve 06 municípios: Fruta de Leite, Grão Mogol, Jose-nópolis, Novorizonte, Padre Carvalho e Salinas. A população destes municípios, segundo o Censo do IBGE (2010) é de 75.505 habitantes, sendo Salinas e Grão Mogol as cidades com maior população e infraestrutura urbana (bancos, escolas, hospitais, comércio, prestação de serviços), respectivamente.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA %	POPULAÇÃO RURAL %	IDHM	ÍNDICE DE GINI	ANOS DE ESTUDO (POP. + 25 ANOS)	
						H	M
FRUTA DE LEITE	5.940	34,28	65,72	0,544	0,480	2,31	2,79
GRÃO MOGOL	15.024	35,88	64,12	0,604	0,482	3,42	4,1
JOSENÓPOLIS	4.566	53,53	47,47	0,564	0,462	2,99	3,6
NOVORIZONTE	4.963	34,6	63,4	0,616	0,439	3,01	3,09
PADRE CARVALHO	5.834	59,34	40,66	0,599	0,445	2,9	3,6
SALINAS	39.178	78,4	21,6	0,679	0,664	5,1	4,87

Elaboração: a autora/15

FONTE: www.portalodm.com.br e www.ibge.gov.br

Os dados apresentados na tabela 1 revelam as discrepâncias populacionais dos municípios afetados pelo Projeto minerário Vale do Rio Pardo, tanto no que se refere à população total quanto à urbanização. Quanto ao IDH, possuem IDH médio e também não apresentam grandes diferenças em relação ao Índice de Gini; à exceção de Salinas, município com as maiores desigualdades sociais. Quanto à alfabetização de adultos os índices são baixíssimos. Mesmo em Salinas, onde a escolaridade é maior, estes revelam que a população adulta do município, em média completam apenas os anos iniciais do ensino fundamental. Estes dados de fato, constituem obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico da região.

A área a ser minerada atinge diretamente os Vales dos Córregos do Lamarão, Mundo Novo, da Onça, Jiboia, do Vale, Batalha, entre outros; enfim, atinge área de planaltos e chapadas já ocupados pelos eucaliptos e pinus e também as "grotas", onde vivem comunidades tradicionais em processo de reconhecimento legal, os Geraizeiros. Nestas comunidades, pratica-se a agricultura e a pecuária de subsistência e a coleta de frutos e plantas do cerrado como pequi, rufão, cagaita, mangaba, panã (araticum) e fruta de leite. Alguns homens trabalham informalmente ou sazonalmente na produção de carvão vegetal.

Os moradores possuem, em média, mais de 50 anos de idade e a maioria vive no local há mais de 16 anos, sendo em sua maioria parentes e mantendo entre si boas relações de vizinhança. A maior parte das casas é de adobe, possuem piso de terra batida e energia elétrica, não possuem banheiro, nem água encanada. No vale do Lamarão, as residências são bem próximas umas das outras, evidenciando as relações de vizinhança e familiaridade.

Quanto ao número de famílias, dentro da ADA, segundo o EIA/RIMA da SAM, elas são 85; não existindo aí nenhuma família "potencialmente tradicional".

Os centros de referências pesquisados indicaram a inexistência de comunidades tradicionais nos registros oficiais da Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional do Índio. Em campo, secretarias de assistência social, cultura e movimentos sociais foram entrevistados. Nenhuma informação sobre comunidades potencialmente tradicionais - nos municípios da Área de Estudo - fora registrada.

Com isso, entende-se que, até o momento da realização desse estudo não há comunidades potencialmente tradicionais inscritas na Área de Estudo.[...] (EIA, Módulo 10, p. 382).

Esses dados são questionados e contestados pelas comunidades afetadas, ONGs, Pastorais e

Universidades que atuam na região e também pelo Ministério Público que realizou recentemente levantamento antropológico na região.

O Centro de Agricultura Alternativa (CAA), organização não governamental que atua na região norte mineira desde 1985, afirma:

[...] é notória a presença de povos e comunidades tradicionais na região afetada pelo empreendimento, encontrando-se, este, encravado em plena região Geraizeira, categoria identitária oficialmente reconhecida, que possui assento permanente na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CAA, 2013, p. 4/5).

A situação é questionada em relatório enviado ao IBAMA pela equipe de Programa de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em MG da UFMG.

Fica claro, portanto, que a categoria identitária geraizeiros foi negligenciada nos estudos em pauta. Não é demais salientar, na esteira das observações acima, que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instância governamental paritária instituída por Decreto Presidencial de 13 de julho de 2006, reconhece mais de 15 (quinze) categorias de povos e comunidades tradicionais, entre os quais os geraizeiros (pág. 9)

Estes e outros questionamentos quanto ao meio físico e socioeconômico resultaram em Audiências Públicas e em Ações Cíveis Públicas contra a mineradora SAM que atualizou o projeto em 2014 e foi convocada para Audiência Pública para a discussão destas atualizações.

4. Resultado e discussões

Apresentamos nesta parte do texto uma análise dos conflitos estabelecidos entre a população local, a SAM Metais e o Estado. A perspectiva é demonstrar a extração mineral é invasiva desde a fase de licenciamento, pois para a coleta de dados geológicos, hidrológicos, da fauna e da flora se faz necessário o trabalho de campo e este, desde o início já se faz com invasão de propriedades, barulho de sondas e perfuratrizes, aumento do tráfego e presença de pessoas estranhas que quebram a rotina dos moradores e lhes causa desconforto. Assim, a partir das ações de pesquisa das mineradoras, do Estado e da reação da população a estas inquietações, instala-se “o conflito” envolvendo a mineradora Sul Americana de Metais S.A. (SAM), o Estado e os atingidos, mediados ou auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Geraizeiros, Movimento dos Sem Terra (MST), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), entre outros que estão se articulando e fazendo nascer aquilo que os atingidos denominam simplesmente de “o movimento”.

Os resultados evidenciam a necessidade da união entre as pessoas que serão afetadas pelo projeto minerário Vale do Rio Pardo e as mobilizadoras, para juntos buscarem construir um outro desenvolvimento ou uma outra visão deste.

4.1 Da redenção ao conflito: a reação popular

Scherer-Warren (2011) e Wanderley (2011) evidenciam que a consciência dos efeitos negativos, a ameaça trazida pelos grandes projetos, têm gerado identidades coletivas como a de “atingi-

dos". É uma identidade construída frente a uma situação de expropriação, de invasão de território e que pode se tornar bandeira ou objetivo de luta, ou seja, pode gerar uma solidariedade e compromisso com "os iguais" levando a uma unidade em torno da necessidade real de lutar pelo direito à terra, à água, à cultura e à vida e contra a mineração. Na identidade e na solidariedade entre as pessoas atingidas "nascem" movimentos sociais, como observou Wanderley (2011) na Amazônia Oriental.

A partir do conflito social em questão emergiram e emergem os movimentos sociais em áreas de mineração. Os "atingidos por mineração", ou em conflito com as mineradoras, são sujeitos sociais que se mobilizam e/ou se formam a partir dos conflitos deflagrados na relação de poder contraditória e dialética com a empresa. (p. 10)

Esta consciência e este sentimento de ser invadido em seu direito, em sua casa, seu lugar, por pessoas estranhas que não respondem aos questionamentos, apenas entram, furam, fotografam e levam material para pesquisa, tem gerado uma solidariedade entre os atingidos direta ou indiretamente. Desta solidariedade é que se vê nascer a identidade de atingido pela mineração no Norte de Minas e também os conflitos, mesmo ainda na fase de licenciamento do projeto Vale do Rio Pardo.

Apesar da grande importância da mineração para o Brasil, desde o período colonial e seu crescimento exponencial nos últimos tempos, não se percebe no país grandes movimentos contra a mineração, não pelo menos, na proporção e na tradição da atividade minerária brasileira. Esses movimentos de oposição às atividades minerárias ou que questionam as atitudes e ações das mineradoras, apesar de crescentes, são mais comuns em alguns países andinos como Peru, Argentina, Equador e Chile, e ainda em outros, como Guatemala, Inglaterra, Gana, Austrália, Grécia, e Turquia.

O pequeno número de conflitos registrados ou observados se deve em parte porque estes ocorrem, na maioria das vezes quando o projeto já está instalado ou pelo menos já recebeu a licença prévia e os atingidos não tem conhecimento de tais ações. Também acontece porque a divulgação do projeto sempre é feita pelas autoridades como "a oportunidade para o desenvolvimento" e isso traz inicialmente uma euforia por este desenvolvimento contabilizando os empregos a serem gerados, a circulação de pessoas, bens e mercadorias que impulsionam o comércio local; subestimando ou ignorando as consequências, como mostram as reportagens já citadas anteriormente que fazem referência à extração mineral como "a redenção" do Norte pobre e seco.

As reações contrárias ao projeto só tem início quando as diferentes visões do uso e da ocupação do território começam a entrar em choque. Quando se começa a percepção de que o Estado, as mineradoras e os povos atingidos não são parceiros, são adversários que lutam por diferentes usos e ocupações do território.

No Brasil, as diferentes visões e as diferentes formas de apropriação e utilização do território pelo Estado, pelas mineradoras e pelos povos que habitam estes territórios, têm gerado uma série de conflitos. Porque como afirma Santos (2006, p.13), "o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza".

Santos (2013) amplia esta conceituação para o espaço em uso, carregado de sentimentos e em permanente construção.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais

a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, entender que se está falando em território usado por uma dada população. (p. 96 e 97)

O território das microrregiões de Salinas e Grão Mogol, desde a década de 1970, tem se tornado palco de diferentes usos que geram disputas. Primeiro pelas monoculturas de eucalipto e pinus, depois pela construção das barragens de Salinas e da Usina Hidrelétrica de Irapé e recentemente pelas mineradoras. Os moradores da zona rural desta região, hoje, “encurralados” nas grotas e nas veredas, sofrem com as investidas do capital e do Estado que veem neste território apenas uma fonte a mais de riquezas a ser explorada.

A territorialidade desses moradores, que como relata Santos (2008), pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro; está ameaçado pelo uso que o capital quer dar a este território.

A expansão mineral busca então apropriar-se de novos territórios e provoca nas comunidades, a desterritorialização, que Haesbaert (2006) denomina como sendo a exclusão do território ou a precarização socioespacial provocada principalmente por um sistema político econômico concentrador, como é o caso do Brasil.

Numa visão mais abrangente do termo ele afirma que:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial.[...] Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 68)

Wanderley (2008) afirma que os grupos que têm surgido no Brasil nos últimos tempos são grupos que questionam a terra, o uso que se faz dela, as relações que nela se desenvolvem e as condições de vida que ela proporciona. Os grupos lutam contra a desterritorialização, querem permanecer no território construído que receberam de seus antepassados, onde cresceram, onde tiveram seus filhos e os viram crescer, onde desenvolveram suas referências culturais, econômicas, sociais e espaciais, enfim lutam pela defesa do seu lugar⁸. Além disso, a desterritorialização não é sentida somente por aqueles que serão deslocados compulsoriamente, mas também por aqueles que perderão os gerais, as veredas que serão “engolidas” não só pela cava de cerca de 27 km², mas pelas servidões, pela construção da adutora e do mineroduto, pela construção das barragens, enfim, pela infraestrutura necessária à exploração mineral Vale do Rio Pardo que totaliza cerca de 7500 ha.

Esse sentimento de desterritorialização é evidente nas falas e nas conversas com os moradores; muitos deles com mais de 70 anos de idade, cuja propriedade vem sendo passada de pai para filho há muitas gerações.

Claro que as famílias têm as casinhas de enchimento, de adobe, devido as condição deles as casinhas deles também são ruins né. Mas ali naquela casinha ruim que eles têm... aquele sofrimento prá eles não é mais sofrimento, que eles já acostumou ali, com os vizinhos, já adaptou com o lugar, então eles não quer mais ser considerado só a propriedade,

8 Espaço carregado de sentimentos.

que vai valer pouco dinheiro, porque as vezes a casa é ruim, mas nós tamo olhando prá outro lado. O conhecimento que nós tem no lugar, nós já vivemos até aqui, nós não quer sair prá cidade grande prá enfrentar falta de emprego, moradia, muita violência também, então nós deu a testa também porque...nós queremos... se tiver que minerar, tem que negociar esta parte, que é nossa propriedade, nosso conhecimento com nossos vizinho, nossas nascentes, nós não quer que meche nas chapadas que vai prejudicar[sic] nossas nascente, então a nossa propriedade tem grande importância prá nós. (Sr. César, atingido e militante em agosto/14)

[...] e aquela possinha [aponta para o cemitério próximo] ali ó... olá é de meu marido, ele tá enterrado ali, meu sogro.... eu mudei a casa, depois que ele morreu eu tirei a casa do lugar, mas era dele..., quantos anos... que lei é essa de tirar as pessoas do seu lugar? E minha família também é grande [...] falei com eles... eu não tô aqui jogada não, eu tô veia, mas eu não tô jogada não, eu tô bem no meu lugar, eu como e trabalho..., o dia que eu não trabalho eu tô na minha casa, mas eu gosto de viver e trabalhar para viver, na minha casa [...] (D.Júlia, Lamarão em dezembro/14)

Scherer-Warren (2011) afirma que quando os povos são atacados direta ou indiretamente em seus modos de vida e não conferem legitimidade ao projeto a eles imposto é que formará a consciência política destes atores sociais e suas subsequentes formas de organização.

Esta consciência política tem feito surgir na região atingida pelo Projeto Vale do Rio Pardo a Articulação dos Atingidos pela Mineração no Norte de Minas, uma reação popular emergente que provoca a mesma perplexidade que Sader (1988)⁹ documentou: “De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade” (p. 36). Resultando assim da “voragem do progresso”¹⁰ baseado na exploração e exportação de recursos minerais, no caso, o minério de ferro.

O movimento contra a mineração no Norte de Minas Gerais não pode ser definido como conflito ambiental ou social, seja porque ele ainda está em formação - é um movimento nascente - ou seja, porque estes conceitos também foram ampliados, em especial a partir do conceito de território no qual o social e o ambiental tornam-se interdependentes e inseparáveis.

A luta é pela vida e pelo território, pelo uso dos recursos ambientais, bem como continuidade ou a sobrevivência destes. A resposta de um diretor do STR de Rio Pardo de Minas revela a preocupação das comunidades locais com o território e a indissolubilidade entre o social e o ambiental.

A luta é primeiro pelo território porque se a comunidade não tiver controle do seu território ela vai perdendo tudo, e uma das coisas que as comunidades mais se preocupam hoje é com a questão da água, onde tem uma mina de água, um poço que ainda tem água ainda. A preocupação muito grande com a exploração do minério é afetar a questão água e para proteger a água tem que ter o território, tem que ter as terras, as terras sobre o controle da comunidade. (Elmy, diretor do STR Rio Pardo de Minas, setembro/14)

Wanderley (2008) afirma que os conflitos em áreas de mineração são frutos das relações desiguais de poder e de diferentes visões de desenvolvimento, no caso, as mineradoras, o Estado e as comunidades.

9 Em seu trabalho de pesquisa dos movimentos sociais paulistas no Brasil na década de 70.

10 Expressão usada por Sader (1988:66) ao referir-se ao rápido crescimento da cidade de São Paulo: “a voragem aparece primeiro como um atributo de processos exteriores e independentes das vontades dos indivíduos. É o progresso que é vivido como um processo objetivo, com vida própria” (...).

Os conflitos ambientais da mineração são produtos das relações desiguais de poder entre os interesses capitalistas das empresas mineradoras e fundiário-territoriais dos povos rurais tradicionais, e suas respectivas redes sociais. A partir do conflito social em questão emergiram e emergem os movimentos sociais em áreas de mineração. Os “atingidos por mineração”, ou em conflito com as mineradoras, são sujeitos sociais que se mobilizam e/ou se formam a partir dos conflitos deflagrados na relação de poder contraditória e dialética com a empresa. Esses movimentos lutam não pelo fim da mineração, mas pelo direito à terra, ao acesso aos recursos naturais e outras necessidades básicas, ou seja, querem usufruir ao seu modo do dito desenvolvimento. (p. 10)

Assim, os conflitos nas áreas de mineração se instalam quando cessa a “euforia desenvolvimentista” e tem início as atividades de análise geológica, hidrológica, pedológica e o levantamento de fauna e flora, necessárias à elaboração do EIA/RIMA e iniciação do processo de licenciamento ambiental. Quando as propriedades começam a ser invadidas, as assinaturas coletadas, as tentativas de cooptação de lideranças – que infelizmente às vezes se concretizam - e as perguntas não são respondidas; a euforia pela tão divulgada redenção do Norte, dá lugar ao sentimento de invasão, enganação e de revolta. Esta percepção pelas comunidades que sofreram o processo de expropriação e de invasão com as monocultoras e hoje fazem questão de relembrar; dá lugar à resistência à instalação do conflito, e possibilita a desmistificação do Discurso do Desenvolvimento Minerador (DDM) difundido pelas empresas e pelo Estado.

[...] quando a floresta Rio Doce chegou aqui, Floresta Minas foi desse jeitinho, falando que ia acabar com a pobreza que ia melhorar, que nós ia ter uma melhora, que nós ia melhorar de vida, fez foi piorar. Desmataram a flora, acabaram com os pequizeiros, as árvores nativas, as nossas nascentes, quando chove, os venenos que eles bateram nas chapadas desceu tudo para as nascentes, os peixe dos rio nosso morreram tudo, aterrou os rios, aterrou as nascentes, a liberdade que a gente tinha de soltar o gado na solta acabou. Eles falou que tinha um prazo, esse prazo venceu e eles ficou passando para outras empresa, só que os donos continuam sendo os mesmos. Mas prá nós só trouxeram prejuízos. (Sr. César, atingido em agosto/14)

O depoimento acima foi ratificado por integrante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Josenópolis, em Audiência Pública em Grão Mogol, quando questionou a SAM sobre qual a diferença entre as propostas dela e das monocultoras de eucalipto.

O município de Josenópolis viu a Irapé sendo construída né e poucos benefícios chegou ao município mais próximo de Irapé (...). A gente esperava com a construção de Irapé que fosse viabilizado canais de irrigação que melhorasse a agricultura desse município e isso não aconteceu. A gente viu outras empresas chegar no município que é o caso das silviculturas de eucalipto, tem aí várias empresas e a gente tá vendo uma empresa de fora vir cortar eucalipto no município também e isso não tem um plano de corte e a gente não tá vendo grandes recursos chegando no município. Hoje a gente vê a apresentação da SAM aqui, uma apresentação muito bonita; são vários programas, e eu pergunto aqui. Quais as garantias que a gente tem que estes programas vão funcionar de verdade? De fato? (Audiência Pública, Grão Mogol, fevereiro/15).

Para a CPT, quando eles começaram a fazer a relação entre o passado e o presente (mono-

cultoras, hidrelétricas e mineradoras) percebendo que os projetos e as promessas são muito parecidos, eles reagiram e foram intensificando o conflito. A solidariedade e a identidade coletiva, geradas na adversidade (SCHERER-WARREN, 2011 e WANDERLEY, 2008) de expropriados, de enganados, de atingidos estão se transformando na Articulação dos Atingidos pela Mineração no Norte de Minas.

A crise da água tem se tornado bandeira dos movimentos sociais contra a mineração em todo o Brasil. Como forma de serem vistos e percebidos, diferentes grupos ou movimentos se unem para lutar contra a expansão das fronteiras da mineração, não somente defendendo “o social ou o ambiental”, mas defendendo a vida; desta e das próximas gerações. É a luta pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência, dos humanos de hoje e dos de amanhã, o que Alier (2014) denominou de “Ecologismo dos pobres”:

Até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem [EUA], muito embora o ecologismo popular ou ecologismo dos pobres constituam denominações aplicadas a movimentos do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres [...] Estes incluem movimentos de base camponesa cujos campos ou terras voltadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou por pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra os barcos de alta tecnologia ou outras formas de pesca industrial (Kurien, 1992; MCGrtah et al., 1993), que simultaneamente destroem seu sustento e esgotam os bancos pesqueiros; e, por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades afetadas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo dessas instalações. (p. 35)

As faixas e as músicas cantadas “Eu não aguento mais tanta humilhação...não tem água prá beber, mas tem prá mineração...” em uma audiência pública em Grão Mogol, buscavam mostrar a todos que ali estavam que a luta era maior e era de todos, não somente daquele grupo de manifestantes e atingidos. Todas as vezes que os manifestantes faziam referência à água, os aplausos e frases de apoio ecoavam no ginásio. Isso ocorre porque no Norte de Minas, a questão da água é muito séria visto que esta é uma região naturalmente carente deste valioso recurso que vem sendo reduzido pela presença da monocultura de eucalipto e de pinus desde a década de 1970.

O mineroduto que a SAM pretende construir será o segundo maior do Brasil (inferior apenas ao do Projeto Minas Rio em Conceição do Mato Dentro/MG), mas o maior em utilização de água. A empresa já tem a outorga da Agência Nacional das Águas (ANA) para utilização de até 6.200 m³ de água por hora, da barragem de Irapé (Rio Jequitinhonha), contra 2.500m³ do Projeto Minas Rio. Por ano, o projeto da SAM, usará cerca de 50 milhões de m³, o suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 600 mil habitantes, mais de 1/3 da população norte mineira. Acrescente-se a isso que o Rio Jequitinhonha já sofre com o assoreamento e a mineração desde a exploração de diamantes no século XVIII.

Uma conquista dos moradores da região que fortalece a luta contra o Projeto Vale do Rio Pardo é a identificação e reconhecimento legal dos atingidos como povos tradicionais “os Geraizeiros”. O reconhecimento legal e documental destes povos é um alibi a mais na luta contra as mineradoras, pois envolve aí o descumprimento do Tratado 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil em 2004. Para conseguirem tal reconhecimento, eles contam com o apoio de grupo de estudos da UFMG de da UNIMONTES e esperam a publicação de um laudo antropológico do Ministério Público.

5. Considerações finais

Os atingidos direta ou indiretamente pelo Projeto Minerário Vale do Rio Pardo e aqueles que os auxiliam, sabem que a luta contra o Capital minerador é muito grande. De fato é uma “luta de Davi contra Goliás”, e nesta luta real, dificilmente o menino (os atingidos e os movimentos sociais que os auxiliam) derrubarão o gigante minerador. Mas como já visto, eles não lutam pelo fim da mineração ou de qualquer outro GPI, não lutam contra o desenvolvimento, lutam por um outro tipo de desenvolvimento. Um desenvolvimento mais justo, que vise “desenvolver a todos”.

Nesta luta real, as vitórias são pequenas e lentas, mas não se utiliza apenas de um estilingue para derrubar o gigante, e sim de diversas estratégias, como: audiências públicas, protestos, ações no, ou do Ministério Público, participações políticas, panfletagem, enfrentamentos, que provocam o adiamento do projeto e a revisão do mesmo, com ganhos importantes como o reconhecimento do povo Geraizeiro, da necessidade de preservação das nascentes, dos córregos e rios, das grutas, da fauna e da flora e por uma legislação mais democrática em que os recursos naturais, bens da União, sejam explorados para o benefício de todos.

Em tempos em que se ecoam gritos como “o gigante acordou” ou “o povo nas ruas”, é de fato motivador ver a reação de um povo já tão expropriado e visto pelo Estado apenas como beneficiário de políticas assistencialistas e pouco eficazes, na luta pelo direito à terra, ao lugar, à vida. É motivador, frente a um poder tão grande como o poder minerador no Brasil, ver recuperado o sentido de povo que luta por um outro desenvolvimento, que faz o que Alier (2014) denomina de “Ecologismo dos pobres” e que, como relatou Doimo (1995), está lutando para deixar de ser massa amorfa para ser coletivo organizado, capaz de lutar pelos seus direitos e de se opor a um capitalismo desenfreado e voraz que consome os recursos naturais e o próprio homem.

Um povo que tem se unido em torno de uma identidade de atingido e buscado diferentes apoios para evitar que, nas regiões de Salinas e Grão Mogol se tenha uma sensação de não terem lutado e de terem apenas “ficado na janela” vendo a serra desaparecer, como poetizou Drumond. No Norte de Minas, a população que será tingida pelo projeto minerário Vale do Rio Pardo sabe que caso o projeto se efetive como previsto, a sensação será pior do que a do poeta itabirano; pois além da serra, irão ver embora, não pelos trilhos, mas pelos dutos de 482 km, a água, recurso escasso e essencial à vida e o lugar onde estão plantadas as suas raízes e por este lugar, por este território, vale a pena lutar.

Referências

ALIER, Joan Martinez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**, 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2014.

DAYRELL, Carlos **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos Agroecossistemas tradicionais**. Disponível em <http://www.caa.org.br/web/biblioteca>, acesso em 17/12/14, 08:22.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós 70**. ANPOCS, Rio de Janeiro, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização in: SANTOS, Milton Et all. **Território, Territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª Edição. Lamparina. Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **“SE FOR PRA MORRER DE FOME, EU PREFIRO MORRER DE TIRO”**: O

Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. Acesso em 12/04/14, às 8 h.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros no Norte de Minas.** UNB, 2009

PEDROSA SOARES, A. C. et al. **Orógeno Araçuaí: síntese do conhecimento 30 anos após Almeida 1977.** Revista Geonomos, vol 15, n 1, 2007.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

SAM – Sulamericana de Metais. EIA/RIMA, 2012 e 2014 (atualização Projeto Vale do Rio Pardo)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 23ª Edição. Record, Rio de Janeiro, 2013

_____.e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Editora Record. Rio de Janeiro, 2008

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS et al. **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13 - 21.

SCHERER WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 5ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2011.

VOITCH, Guilherme **Nove presos em operação contra grilagem de terras em Minas Gerais,** Jornal O GLOBO, 20/09/11, disponível em <http://oglobo.globo.com/pais>, acesso em 27/12/12, às 17 h.

KATTAH Eduardo **Norte de Minas pode virar polo de gás e ferro** – Estado de São Paulo, 22/03/10, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias>, acesso em 15/08/10, às 10 h.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **“Atingidos por Mineração”: Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira.** 35º Encontro Anual da Anpocs. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index>. Acesso em 02/01/13, às 07 h.

_____. Deslocamento compulsório e estratégias empresariais em áreas de mineração: um olhar sobre a exploração de bauxita na Amazônia. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade** v. 3, n. especial, p. 475-509, 2009.

_____. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de Mineração na Amazônia Brasileira.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option, acesso em 30/04/14, às 15:22.

<http://www.ibge.gov.br> <http://www.portalodm.com.br> – acessos diversos

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES FRONTEIRIÇAS NO LESTE DO PIAUÍ

ERIC DE MELO LIMA
IRACILDE MARIA DE MOURA FÉ LIMA

Resumo

O Estado do Piauí apresenta em sua história diversos casos de mudanças em seu território. Essas mudanças são relatadas desde a definição de sua área (que ocorreu durante a separação da capitania-secundária do Ceará da capitania-geral do Maranhão, em 1656), até a atualidade. Mudanças por questões políticas continuam ocorrendo, como é o caso do litígio entre Piauí e Ceará. Outros casos de litígio também são conhecidos, sendo o principal deles o Contestado, que envolveu os estados do Paraná e de Santa Catarina. Essa questão foi resolvida a um século, mas antes de chegarem a um acordo, foram travados intensos confrontos militares com grande saldo de mortos. A primeira questão entre Piauí e Ceará ocorreu no litoral, quando uma vila de pescadores foi ocupada por padres cearenses que alegavam catequizar os nativos da região. Posteriormente chegou a vila uma expedição cearense com a alegação de proteger a vila de um confronto com as tropas de Fidié. Porém essa expedição não retornou ao Ceará, se instalando nessa vila até que fosse considerada, pelo governo cearense, uma freguesia, que recebeu o nome de Nossa Senhora da Amarração, em 1865. A primeira contestação das terras ocorreu no ano de 1832, já a última ocorreu em 2013, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Durante esses anos, a principal intervenção ocorreu no Império, com o decreto de Dom Pedro II. Porém esse decreto não apresentou informações suficientes para a demarcação dos limites entre os estados, o que fez perpetuar a questão. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se 30 mil habitantes nessa região. As áreas são distantes dos centros urbanos, consequentemente, essas populações tem dificuldades no acesso à saúde, educação, segurança e comércio. O entendimento dos processos de evolução e o levantamento dessas informações são necessários para direcionar uma solução ao conflito.

Palavras-chave: Geografia Política, Litígio, Limites Territoriais.

Abstract

The State of Piauí has in its history many cases of changes in its territory. These changes are reported from the definition of its area (which occurred during the separation of the captaincy-secondary Ceará the Captaincy General of Maranhão, in 1656), to the present. Changes in political issues continue to occur, as is the case of the dispute between Piauí and Ceará. Other cases of dispute are also known, the main one being the Contested involving the states of Parana and Santa Catarina. This issue was resolved a century ago, but before reaching an agreement, were caught intense military confrontations with a large death toll. The first issue of Piauí and Ceará occurred on the coast, when a fishing village was occupied by cearenses priests who claimed to catechize the natives. Later came to the village a cearense expedition to claim to protect the village from an encounter with the troops of Fidié. However, this expedition did not return to Ceará, settling in this village until it was considered by the Ceará government a parish, which received the name of Nossa Senhora da Amarração in 1865. The first challenge of land took place in the year 1832, the last occurring in 2013, at the Federal Supreme Court (STF). During those years, the main intervention took place in the Empire with the decree of Dom Pedro II. This decree did not provide sufficient information for the demarcation of boundaries between the states, which perpetuated the issue. Currently, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), an estimated 30,000 people are in the region. The areas are far from urban centers. As a result, these populations have difficulties in access to health, education, security and trade. The understanding of the processes of evolution and the lifting of this information is necessary to drive a solution to the conflict.

Keywords: Political Geography, Dispute, Territorial Limits.

1. Introdução

Durante a Primeira República (1889-1930), existiram diversos debates e discussões sobre casos de limites territoriais, principalmente pelo fato de frequentemente ocorrerem avanços de estados vizinhos sobre terras alheias. Na Monarquia e no Império essas questões não tinham tanta força, pois não importava as forças econômicas, mas não deixavam de causar insatisfação nas populações de áreas litigiosas (SOARES, 2013).

Para compreender o litígio, palavra que sugere disputa, é necessário primeiro compreender o que está em disputa, sendo no caso do presente trabalho, territórios. Assim, também se torna necessário se atentar para a literatura e buscar também a compreensão desse conceito.

Saquet (2011), fala que o território corresponde a uma área delimitada do espaço. Essa delimitação corresponde a interesses tanto do poder público quanto do privado, o que é confirmado por Saquet (2011, p. 11), quando ele fala que os territórios “são formações areais substantivadas a partir da atuação do Estado e dos grupos oligárquicos regionalmente estruturados”. Andrade (2004, pag. 19), também fala que

“o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. (...) deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder”. (ANDRADE, 2004, p.19).

Segundo Raffestin (1993), “o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões”. O homem em relação com a paisagem e seus interesses delimita territórios, o que torna esse conceito complexo, podendo ter grande variedade. Souza (1995, p.78-79), aponta 4 exemplos dessa variedade, chamando-as de dimensões, sendo elas “a dimensão física, a dimensão econômica, a dimensão simbólica e a dimensão sociopolítica”.

Durante o Governo Imperial, os conceitos de território não atendiam as necessidades, pois o poder se concentrava nas mãos do Imperador e não haviam motivos emergências para compreender as divisas do território imperial. Mas ainda assim, percebeu que a ausência de medidas para a realização das demarcações também se deu pela falta de subsídios materiais que justificassem os limites (SANTOS, 2006).

Segundo Santos (2006), houve negligência do governo em não intervir diretamente nas áreas de litígio, pois com o fim do Governo Imperial, os estados ganharam mais autonomia para expandir seus negócios e territórios, o que consolidou diversos casos de litígio no Brasil.

Com a Primeira República, veio a constituição de 1891, porém continuaram as questões de demarcação de limites territoriais, uma vez a constituição proporcionava diferentes interpretações, fazendo com que juristas daquela época se posicionassem de diferentes formas (Soares, 2013). Este autor fala que esses posicionamentos poderiam defender tanto os interesses das oligarquias quanto os do Governo Federal, o que causou diversos conflitos e tensões sociais, além de casos violentos, como o do Contestado, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Segundo Cenezi (2002), após a constituição de 1891, os estados puderam cobrar impostos sobre exportações de mercadorias, de propriedades e de indústrias em seu território. Com isso, diversas propriedades eram cobradas por diferentes estados, devido a indefinição sobre qual território as mesmas pertenciam.

No contexto piauiense, é possível encontrar diversos relatos históricos sobre questões de litígio: no Norte, no Sul e no Leste do estado (Figura 1), nas suas divisas com o Maranhão, o Tocantins, a Bahia e o Ceará, respectivamente.

Na fronteira com o Maranhão três questões já foram solucionadas, sendo elas: o do Delta do Parnaíba (Alencastre, 1981), a das nascentes do Rio do Parnaíba (Porto, 1974), embora no início da década de 2000 esta questão tenha sido suscitada em função da ocupação das terras por empresas do agronegócio (Teixeira de Paula, 2013), e a do Rio Balsas com o Alto Parnaíba (Baptista, 1986). A questão do Tocantins é fruto da questão das nascentes do Rio Parnaíba, sendo causada por uma indefinição da bacia do principal afluente do Rio Parnaíba. A questão foi resolvida no ano de 2014, através de um estudo do Exército Brasileiro (Cidade Verde, 2014). Já com a Bahia, a principal questão ocorreu na região do Moro Cabeça no Tempo (BAPTISTA, 1986).

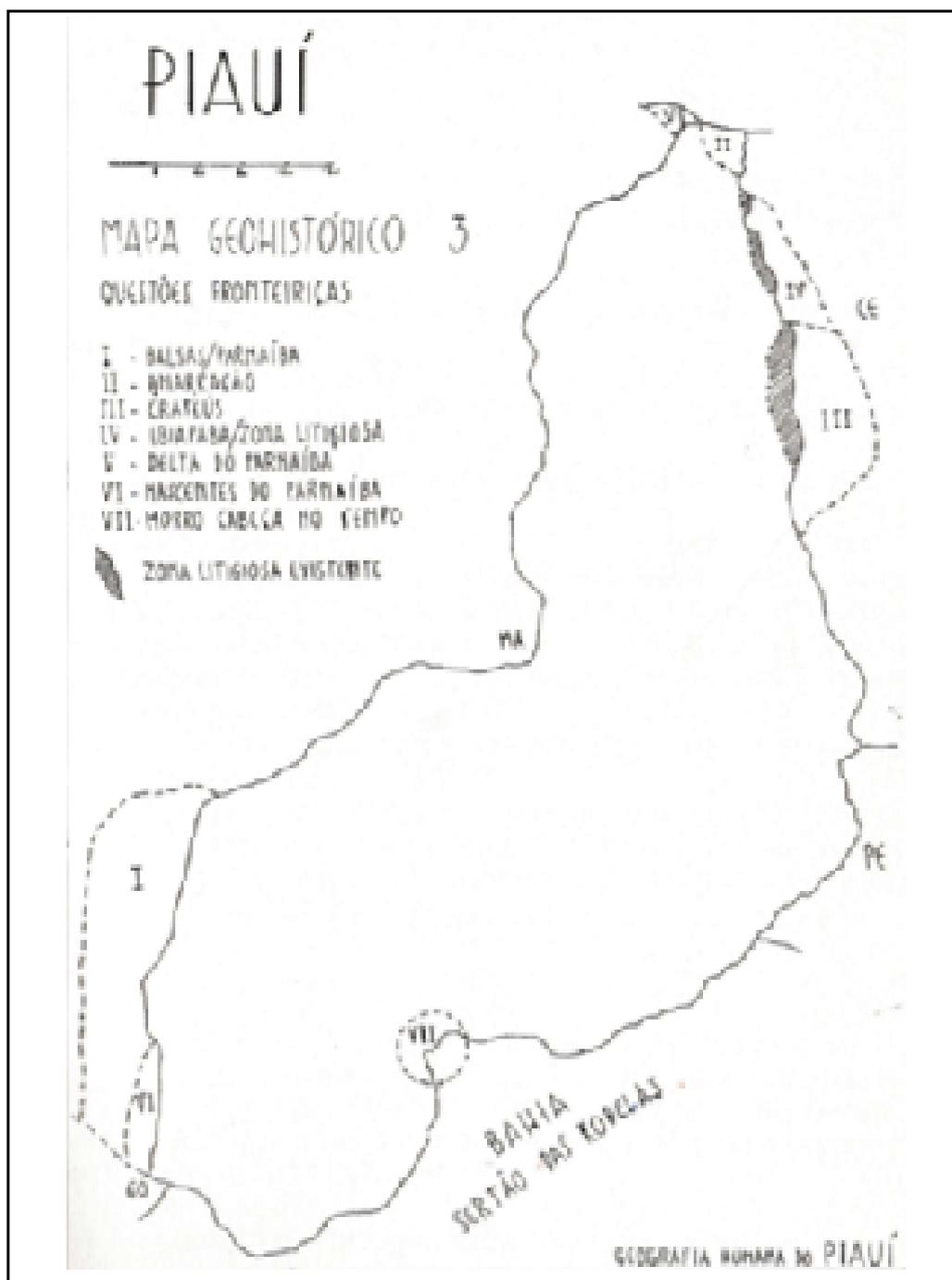


Figura 1: Questões históricas de Litígio do Estado do Piauí.

Fonte: Mapa Geohistórico - BAPTISTA (1986).

As questões de litígio que ainda perduram no Estado do Piauí são as áreas que se localizam ao leste, confrontando com o estado do Ceará, as quais não encontraram solução até os dias atuais. Segundo Pontes et. al. (2012), isso se deve ao contexto histórico, uma vez que as demarcações políticas do período colonial tinham por base linhas imaginárias ou referências naturais como serras ou rios, tendo algumas sofrido alterações com o passar dos anos. Resultado dessas indefinições são relatos de invasão territorial, uma vez que não se sabe os verdadeiros limites dos municípios dessas áreas litigiosas e, ainda, essas áreas estão deixando de receber a já precária assistência fornecida pelos governos municipais e estaduais, encontrando-se em situações de abandono e esquecimento pelo poder público. Assim, as populações nativas precisam se deslocar para centros urbanos já consolidados para a obtenção de serviços públicos como saúde, educação, segurança, como também para ter acesso ao comércio (PONTES et. al., 2012, p. 22).

Segundo Baptista (1986), a questão de litígio entre o Piauí e o Ceará se deu pela ocupação de um povoado piauiense de pescadores pela expedição do cearense Andrade Pessoa, com a alegação de proteger os moradores de uma possível batalha com as tropas de Fidié, por ocasião das lutas pela independência. Com o seu desenvolvimento o povoado foi apadrinhado pelo estado do Ceará, que o converteu em uma freguesia, a de Nossa Senhora da Amarração. Posteriormente a freguesia serviu como mercadoria de troca, quando o Ceará devolveu Amarração para o Piauí em troca da região de Crateús.

Resolvida esta questão fronteiriça, surgiram outras que, conforme Costa (1909), derivaram dessa de Amarração, correspondente a uma faixa de terras descontínua localizada na cuesta da Ibiapaba. Sobre essa questão, Costa (1909, p. 347) relata que Dom Pedro II assinou um decreto régio que definia como

“linha divisória das duas províncias a serra Grande ou da Ibiapaba, sem outra intervenção além do Poti, no ponto do boqueirão e pertencendo à província do Piauí, todas as vertentes ocidentais da mesma serra e à do Ceará, as orientais” (COSTA, 1909, p. 347).

Porém essa divisão possui falhas, como descrito por Pontes et. al (2012, p. 22), uma vez que “existem leis nas quais trechos da divisa e elementos cartográficos são referidos de forma incompleta, equivocada ou fora do sentido em que a divisa está sendo descrita, ocasionando pendências técnicas e/ou descontinuidade no traçado dos limites”.

No contexto histórico-econômico esses casos de indefinição territorial geram problemas tanto para o poder público quanto para as localidades e seus habitantes. Como exemplo desses problemas, Soares (2013) cita o de que essa indefinição não se torna atrativa para investidores, o que impede um desenvolvimento econômico nessas regiões.

2. Objetivo Geral

É objetivo desse trabalho contribuir para o entendimento dos processos de evolução dessa questão para que haja uma definição dos limites territoriais do leste piauiense, cominando na solução do conflito.

2.1 Objetivos Específicos

- Levantamento informações sobre o conflito em referenciais teóricos;
- Estudar documentações referentes aos processos de definição do território piauiense ao logo de sua história;

- Apresentar informações sobre evolução das questões fronteiriças.

3. Metodologia

Este trabalho tem caráter bibliográfico, tendo sido desenvolvido a partir do levantamento de dados em órgãos como IBGE, Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, Câmara dos Deputados do Estado do Piauí, Arquivo Público do Piauí, Instituto do Ceará e referenciais teóricos disponíveis na literatura correspondente.

A sistematização e a análise dos dados e dos mapeamentos históricos levantados das áreas de fronteira do Piauí, foram realizadas buscando identificar-se tanto a localização das principais áreas piauienses que foram, historicamente, objeto de litígio como aquelas onde ainda perduram tais questões. Estas tiveram maior detalhamento por corresponderem ao objetivo principal deste trabalho.

4. Resultados e Discussões

Durante o processo de Independência do Brasil, o estado do Piauí sediou um dos conflitos mais intensos pela independência da república: a Batalha do Jenipapo. Antes desse intenso conflito, ocorreram muitas articulações, estratégias e movimentação de tropas, tanto entre as tropas portuguesas fiéis a Coroa Portuguesa, quanto entre os patriotas (MARQUES, 2004).

No caso do Litoral Piauiense, Marques (2004) fala que quando Parnaíba (PI) já sabia da vinda das tropas do Major João José da Cunha Fidié, que era o Governador das Armas do Piauí e Comandante das tropas portuguesas, para confrontar os revoltosos, solicitou ajuda de Granja (CE) e Sobral (CE). Porém os mesmos estavam um pouco distantes e não havia respondido quanto ao envio de tropas para combater Fidié. Este autor fala dos patriotas parnaibanos que “sabendo também que Fidié tinha o auxílio militar de Carnaubearas (MA) e São Bernardo (MA), e de que não tinham soldados suficientes para enfrentar uma força militar superior, resolveram se retirar estrategicamente para Granja no Ceará” (MARQUES, 2004, p. 33).

Uma parte dos patriotas resolveu não ir muito longe, ficando acampado na Lagoa do Portinho (PI), enquanto outra seguiu para Cumurupim (que posteriormente seria Amarração e o atual município piauiense de Luís Correia). Compreende-se que, mesmo durante o período de conflito com as tropas portuguesas, a vila de pescadores Cumurupim nunca esteve distante o suficiente dos limites piauiense a ponto de necessitar ser anexada a outro território; o que veio a ocorrer posteriormente (MARQUES, 2004).

Segundo Baptista (1986), a questão fronteiriça do Leste Piauiense é histórica, tendo seu início com o caso de Amarração. Esta foi ocupada por padres que vinham da freguesia de Granja (CE), alegando interesse em catequizar os moradores da vila. Após a chegada dos padres, chegou a vila uma expedição cearense, liderada por Andrade Pessoa, que se fixou na vila com a alegação de proteger os moradores da mesma de um possível confronto contra as tropas de Fidié, que estava na região combatendo revoltosos, durante o Governo Imperial. Porém a expedição de Andrade Pessoa não retornou para o Ceará.

Essa ocupação resultou em muitos protestos por parte dos políticos do Piauí, com apoio até mesmo dos políticos de Sergipe, que alegavam que as terras ocupadas pela expedição cearense eram piauienses, já no ano de 1832. No ano de 1835, a Assembleia Legislativa do Piauí alertou o Governo Federal sobre a invasão, já que segundo Alencastre (1981), a fronteira entre o Piauí e Ceará deveria ser o Rio Timonha (Figura 2).



Figura 2: Localização da área sob questão de Litígio entre o Piauí e o Ceará (Rio Timonha).

Fonte: Mapa Político do Estado do Ceará – IBGE (2015).

Porém os protestos piauiense não foram atendidos. Mesmo assim, no ano de 1865, o governo cearense vendo o crescimento da vila, eleva a mesma ao patamar de freguesia, lhe dando o nome de Nossa Senhora da Amarração. Esse fato fez o governo piauiense protestar mais fortemente contra a invasão das terras. O caso foi levado ao Governo Imperial, que após negociações, estabeleceu o decreto 3.012, de 22 de outubro de 1880, assinado pelo Imperador Dom Pedro II, que devolvia a freguesia de Amarração para o estado do Piauí, porém em troca das freguesias de Príncipe Imperial e Crateús.

Todavia o decreto imperial é composto por falhas. Segundo Pontes et. al. (2012), as divisas foram definidas através de linhas imaginárias ou contando com referências naturais que sofreram alterações ao longo dos anos. O que permitiu o surgimento de casos de progressão a territórios vizinhos.

Segundo Costa (1909), o decreto aponta uma linha imaginária sobre a Ibiapaba, definindo o lado esquerdo como território piauiense e o lado direito como território cearense, possuindo como única falha a passagem do boqueirão, por onde passa o Rio Poty. Baptista (1986) fala que hoje são encontradas áreas do lado esquerdo da Ibiapaba incorporadas ao território vizinho, como sobre o atual município de Cocal e a povoação de Algodões, e que no ano 1960 essa ocupação era inconteste. Tanto que o recenseamento no estado do Piauí daquele ano foi feito pela secção piauiense as duas partes setentrionais, sendo a terceira feita pelo estado do Ceará.

Em 1920, uma comissão especial foi formada para um convênio arbitral, que tinha por finalidade resolver a questão fronteira entre o estado do Piauí e do Ceará. Para a mesma, ficou como

O critério do estado do Piauí para definição dos limites territoriais são as demarcações geográficas oriundas da proposta aceita pelos dois estados do convênio arbitral de 1920, baseada no decreto régio e no livro do geógrafo cearense. Enquanto que o Ceará defende o critério de ocupação das poses atuais para definir seu território, como também através de um plebiscito.

Em mais um episódio do litígio entre o Piauí e o Ceará, o governo do Piauí ingressou com uma ação cível em agosto de 2011 junto ao STF requerendo posse de um território de 2.821 km². Porém o recurso direcionou a um trabalho de campo com técnicos do Piauí e do Ceará para subsidiar o IBGE, com informações suficientes para que fosse resolvida a situação. Contudo, a questão ficou mais uma vez empacada, já que essa comissão não chegou a uma solução.

Atualmente um novo processo está no STF, desde 2014, aguardando julgamento. A área litigiosa corresponde parte dos municípios cearenses de Granja, Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá, Ipueiras, Poranga, Ipaporanga e Crateús. E também a parte de municípios do Piauí como Luís Correia, Cocal, Cocal dos Alves, São João da Fronteira, Domingos Mourão, Pedro II, Buriti dos Montes e São Miguel do Tapuio (Figura 4).

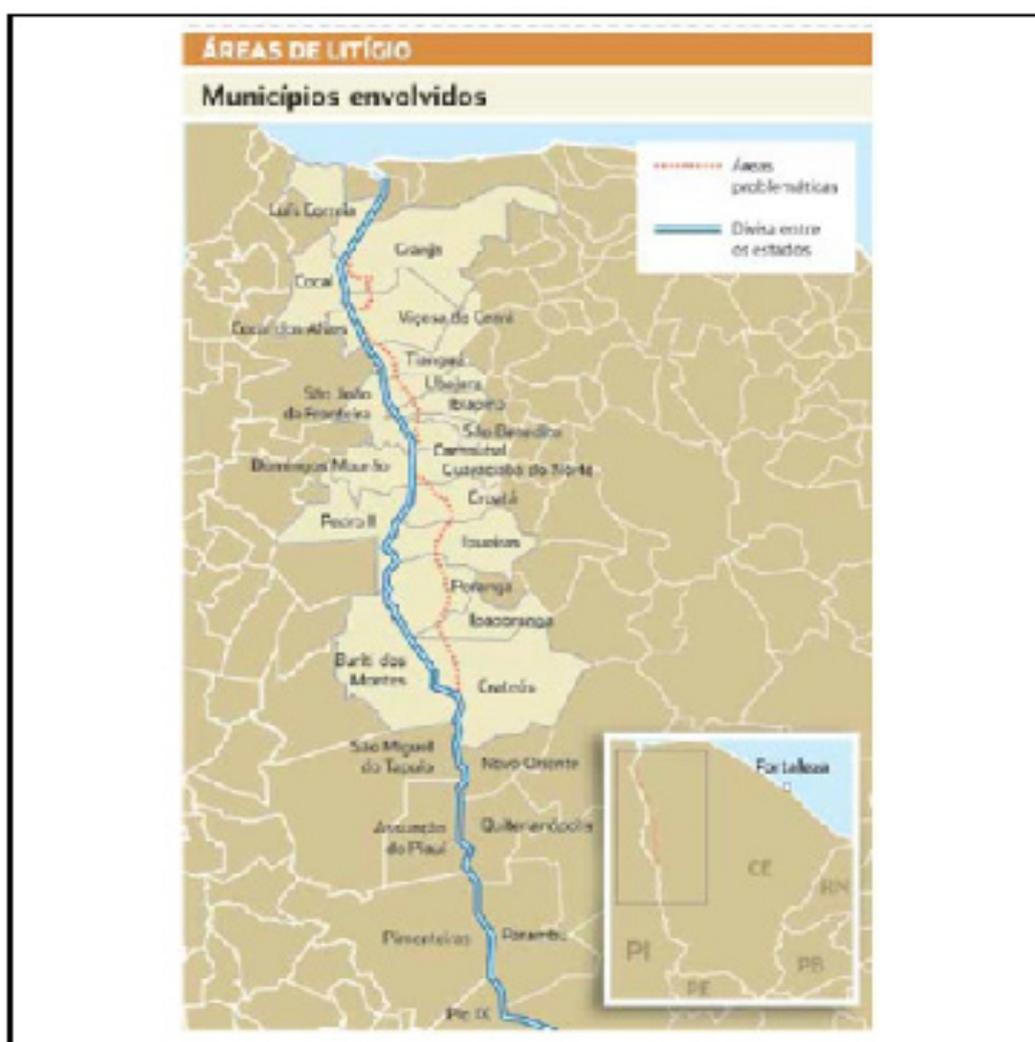


Figura 4: Municípios dos estados do Piauí e Maranhão em litígio.

Fonte: Cidade Verde (2009).

Pierre Monbeig (1943), fala na sua obra *O Estudo Geográfico das Cidades*, que as cidades possuem centros urbanos e perímetros rurais, estando estes ligados diretamente. Porém a concentração populacional e administrativa dessas cidades se encontram nos centros urbanos. Estes recebem mais atenção no que se refere a políticas públicas devido a gama populacional superior. Com isso é comum, em levantamento de dados, encontrar mais hospitais, comércios ou escolas nos centros urbanos.

As áreas litigiosas estão justamente nos perímetros rurais, o que significa dizer que a população está fadada a ter menos atenção das políticas públicas. O fato de não haver uma definição sobre à qual estado ou município cada morador pertence, faz com que esses optem pelos serviços disponíveis mais próximos, assim, se um centro urbano de um outro município estiver mais próximo da sua localidade, esse morador se desloca e busca atender suas necessidades neste outro município.

O que é compreensivo, levando em consideração a teoria das localidades centrais, o que remete a Hierarquia dos Centros, formulada por W. Christaller (1966), que considera todas as localidades como dependentes de um centro de distribuição de serviços e comércio maior. Dessa forma os moradores dessas regiões conseguem sobreviver; recorrendo a centros maiores independentemente de estarem no Piauí ou no Ceará.

5. Considerações Finais

Dentre todas as questões de litígio do Piauí, as existentes na porção leste deste estado são consideradas pela literatura como as mais complexas, tanto pela ausência de embasamento técnico na elaboração do decreto régio, quanto pela ausência de acordos entre o Piauí e o Ceará. E, devido ao longo tempo decorrido desde as primeiras tentativas, é incontestável que ocorreram casos de invasões, o que dificulta ainda mais uma solução.

Identificou-se neste trabalho, mesmo de cunho bibliográfico, que a população dessa faixa descontínua, localizada na serra da Ibiapaba, tem dificuldades de acesso a serviços públicos, como educação, saúde e segurança, além de serviços privados, como o comércio, que fornecem aos varejistas. Porém, vale ressaltar que apesar das dificuldades, essa população tem acesso a estes serviços e, em alguns casos, em melhores condições do que em outras áreas do estado do Piauí, como é a exemplo da Segurança, onde no Piauí existem delegacias responsáveis por até nove cidades (Polícia, 2016). Também poderia ser exemplo o que diz o regulamento da ANATEL (2004), ao afirmar que o serviço de ligações de emergência funciona perfeitamente, devido a uma divisão estipulada pela tecnologia que a mesma dispõe, podendo uma ligação ser direcionada para o estado do Piauí ou do Ceará, dependendo da proximidade que a pessoa esteja de cada estado. Contudo, esses serviços de ligações direcionadas ocorrem através de torres particulares, de empresas de telecomunicações, o que não garante qualidade. Segundo uma pesquisa divulgada pela Anatel e divulgada através do *Jornal Hoje* (2016), as empresas prestadoras de serviço são avaliadas com notas muito baixas pelos seus usuários, o que caracteriza baixa qualidade do serviço.

Assim como a segurança e, segundo fontes jornalísticas (iG, 2012), essa população tem acesso a postos de saúde e hospitais regionais, podendo ainda utilizar-se de estradas que servem de acesso a comércios nos centros urbanos regionais. Muitas obras e prédios dessas regiões foram feitos por iniciativas públicas de municípios que consideravam suas essas áreas rurais. Porém, nos últimos anos, quando as discussões fronteiriças foram novamente levantadas, muitas obras ficaram inacabadas e investimentos públicos deixaram de ser realizados, principalmente na construção de escolas, o que, segundo fontes jornalísticas (Globo, 2014), não muda o fato da região possuir um polo educacional de qualidade reconhecido nacionalmente, na cidade de Cocal dos Alves (PI).

Segundo o IBGE, a população dessas áreas possui título de eleitor, afinal, para gozar dos seus direitos precisam estar em dia com a Justiça Eleitoral. Porém precisa se deslocar até as zonas eleitorais mais próximas, que geralmente estão a muitos quilômetros de distância das localidades litigiosas.

A definição dessas áreas torna-se emergencial, uma vez que, segundo Soares (2013), esses processos de indefinição de território não são vistos com bons olhos para a atuação do capital privado, o que torna essas regiões desfavoráveis para investimentos internos e externos, investimentos esses que poderiam desenvolver a economia dessas áreas.

Considera-se, por fim, que o futuro dessas questões está sob jurisdição do STF, que possivelmente designará o Exército Brasileiro para concluir os trabalhos de demarcação de limites, como já vem ocorrendo em outros casos similares no território brasileiro.

Referências

ALENCASTRE, J. M. P. **MEMÓRIA CRONOLÓGICA, HISTÓRICA E COROGRÁFICA DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ**. COMEPI. 2ª ed. Teresina: 1981. 192 p.

ANATEL. **REGULAMENTO DE REGULAMENTO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSO E FRUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E DE APOIO AO STFC**. Resolução nº 357, Título III, Capítulo I, Art. 8, § 2º, II, de 15 mar. 2004.

ANDRADE, M. C. **A Questão do território no Brasil**. 2. ed. Hucitec: São Paulo, 2004.

BAPTISTA, J. G. **GEOGRAFIA FÍSICA DO PIAUÍ**. COMEPI. 2ª ed. Teresina, 1981. 366 p.

BAPTISTA, J. G. **MAPAS GEOHISTÓRICOS**. Projeto Petrônio Portella. 1ª ed. Teresina, 1986.

BASTOS, H. **ABC DOS TRANSPORTES**. Coleção Mauá. Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1955.

BRASIL, T. P. S. **O Ceará no começo do Seculo XX**. Fortaleza, 1909.

CENIZI, L. S. **A Guerra do Contestado: para além do Messianismo**. Disponível em < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2285-8.pdf> >. Acesso em: 20 mar. 2016.

CIDADE Verde. **PIAUÍ TERÁ NOVO MAPA COM DECISÃO DO STF E GANHA 200 MIL HECTARES DE TERRAS**. Disponível em < <http://cidadeverde.com/noticias/175543/piaui-tera-novo-mapa-com-decisao-do-stf-e-ganha-200-mil-hectares-de-terras> >. Acesso em 20 fev. 2016.

COSTA, F. A. P. **CRONOLOGIA HISTÓRICA DO ESTADO DO PIAUÍ**. Jornal do Recife – PE, 1909. 400 p.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1966.

GANDARA, G. S. **RIO PARNAÍBA... CIDADE-BEIRA**. 2008. 397 f. Tese Doutorado em História – Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2008.

GLOBO. **Escola pública de cidade do Piauí tem alunos motivados e ótimos resultados**. Disponível em: < <http://www.g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/escola-publica-de-cidade-do-piaui-tem-alunos-motivados-e-otimos-resultados.html> >. Acesso em: 20 mar. 2016.

IG Ceará. **“Faixa de Gaza do Nordeste” entre Ceará e Piauí abriga 29 mil pessoas.** Disponível em < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/faixadegazadonordesteentrecearaepiauiabriga-29milpess/n1597733875294.html> >. Acesso em 25 mai. 2015.

INSTITUTO do Ceará. **Ceará-Piauí. Convênio Arbitral.** Revista Trimensal do Instituto do Ceará, 1921.

JORNAL Hoje. **Empresas de telefonia e banda larga estão na mira da Anatel.** Disponível em < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/03/empresas-de-telefonia-e-banda-larga-estao-na-mira-da-anatel.html> >. Acesso em 29 mar. 2016.

MARQUES, R. N. **19 de outubro: o dia do Piauí.** Teresina: Sistema Fecomércio Piauí, 2004.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico**, IBGE. Ano 1, nº 7, p. 7-29, outubro de 1943.

POLÍCIA Civil do Piauí. **Unidades Policiais.** 9ª DRPC-Delegacia Regional de Corrente e unidades policiais vinculadas. Disponível em < <http://www.pc2.pi.gov.br/DelegaciaGeral/unidadespoliciais/10drpc.doc> >. Acesso em 28 mar. 2016.

PONTES, L. M. V.; ALBUQUERQUE, E. L. S.; MEDEIROS, C. N. **A QUESTÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ.** Fortaleza – CE, IPECE, 2012. 41 p.

PORTO, Carlos Eugênio. **ROTEIRO DO PIAUÍ.** Artenova S.A. 2ª ed. 1974. 192 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, J. C. F. **As Questões de Limites Interestaduais no Brasil: Transição Política e Instabilidade do Território Nacional na Primeira República (1889-1930) - O Caso do Contestado.** In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. X, núm. 218 (17), 1 de agosto de 2006. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-17.htm> >. Acesso em 20 mar. 2016.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território e territorialidade.** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011. II Semestre, Costa Rica, p. 1-16, 2011.

SOARES, J. G. **LIMITES TERRITORIAIS EM LITÍGIO NO BRASIL: ESTUDO DO CASO EXISTENTE NA DIVISA ENTRE OS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS, NO INTERIOR DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ.** 2013. 90 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2013.

SOUZA, M. J.L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEIXEIRA DE PAULA, E. **Cerrado Piauiense: bloqueio de mais de 1 milhão de hectares.** Disponível em < <http://www.teixeiradepaula.com.br/artigo/7/cerradopiauiense---bloqueio-de-mais-de-1-milhao-de-hectares/> >. Acesso em: 20 out.2014.

TSE. **Consulta a zonas eleitorais.** Disponível em < <http://www.tse.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/pesquisa-a-zonas-eleitorais> >. Acesso em: 29 mar. 2016.

FESTIVAL DE JAZZ E BLUES DE GUARAMIRANGA: UMA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA CULTURAL A UM MODUS OPERANDI DO CARNAVAL DO MACIÇO DE BATURITÉ VERSUS POPULAÇÃO TRADICIONAL

PRISCILA OLIVEIRA DA SILVA
JEANNETTE FILOMENO POUCHAIN RAMOS

Resumo

Este trabalho aborda a seara cultural do Maciço de Baturité, em especial na cidade de Guaramiranga, onde têm-se anualmente no interstício do carnaval o "Festival de Jazz e Blues". Este trabalho tem como intuito resgatar e registrar o desenvolvimento e criação do 'Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga', e analisar de que forma este festival se integra dentro da dinâmica do Município e se há dentro deste evento um sentimento de resistência cultural - essência do estilo "Jazz e Blues", bem como sua importância para além dos dias de festival e para a cultura local, ou seja, nos aspectos não somente econômico-social, mas socioeducativo e cultural e trazendo o olhar das populações tradicionais e possíveis conflitos após a introdução deste novo "jeito" de "brincar" o carnaval. Como instrumento de coleta de dados foi realizada entrevistas semiestruturadas com idealizadores e produtores do Festival, e com moradores locais, observação participante durante o festival de 2012/2013/2014. Após análise, destaca-se que o Festival surgiu como uma forma de resistência ao carnaval do litoral cearense, cuja cultura local era do mela-mela e música pernambucana e baiana e a ausência de "outras" alternativas àquele modus operandi de carnavais na capital e em outras cidades do Estado. Ao mesmo tempo, percebe-se que a questão de resistência não desponta como a afirmação da cultura afro-americana, possível a partir da escolha do gênero jazz e o blues, reconhecidamente música dos escravizados norte-americanos. Se para o aspecto socioeconômico foi positivo para o incentivo à cultura e ensino de artes, a memória cultural da cidade, como por exemplo, algumas "brincadeiras" do final do séc. XX e início do XXI no período de carnaval, como o forró e a "cangalha" que se perderam na história e no espaço das ruas de Guaramiranga.

Palavras-chave: Memória, Conflito, Guaramiranga.

Abstract

This paper addresses the cultural harvest of Baturité Massif, especially in the city of Guaramiranga where have annually in carnival interstices the "Jazz Festival and Blues". This work has the intention to redeem and register the development and creation of the 'Jazz Festival and Blues Guaramiranga', and analyze how this festival is integrated within the dynamics of the Municipality and if there is in this event a sense of cultural resistance - Essence style "Jazz and Blues" and its importance beyond the days of the festival and the local culture, or the aspects not economic and social only, but socio-educational and cultural and bringing the look of traditional populations and potential conflicts after the introduction of this new "way" to "play" the carnival. As data collection instrument was conducted semi-structured interviews with creators and producers of the Festival, and local residents, participant observation during the 2012/2013/2014 festival. After analysis, it is emphasized that the Festival has emerged as a form of resistance to the Ceará carnival, whose local culture was the mela-mela and Pernambuco and Bahia music and the absence of "other" alternatives to that modus operandi of carnivals in the capital and in other cities in the state. At the same time, it is clear that the issue of resistance did not emerge as the claim of african-American culture, possible from the choice of jazz and blues genre, known music of American slaves. To the socio-economic aspect was positive for the encouragement of culture and arts education, cultural memory of the city, for example, some "play" the end of the century. Twentieth and early twenty-first in the carnival period, as the forró and the "yoke" that were lost in the history and in the space of Guaramiranga streets.

Keywords: Memory, Conflict, Guaramiranga.

1. A Questão Cultural no Maciço de Baturité

O Maciço de Baturité é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Pacoti, Guaramiranga, Palmácia, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Guaiúba, Barreira e Ocara. De acordo com dados embasados em Pesquisas Nacionais, fornecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 1984), pode-se traçar um pouco do resumo histórico dos índios que habitaram o Maciço de Baturité. Há registro de sua presença nessa região, o que nos leva a compreender como se formaram esses povos e a partir de alguns conflitos começam a cruzar novos caminhos e espaços que outrora não eram habitados.

Por volta de 1712, os jenipapos se digladiaram com os Canindés na bacia do Rio Banabuiú. Um ano após esse fato, essas tribos se uniram com os Jaguaribaras e Anacés, e assaltaram a Vila de Aquiraz, causando a morte de aproximadamente 200 indígenas. Esse fato ficou conhecido como Rebelião de 1713/1715, que quase pôs fim aos brancos no Ceará. Somente em 1721 que as tribos dos Jenipapos. Passados quatro anos, os Anacés e Jaguaribaras, atacados no riacho Aracoiaba, no Maciço de Baturité (MATOS, 2012. p. 52).

Desde o início do século XX, sabe-se que os povos deste espaço estavam ligados à questão do café, que chegou na cidade através de Manoel Felipe Castelo Branco (1824), trazendo do Pará para Baturité as primeiras mudas de café, o que trouxe transformações na atividade econômica e na vida social local. Na metade do século XIX, Baturité tinha como principal atividade econômica a cultura do café, chegando na época a deter 2% de toda a produção brasileira. Tem-se como importantes traços da cultura do Maciço as casas de farinha que existiram em todo a região, que não podia ficar de fora Guaramiranga. Até os anos finais do século XX, mais precisamente nos sítios Conceição, Guaramiranga, Nancy e Casa Branca, que hoje são aglomerados da cidade, produziram muito esse grão, que fazia parte do dia a dia das populações destas regiões .

Anualmente, de setembro a novembro, tem-se o Festival Letras, Flores e Vinhos, que é um festival gastronômico e cultural que ocorre no friozinho da serra, reunindo música, literatura e flores, o que complementa as atividades culturais no Maciço, que ocorrem na cidade de Guaramiranga e Mulungu.

A cidade de Guaramiranga localiza-se em uma região com as taxas de analfabetismo dentre as menores do Maciço, assim como o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica de Guaramiranga, como pode-se ver no quadro abaixo, onde a cidade tem o maior índice de desenvolvimento do maciço de Baturité.

O turismo representa um forte componente da economia do município, graças a atrativos como o clima frio serrano, belas paisagens e eventos acolhidos durante todo o ano, sendo um dos mais importantes o de Festival de Jazz e Blues. A cidade conta com um grande número de turistas, os quais visitam a cidade diariamente e nos feriados, sendo um dos pontos fortes da economia, seguido das atividades agrícolas, como a plantação de bananas, milho dentre vários outros fatores.

A cidade, após grande visibilidade artístico-cultural nacional e internacional, ganha cursos correlatos a cultura e turismo, como por exemplo: cursos técnicos em Instrumento Musical e Arte Dramática, no eixo de Produção Cultural e Design e os cursos técnicos em Eventos e Guia de Turismo, no eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, através do Instituto Federal de Educação.

Com a Lei nº 18/12, o Poder Executivo cede pelo período de 10 (dez) anos, ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), o direito de uso do Hotel Escola de Guaramiranga, com o intuito de que o IFCE utilize o espaço para criar um centro de excelência de treinamento

nas áreas de turismo e hotelaria, colaborando para o desenvolvimento local de forma sustentável e inclusiva, proporcionando ao povo daquela cidade direito a mão de obra qualificada para atuar na região em ascensão turística e artística-cultural .

2. Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga

O nome vem do Tupi Guará (vermelho) e Miranga, ou Piranga (garça), cujo significado é pássaro vermelho. Originalmente, a localidade era denominada Conceição. O distrito foi criado por Ato Provincial de 10 de outubro de 1868, segundo estudos da pesquisadora e historiadora Rose Matos em seu livro *“Livro – Aracoíaba: História em Retalhos”*. Por Decreto de 1 de setembro de 1890, foi elevado à categoria de vila, passando a ser chamada de Guaramiranga. Em 1899, a Vila foi extinta, e o território voltou a ser anexado ao município de Baturité como simples distrito. Em divisão administrativa de 1911, o distrito de Guaramiranga torna-se município. Foi elevada à categoria de cidade novamente pela Lei nº 1887/1921.

O Festival de Jazz e Blues, ambos estilos musicais originários do Norte da América e que foi idealizado/criado pelas diretoras da Via de Comunicação, Maria Amélia Mamede e Rachel Gadelha, com a ajuda de lideranças políticas culturais da cidade e da Associação Amigos da Arte de Guaramiranga, trazendo realizações e contribuições ao público e à cena cultural cearense e local desde o período de pré-produção até a realização do evento na serra e o pós-Festival, mostrando o impacto social, econômico e cultural para o Ceará e para sociedade local, trazendo consigo formação profissional e artística para aquela sociedade abastada da capital Fortaleza, e que até então não tinham acesso a essa pluralidade artística-cultural.

O Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga me instigou a pesquisar além do festival em si, mas também as relações e interações multiculturais durante seus ciclos e construção que dar-se sempre no carnaval, que causa grande movimentação e relações que passam despercebidas. Em uma de minhas visitas ao festival (2015), me intrigou o fato de não ter muitos negros ou afrodescendentes no espaço, principalmente por ser o estilo blues bem “típico” e idealizado pelos negros norte-americanos, os quais o criaram como forma de expressar sua cultura e sofrimento. Com o Festival, hoje tradicional no calendário cultural do estado, os estilos alcançaram grande visibilidade, fortalecendo as raízes e conquistando uma plateia numerosa, além de contribuir para o fortalecimento da economia da região ao atrair milhares de turistas todos os anos. O Festival transformou o carnaval serrano do Ceará e se tornou um dos maiores eventos dos gêneros jazz e blues no país, marca de pioneirismo, qualidade artística, excelência em produção cultural e integração com a comunidade, a partir de ações de responsabilidade social e ambiental.

Com o incentivo do poder privado, tem-se um aquecimento não apenas do comércio e da prestação de serviços locais, mas, sobretudo, do seu mercado imobiliário, que passou a incidir sobre cada vez mais espaços, e com valores bem mais altos. Tais espaços eram mais acessíveis, quando se tinha as famílias dos cafeicultores (início do século XX), que era a maior população daquela região. Com isso, alguns casarões remanescentes da cafeicultura foram convertidos em empreendimentos, para atender à grande demanda turística que estava se instalando nessa região do Maciço de Baturité, especificamente na cidade do “Jazz e Blues”. Notamos que o tempo vai (re)configurando os espaços e atividades em determinadas localidades, cidades, vilas etc., e que para compreender estas “novas” (re)configurações temos que buscar associá-las a fatos históricos. Vejamos que, no início do século XX, no Maciço de Baturité, era comum as famílias se manterem financeiramente com atividades agrícolas, em especial a colheita do café. Já existia, de forma tênue e simplória, algumas atividades culturais no final das colheitas. Vejamos Guaramiranga no início do Séc. XX na Rua do comércio, Centro de Guaramiranga-Ce onde hoje é um dos espaços

principais de apresentações artísticas, onde podemos encontrar no acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE .



Fonte: Fotos de arquivos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nota-se o quão era cheia de traços próprios daquele povo que vivia nessa rua, o que vemos no livro de Rose Matos e arquivos de Acervos Públicos, isso em um período em que não havia tantos investimentos locais no turismo, na cultura e demais setores públicos desta cidade.

Vê-se que a cultura é algo bem presente na vida dos nativos que habitavam o centro da cidade. Vejamos que com algumas leis de proteção ambiental no final do século XX, muitos não tinham como realizar sua atividade comum, a agricultura, o que (re)configurou essas povos que viviam daquilo. E após um incremento na questão cultural e um impulso no turismo entre esse final dos anos 1990 e início do século XXI, fez com que o incentivo do poder privado tivesse um aquecimento não apenas do comércio e da prestação de serviços locais, mas, sobremaneira, seu mercado imobiliário, que passou a incidir sobre cada vez mais espaços, e com valores bem mais altos que outrora era mais acessível quando se tinha as famílias dos cafeicultores(Início do Séc. XX).

A partir da análise do festival, nota-se que, esse contexto de mudanças na cultura local da cidade de Guaramiranga produziu ainda duas ordens de situações de ação, que podem ser caracterizadas genericamente como um novo domínio e/ou colonização dos espaços centrais e de maior contingente de moradores num espaço onde a sociabilidade era anteriormente considerada tradicional e vivenciada. Para além da perda de espaço/vivências na cidade, no carnaval, onde tinha-se outras formas e maneiras de manifestações artísticas, perderam-se também o poder de compra de terrenos por parte do povo local, haja vista que os valores dos sítios e casas subiram substancialmente com a grande visibilidade que a cidade ganhou, nacional e internacionalmente.

3. Considerações finais

A identidade negra é histórica, social, plural e cultural; podemos ver que ela é diversa em sua “totalidade”, pois está condicionada a vários fatores sociais que a influenciaram, condicionando-a a processos e mecanismos de dominação em vários sentidos, tais como sua cultura local e educacional, onde foi-se moldando um negro “aculturado”, de traços de outras etnias e grupos sociais, inferiorizado e desqualificado, mostrando-o como “inferior” frente às sociedades colonizadoras. O jazz e blues, enquanto música dos negros, está presente em grande escala nos espaços integrados por brancos. No caso do Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, há pouquíssimos, quase que nenhum negro, quiçá descendentes de escravizados norte-americanos. Não há sequer citação de tais “personagens” idealizadores dos estilos, em especial o blues (haja vista que o Jazz é um estilo derivado do Blue, em essência o estilo criado pelos escravizados norte-americanos foi o blue), o que nos instiga a investigar a “fundo” o surgimento do blues no estado do Ceará e no Brasil. Se faz necessário reconhecer e aceitar o pluralismo como um fato da sociedade, contribuindo para o estabelecimento de uma sociedade de igualdade de direitos e de equidade, contribuindo para interações inter-étnicas harmoniosas, haja vista que, por meio do reconhecimento, valoriza-se a importância das minorias culturais. Vejamos que em vários espaços, seja no campo educacional, de trabalho, cotidiano e cultural, enfrentamos várias formas de expressão impostas pela “sociedade”, a qual está atrelada a várias questões relacionadas à colonização/descolonização, que podemos vê-las como “normal” ou fruto de questões históricas bem mais complexas. A cultura afro está atrelada à cultura brasileira, pois ambas são frutos de processos de colonização que permanecem ou não em nosso dia a dia. A diversidade cultural (interculturalidade) no espaço público brasileiro foi assegurada a partir de 1980, quando começaram a visualizar o Brasil como país multicultural, como de fato é, e foi-se ganhando espaço. Levando nossa reflexão a cerca dessa diversidade para a questão cultural e mais fixamente para o maciço de Baturité, vejamos o quanto é importante adotarmos políticas públicas voltadas para os incentivos cultural e educacional. Vejamos que o acesso a locais que contenham (apresentações culturais) arte, é um tanto difícil, seja pelo fato de algumas pessoas não terem condições de acesso por conta de locomoção ou por dificuldades financeiras, haja vista que em muitos lugares é difícil o acesso a teatro, centro de eventos, shows e etc, por ser distante de sua cidade, ou pelo fato de não ter acesso gratuito, por serem de famílias carentes e pelo governo não investir na acessibilidade dessas pessoas a tais espaços. Faz-se necessário incentivar diálogos entre outras culturas, sendo que podemos entender a interculturalidade como um meio de eliminar hierarquizações sociais seja de gênero, etnia, etc., vendo que esta é uma ferramenta de reconhecimento de identidades, que no caso no festival de jazz e blues é um tanto ausente a presença de negros norte-americanos, sendo que o estilo blue é uma arte que é originária deles. Resgatar os processos de construção das nossas identidades culturais, promover experiências de interação sistemática com os “outros, bem como reconstruir e entender a dinâmica sociocultural nós dá as ferramentas de interpretação e associação à ideia que temos do que seja “nossa identidade”, relacionando-as com as nossas raízes identitárias. Mesmo tendo como premissa que tratando-se de Brasil e cultura, tem-se configurada cada dia mais complexa a ideia de identidades culturais, [...] esse processo produz o sujeito pós-moderno, contextualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. [...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL,2006). Sendo

assim, faz-se necessário observar e analisar os diversos movimentos que ocorrem a nossa volta; processos de construções e de assimilações, e entendê-las para, então, tomá-las para si, ou compreender o contexto em que tal acontecimento vem se integrando a nós, em nossa localidade, em nossa cidade, em nosso estado e em nosso país. Observar, questionar e interpretar esses eventos se faz necessário para a compreensão de nossa história. Após análise, destaca-se que o Festival surgiu como uma forma de resistência ao carnaval do litoral cearense, cuja cultura local era do “mela mela”¹ e música pernambucana e baiana e a ausência de “outras” alternativas àquele modus operandi de carnavais na capital e em outras cidades do Estado. Ao mesmo tempo, percebe-se que a questão de resistência não desponta como a afirmação da cultura afro-americana, possível a partir da escolha do gênero jazz e o blues, reconhecidamente como a música dos negros.

Referências

- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. DIGITAL, Aulete. **Dicionário Caldas Aulete**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/mela-mela#ixzz3tH5Cs0k9>>. Acesso em: 24 out. 2015.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HALL, S. (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- MATOS, Rose Mary Santana. **Livro – Aracoiaba: História em Retalhos**. Vol 1, Fortaleza: Premius. 2012. p. 52
- RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; COSTA, Anderson Gonçalves. **Indicadores Educacionais e Gestão por Resultados: O direito à educação no Maciço de Baturité**. UNILAB, Maciço de Baturité, v.1,n.1, 2013, p.1-20. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 29-42

1 Mela mela* são festas que ocorrem em várias localidades de Fortaleza e Interior do Ceará. A festa se constitui em sujar as demais pessoas enquanto dançam ao ritmo de axé, forró, samba e swingueira.

GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DO SUPERPORTO SUDESTE (ITAGUAÍ/RJ) E SUPERPORTO DO AÇU (SÃO JOÃO DA BARRA/RJ)

PATRICIA DE OLIVEIRA PLÁCIDO
NATALIA M. VILAÇA

Resumo

Este estudo, fruto de pesquisas de doutorado (PPGMA/UERJ) e mestrado (PPGPDS/UFRRJ), ambas em andamento, analisa os conflitos ambientais a partir dos instrumentos, conceitos e metodologias de análise geopolítica de produção do espaço. A compreensão das estratégias de mobilização dos atores no domínio do território, na imposição de seus interesses e nas rivalidades interinstitucionais tradicionais (Estado), setoriais (serviços) e sociais (sociedade civil organizada) nos permite perceber o território como um campo de expressão das representações, discursos e interesses contraditórios (LEITE e MONIÉ, 2014). Nesta arena desembocam os conflitos ambientais, nos quais se opõem os atores em questão, na disputa de poder, uso e controle do território e seus recursos. O estudo de caso se dá a partir da análise de dois projetos portuários localizados em municípios distintos do estado do Rio de Janeiro, mas que possuem em suas lógicas naturezas similares, ou seja, ambos são terminais portuários voltados para exportação de commodities. O processo de instalação desses empreendimentos implicou na reorganização territorial dos municípios em pauta e na desterritorialização de populações tradicionais locais (pescadores e agricultores), eclodindo diversos conflitos ambientais na disputa dos territórios estudados. Conclui-se que as cidades portuárias configuram-se como áreas estratégicas para reprodução sociometabólica do capital (MESZÁROS, 2008) e que a produção capitalista do espaço (HARVEY, 2003) tem sua base nas relações econômicas e políticas "neodesenvolvimentistas", em detrimento das lutas simbólicas de populações locais para manutenção de suas práticas espaciais (ACSELRAD, 2004).

Palavras-chave: Reorganização territorial, Produção capitalista do espaço, Práticas espaciais.

Abstract

This study, doctoral research fruit (PPGMA / UERJ) and master's (PPGPDS / UFRRJ), both in progress, examines the environmental conflicts from the tools, concepts and methodologies of geopolitical analysis of production space. Understanding the mobilization strategies of the actors in the field of the territory, in imposing their interests and traditional inter-institutional rivalries (State), sector (services) and social (civil society organizations) allows us to perceive the territory as one of the representations expression field, speeches and conflicting interests (LEITE and MONIÉ, 2014). In this arena empty into environmental conflicts, in which oppose the actors involved in the power struggle, use and control of the territory and its resources. The case study is given to the analysis of two port projects located in different municipalities of the state of Rio de Janeiro, but they have in their logical similar nature, that is, both are port terminals facing export commodities. The installation process of these projects resulted in the territorial reorganization of municipalities in question and the dispossession of traditional local populations (fishermen and farmers), hatching several environmental conflicts in the dispute of the studied territories. We conclude that the port cities are configured as strategic areas for social metabolic reproduction of capital (MESZÁROS, 2008) and that capitalist production of space (HARVEY, 2003) has its basis in economic and political relations "neodesenvolvimentistas" at the expense of symbolic struggles of local people to maintain their spatial practices (A, 2004).

Keywords: territorial reorganization, capitalist production of space, spatial practices.

1. Introdução

O antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento econômico começou a se acirrar nas décadas de 1970 e 1980 colocando em dúvida o modelo de desenvolvimento que se espalhou em quase todo o mundo. As estratégias de modernização dos países denominados, na época, de “Terceiro Mundo”, lideradas pelas instituições financeiras como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) visavam às estruturações e reestruturações de instituições sociais, assim como investimentos em infraestrutura de transporte, energia e indústrias de base como pólos de desenvolvimento para a aceleração do crescimento econômico. Havia uma expectativa de que, na fase inicial, ocorresse a inclusão social a partir da geração de emprego e renda, e depois, com a instalação, o Estado de Bem- Estar Social. Com base nesta concepção grandes áreas cobertas por vegetação natural foram consideradas como espaços não utilizados e passíveis de apropriação por grandes empreendimentos, complexos industriais, etc. (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010).

No âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), nos anos 2000, foram retomados grandes projetos de infraestrutura como a construção de hidroelétricas, rodovias, portos, entre outros. Nesse contexto, ganhos ambientais como o código florestal, licenciamentos, planos de mitigação, compensação ambiental e os direitos dos grupos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais têm sido considerados um entrave para os responsáveis pela execução desses projetos (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010).

É neste sentido que surgem conflitos ambientais, quando determinados grupos sociais apresentam formas distintas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Para Acselrad (2004) os conflitos ambientais podem ser entendidos como uma expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos em desenvolvimento que envolve tanto populações tradicionais e indígenas como a colonização dos ambientes urbanos e a mercantilização dos sistemas vivos, entre outros.

Os conflitos ambientais podem ser ocasionados quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, o que compromete a coexistência entre essas distintas práticas socioespaciais.

Sendo assim, a questão territorial e espacial é o cerne da análise dos conflitos ambientais e envolve as relações entre o poder e o meio ambiente terreno. O território pode ser definido como uma porção da superfície terrestre, rica em recursos naturais que são apropriados e controlados por um grupo humano. O território também é marcado a partir de disputas e relações de poder entre determinados atores da sociedade em um determinado espaço (SOUZA, 2013).

O presente trabalho analisa dois projetos portuários localizados em municípios distintos do estado do Rio de Janeiro, mas que apresentam em suas lógicas naturezas similares, ou seja, ambos foram projetados para exportação de commodities.

Para receber o capital estrangeiro, o Estado tende a preparar social e fisicamente o território em um contexto de assimetria de forças político-econômicas e militar, para tornar-se permeável às ingerências imperialistas dos países/capitais centrais (LEPIKSON, 2010). Nesse sentido, Harvey (2003) concorda com Gramsci quando diz que “as relações internacionais se entrelaçam com relações internas dos Estados Nações, criando combinações únicas e historicamente concretas”. E complementa:

Nesse contexto é que o papel do Estado em relação ao imperialismo se torna muito importante. Em resposta ao poder organizado dos trabalhadores dentro de suas fronteiras, um determinado Estado-Nação, talvez procure exportar os piores elementos da exploração capitalista mediante a dominação imperialista de outros países. A dominação imperialis-

ta também possui outras funções: facilitação da exportação de capital, preservação de mercados, manutenção do acesso a um exército de reserva para a indústria etc (HARVEY, 2003, p.88).

Nesta perspectiva Harvey (2003) diferencia o imperialismo capitalista de outros, justamente pela predominância da lógica econômica ante a territorial-política, retomando a dupla dimensão de análise citada anteriormente. Assim, há lógica capitalista do poder ou “imperialismo capitalista” quando a lógica política territorial funciona para dar solução de continuidade à lógica econômica; e há lógica territorial do poder, quando o poder político territorializado é representado pelo Estado cumprindo o papel de encontrar, ou melhor, criar solução externa para a crise de acumulação recorrendo ao uso das estratégias políticas, diplomáticas e militares para determinar o fluxo de poder econômico através de fronteiras a favor dos seus próprios interesses capitalistas.

Harvey (2003) propõe também o uso da teoria ‘ordenação espaço temporal’ para o entendimento da mobilidade do capital e da atuação do Estado pelo território, com vistas à acumulação capitalista e à acumulação do poder político. Esse processo reforça a existência de uma produção econômica do espaço em diferentes escalas geográficas.

De acordo com Acselrad (2004 b), certas localidades se destacam por serem alvos de concentração de práticas ambientalmente agressivas que atingem diretamente as populações de baixa renda. Essas localidades são chamadas de “zonas de sacrifício” ou “paraísos da poluição”, pois com a vinda de grandes empreendimentos, altamente poluidores, a desregulamentação ambiental e a isenção tributária favorecem os interesses econômicos predatórios.

2. Análise geopolítica dos conflitos ambientais

O conflito socioambiental pode ser definido enquanto fenômeno que expressa as disputas entre grupos sociais com interesses e necessidades distintas no uso e apropriação dos recursos naturais (ALIER, 2007).

Lançamos mão, ainda, do referencial teórico da Ecologia Política que tem como eixo a reflexão crítica sobre os nexos entre as práticas sociais de apropriação das condições naturais e os fundamentos da sociedade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento histórico (CARNEIRO, 2003).

De acordo com o panorama dos conflitos ambientais no Brasil, a sua emergência decorre dos impactos causados principalmente pelos grandes empreendimentos que se materializam na zona costeira. Fazemos a leitura da emergência de conflitos ambientais nestes locais a partir da análise de instalações portuárias, comungando com Leite e Moniè (2014), quando afirmam que “os portos foram localizados em sítios protegidos da linha de costa e em estuários”. Segundo os autores citados, a reestruturação produtiva, a expansão do comércio internacional e as transformações do espaço econômico mundial ampliaram as pressões sobre espaços litorâneos ou sobre a periferia das metrópoles marítimas. Por esta razão, os conflitos ambientais emergem com mais veemência nas cidades portuárias e regiões litorâneas.

A dimensão geopolítica de análise dos conflitos oferece instrumentos para compreensão das estratégias dos atores a fim de dominar o território e impor seus interesses (SUBRA, 2007).

As cidades portuárias, na materialização e organização espacial em função do capital, constituem campos de representações e interesses contraditórios, emergindo rivalidades e oposição de atores locais, autoridades e atores econômicos. Esse processo de disputa e campos de força pelo uso e controle do território revela-se cada vez mais estratégico para responder aos seguintes questionamentos:

- quem deve decidir sobre a importância de intervenções de grandes empreendimentos com alto potencial de impactos sobre o território?

- como se dá o campo de forças entre os atores no processo de apropriação material e simbólica do território?

Apesar de estar tradicionalmente relacionada ao estudo das tensões internacionais e nacionais, a geopolítica nos oferece elementos de análise de políticas nacionais desenvolvimentistas - sustentadas e orientadas por organismos multilaterais - que desenham o projeto de expansão portuária no Brasil. Vale citar neste contexto a Nova Lei de Portos (2013) que abre caminho para a iniciativa privada construir terminais portuários de uso misto em território nacional.

Na busca por tais respostas são apresentados dois cenários similares de processo de instalação de empreendimentos portuários em municípios do estado do Rio de Janeiro, bem como os conflitos ambientais latentes em cada um:

3. O SuperPorto Sudeste e o SuperPorto do Açú na produção capitalista do espaço

3.1 O SuperPorto Sudeste em Itaguaí (RJ)

No final do ano de 2009, iniciaram-se as obras do SuperPorto Sudeste, no bairro da Ilha da Madeira (banhado pela Baía de Sepetiba), município de Itaguaí/RJ. O porto em questão é um terminal portuário privativo de uso misto dedicado à movimentação de minério de ferro, em fase de duplicação do empreendimento, com capacidade prévia de escoamento de 50 milhões de toneladas de minérios do quadrilátero ferrífero. Estrategicamente localizado, o Superporto Sudeste representa a menor distância entre os produtores de minério de ferro do quadrilátero ferrífero (Minas Gerais) e o oceano. O quadrilátero ferrífero, atualmente, é a principal área produtora de minério de ferro no Brasil e sua produção abastece as usinas siderúrgicas nacionais e produz, em grande parte, para exportação. O empreendimento irá escoar a produção do Sistema Sudeste da MMX e de outros produtores de minério de ferro do quadrilátero, que não exportam, atualmente, por falta de opção logística.

O SuperPorto Sudeste teve sua gênese e suas obras de construção iniciadas pela empresa LLX (Grupo EBX), do empresário brasileiro Eike Batista. Contudo, no ano de 2013, o empresário realizou a venda de 65% do capital social do PortoSudeste para as companhias Impala e Mubadala. Esta venda representou um processo de reestruturação das dívidas existentes do empreendimento, o que resultou na crise financeira que o Grupo EBX anunciou no início do mesmo ano.

O bairro da Ilha da Madeira (Baía de Sepetiba) é o espaço onde estão presentes os empreendimentos siderúrgicos e portuários do município de Itaguaí e palco de muitos conflitos entre o grande capital e os pescadores que lutam em favor do meio ambiente, mas que hoje vivem grandes transformações em função do processo de desenvolvimento industrial no território.

O SuperPorto Sudeste é considerado o maior empreendimento que o bairro da Ilha da Madeira recebeu nos últimos 30 anos. O empreendimento já executou muitas obras civis marítimas, as quais transformaram o modo de vida da população local e o meio ambiente. Tal fato tem acarretado processos de reordenamento territorial em função da atividade produtiva planejada para este empreendimento. O processo de desterritorialização das famílias, decorrente do SuperPorto Sudeste, teve início em 2009, quando essas famílias receberam indenizações por suas propriedades em um longo e conflituoso processo de negociação do território.

A pesca artesanal, realizada há mais de 60 anos no local, tem sofrido fortes impactos negativos decorrentes do empreendimento. Devido às características fisiográficas da baía, a pesca exercida no seu interior é, basicamente, artesanal com emprego de embarcações de arqueação bruta

abaixo de 10 toneladas. A pesca era a única atividade econômica e cultural tradicional, sendo a grande alavanca da economia local; uma atividade passada de pai para filho.

As características naturais da baía contribuem para a compreensão de sua tradição como reduto de pesca, desde a ocupação do território pelos indígenas até os dias atuais, e como potencial turístico. Ambas as atividades encontram-se em crise decorrente dos sucessivos investimentos industriais.

Esse processo de expansão e hegemonização do capital nos espaços acarreta a desterritorialização da população, o enfraquecimento da atividade pesqueira, a perda da cultura local e a invisibilidade dos atores sociais nos processos de tomada de decisão na gestão ambiental destes territórios. Dessa forma, o modo de vida da população é visto como obstáculo para o desenvolvimento das atividades industriais. Diante desse cenário, vale questionar: Desenvolvimento? Para quem?

A atividade pesqueira, no bairro, foi altamente impactada com a redução do espaço de trabalho dos pescadores e da área de navegação, que é cada vez mais restrita. Além disso, o píer do SuperPorto Sudeste foi construído na área da pesca.

Todo esse processo de desenvolvimento econômico na Baía de Sepetiba diminui a qualidade e a quantidade do pescado, restringe a produção, além de contaminar a baía. Ressalta-se, ainda, a redução e a degradação da Mata Atlântica remanescente e do manguezal (estuário da vida marinha), ocasionadas pelos empreendimentos industriais na localidade (LOPES, 2013).

Com isso, as dinâmicas econômicas e culturais da população tradicional foram desestabilizadas, pois os pescadores “perderam” seu espaço de relação social caracterizado pela pesca e pelo turismo de veraneio, sendo, ainda, retirados de seu *habitat* natural tendo que reconstruir sua identidade em outra localidade (BAUMAN, 2005).

O conflito ambiental em Itaguaí se manifesta nas formas de apropriação material do território pelo SuperPorto Sudeste e nas disputas simbólicas dos pescadores nas suas diferentes formas sociais de controle e uso do território.

Diante do cenário apresentado, afirmamos que os atores envolvidos neste processo de emergência de conflitos são: o Estado por meio da institucionalização dos arcabouços jurídicos-legais na criação e implementação de leis, que reproduzem um ideário de políticas desenvolvimentistas no Brasil, a Sociedade Civil representada pelos pescadores atingidos e o Setor Privado por meio das empresas do ramo industrial. No quadro é explicitado um breve panorama das principais políticas públicas neodesenvolvimentistas para o setor portuário em Itaguaí:

PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS EM ITAGUAÍ			
1970	1980	1990	2000 A 2010
Criação de arcabouços legais, institucionais e técnicos dedicados ao planejamento da Região Metropolitana do RJ	Década "vazia" baseada na política de desmonte praticada no país (OLIVEIRA, 2008).	Criação do Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro que fundamentou a implantação do Porto de Itaguaí	Ações do PAC Ações do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Itaguaí (PDZ), elaborado pela Companhia Docas do RJ que projeta várias ações de ampliação a partir de 2015.
Propostas desenvolvimentistas (I e II PND) que resultaram na planeamento do Porto de Itaguaí e da Rodovia 109 (arco metropolitano)		Lei de Modernização dos Portos (1993), resultando na ampliação e modernização do Porto de Itaguaí, preparando para a concessão à iniciativa privada.	
Criação dos distritos industriais – área de influência do Porto de Itaguaí (Santa Cruz)		Criação de Zonas de Uso Predominantemente Industrial (ZPI's) e Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's)	
Construção da BR 101			

Quadro 1 – Principais políticas públicas desenvolvimentistas em Itaguaí/RJ.

Fonte: Elaborado pelos autores

No âmbito do Estado, destaca-se ainda, o papel da gestão municipal de Itaguaí nesse processo, que permitiu o (re) ordenamento do território em função do a gestão capital e também os órgãos ambientais, como o INEA (Instituto do Meio Ambiente) concedendo as licenças ambientais (instalação e operação) do SuperPorto Sudeste.

No âmbito da sociedade civil organizada evidenciam-se as lutas dos moradores e pescadores da Ilha da Madeira contra a instalação do empreendimento.

O drama de reconstrução das identidades das populações desterritorializadas de suas moradias e de suas práticas espaciais tem sido um processo difícil, pois, segundo Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), "a força de sua carga simbólica é tamanha que o território é um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos, e para estas populações desterritorializadas perder seu território é como desaparecer". Este processo de desterritorialização contribui para aumentar o grau de miserabilidade da massa dos excluídos e dos desassistidos da sociedade, uma vez que esses pescadores não possuem profissionalização para se inserirem novamente no mercado de trabalho e manter sua subsistência.

Em Itaguaí, o processo de "(re) territorialização" demanda estratégias de enfrentamento ao grande capital no sentido de criar obstáculos ao procedimento de permissividade do poder público em favor do desenvolvimento econômico de grupos empresariais.



Figura 1. Protesto de Moradores

Fonte: Google. Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com> (Acesso em Ago, 2013).

E, por fim, o setor privado (representado pelo SuperPorto Sudeste) no seu processo de produção capitalista do espaço (HARVEY, 2003) a partir de práticas de apropriação do território em detrimento dos interesses e modo de vida da população local que, numa relação desigual, tenta sobreviver aos impactos e às transformações ocorridas em seu território em prol de uma expansão capitalista da economia.

Todo esse jogo assimétrico de poder é respaldado pelas políticas públicas elaboradas pelo Estado mediante promulgação de legislações que favorecem essa lógica urbano-industrial desenvolvimentista e que objetivaram inserir Itaguaí num novo contexto de “desenvolvimento” econômico mundial.

3.2 O SuperPorto do Açú em São João da Barra (RJ)

No ano de 2011, teve início o processo de implantação do Porto do Açú, no município de São João da Barra (Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro). Segundo Soffiati Neto apud Malagodi (2012), a proposta de criação deste porto já havia sido rejeitada anteriormente no estado de Santa Catarina em função da avaliação dos seus impactos socioambientais negativos. No entanto, no Rio de Janeiro, ele foi bem aceito, pois a região do V Distrito de São João da Barra era considerada, para alguns, um grande vazio demográfico.

O Distrito possui uma importância socioeconômica, porque é o maior produtor de maxixe e quiabo do Estado do Rio de Janeiro. A área é tradicionalmente ocupada por pequenos produtores que plantam maxixe, quiabo, aipim, pimentão e, em algumas épocas do ano, abacaxi. Esta produção destina-se, quase em sua totalidade, para o mercado da região e, sobretudo, para o CEASA, no Rio de Janeiro.

O Processo de construção do Porto foi iniciado pela LLX, empresa subsidiária da EBX, liderada pelo empresário Eike Batista, que neste período foi responsável por diversas obras de infraestrutura no país. Todavia, com a falência das suas empresas, a empresa norte-americana Prumo passou a controlar o porto.

Na dinâmica deste conflito pode-se identificar a atuação de três importantes atores: o Estado, a Sociedade Civil e o Setor Privado.

O Estado, tanto no âmbito municipal quanto estadual, permitiu a transformação do Distrito do Açú em um distrito industrial. O INEA (Instituto Estadual de Meio Ambiente) foi responsável

pelo licenciamento ambiental para a instalação das empresas no DISJB. As forças estaduais e municipais veem o Complexo do Açú como um espaço de reprodução do capital legitimado, obviamente, pelo discurso do desenvolvimento econômico regional e fundamentado por um discurso de promoção social de geração de emprego e renda para a população local.

No âmbito da Sociedade Civil, o principal ator é a ASPRIM que se organiza e reivindica como estão sendo realizadas as desapropriações no V Distrito do Açú. Esta associação possui o intuito de lutar pela permanência dos pequenos produtores na área baseada na ocupação tradicional que se traduz pelas identidades locais e pelo capital cultural e simbólico desta ocupação.

A Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) vem realizando estudos e discussões acerca dos impactos econômicos, ambientais e sociais da implementação deste mega-empreendimento. O trabalho realizado pela AGB tem subsidiado técnica e cientificamente a luta dos trabalhadores rurais pela permanência na área.

As empresas do Grupo EBX e Prumo Logística representam o interesse do setor privado. Suas ações realizam uma apropriação material do território fundada na reestruturação produtiva e inserção global. O principal argumento da empresa é o de promoção do desenvolvimento com geração de emprego e renda para a região.

Atores		Ações	Principais Argumentos
Estado	Municipal	Aprovação da Prefeitura para a transformação do V Distrito do Açú em área de expansão industrial	Geração de emprego e renda para o município
	Estadual	CODIM - responsável pelas desapropriações no V Distrito de São João da Barra. INEA – responsável pela licença ambiental para as empresas do Complexo	Estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados, com o intuito de trazer desenvolvimento econômico e social para o Estado Promover ações protecionista/conservacionistas capazes de minimizar os impactos socioambientais na região.
Sociedade Civil	ASPRIM	Disputa material e simbólica pelo poder local; Oposição à forma de desapropriações;	Sentimento de pertencimento local. Valorização cultural dos moradores
	AGB/ Niterói	Realiza estudos e discussões acerca dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da implantação de mega empreendimentos	Analisar os principais impactos socioambientais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos; Subsidiar as ações populares de luta dos movimentos sociais contra os processos de desapropriações e perda da capacidade produtiva da agricultura familiar local.
Setor Privado	Empresas do Grupo EBX Prumo Logística	Apropriação material do território com reestruturação produtiva e inserção global.	Promoção do desenvolvimento com geração de emprego e renda

Quadro 2 – Principais argumentos dos Atores envolvidos na dinâmica do Complexo Portuário do Açú
Fonte: (VILAÇA et al,2013)

Observa-se que nesse conflito há a existência de uma sobreposição de reivindicações e interesses de distintos grupos sociais portadores de identidade e lógicas culturais diferentes em um mesmo recorte espacial. “Neste sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção de seus territórios, o que reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

De acordo com Malagodi (2012), é visível neste conflito a retórica de um “necessário conflito social de “alguns” para a realização do interesse comum de “todos”, o que deslegitima outras formas de existência social e diferentes usos e significação do território.

4. Considerações Finais

Com base nesta análise constatou-se que os conflitos ambientais são ocasionados devido à sobreposição dos diferentes tipos de uso do território (territórios de pescadores artesanais, pequenos agricultores, empresas privadas) e pelas disputas pelo seu controle. Tais disputas envolvem tanto o poder público (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o INEA) quanto as populações locais (rurais e urbanas) e o capital privado.

Nos dois estudos de caso percebeu-se a atuação do Estado totalmente aliada aos segmentos do capital contra as territorialidades dos outros grupos existentes, como por exemplo, pescadores, agricultores e seus familiares, pautada no discurso de crescimento econômico e geração de emprego e renda.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, além da perda da terra, uma desterritorialização, pois muitas vezes o novo lugar apresenta limitações e não permite a retomada do modo de vida do local de origem, sem contar com a perda de sua identidade. “Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a sua desestruturação.” (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010).

Essa postura do Estado na mercadificação, privatização da terra e a expulsão violenta das populações locais é o que o geógrafo David Harvey (2003) chama de acumulação por espoliação. Frente ao sistema capitalista, o poder do Estado é usado com frequência para impor suas vontades, mesmo que isso contrarie a opinião popular.

Sendo assim, as cidades portuárias, tanto na materialização e organização espacial quanto exercendo a função do capital, constituem campos de representações e interesses contraditórios, emergindo rivalidades e oposição de atores locais, autoridades e atores econômicos.

A dificuldade de se fazer respeitar as leis ambientais estaria na origem de grande parte dos conflitos ambientais que se manifestam nos municípios de Itaguaí e São João da Barra e, também, em todo país. Nesse sentido, a capacidade de se prevenir e de dar tratamento democrático aos conflitos seria possível se os órgãos ambientais competentes intensificassem a participação popular nos estudos de impacto e principalmente no acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental e no controle público no que diz respeito às normas ambientais (ACSELRAD, 2004b)

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294p.

ACSELRAD, Henri. **Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 262p .

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

BONNEMAISON, J. E CAMBRÈZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités**. Géographies et Culturelles (Le Territoire), n. 20. Paris: L'Harmattan. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013. **Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12815.htm Acessada em 20 de julho de 2013.

CARNEIRO, E.J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LEITE, A.F.; MONIÈ, F. A geopolítica e a análise dos conflitos territoriais locais nas cidades portuárias. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro, p.1070-1081.

LEPIKSON, J. A. P. **A lógica da acumulação capitalista na prática hodierna: crescimento, crise e ajustes espaciais**. Dissertação. Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2010.

LOPES, V de F, M. **Era uma vez uma ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ)**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biologia Roberto Alcantara Gomes. 2013. 199f.

MALAGODI, M. A. S. **Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil**. Espaço e Economia [Online], 1, 2012. Disponível em: < file:///espacoeconomia-136-1-geografias-do-dissenso-sobre-conflitos-justica-ambiental-e-cartografia-social-no-brasil.pdf >; Acessado em: 19 de outubro de 2015

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUBRA P., 2007, **Géopolitique de l'aménagement du territoire**, Paris, Armand Colin. Acselrad 2004

VILAÇA, N. M.; SANTOS. L. F ; LIMA, M. do S B. de . Unidades de Conservação e Reforma Agrária: um estudo sobre as interfaces das políticas ambientais e agrárias no município de Campos dos Goytacazes. In: **Vi Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2013.

ZHOURI, A e LASCHEFSKI, K .Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: Andréa Zhouri, Klemens Laschefski. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, v. 1, p. 11-33.

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À ANÁLISE ESPAÇOTEMPORAL DA URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS: ESTUDO DE CASO DA LAGUNA DA JANSEN, SÃO LUÍS-MA-BRASIL

IGOR BRENO BARBOSA DE SOUSA

JÉSSICA NEVES MENDES

YATA ANDERSON GONZAGA MASULLO

Resumo

Esta pesquisa possui como objetivo analisar a dinâmica espaço-temporal e os desafios em relação à gestão ambiental da Laguna da Jansen, a partir da utilização técnicas ligadas ao Sistema de Informação Geográfico - SIG com o propósito de mapear o avanço da urbanização em escala multitemporal, correlacionando tendências e variabilidades ambientais. A região de estudo sofre com um crescimento urbano desordenado, além das falhas no planejamento urbano o que desencadeou uma série de problemas ao ambiente, tais como, a ocupação desordenada nas áreas de mangue, devastação da vegetação natural, compactação dos solos, poluição dos corpos hídricos, dentre outros, que descaracterizou a dinâmica e o equilíbrio ecológico local.

Palavras-chave: Laguna da Jansen, ocupação, urbanização.

Abstract

This research has as objective to analyze the spatiotemporal dynamic and challenges in respect to environmental management of Laguna Jansen, from the use techniques related to Geographic Information System - GIS with the purpose to map the advancement of urbanization in multitemporal scale, correlating trends and environmental variabilities. The study area suffers from urban sprawl, in addition to failures in urban planning which triggered a series of problems to the environment, such as the disorderly occupation in mangrove areas, destruction of natural vegetation, soil compaction, pollution of water bodies, among others, that decharacterized the dynamic and local ecological balance.

Keywords: Laguna da Jansen, occupation, urbanization.

1. Introdução

Segundo o artigo 1º da resolução nº 001 da CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de 23 de janeiro de 1986, determina que as alterações das propriedades físicas, químicas e biológica do ambiente são causadas por qualquer forma ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam a saúde, segurança, bem-estar da população e os recursos naturais. Isto decorre em muitos casos pelo avanço da urbanização, que intensifica mudanças ao ambiente, o que provoca diferentes impactos ao solo, água, atmosfera, e à biodiversidade, com graves consequências para a sociedade.

O processo de ocupação da Laguna da Jansen se enquadra nesses processos de agressões ao ambiente, afetando a dinâmica e o equilíbrio ecológico em diferentes escalas. A área de estudo surgiu em meados da década de 70, como resultado de aterros efetuados durante a execução do plano de urbanização de praias e avenidas, que visavam facilitar o acesso entre os bairros circunvizinhos.

Localizado entre os bairros do São Francisco, Ponta D'Areia, Renascença I e II, e Ponta do Farol, o Parque Estadual da Laguna da Jansen foi criado pela Lei 4.870 de 23 de Junho de 1988, município de São Luís, estado do Maranhão, com uma área de 150 hectares. Assim, desde a sua construção, o parque foi tido como um local turístico referenciado pela sua beleza ambiental, a pesca artesanal e lazer. Embora, ao longo do tempo, projetos que visavam renovar a Laguna, como por exemplo: as construções dos sistemas de manejo hidráulico, de saneamento básico e de drenagem pluvial não saíram do papel para serem efetivados em sua totalidade.

A Laguna da Jansen possui uma área de aproximadamente 6 mil m², no seu entorno há restaurantes quadras poliesportivas, ciclovias e pistas para Cooper. O local foi projetado para ser um grande centro de convivência, com alta frequência de moradores e de pessoas que visitam a cidade. Entretanto, a Laguna da Jansen funciona atualmente como um depósito de esgotos e a ineficácia do planejamento transformou o que deveria ser um cartão postal de São Luís em um ambiente altamente degradado. Contudo, a região continua sendo foco de diversas invasões e especulações imobiliárias, acarretando diversos impactos ambientais, como a retirada da vegetação, compactação do solo, alterações climáticas (microclima) e segregação espacial.

Assim o presente trabalho surge com o objetivo de analisar a dinâmica espaço-temporal e os desafios em relação à gestão ambiental da Laguna da Jansen. E de forma específica mapear o avanço da urbanização em escala multitemporal, correlacionando tendências e variabilidades ambientais.

Dessa forma, o estudo desenvolve-se com uma abordagem sistêmica, que, a partir do processamento e análise de informações geoespaciais, busca-se formatar uma rede de informações integradas, contribuindo para efetivações de políticas públicas e ações de revitalização e preservação na região.

2. Metodologia

Com uma abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa, o estudo consolida-se através de técnicas do Sistema de Informação Geográfico - SIG's, onde se relaciona a série histórica do processo de urbanização e os condicionantes ambientais.

Na estruturação do trabalho foi necessário realizar um levantamento bibliográfico baseado em dados secundários coletados da área em estudo, com a intenção de obter esclarecimentos sobre a problemática, bem como servir de subsídios na elaboração da redação do trabalho, na escolha do melhor método a ser trabalhado.

A visita ao campo de estudo foi realizada para reconhecimento do local, com o objetivo de realizar a delimitação da área a ser trabalhada, assim como a observação da problemática, com a coleta de dados. O registro fotográfico também foi sistematizado para auxiliar na identificação dos problemas e exposição da real situação do local, bem como para verificação de dados obtidos por meio da interpretação de imagens.

Relativo aos dados de uso e ocupação de solo foram coletados através de imagens *LANDSAT 8* com resolução espacial de 30 metros, cedidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, com série histórica de 1984 a 2016 com posterior processamento e análise por meio de métodos e técnicas de processamento e classificação digital de imagens integradas ao Sistema de Informação Geográfica - SIG. Foram extraídos dados de área antropizada e vegetação, utilizando os softwares Qgis 2.10 e Arc GIS 10.2.

Para o processamento e classificação foi utilizado o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), que permite a redução parcial do efeito topográfico, com o objetivo de realçar os alvos de interesse. Este consiste em uma equação que tem como variáveis as bandas do vermelho e infravermelho próximo, como se segue:

$$\text{NDVI: } \frac{\text{IVP} - \text{V}}{\text{IVP} + \text{V}}$$

Onde,

IVP: valor da reflectância da banda no Infravermelho próximo

V: valor de reflectância da banda no vermelho

Como resultado final da classificação se apresentará um conjunto de dados vetoriais que irão compor o banco de dados temático a ser utilizado na confecção dos layouts finais dos mapas e serão base para as inferências geográficas que serão realizadas.

3. Resultados e Discussões

A área diretamente ligada a Laguna da Jansen está localizada na área noroeste do município de São Luís concentrando os bairros do São Francisco, Ilhinha, Renascença I, Renascença II, Ponta d'Areia e Ponta do Farol conforme a Figura 1:

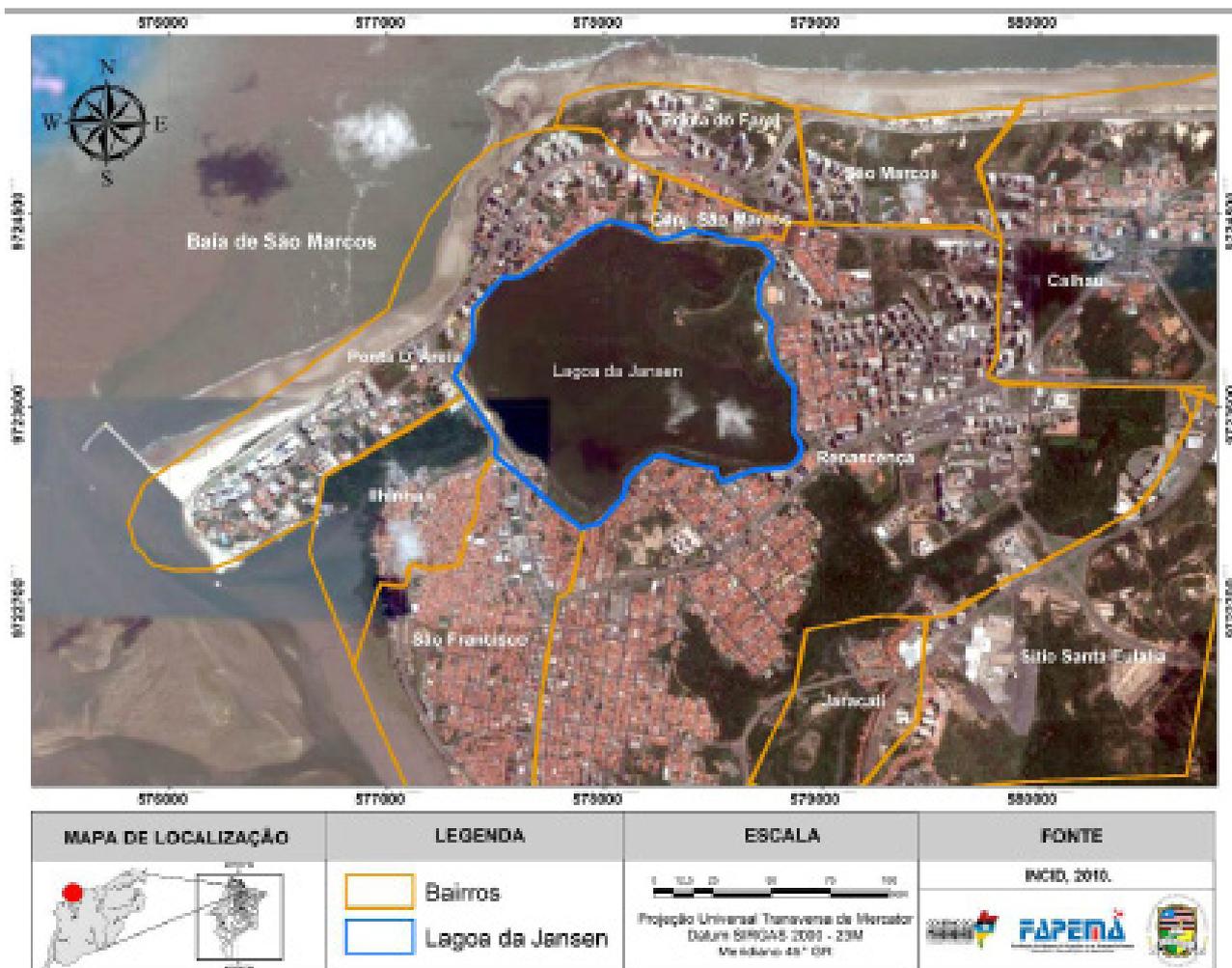


Figura 01: Localização Geográfica da Laguna da Jansen.

Fonte: Imagem Google Earth, 2014.

Segundo Silva (2012), o Parque Ecológico da Laguna da Jansen fora criado pela Lei 4.870 de 23 de junho de 1988, no município de São Luís, estado do Maranhão, com área de 150 hectares. No início dos anos 70, a Praia da Ponta D'Areia, a mais próxima da Laguna, foi objeto de um Projeto Urbanístico com lotes de tamanho médio e super quadras apropriadas ao assentamento de hotéis. Parte dos bairros São Francisco e Ponta D'Areia são ocupadas por invasões próximas à lagoa, onde moram centenas de famílias em condições precárias de infraestrutura urbana (COELHO, 2002).

De acordo com Coelho (2002), no final da década de 1960, foram construídas duas pontes sobre o Rio Anil: Governador Newton Bello e a Governador José Sarney. A última, com aproximadamente 900m de extensão, interligou a parte antiga da cidade, com o denominado bairro São Francisco, levando à expansão do espaço urbano de São Luís também na outra margem do rio Anil.

Dessa forma, a expansão urbana de São Luís intensificava-se em todas as regiões. No bairro São Francisco e seus arredores, a expansão tomou a direção da orla marítima, tornando necessária a implantação de acessos viários adequados à nova realidade da região.

Em decorrência disso, em 1975, a prefeitura de São Luís construiu a Av. Maestro João Nunes,

permitindo uma ligação entre o bairro São Francisco e a orla marítima, através da execução de um aterro sobre os igarapés da Ana Jansen e Jaracati. A barragem formada pelo corpo do aterro fez com que surgisse a denominada Laguna da Jansen (COELHO, 2002).

Assim, no decorrer dos anos os problemas urbanos da área da laguna começaram a surgir, como o crescimento urbano acelerado, além das “invasões” que se intensificavam e as agressões ambientais. Parte da população pobre, que morava nas palafitas, sobrevivia da pesca na própria Laguna da Jansen.

O abandono da lagoa pelas autoridades locais, associado ao seu uso indevido pela CAEMA [Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão] e à desorganização dos grupos de pescadores que tiravam o seu sustento daquela área fizeram com que a poluição se desse de forma rápida e quase irreversível. Em 1985, houve uma grande pressão para que a Lagoa da Jansen fosse aterrada, face ao péssimo odor exalado e ao loteamento efetuado pela prefeitura. Tal fato só não aconteceu porque parte da população, que conhecia a causa do problema e sabia que havia solução, reuniu-se e levou o tema para discussão (COELHO, 2002. p. 40).

Em maio de 1988, foi aprovada a transformação da Laguna da Jansen em Parque Ecológico, através do projeto-de-lei nº 037/88. Esse projeto contemplava a preservação da laguna e das áreas de mangue existentes e disciplina o lançamento de efluentes na área. O uso público de lazer e esportes só seria possível no limite fixado pelo poder público.

O avanço da urbanização intensificou os graves problemas ambientais que acontecem no entorno da Laguna da Jansen, acarretando prejuízos ao ambiente ocupado sem planejamento. A área de estudo possui origem antrópica; antes de sua formação, a área era constituída de mangue, cortada pelo Igarapé da Jansen, sofrendo influência da maré.

O Decreto Estadual nº 28.690, de 14 de novembro de 2012, reclassifica a Laguna da Jansen para Unidade de Conservação e Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA). Essa realidade foi ocasionada pela especulação imobiliária que teve ampliação após a construção de avenidas como a Avenida Maestro João Nunes, que liga o bairro São Francisco a Ponta D’areia. Essa avenida passou sobre o Igarapé através de um aterro, formando uma barragem que deu origem a Laguna, termo compreendido ao local, uma vez que se trata de um espaço que apresenta ligação com a água do mar, embora seja equivocadamente chamada de lagoa.

3.1 Uso e Ocupação da Laguna da Jansen seu entorno

As intervenções na Laguna da Jansen atingiram primeiramente a cobertura vegetal através dos sucessivos desmatamentos e aterramentos para abertura das primeiras trilhas e caminhos desde o início da ocupação até aproximadamente a década de 70. No segundo momento houve a construção do sistema viário (estradas pavimentadas) e posterior instalação de infraestrutura básica para a viabilização das moradias, empreendimentos turísticos e demais comércios.

De acordo com Tarouco (1989 apud NOVAES et al, 2007) estes e outros impactos vem colocando a Ilha do Maranhão em condições críticas e com perdas visíveis dos recursos naturais, comprometendo à biota da região, além de colocar em risco a qualidade de vida da população local.

Através da análise do monitoramento de uso e cobertura do solo de 1984 a 2016 da Laguna da Jansen, visualiza-se e quantificam-se as alterações deflagradas na área de estudo. Dessa forma, foram identificadas as principais classes de uso do solo responsáveis pelas modificações na dinâmica da paisagem na região, como observado na Figura 02 e Gráfico 01 a seguir:

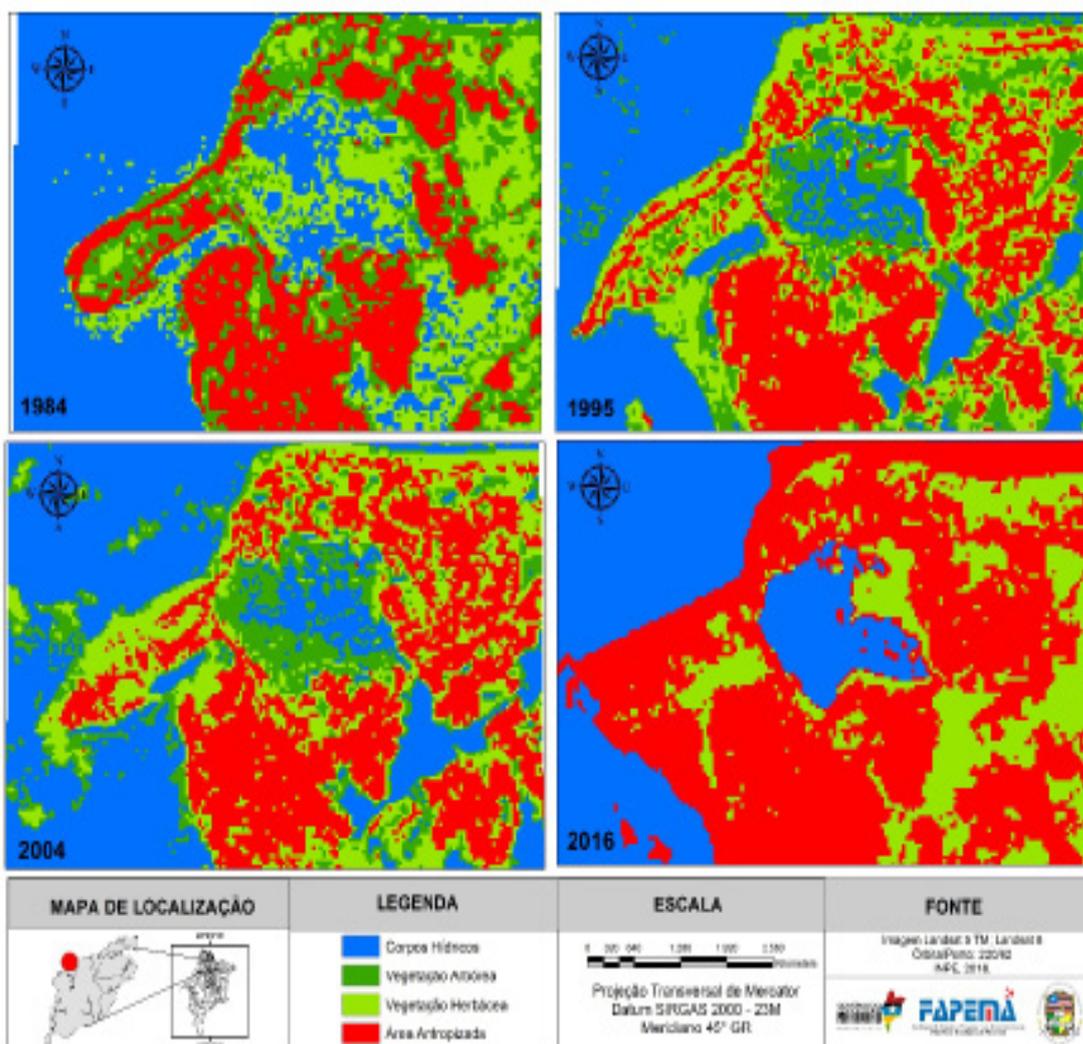


Figura 02: Mapa de Uso e Ocupação da Área de Estudo.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

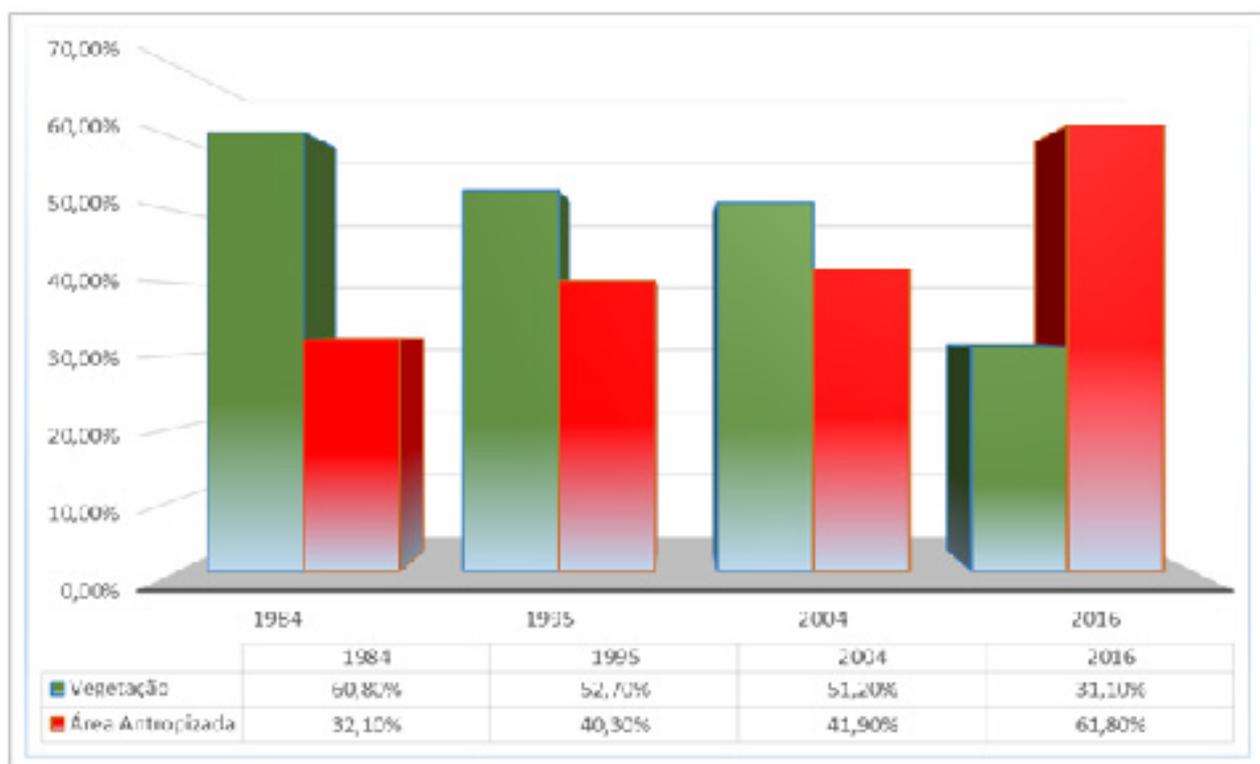


Gráfico 01: Uso e Ocupação do solo na área de estudo.

Fonte: Dados de Pesquisa, 2016.

Na área da Laguna da Jansen, as modificações que vem acontecendo na paisagem são marcadas por fortes mudanças sociais, iniciadas com a ocupação desordenada das áreas de mangues da “Ilhinha”. Sendo assim, a construção de conjuntos e de estruturas urbanas complementares adjacentes, como shoppings e empreendimentos comerciais, motivaram a especulação imobiliária voltada às classes com maior poder aquisitivo da sociedade que se sobrepõe contra as classes menos favorecidas que habitam os pequenos casebres.

A resistência à especulação imobiliária gerou uma paisagem mesclada de contrastes socio-ambientais onde edifícios modernos e sofisticados contíguos a casebres humildes, abrigam pessoas cuja simbiose se configura através de vínculos empregatícios e de prestação de serviços. A área sofre, ainda, uma série de impactos ambientais, destacando-se os processos de eutrofização e colmatagem. Os esgotos são lançados *in natura* e acabam por contribuir para a multiplicação de algas cianofíceas que sufocam e matam o zooplâncton e os animais de maior porte cuja decomposição libera gases fétidos em grande intensidade.

De acordo com Fernandes (1987), a Laguna da Jansen é um ecossistema que pode ser considerado eutrófico ou em processo de eutrofização, apresentando problemas oriundos da poluição biológica causada pelos dejetos lançados tanto pelos esgotos de conjuntos residenciais próximos, como pelas palafitas instaladas às suas margens (Figura 03).



Figura 03: Laguna da Jansen.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Na Laguna da Jansen processo de eutrofização possui causa artificial ou antrópica que decorrem do lançamento cargas pontuais de efluentes (líquido residual/esgotos) domésticos ricos em matéria orgânica, além do carreamento de nutrientes pela drenagem pluvial urbana e assoreamento.

Dentre os impactos provocados pela especulação imobiliária a segregação espacial merece destaque por ser uma concentração de determinadas populações com faixas de renda equivalentes habitando uma determinada região da cidade de forma homogênea.

É notória que a área em estudo sofre com o crescimento urbano desordenado, a falta de planejamento urbano fez com que surgissem no local, autênticos guetos sociais com palafitas e barracos. Atualmente podemos observar com a revitalização da área, que houve o surgimento de empreendimentos imobiliários e comerciais de classe média, com construções de prédios luxuosos, bares, restaurantes e boates.

Esse cenário bem contrastante deixa nítido o problema da desigualdade social e da segregação espacial, haja vista a presença desses empreendimentos de classe média na região, contudo, ainda são encontrados domicílios com ausência de saneamento básico, ruas sem asfaltamento, deficiência no sistema de drenagem dentre outros.

A área de estudo que antes era um igarapé com vegetações rasteiras, arbustivas e arbóreas com as características de serem vastas e densas, hoje se resume a alguns quilômetros de mangue. A ocupação desordenada dessa área contribuiu para a devastação da vegetação natural, que embora ainda exista, é cortada de tempos em tempos para evitar que sirvam de esconderijo de marginas, em alguns pontos podemos verificar que praticamente não existe essa vegetação e em outros se podem notar a floração em áreas que foram desmatadas.

A retirada da vegetação para construção de imóveis, vias asfaltadas e outras obras urbanas, ocasionam a compactação de solo que aumenta mecanicamente a densidade do solo (CATÁLOGO DE COMPACTAÇÃO, 2005). Assim a especulação imobiliária continuamente origina sérios problemas ambientais, que são agravados pelas obras de engenharia sobre Áreas de Preservação Perma-

nente, gerando reduções das áreas verdes, exposição do solo ao intemperismo e erosão, acúmulo de lixo, lançamento de esgotos “in natura” e artificialização da drenagem (SANTOS, 1993). Gomes (2003) aponta que este corpo d’água artificial, fora originado a partir do represamento dos igarapés Ana Jansen e Jaracati, por ocasião da construção das avenidas Coronel Colares Moreira nos anos 1969/70 e Maestro João Nunes no ano de 1975, formando um ambiente lacustre proveniente do barramento artificial de cursos d’água.

Segundo Gomes (2003), ao longo dos anos a cobertura vegetal foi sendo retirada, para dar lugar à ocupação urbana. Atualmente a vegetação natural da Laguna da Jansen restringe-se a alguns resquícios da flora original e espécies regeneradas.

Sendo assim, este ecossistema vem sendo utilizado como receptáculo de efluentes domésticos “in natura”, conforme a Figura 04, causando o comprometimento da qualidade microbiológica da água, aumentando em consequência os riscos de doenças de veiculação hídrica já que os recursos vivos locais (peixes, crustáceos e moluscos) são amplamente utilizados pela população ribeirinha para fins de subsistência e comercialização (GOMES, 2003).

Figura 04: Resíduos sólidos lançados nos efluentes da área estudada



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Segundo Coelho (2002), parte da população dedica-se a atividades pesqueiras, realizadas de modo primitivo, utilizando como meio de transporte a canoa e o remo. Apesar da qualidade duvidosa do pescado que, segundo a bióloga da Universidade Estadual do Maranhão, Sildiane Martins Cantanhede, 24% dos peixes coletados apresentaram alterações parasitárias por conta da poluição orgânica da laguna, ainda assim alguns moradores não fazem quaisquer objeções ao seu consumo.

A formação da laguna possibilitou a colonização de aproximadamente meia centena de espécies de peixes. Segundo dados da LABOHIDRO, no decorrer dos anos essas espécies de peixes foram reduzidas pela metade em consequência da poluição da água da lagoa. Uma das causas

mais frequentes da mortandade das espécies aquáticas é a queda na concentração de oxigênio nos corpos d'água.

Além disso, foi constatado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA (2013), que os resíduos (sólidos) chegam à laguna pela disposição inadequada feita por parte dos moradores e frequentadores da mesma, contribuindo para o agravamento do quadro de poluição (Figura 05).

Figura 05: Acúmulo de resíduos sólidos próximos à margem da laguna.



Fonte: Própria Pesquisa.

De acordo com Coelho (2002), atualmente as áreas de ocupações irregulares da Laguna da Jansen foram supridas de abastecimento de água encanada, porém o mesmo não ocorre com o serviço de esgotos sanitários. As águas utilizadas escoam pelas sarjetas e valas, contribuindo para a contaminação do lençol freático e disseminação de doenças.

Nestas áreas de ocupação irregular fora brutalmente alterada, rompendo-se o equilíbrio ambiental e ecológico e criando-se uma constante ameaça para a saúde dos seus moradores. Ameaça que é agravada pelo lixo não coletado, que se acumula nos terrenos baldios e canais naturais de drenagem. Estes, por sua vez, acabam assoreados, diminuindo a capacidade de escoamento das águas. A outra parte do lixo doméstico é lançada diretamente na lagoa, junto com os esgotos sanitários (COELHO, 2002).

Gomes (2003) revela que a Laguna da Jansen apresenta características sanitárias impróprias, desaconselhando-se a utilização do corpo d'água para recreação de contato primário ou criação intensiva de organismos destinados à alimentação humana, além disso, ressalta a utilização da Laguna como receptáculo de esgotos domésticos "in natura", por parte da população do seu entorno, constitui um dos principais fatores responsáveis pelo péssimo quadro sanitário do ecossistema estudado, além da necessidade de um trabalho de sensibilização da população ribeirinha.

4. Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar a dinâmica espaço-temporal e os desafios da gestão ambiental da área de estudo, a partir do processamento e análise de informações geoespaciais, compreender o avanço da urbanização em escala multitemporal na região.

De acordo com o exposto, podemos constatar a evidente vulnerabilidade na estrutura ambiental da Laguna da Jansen, tendo em vista a degradação da vegetação e do corpo hídrico local. O crescimento urbano desordenado, além das falhas no planejamento urbano na área estudada, desencadeou uma série de problemas no ambiente, tais como, a ocupação desordenada nas áreas de mangue, devastação da vegetação natural, compactação de solo, poluição dos corpos hídricos, descaracterização da dinâmica da paisagem afetando o equilíbrio entre os meios físicos, biológicos e sociais, contribuindo assim para degradação e extinção de áreas naturais.

Além disso, compreende-se que há muitas dificuldades que os gestores públicos enfrentam em relação ao controle do Uso do Solo, assim como há deficiências em relação à avaliação sistemática da área estudada. Assim, a gestão ambiental é uma prática muito eficaz para o planejamento, direção, controle, e alocação de recursos a fim de reduzir os danos causados pelas ações humanas nesse ambiente.

Diante disso, as geotecnologias aplicadas (como as SIG's) revelam-se como ferramentas importantes para a gestão ambiental, pois através de mapeamentos, manipulação e análise de dados, pode ser realizado um planejamento eficaz, para efetivações de políticas públicas e ações de revitalização e preservação na região, onde os gestores públicos devem procurar meios e alternativas para minimizar os impactos causados pela expansão urbana sobre o uso e ocupação do solo na Laguna da Jansen.

Referências

CANTANHÊDE, S. M.; MEDEIROS, A. M.; FERREIRA, J. R. C.; ALVES, L. M. C.; SANTOS, D. M. S.. Uso de biomarcador histopatológico em brânquias de *Centropomus undecimalis* (Bloch, 1972) na avaliação da qualidade da água do Parque Ecológico Laguna da Jansen, São Luís - MA. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 66, p. 593-601, 2014.

Coelho, Maria Teresinha de Medeiros. Avaliação da eficácia da lei de uso e ocupação do solo em São Luís: O caso da Lagoa da Jansen. São Luís, 2002. 145 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

GOMES, L. V.; CAVALCANTE, P. R. S.; IBAÑEZ, M. S. R.; SILVA, R. N. M. Parâmetros físicos, químicos, e microbiológicos de uma lagoa impactada por esgotos domésticos em São Luís – MA. 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Joinville – SC. 2003.

SEMA: Relatório: Caracterização ambiental da laguna da Jansen. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/152146498/RELATORIO-LAGUNA-DA-JANSEN-2013>> Acesso em: 09/01/2016

SILVA, A. S.; CORREA, E. S.; FERREIRA, I. L. A.; FIGUEREDO, K. R. S.; LOPES, N. F. S. N. Percepção Ambiental dos frequentadores e estudos dos impactos do parque da Laguna da Jansen, Município de São Luís, Ma. III Congresso de Gestão Ambiental. Goiânia – GO. 2012

SPERLING, E. von Morfologia de lagos e represas. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1999. 138 p.

O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: PERCEPÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS DA REABERTURA DA BR 319

CAMILA DE OLIVEIRA LOUZADA
ELIZABETH DA CONCEIÇÃO SANTOS

Resumo

A região amazônica requer preocupações com propostas de desenvolvimento, considerando historicamente projetos implantados que provocaram impactos irreversíveis sobre o meio ambiente amazônico. Entre os grandes projetos de “desenvolvimento” implantados na região pelos governos militares, destaca-se a abertura de rodovias, cortando a região de norte a sul e de leste a oeste, demonstrando o que de mais devastador foi impetrado no fabuloso ecossistema regional amazônico. Pela sua dimensão, projeta-se que o maior impacto no Estado do Amazonas provocado pela abertura de rodovias, foi à construção da BR 319, planejada para ligar a capital amazonense ao restante do país e, conseqüentemente, justificada principalmente para escoar a produção do Distrito Industrial e Agrícola do estado. Diante disso faz-se necessário destacar que a sua reabertura provoca ao mesmo tempo entusiasmo e cautela na comunidade científica e pelos residentes na região, tendo por base as experiências com as outras rodovias já construídas. A Educação Ambiental, associada à percepção transdisciplinar, é considerada como um instrumento importante para a gestão ambiental participativa buscando a construção de cenários futuros que contemplem o desenvolvimento sustentável para a região amazônica, exigindo políticas públicas responsáveis que realmente visem o bem estar coletivo e a conservação e preservação do ecossistema amazônico.

Palavras-chave: estradas, impactos ambientais, educação ambiental, percepção transdisciplinar.

Abstract

The Amazon region requires concerns with development proposals, considering historically implemented projects that caused irreversible impacts on the Amazonian environment. Among the major projects of “development” implemented in the region by the military governments, there is the opening of roads, cutting over the region from North to South and from East to West, demonstrating that more devastating had been done to the fabulous Amazonian regional ecosystem. For its size, it estimated as the greatest impact in the Amazonas state caused by the opening of roads, was the construction of the BR 319, planned to connect the capital of Amazonas to the rest of the country and thus justified mainly to ensure the production of Industrial and Agricultural District of the state. Therefore, it is necessary to point out that its reopening causes both enthusiasm and caution in the scientific community and the residents in the region, based on the experiences with other roads already built. Environmental education, coupled with the transdisciplinary perception, is considered as an important tool for participatory environmental management seeking the construction of future scenarios that address sustainable development in the Amazon region, demanding responsible public policies actually aimed at the collective welfare and conservation and preservation of the Amazon ecosystem.

Keywords: Roads, Environmental Impacts, Environmental Education, Transdisciplinary Perception.

1. Introdução

A região amazônica requer preocupações com propostas de desenvolvimento, considerando historicamente projetos implantados que provocaram impactos irreversíveis sobre o meio ambiente. Com a chegada dos militares ao poder, na segunda metade do século XX, em quase toda a América Latina e, particularmente no Brasil, as fronteiras tornam-se preocupação nacional, tendo em vista a conservação e preservação da Floresta Amazônica.

Entre os grandes projetos de “desenvolvimento” implantados na região amazônica pelos governos militares, destaca-se a abertura de rodovias, cortando a região de norte a sul e de leste a oeste, demonstrando o que de mais devastador foi perpetrado no fabuloso ecossistema regional amazônico. Assim foi a BR-230, a Transamazônica, que tinha como finalidade ligar o extremo leste nacional - do litoral paraibano ao sul do Estado do Amazonas - cidade de Lábrea, alto curso do rio Purus; a BR-163, conhecida como a Cuiabá/Santarém; a BR-364 que parte de Cuiabá para Rio Branco (AC) e daí até a cidade de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste daquele estado; a BR-174 que liga Manaus a Boa Vista (RR), indo depois até a fronteira Brasil/Venezuela; entre outras. Analisando o efeito dessas estradas, como vias de ocupação, todas, sem exceção, foram verdadeiramente responsáveis pela devastação generalizada ocorrida nesses espaços amazônicos (LOUZADA, 2014).

Becker (1997) destaca que os conflitos que ocorrem na Amazônia decorrem das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e à reorganização acelerada da sociedade brasileira. Exalta a Amazônia sul-americana como uma fronteira gigantesca que vista a partir do cosmos, corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana, e a Amazônia brasileira corresponde a mais da metade do território nacional. Historicamente, espaço e posição da Amazônia, tornam-na extremamente atraente e, ao mesmo tempo, inacessível. O modo de produção imposto pela economia capitalista determina, em grande parte, os estilos de desenvolvimento nacionais e as estratégias regionais. Em face de tais prioridades, é o próprio governo que passa a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras à frente da expansão pioneira, destacando-se a implantação de redes de integração espacial, através de eixos transversais como a Transamazônica, a Perimetral Norte, e intrarregionais como a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho - Manaus.

Cerca de 12.000 km de estradas foram construídos em menos de cinco anos. Destacam-se como principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia, no período de 1953 a 1968, em relação à construção de estradas: 1958 - Rodovia Belém-Brasília (BR - 010 - Ministério dos Transportes, DNER) - com o objetivo de implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país; 1960 - Rodovia Cuiabá - Porto Velho (BR - 364 - Ministério dos Transportes, DNER) - com o objetivo de implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia. As rodovias passam a serem consideradas os eixos da nova circulação, em detrimento da via fluvial, deslocando o sítio dos núcleos do vale para a terra firme ou revivendo cidades que passam a comandar a economia e a circulação dos grandes vales.

Dessa forma, faz-se *mister* situar a Amazônia em meio à problemática ambiental contemporânea, considerando que a região tornou-se alvo de interesses internacionais conflitantes: de um lado, a consciência ecológica, autêntica e, de outro, as pressões geopolíticas conjugadas à valorização da biodiversidade como fonte da ciência, tecnologia e poder. Afirma Becker (1993, p. 129), “.. é no contexto das novas tendências geopolíticas mundiais que emerge o novo paradigma de desenvolvimento sustentável e se valoriza a Amazônia”. Reconhece ainda que a Amazônia brasileira foi o grande tema, embora mudo, da Rio-92: “...na virada do milênio, a grande fronteira Amazô-

nica se constitui como um dos prováveis cenários de definição, tanto do novo padrão de inserção do país na economia-mundo, como da própria dinâmica do poder internacional” (Ibidem, p. 129).

Esta região, segundo Brigagão (1996, p. 157) detém 30% das florestas tropicais do mundo numa área com a mais rica biodiversidade do planeta. Ela possui cerca de 20% das espécies animais da Terra. Suas florestas cobrem uma área correspondente a 60% dos seus seis milhões de quilômetros quadrados. A bacia amazônica é uma fonte estratégico-ecológica de água, fornecendo ao mundo um quinto de toda sua água doce (cerca de 20%) e contendo pelo menos 23 minerais estratégicos, muitos deles inexplorados. Sioli (1989, p. 288) afirma que o número de espécies de seres vivos, animais e vegetais, existente na região, desde entes unicelulares até organismos extremamente complexos, é da ordem de 30 milhões, ultrapassando a ideia anterior de 5 a 6 milhões de espécies no mundo inteiro.

A Amazônia brasileira é uma faixa dos trópicos úmidos em que a herança biológica contempla a presença de florestas por mais de 3,4 milhões de quilômetros quadrados do espaço total regional. Portanto, deve-se considerar que ainda existem 90 a 92% da cobertura vegetal primária formando grandes contínuos florestais. Os solos que servem de suporte e alimento para as grandes matas da região são, em geral, muito pobres e vulneráveis quando desmatados. Respondem mal à agricultura, após alguns anos do início do desmate. Exigem um tipo de manejo que se coloca muito acima das atividades agrárias rotineiras, dominantes na região. Enfim, comprovadamente, existem problemas que dificultam a implantação de atividades agrárias bem sucedidas no conjunto das terras amazônicas (AB’SABER, 1990).

Envolta em mitos, a Amazônia foi apresentada ao mundo como uma região uniforme e monótona; um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos feitos a distância, ou sujeita a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento. Destaca-se uma série de mitos, que interligados, contribuíram para definir o destino dos territórios amazônicos, à mercê dos grandes projetos de desenvolvimento, entre eles: “espaço vazio”, que desconhece e nega a existência de populações; “terras férteis”, embora se soubesse que os ecossistemas tropicais se caracterizam, em sua maioria, pela fragilidade dos solos, como forma de se ocultar os reais interesses pela riqueza do subsolo; conquista das terras amazônicas com fins de “integração com o resto do país”, dissimulando a doutrina da Segurança Nacional; “missão social da empresa privada nacional e internacional” na colonização, como forma de mascarar a necessidade de mão de obra para efetuar o desmatamento e preparar o terreno para o ingresso da grande empresa; “trabalho e ordem” como meio de amenizar os conflitos e permitir o ingresso do capital privado; “missão heroica” da ocupação de fronteiras; “aventureiros” na colonização da Amazônia. Associam-se a estes, os mitos de “pulmão do mundo” e “celeiro do mundo”.

O problema ecológico emerge do processo de desenvolvimento e resulta da insolubilidade dos aspectos inerentes a essa dinâmica, com sua complexa engrenagem de dependências recíprocas e inter-relações. A Amazônia exerce atração específica, sendo um dos polos de ignição emocional do debate. Desde que Orellana lhe deu o nome, a partir de supostas guerreiras brancas e desnudas, cavalcando ferozes seus cavalos de lenda, a região tem captado a imaginação mítica do homem. A abertura da Amazônia para o mundo externo, sob a égide de um capitalismo indiscutivelmente selvagem, ocasionou a mais complicada e incontrolável projeção de uma sociedade desigual, sobre espaços herdados da natureza, que se conheceu ao final do século XX.

A preservação da biodiversidade regional recai sobre o Brasil, como um dos poucos países do mundo, por ter herdado grandes espaços físicos e ecológicos, de máxima riqueza em matéria de diversidade biológica, além do fato de ter podido manter, praticamente intactas, até a década de 60, as florestas tropicais úmidas do Norte do país; herança cujo peso e privilégio ultrapassam

o nível de percepção das elites políticas e dos tecnocratas brasileiros. As manifestações de cunho indiscutivelmente imperialista despertaram justas preocupações no governo brasileiro. Por exemplo, a tese de que a Amazônia é patrimônio da humanidade tem sido veementemente contestada. São reconhecidas oficialmente como áreas de domínio internacional: a Antártida, o alto mar (regiões pelágica e abissal) e o espaço sideral. A Amazônia tem sua soberania historicamente definida; sua maior parte é brasileira e, pela constituição pertence ao povo brasileiro.

O processo de ocupação, nas últimas décadas, foi desordenado e irracional, com consequências diversas, entre elas, no período de 1975 a 1988, a floresta foi amplamente devastada; foram queimados entre 300 a 600 mil quilômetros quadrados da Amazônia brasileira (BRIGAGÃO, 1996). Esse desastre abriu caloroso debate nacional e internacional que teve como ponto alto a reavaliação do significado da Amazônia: a última fronteira natural com a maior biodiversidade ecossistêmica do planeta. Na verdade, predomina a opinião de que o desmatamento se deu principalmente em consequência das políticas econômicas e fiscais do governo brasileiro (1964-1989), destacando-se: altos subsídios para projetos agroindustriais, isenção de impostos sobre lucros agrícolas, reconhecimento dos direitos de propriedade como um subsídio para terras improdutivas, etc. Para justificar suas políticas de exploração e seu modelo de desenvolvimento, o governo brasileiro alega o direito de soberania sobre a região.

A ocupação da Amazônia é marcada, acima de tudo, por evidente negligência quanto às consequências ecológicas. Seu caráter eminentemente predatório é um dos pontos fortes de acusações dirigidas pelos países do Norte. Ao final de 1990, já haviam sido desmatados 400.000 km² do total das florestas amazônicas e periamazônicas. Trata-se de uma constatação mais do que preocupante, na visão de Ab'Saber (1990, p. 170), "...já que a área total sujeita a desmatamentos possui a ordem de grandeza do território nacional de muitos países de porte médio". E complementa: "...nenhum dos estados brasileiros, envolvendo os espaços administrativos de São Paulo e Rio Grande do Sul, possui uma área equivalente à somatória dos espaços devastados ocorrentes na Amazônia".

Para Kohlhepp (1989), as políticas públicas nacionais, endereçadas ao mundo amazônico, tiveram sucessivos fracassos percebidos nas políticas agropecuárias; nas políticas indigenistas; na incompetência e permissivismo no âmbito das políticas de terras; na falta de sensibilidade e criatividade para construção de modelos autossustentados; nas políticas de apropriação dos recursos naturais; no total desprezo pelo destino das populações tradicionais; entre outros fatos, já assinados por inúmeros pesquisadores que se declinaram a estudar o contexto amazônico.

A intensa controvérsia sobre o destino da Amazônia colocou o Brasil em difícil posição junto à opinião pública mundial. Na tônica dos debates, na visão dos países do Sul, parecia claro que abusar da natureza, como todos o fizeram antes, seria a única garantia para o desenvolvimento, este era o destino irreversível. Não havia porque culpar o Brasil por crimes que todos cometeram e cometem em grau muito maior: "Se somos acusados de *torching the Amazon*, os outros países industriais do mundo poderiam legitimamente ser acusados de estarem *torching the planet*" (MELLO e SOUZA, 1996, p. 122).

Depois dos anos 80, já é possível vislumbrar aspectos de convergência ideológica e união de perspectivas; há preocupações quanto à necessidade de corrigir aspectos letais do sistema produtivo como um todo, sobrepondo-se às acusações e perseguições aos países subdesenvolvidos quanto à irresponsabilidade ecológica pela queima de florestas. O problema não é a intocabilidade da Amazônia; o problema é como fazê-lo para preservar e/ou conservar a região, ao mesmo tempo em que ela é incorporada como fonte de riqueza para a sociedade brasileira. A necessidade de revisão dos modelos de desenvolvimento predatórios ganha dimensão com o Relatório Brunland, em 1987 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991), que propõe

o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional se harmonizam e estão de acordo com as necessidades das gerações atuais e futuras.

Nesse contexto, a Rio-92 foi um marco, a partir do qual o desenvolvimento sustentável foi reconhecido como um novo paradigma universal. Trata-se, portanto, de um novo momento que requer o direcionamento de esforços para definir as metas e as regras de um desenvolvimento responsável para a Amazônia, em que a ciência tem papel essencial. À ciência cabe o papel primordial, através de pesquisas dirigidas para a ação, de promover a solução dos problemas e a dinamização das potencialidades. Sabe-se que a ciência atravessa uma crise, associada à própria crise do sistema capitalista mundial, mergulhando ambos no reino da incerteza. A essência do questionamento à centralidade de processos lineares e de equilíbrio não reside na rejeição da ciência enquanto compreensão da realidade, mas sim no método científico enquanto tentativa de reduzir a complexidade. Torna-se necessário reintegrá-lo com a tentativa de compreender a complexidade, numa aproximação com as ciências sociais e com as humanidades.

O desacordo entre várias escolas de pensamento revela a transição no debate sobre o desenvolvimento sustentável. A Amazônia é ainda uma incógnita para a ciência mundial, considerando que a reflexão voltada para o desenvolvimento sustentável implica no reconhecimento dos problemas e das potencialidades regionais. Enquanto permanece a ideia de que as potencialidades e os problemas da Amazônia brasileira são genéricos e extensivos, para um território da ordem de 4 a 5 milhões de quilômetros quadrados, as propostas políticas para a região não lograrão os objetivos almejados. Não será possível a utilização do espaço amazônico de forma racional sem o conhecimento profundo de sua complexidade, sem a conscientização dos homens públicos e da população em geral para a problemática local. Ab'Saber (1990) aponta o caminho de regionalizar a Amazônia em ordem de grandeza progressivamente mais detalháveis, de modo a assegurar uma política ecodesenvolvimentista que garanta modelos de exploração econômica menos predatórios, preservando a biodiversidade e atendendo ao nível de vida socioeconômico e cultural da população. Mas ressalta a necessidade da elaboração de um sistema de educação ativo e criativo, adaptado a um modo de vida harmônico com as condições ambientais e culturais da região, com respeito total aos valores das comunidades autóctones.

2. Desenvolvimento

Pela sua dimensão, projeta-se que o maior impacto no Estado do Amazonas provocado pela abertura de rodovias, foi a construção da BR 319, planejada para ligar a capital amazonense ao restante do país e, conseqüentemente, escoar a produção do Distrito Industrial e Agrícola do estado. Concluída em 1977, a BR foi mantida em “pleno funcionamento” até 1985, todavia as pontes de madeira construídas “temporariamente”, sobre os igarapés em seus mais de 877 km e sem manutenção deterioraram-se com o passar dos anos, não sendo substituídas, e a falta de manutenção do asfaltamento foram algumas das conseqüências que resultaram em seu fechamento em 1989. Ao mesmo tempo a perspectiva de reabertura da BR 319, que a princípio fez parte do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – do governo federal, provoca entusiasmo e ao mesmo tempo cautela, nas projeções futuras pela comunidade científica e pelos residentes na região que conseguem sua subsistência com a utilização dos recursos naturais que o meio ambiente oferece.

Importante estudo realizado por Fearnside e Alencastro Graça (2009) sobre a BR-319 e o impacto potencial de conectar o arco do desmatamento à Amazônia Central, destaca elementos importantes com relação à “reabertura” proposta que se destaca a seguir.

Em seu histórico os autores destacam que a rodovia BR319 possui uma extensão de 877 km

de norte ao sul de Manaus a Porto Velho e foi construída em 1972 (680 km) e 1973 (197 km). Apesar de a política governamental requerer na época que todas as rodovias fossem primeiramente construídas como estradas sem pavimento, e depois pavimentadas uma vez justificadas sua utilização, a BR-319 foi pavimentada na hora da construção. Nos anos 1970, a BR-319 teve pouco tráfego, uma vez que a produção industrial de Manaus foi exportada de forma mais barata por meio de navios e via aérea; a estrada se degradou a ponto das condições de trafegabilidade inibir a migração adicional ao norte.

Com relação aos planos políticos a reconstrução e a repavimentação da BR-319 foram planejadas e adiadas repetidamente, segundo os autores. O projeto foi incluído nos programas “Brasil em Ação” de 1996 - 1999, “Avança Brasil” de 2000 – 2003 e no Plano Plurianual 2004 – 2007, ou “PPA” aparece listado como previsto para “depois de 2007”. Fearnside e Alencastro Graça (2009, p.23) destacam que: em Manaus a rodovia é vista como “um meio mais barato de exportar produtos industriais para São Paulo e outros mercados no centro sul brasileiro” e como “rota mais barata para os habitantes da cidade viajarem para visitas de família”, não sendo mencionada a migração exacerbada para Manaus, uma vez que a estrada facilita viagens em ambas as direções.

Quando se reportam aos impactos potenciais, os autores evidenciam que os representantes dos setores da construção industrial e civil em Manaus argumentam que como a rodovia existiu durante muito tempo, a reconstrução e a pavimentação da mesma não teriam praticamente nenhum efeito ambiental. Estudos ressaltam que a construção e melhoria de estradas na Amazônia resultaram em um padrão de desmatamento que se espalha para além das vias de acesso quando estabelecidas, e que se aceleram quando estas são melhoradas (LAURANCE et al., 2001, 2002; NEPSTAD et al., 2000, 2001; SOARES-FILHO et.al., 2004, apud FEARNSTIDE e ALENCASTRO GRAÇA, 2009). O argumento de ter ocorrido pouco desmatamento desde que a rodovia BR-319 foi aberta é utilizado como sustentação de que a região sofrerá pouco impacto com a sua reconstrução e consequente reabertura. É preciso refletir que o efeito da BR-319 não está restrito à área diretamente acessada pela rodovia, mas às estradas laterais planejadas, as vicinais. Há concordância entre os pesquisadores que a existência de áreas protegidas pode reduzir a velocidade do avanço do desmatamento, considerando que a área do entorno da BR-319 caracteriza-se como um interflúvio com diversidade biológica particularmente alta.

Quanto aos benefícios da rodovia os autores Fearnside e Alencastro Graça (2009) destacam que eles são menores do que aqueles retratados nos discursos políticos, tendo como principal argumento a redução de custos de transporte no frete para o centro-sul brasileiro, aumentando a competitividade de produtos industriais produzidos em Manaus. Ressaltam que acabar com o “isolamento” de Manaus deve ser lembrado como uma moeda com dois lados, o outro sendo a chegada de migrantes e os impactos resultantes dessa convergência.

Preocupantes são os destaques dados pelos autores ao EIA-RIMA elaborado para a rodovia BR-319 (UFAM, 2009) uma vez que permitirá abrir a parte central e norte da Amazônia à migração oriunda do notório “arco do desmatamento”, que atualmente está restrita ao sul da Amazônia. Destacam ainda o reconhecimento expressado no EIA-RIMA de que a BR-319 tem baixa importância para o Polo Industrial de Manaus, uma vez que a cabotagem em navios oceânicos de Manaus para Santos é um meio mais barato para transportar a produção das fábricas em Manaus para São Paulo do que transporte por rodovia.

O governo do Amazonas frente à necessidade de promover a “forte governança ambiental” destacada no EIA-RIMA sobre a viabilidade ambiental da obra, deliberou sobre a criação de nove Unidades de Conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus; RDS Rio Amapá; RDS Rio Madeira; RDS Igapó-Açu; RDS Matupiri; Reserva Extrativista (Resex) de Canutama; Floresta Estadual (Florest) Canutama; Floresta Tapauá; e Parque Estadual (Parest) Matupiri. (A

CRÍTICA, 2013).

Os autores concluem que o “Brasil precisa passar por uma transição de modo que a tradição secular de conceder a posse da terra a migrantes que invadem áreas de floresta seja encerrada”. Precisam ser incorporadas no processo de decisão, preparações que incluam zoneamento ecológico-econômico, estabelecimento de reservas e aumento do nível de governança, a ponto que o impacto de um fluxo crescente de migrantes possa ser contido.

Independente das preocupações quanto aos impactos positivos e negativos, o governo prossegue com as obras de reabertura da BR-319 que deve comportar a construção de uma ponte sobre o Rio Solimões que se encontra projetada, a princípio, para ligar duas localidades no Estado do Amazonas: Bela Vista e Manaquiri, localizadas na margem esquerda e direita, respectivamente. A primeira caracteriza-se como uma comunidade pertencente ao município de Manacapuru, e a segunda sede do município de Manaquiri. Outra ponte foi construída sobre o Rio Negro e denominada de “ponte do futuro” permitindo a travessia de Manaus, margem esquerda do Rio Negro, à margem direita para a Rodovia Manuel Urbano que permite o acesso aos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. A “ponte do futuro” agora passa a ser entendida como parte integrante da proposta de reabertura da BR-319.

Apesar de este artigo tratar-se de revisão, contemplou uma pequena intervenção, caracterizada como parte de uma pesquisa qualitativa, com estabelecimento de um grupo focal, constituído pelos moradores mais antigos das localidades de Bela Vista e Manaquiri. Trabalhou-se com a categoria de lugar na Geografia, como intermediaridade entre o interno e o externo. Enrikin (1997) coloca a questão sobre até onde se deve ser permeável ao mundo externo buscando-se um equilíbrio entre o que deve ser mantido de fora – preservando-se as características da comunidade – e o que deve ser permitido entrar – evitando-se a esterilidade resultante do isolamento.

Foram entrevistados cinco moradores mais antigos de Bela Vista e quatro de Manaquiri. As perguntas abertas visaram obter informações sobre: o tempo de moradia; os motivos que justificam morar na localidade; as expectativas futuras; as mudanças provocadas pela construção da Ponte Rio Negro – a “ponte do futuro”; o conhecimento da construção da ponte sobre o Rio Solimões e as expectativas geradas; assim como o posicionamento em relação às audiências públicas sobre a ponte e, conseqüentemente, sobre a reabertura da BR-319.

A faixa etária dos moradores mais antigos, que foram entrevistados, ficou entre 64 e 84 anos, sendo duas mulheres e sete homens, com ocupação de donas de casa para as mulheres e pescador, agricultor para os homens, todos com pouca escolaridade.

Ao serem entrevistados os moradores da Bela Vista destacaram em seu processo histórico a criação da Colônia Agrícola Nacional do Amazonas (CANA) naquela localidade, que produziu cana-de-açúcar, mel, rapadura e beneficiamento de arroz. Foi o Decreto-Lei No 3.059 de 14/02/1941, que deliberou sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais para receber e fixar como proprietários rurais cidadãos brasileiros que revelassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. Evidenciaram aspectos importantes como assistência médica, orientações e subsídios para a produção, bem como a definição de lotes de terras para os seus beneficiários. O decreto destacava que, em se tratando de regiões de florestas naturais, em cada lote deveria ser mantida uma reserva florestal não inferior a 25% da sua área total.

Tanto os entrevistados da Bela Vista, como os de Manaquiri, foram unânimes em destacar como principal motivo para morarem nas localidades pesquisadas, o sossego, a tranquilidade, a calma, não sendo destacados elementos relacionados a floresta, ao rio, à biodiversidade presente no lugar.

Quanto às expectativas do que as localidades deveriam ter, foram citados principalmente emprego para os jovens, infraestrutura, pousadas, restaurantes, academias e salão de dança.

Ao se reportarem à construção da ponte sobre o Rio Negro reconheceram que melhorou o tempo da travessia, possibilitando rapidez nos deslocamentos, mas em contrapartida destacaram o aumento da violência provocado pelo aparecimento de pessoas estranhas ao lugar.

Com relação à ponte sobre o Rio Solimões todos destacaram que tinham ouvido falar, mas nem todos acreditam na sua construção; não há consenso da sua localização, mas evidenciaram que o governo já se pronunciou sobre essa construção.

Ao falarem da floresta acreditam na infinitude de seus recursos naturais e se contradizem ao reconhecerem que a fartura de peixe já não existe mais.

Ficou evidente a falta de conhecimento do que é uma audiência pública, o que pode ser considerada medida mitigadora ou compensatória a ser exigida pelas populações locais no ato de discussão da construção da ponte sobre o Rio Solimões e, conseqüentemente, sobre a reabertura da BR-319.

Diante dos aspectos destacados pelos moradores, em relação ao espaço amazônico, há o reconhecimento de que a Educação Ambiental, associada à percepção transdisciplinar, precisa ser considerada como um instrumento importante para a gestão ambiental participativa na busca da construção de cenários futuros que contemplem o desenvolvimento sustentável para a região, exigindo políticas públicas responsáveis que realmente visem o bem estar coletivo e a conservação e preservação desse ecossistema. A tão proclamada "governança ambiental" necessariamente passará pela Educação Ambiental não como um adestramento, mas como uma reflexão crítica da realidade.

A Educação Ambiental, com efeito, se decanta como uma medida para a sensibilização cidadã sobre a problemática do Meio Ambiente, com vistas a promover mudanças de comportamento social para frear o índice de degradação que sofre o Meio Ambiente. A Educação Ambiental é um dos eixos fundamentais para impulsionar o processo de prevenção da deterioração ambiental, de aproveitamento sustentável de nossos recursos e de reconhecimento do direito do cidadão e comunitário a um ambiente de qualidade. Esta ideia inicial, agora dificilmente refutável, tem sido integrada nas políticas para o desenvolvimento sustentável. Refletida na Agenda 21, em seu capítulo 36, expressa o consenso internacional de que a educação, a tomada de consciência do público e a capacitação, configuram um processo que permite que os seres humanos e a sociedade desenvolvam plenamente suas capacidades latentes (BRASIL, 1995, p. 429-439).

No sentido profundo que compreende a Educação Ambiental entendê-la significa, pelo menos supor, mudança de valores e aplicação destes à prática social. Isto conduz a mudanças de comportamento dos indivíduos e da comunidade. Essas mudanças comportam a adoção de medidas políticas e econômicas impopulares, rigorosas, duras, e isto é demasiado para o modelo de desenvolvimento imperante nas pseudodemocracias modernas.

Desta forma, uma concepção sistemática da Educação Ambiental está ligada à construção de uma sociedade participativa. Uma sociedade em que a ciência deixe de ser uma arma competitiva de acesso social para converter-se em instrumento de transformação e em iniciativa de mudança. A educação baseada na investigação participativa busca por, a serviço das comunidades, os resultados das análises científicas e os elementos metodológicos, para que elas sejam as construtoras de seu próprio desenvolvimento. Esta reforma educativa que aproxime entre si as esferas do conhecimento, até agora isoladas, e rompa os muros da educação para fincá-la sobre as necessidades populares, é, sem dúvida, um programa político de difícil execução; requer um convencimento e a decisão para reformularem-se novos estilos de desenvolvimento.

As lições aprendidas através do desenvolvimento de experiências de Educação Ambiental proporcionam um importante fundamento da nova iniciativa internacional para promover a educação para o desenvolvimento sustentável. Os governos e outros responsáveis pela educação

necessitam assegurar que esta abordagem seja posta em prática. As decisões emanadas das diferentes reuniões, que constituem os marcos referenciais nacionais e internacionais da Educação Ambiental, necessitam ser consideradas proporcionando à comunidade mundial orientações de onde transitar para inclusão do novo paradigma que representa o desenvolvimento sustentável.

A Conferência Internacional em Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização para a Sustentabilidade, realizada em Thessaloniki, Grécia, pela UNESCO, em 1997, aos vinte anos de Tbilisi, reafirmou a necessidade da reorientação da educação como um todo com vistas a sustentabilidade envolvendo todos os níveis de educação formal e informal. A Educação Ambiental, que se pressupõe voltada para a sustentabilidade, deverá estar atenta para corrigir direcionamentos reducionistas que se têm concretizado ao longo do processo de construção de seus pressupostos teórico-metodológicos.

A reformulação constante da concepção de Educação Ambiental tem sido uma das suas principais características, muitas vezes atribuída à mudança da própria noção de Meio Ambiente. Se a Educação Ambiental tem se reduzido, em grande parte, às suas dimensões naturais e técnicas, é porque a concepção de Meio Ambiente, que tem prevalecido no mundo ocidental, também tem sido considerada nesta dimensão. No princípio, os problemas de contaminação ambiental nos países industrializados determinaram que os programas de Educação Ambiental se centrassem nestes aspectos, abordando os problemas a partir dos enfoques principalmente tecnológicos. Entretanto, ao estender-se a preocupação da deterioração ambiental aos países subdesenvolvidos, os programas de Educação Ambiental incorporaram elementos socioeconômicos, políticos e culturais, assumindo, assim, uma conotação mais ampla: a dimensão ambiental.

3. Considerações Finais

Considerando o ritmo crescente de desmatamento, difunde-se o receio de que a floresta será rapidamente destruída, com graves consequências para a vida no planeta. Segundo Becker (1997), a vegetação exerce influência sobre o regime de chuvas podendo contribuir para a alteração do clima do planeta; a retirada da floresta implica na redução da proteção das chuvas no solo e, como consequência, impede o armazenamento de água no subsolo, podendo acarretar inundações mais intensas durante o período das chuvas e a redução drástica da vazão dos rios durante o período mais seco; a queima da floresta pode provocar um aumento substancial na concentração de CO₂ na atmosfera - estima-se que na década de 1970 a destruição da floresta provocou a emissão de 336 toneladas de CO₂ para a atmosfera e, se toda a floresta fosse convertida em pastagem, a emissão seria de 50.000.000 de toneladas; se a floresta for destruída, o número de espécies animais e vegetais será igual ao de episódios de extinção em massa no passado: 125 das espécies de pássaros e 15% das espécies de plantas.

A incompatibilidade de leis de proteção ao meio ambiente e daquelas repressivas às agressões ambientais com o modelo de crescimento econômico adotado na Amazônia faz com que os dispositivos legais se tornem inócuos. As alternativas para o desenvolvimento da região passam, contudo, necessariamente por uma nova ordem de ação em que haja maior participação da sociedade civil. A conciliação da economia social com a gestão viável da natureza implica no desenvolvimento de tecnologias próprias que demandam estudos científicos e utilização dos conhecimentos dos grupos que habitam a região – o saber local. Trata-se do reconhecimento de que o potencial econômico da Amazônia está na sua riqueza biológica; ela é o maior banco genético do planeta, contendo provavelmente 30% do estoque genético do mundo, a maior fonte para o conhecimento do funcionamento dos sistemas vivos e para recombinação de gens neles contidos, base da engenharia genética, isso faz com que a questão ecológica na Amazônia é também

tecnológica e, além disso, geopolítica.

Analisar os impactos provocados pela construção de estradas na Amazônia poderá permitir reunir informações capazes de garantir a participação efetiva dos ribeirinhos nas audiências públicas que deverão ser realizadas para a construção de obras como a ponte sobre o Rio Solimões, como parte da reabertura da BR 319, de modo a permitir uma avaliação dos ganhos e perdas com a interligação definitiva da região amazônica com o resto do país, o que permitirá principalmente o avanço da produção de soja e da pecuária nesse contexto.

Referências

A CRÍTICA. **Unidades de Conservação do AM contarão com o envolvimento de comunidades para protegê-las: SDS envolve moradores no processo de implantação de novo UCs no entorno da BR-319, para proteger 3 milhões de hectares.** A Crítica: Manaus, 12 de fevereiro de 2013, p. A-1.

AB'SABER, Aziz Nacib. **A Amazônia: Do Discurso à Práxis.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia pós Eco-92: Por um desenvolvimento regional responsável.** In: Burszty, Marcel (org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1997.

BRASIL. **Agenda 21.** Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicação. Comissão de Defesa do consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Brasília, DF: 1995.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Segurança Ecológica da Amazônia: Novos Desafios.** In: **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia.** Pavan, Crodowaldo (org.). Brasília: MMA, São Paulo, SP: Memorial. V. 1, 1996.

LOUZADA, Camila de Oliveira. **As grandes obras para a reabertura da BR-319 e seus impactos nas localidades ribeirinhas do Rio Solimões: Bela Vista e Manaquiri, no Amazonas.** 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <http://200.129.163.131:8080/handle/tede/3983>

ENTRIKIN, J. Nicholas. **Place and region 3 Progress in Human Geography.** London: Macmillan, 1997.

FEARNSIDE, Philip M.; ALENCASTRO GRAÇA, Paulo Maurício Lima de. **BR-319: a rodovia Manaus – Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco do desmatamento à Amazônia Central.** Novos Cadernos NAEA, v.12, n.1, p.19-50, jun, 2009.

KOHLHEPP, G. **Desafios à Ciência e às Políticas de Desenvolvimento Regional. Reflexões e Recomendações sobre o Futuro Desenvolvimento da Amazônia.** Revista Estudos Avançados, IEA-USP, São Paulo, 1989.

MELLO E SOUZA, Nelson. **Amazônia: Divergências e Convergências.** In:Pavan, Crodowaldo (org.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia.** Brasília:MMA. São Paulo, SP: Memorial, V.1. 1996.

SIOLI, Harald. **Introdução ao Simpósio “Amazônia: Desflorestamento e Possíveis Efeitos”**. Interciência, v. 14, nº 6, p. 286-290, nov-dez, 1989.

UFAM. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA: Obras de reconstrução/ pavimentação da rodovia BR-319/AM, no segmento entre os km 250,0 e km 655,7**. Dover Publication, Manaus, Amazonas: Dover Publication. 6 vols. + Anexos, 2009.

UFAM. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: Obras de reconstrução/ pavimentação da rodovia BR-319/AM, no segmento entre os km 250,0 e km 655,7**. Dover Publication, Manaus, Amazonas: Dover Publication. 6 vols. + Anexos, 2009.

O ESPAÇO AMAZÔNICO: RORAIMA UM “ESTADO” INDÍGENA

*LUCIO KEURY ALMEIDA GALDINO
EDSON VICENTE DA SILVA
ADRYANE GORAYEB
CAMILA ALVES DA COSTA*

Resumo

O presente artigo contextualiza o espaço amazônico, em especial o estado de Roraima. Este, um ponto fulcral das questões indígenas no Brasil, dado que seu território abriga 46,02% de Terras Indígenas (TIs) e uma população indígena que representa 11,02% da sua população absoluta (IBGE, 2010). O estado encontra-se na porção da Amazônia setentrional, tendo limites de fronteira na porção nordeste com a República Cooperativa da Guiana e na porção norte com a República Bolivariana da Venezuela; além de fazer divisas, nas porções sudeste e noroeste, respectivamente, com os estados do Pará e Amazonas. O trabalho tem como objetivo analisar, geograficamente - aplicando também conhecimentos de História e Antropologia - o entendimento da formação étnico-territorial-indígena do estado, contextualizando a situação atual com os fatos que conduziram até a situação presente. Metodologicamente, foram usados os conceitos teóricos da Geografia, reforçados pela História e a Antropologia, bem como utilizaram-se mapas para o melhor entendimento da territorialidade indígena em Roraima.

Palavras-chave: Geografia-História-Antropologia, Índios, Roraima.

Abstract

This paper puts in context the Amazonian space, particularly the State of Roraima, a key element to the indigenous disputes in Brazil, given that its territory houses 46,02% of Indigenous Lands (TIs, in its Portuguese abbreviation) and 11,02% of the total indigenous population of the country (IBGE, 2010). The State is located in the northern portion of the Amazon forest, bordering the Republic of Guiana by the northeast, and by Venezuela to the north; it is also limited, inside Brazilian lands, by the states of Pará and Amazonas. This study seeks to apply knowledges from the Geography, History and Anthropology in order to comprehend the ethnic-territorial-indigenous origins of the State, contextualizing the current situation with the facts that conducted up until now. Methodologically, we applied concepts from Geography, enforced by History and Anthropology knowledge, as well as making use of maps for the better understanding of the indigenous territoriality of the State of Roraima.

Keywords: Geography/History/Anthropology, Indigenous people, Roraima.

1. Introdução

As proposições apresentadas neste trabalho resultam de pesquisa realizada como parte de uma tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC, que visa a analisar os elementos geográficos, antropológicos e históricos da questão indígena do estado de Roraima.

No que se refere à questão indígena, o espaço amazônico - mais especificamente, a “Amazônia Legal” - se destaca e demanda atenção dos órgãos governamentais.

Instituído em 1953, o conceito de Amazônia Legal objetivava a possibilidade de um planejamento comum de meios para o desenvolvimento econômico e soluções para os problemas sociais de uma região que corresponde a uma porcentagem entre 59% e 61% do território brasileiro, engloba nove estados em sua totalidade, e onde residem cerca de 56% da população indígena brasileira (IPEA, 2008). O critério aplicado para delimitação do que se passou a chamar Amazônia Legal foi a reunião, como um conjunto uniforme, de uma série de estados, municípios e grotões (desconsiderando limites e fronteiras regionais, estaduais ou municipais, de tal modo que até pouco tempo apenas uma fração do estado do Maranhão era considerada parte desta área) que experimentavam os mesmos problemas sociais, econômicos e políticos. Diante de critérios tão fluidos e instáveis, os limites da Amazônia Legal sofreram diversas modificações com o passar do tempo, variando de acordo com as veleidades políticas dos governantes e seus interesses e objetivos de momento.

Por sua parte, os pensadores da defesa nacional já reconhecem a importância do espaço a que nos referimos e têm assumido uma parcela cada vez maior de responsabilidade sobre a região amazônica, citada diretamente na Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2013, nos seguintes termos:

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

(BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2013.)

No que se refere à questão indígena, objeto de análise deste estudo, o Censo 2010 afirma que atualmente a área abriga 55,9% da população indígena do Brasil, i.e., cerca de 250 mil pessoas. De acordo com este Censo e dados do Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA), aferidos no ano de 2008, esta população está distribuída como segue:

- Seis terras indígenas que contam com mais de 10 mil indivíduos;
- 107 terras indígenas que têm entre 1.000 e 10.000 habitantes;
- 291 terras que abrigam entre mais de 100 e 1.000 pessoas;
- além de 83 terras que acomodam até 100 indígenas.

Estes dados explicitam a importância do espaço amazônico e expõem alguns dos motivos pelos quais esta porção do território brasileiro demanda urgente atenção da sociedade e de ór-

gãos governamentais, reforçando também a importância do presente estudo.

Destaque-se ainda que a TI Yanomami, localizada nos estados do Amazonas e Roraima, abriga, em seu território, 25.7 mil indígenas, o que representa 5% da totalidade desta população registrada pelo Censo 2010 (IBGE, 2010).

Na Amazônia Legal concentra-se aproximadamente 99% do total da extensão das terras indígenas do país, o que representa mais de 103 milhões de hectares; onde vivem cerca de 60% da população indígena do país. Os outros 40% estão no pouco mais de 1% restante das TIs distribuídas pelas regiões nordeste, sudeste, sul e no Estado do Mato Grosso do Sul (ARAÚJO, 2006).

Exposto este cenário, o presente artigo tem como principal objetivo analisar a questão indígena na Amazônia, com o intuito de compreender o processo da gênese etnológica, aplicando elementos da Geografia para entender os troncos étnicos das principais etnias indígenas de Roraima. Embora reconhecendo a relevância da população indígena em outros estados, a determinação de analisar este processo especificamente no estado de Roraima se dá pelo fato de este ser o estado brasileiro com maior número de habitantes indígenas (IBGE, 2010).

O nome "Roraima" tem origem no termo indígena *Roro-imã*, que possui diferentes significados. Na língua indígena Macuxi, por exemplo, a palavra Roraima significa "Monte Verde"; já para os índios das etnias Pémon e Taurepang, o termo significa "Mãe dos Ventos" (RORAIMA, 2008).

Com a entrada em vigência da Constituição Federal de 1988, o então-Território Federal de Roraima, bem como o Território Federal do Amapá, foram "transformados em Estados Federados" (BRASIL, 1988), tendo sido mantidos os limites geográficos que lhes delimitavam à época da mudança (IDEM). Roraima passava, então, a se constituir em uma das 26 unidades federativas, mais o Distrito Federal, que compunham o Estado brasileiro.

Com uma área total de 224.299 km², Roraima se localiza no extremo norte do território brasileiro e se estende em latitude de 1°35'11"S a 5°16'20"N, o que lhe confere uma peculiaridade: mais de 95% de seu território está localizado no hemisfério norte, incluindo a capital, Boa Vista, que está inteiramente localizada na parte setentrional (Figura 01). Em Roraima, está o ponto extremo norte do Brasil, o Monte Caburaí.

Finalmente, Roraima ocupa 2,4% do território brasileiro e aproximadamente 6% da região norte; compõe uma fronteira tripartite internacional que une o Brasil à Venezuela, país com que compartilha uma área de fronteira de 958 km, a norte e noroeste; e 964 km de fronteira com a Guiana a leste. Em território nacional, Roraima faz fronteira com o Pará a sudeste; e com o estado do Amazonas a sul e a oeste (Figura 01).

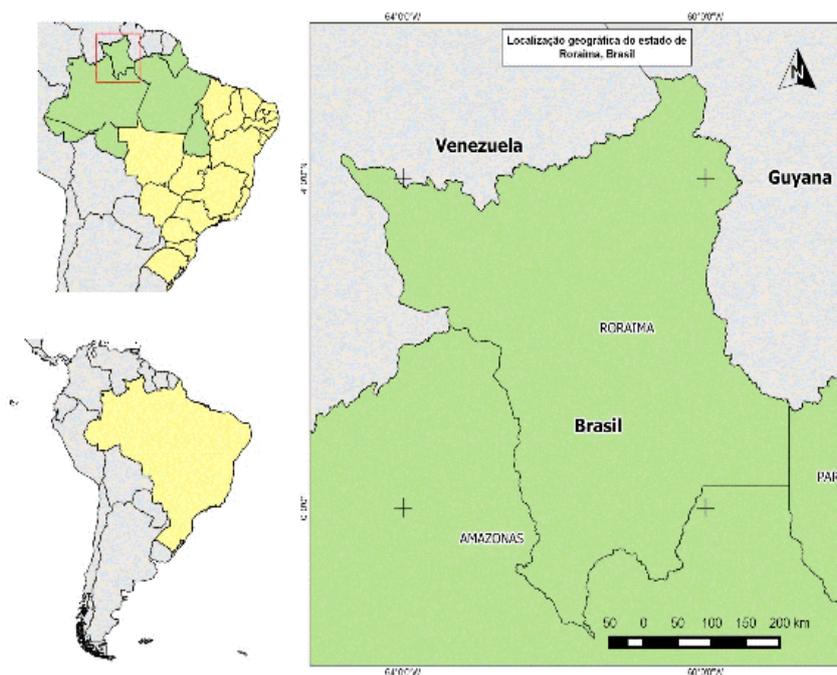


Figura 01: Localização Geográfica do Estado de Roraima.

2. Metodologia de Pesquisa

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas *in loco*, com visitas a bibliotecas públicas; e virtuais, através de pesquisa em *websites*. Também foram realizadas visitas técnicas a órgãos governamentais, à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN/RR) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para recolhimento de informações e reunião de dados relativos ao tema do trabalho.

Foram aplicados procedimentos teóricos e metodológicos diferenciados de acordo com a disciplina tratada, quais fossem, Geografia, Antropologia e História. Buscamos integrar os procedimentos teóricos e metodológicos acima referidos de maneira abrangente e interdisciplinar, integrando-as de modo a alcançar uma compreensão da configuração étnico-geográfica do território, tendo em perspectiva o entendimento das relações sociais e culturais, onde se desenvolveram abordagens epistemológicas de caráter 1) geográfico, com Campos (2011) e os dados do IBGE (2010); 2) antropológico, nas concepções de Miller (2008) e Kock-Grünberg (2006); e 3) histórico, aplicando os estudos de Ann Gibbons e Bruce Bowen, além de outros estudos publicados recentemente, a fim de compreender a movimentação do homem pelo globo, a ocupação das Américas e a formação dos grupos indígenas, centrais a este trabalho.

Na representação da realidade das etnias e do território de Roraima, utilizaram-se recursos técnico-metodológicos para formulação de mapas com o uso de software livre (Qgis) e bases cartográficas de fontes diversas.

3. Discussão e Resultados

3.1. Uma Análise Indígena em Roraima

Diversas hipóteses científicas tentam explicar a gênese da presença do homem no continen-

te americano. As três mais comuns são: a teoria transoceânica, a teoria malaio-polinésia e a teoria de povoamento através do Estreito de Bering.

A primeira, defendida por um antropólogo da Universidade de São Paulo (USP), professor Walter Neves, fala sobre duas ondas migratória vindas da Ásia através do Oceano Pacífico. Uma primeira leva, de características negróides, teria chegado ao continente americano há 14 mil anos; uma segunda leva, essa de indivíduos com características mais próximas dos asiáticos, teria desembarcado no continente 12 mil anos atrás. Esta segunda leva tem características físicas similares às características físicas dos indígenas nativos do continente americano como os conhecemos hoje (BBC NEWS, 2013). Foi em 2013, contudo, que a descoberta de instrumentos de pedra no nordeste do Brasil, além de centenas de crânios e ossadas, levou à hipótese, mais provável, de que uma leva de seres humanos vindos da Austrália teria alcançado a costa nordeste do Brasil, por acidente, há 22 mil anos (BBC NEWS, 2013; BOWER, 2013).

A teoria malaio-polinésia defende que, há cerca de 10 mil anos, homens que habitavam a região das ilhas da Polinésia, no continente da Oceania, chegaram à América do Sul com o auxílio das correntes marítimas, conduzidos em pequenos barcos (PERKINS, 2013).

A terceira teoria defende a chegada do homem ao continente americano pelo Estreito de Bering, localizado entre o extremo leste do continente asiático e o extremo oeste do continente americano, há 50 mil anos (GIBBONS, 2016). Por conta de uma Era Glacial, os dois extremos, separados por apenas 85 km, se uniram, dando origem a uma passagem por onde o homem migrou e ocasionou a ocupação do novo continente.

De qualquer modo, a ocupação da América pelo homem deu início a um processo de trocas culturais, originando diferentes grupos étnicos, povos que, por sua vez, desenvolveram singularidades relativas aos hábitos alimentares, costumes, linguagens e desenvolvimento cognitivo, sendo os exemplos mais conhecidos os povos ameríndios, na porção continental, os Incas, os Maias e os Astecas; e na porção insular, povos que se comunicavam na língua indígena *Karib* (Caribe).

A língua *Karib* se originou no Planalto das Guianas, há aproximadamente 3 mil ou 2 mil anos e se dispersou “entre vários países da região amazônica: além do Brasil, há línguas desta família na Colômbia, na Venezuela, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa.” (MEIRA, 2006:160)

A relação do povo *Karib* e a questão indígena no estado de Roraima está antropológica- e geograficamente relacionada, e os estudos apontam a influência cultural dos *Karib*, como o mais importante tronco linguístico dos povos indígenas de Roraima, juntamente com os troncos dos *Aruak* e dos *Yanomami*. Este organograma apresenta os principais grupos étnicos de Roraima (Figura 02).

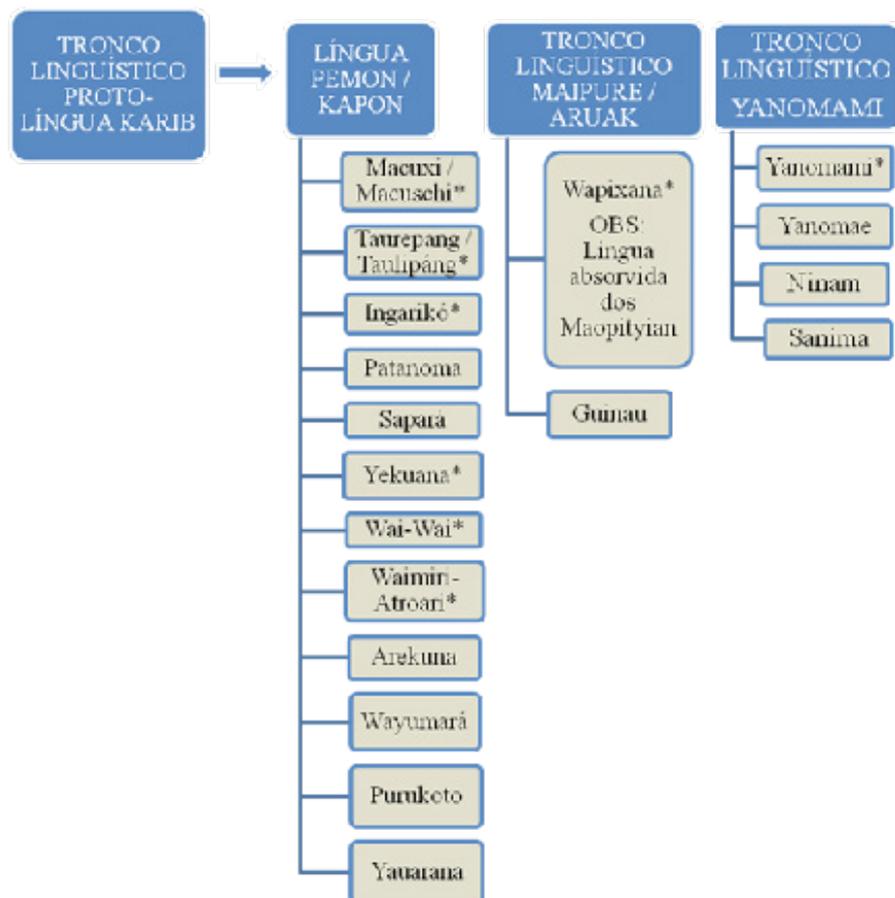


Figura 02: Organograma dos troncos etnolinguísticos e das principais etnias em Roraima.

Fonte: Miller, 2008; Koch-Grünberg, 2006; Campos, 2011.

Elaboração: Galdino, 2015.

A população indígena do estado de Roraima está 22 vezes acima de sua população absoluta, em termos percentuais, o que permite afirmar que Roraima é um estado indígena. Tal característica traz à baila 3 pontos de partida absolutamente relevantes, quais sejam:

- A observação do passado, meio pelo qual se pode analisar e compreender, através da História e da Antropologia, a genealogia étnica indígena, bem como as migrações externas que, juntas, constituíram a formação linguística dos povos indígenas de Roraima. Através da observação do passado, tem-se, com o auxílio dos campos da História e da Antropologia, o entendimento da genealogia étnica indígena, bem como das migrações externas, o que ajudou a estabelecer a formação linguística dos povos indígenas de Roraima;
- A análise das migrações (trans)fronteiriças contemporâneas entre os países da Tríplice Fronteira (Brasil X Guiana X Venezuela);
- O estudo das migrações internas de grupos étnicos, que saíram dos estados do Amazonas e do Pará em direção ao estado de Roraima em busca de trabalho e de recursos naturais para sobrevivência.

As migrações e as miscigenações entre as etnias indígenas têm um significado relevante na formação do povo roraimense, pois o contingente indígena representa cerca de 11,02% da popu-

lação do estado, o que equivale 49.637 indígenas dentro de uma população absoluta de 450.479 habitantes (IBGE, 2010). Ainda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu último Censo (2010), informa que o estado tem em seu território 28 etnias indígenas, como demonstra a Tabela 01.

**Tabela 01: Etnias Indígenas
Presentes no Estado de Roraima**

1. Apolima-Arara	15. Mawayána
2. Arikapú	16. Ninám
3. Baré	17. Sanumá
4. Guarani	18. Sateré-Mawé
5. Hahyana	19. Taulipang/Taurepang
6. Ingarikó	20. Tenetehara
7. Jarawára	21. Tucano
8. Jaricuna	22. Waimiri-Atroari
9. Kanela	23. Wai Wai
10. Kapon Patamóna	24. Wapixana
11. Karafawayana	25. Xavante
12. Karijó	26. Xereu
13. Katuena	27. Yanomami
14. Makuxi/Macuxi	28. Ye'kuana/Maiongong

Fonte: IBGE, 2010

Adaptada por: Galdino, 2015.

Cabe ressaltar a importância dessas etnias, bem como explicar que existem pequenos grupos familiares indígenas que se fixam no território de Roraima e outros que praticam as migrações pendulares, ocasionando, no momento em que o Censo é aplicado, etnias migratórias que passam a compor os dados estatísticos.

É relevante apontar que existem no estado nove grupos étnicos indígenas, com representatividade em termos quantitativos e culturais, pesquisados e referenciados por diversos pesquisadores, são eles: Macuxí/Makuxí, Taurepang/Taulipang, Wapixana, Ye'kuana/Maiongong, Yanomami, Wai-Wai, Waimiri-Atroari, Ingarikó e Patamona.

A seguir, descrevemos os principais grupos étnicos existentes em Roraima e, posteriormente, o Mapa 01 indica a localização destes grupos étnicos mencionados.

3.2. Caracterização das Principais Etnias de Roraima¹

a) Etnia Macuxí/Makuxí

Características:

Povo de origem étnica-linguística dos *Karíb*, originários da bacia do Orinoco, vivem em diversas partes do Estado, no lavrado e nas serras do Noroeste da Guiana, que faz divisa com o Brasil, provavelmente desde antes da ocupação europeia. Estima-se que o número de aldeias Makuxí, segundo os dados do Conselho Indígena de Roraima, seja de aproximadamente, 100 aldeias.

O número de indígenas dessa etnia está em aproximadamente em 29 mil indivíduos.

¹ Caracterização dos Principais Povos Indígenas de Roraima. Fonte: Campos (2011); IBGE (2010); Lima (2001), Roraima (2009). Organizado por Galdino, 2015.

O território Makuxí está dividido, formalmente, em 15 áreas indígenas separadas entre si. Essas áreas encontram-se invadidas por fazendeiros, pequenos posseiros, como é, por exemplo, o caso da TI Raposa Serra do Sol, uma extensa área que abrange cerca de 1.700 hectares. O levantamento realizado em 1988 pelo Grupo de Trabalho Interministerial para identificação dessa área, constatou que existiam aí, à época, cerca de 200 fazendas apossadas e um número inestimável de garimpos.

b) Etnia Taurepang/Taulipang

Características:

Povo de língua materna oriunda dos Karíb.

Originários de uma região setentrional, ocupam no país uma pequena área no alto rio Surumu, nos limites fronteiriços com a Venezuela. Suas três malocas localizam-se nas regiões montanhosas próximas aos limites territoriais com a fronteira Boca da Mata-Sorocaima-Bananal. Sua população está estimada em aproximadamente 750 a 800 membros. Esse grupo resguarda a limitação fronteira. Em virtude de sua alta mobilidade, estão em constante deslocamento indo do território brasileiro para o território venezuelano e vice-versa. Na Venezuela, são conhecidos como Pemon.

c) Etnia Wapixana

Características:

Povo que pertence à família Aruak, vive na região sudeste do lavrado.

Dados históricos registram que essa nação indígena foi deslocada para a região que ocupa hoje por força do povo Makuxí, não existindo uma divisão rígida entre suas áreas de ocupação.

Sua população está estimada em aproximadamente 10.500 a 11 mil indivíduos.

Existem malocas Makuxí e Wapixana numa mesma região e até mesmo malocas mistas, o que leva a uma inevitável absorção e troca cultural entre as duas etnias.

d) Etnia Ye'kuana/Maiongong

Características:

Povo de língua materna oriunda dos *Karíb*.

Estão localizados ao Norte de Roraima, fazendo fronteira com a Venezuela, onde se encontram três malocas Maiongong.

Sua população está estimada aproximadamente em 600 membros.

Eles mantêm pouco contato com outros povos do lavrado, embora se relacionem relativamente bem com os Yanomami.

e) Etnia Yanomami

Características:

Povo de tronco linguístico próprio, Yanomami; estão distribuídos em mais de 200 comunidades, espalhadas numa área de 192 mil quilômetros quadrados. A população estimada é de aproximadamente 25 mil indivíduos, dos quais, aproximadamente 10 mil moram numa faixa contínua de terra no extremo Norte do Brasil e os demais vivem ao sul da Venezuela.

Esse grupo tem atravessado momentos de conflito, podendo-se citar o caso do massacre dos Yanomami ocorrido durante a descoberta do ouro nos anos 70. A causa principal foi o fato de

habitarem terras ricas em minérios como ouro, cassiterita e urânio. Outros problemas referem-se a conflitos e epidemias de sarampo, malária e gripe, que resultaram na morte de centenas de índios.

A área Yanomami já não se configura como objeto de disputa judicial, pois foi demarcada durante o governo de Fernando Collor De Mello (1990-92), quando se tornou reconhecida, juridicamente, como “Reserva Yanomami”. Apesar disto, continua sendo invadida por garimpeiros e posseiros.

Os Yanomami costumam habitar locais afastados das margens dos rios ou lagos, preferindo construir suas aldeias em mata cerrada. A maior concentração desse grupo no Brasil está localizada na região da Serra Parima, altos dos rios Mucajaí, Uraricoera e Catrimani.

f) Etnia Waimiri-Atroari

Características:

Povo de língua materna oriunda dos *Karíb*.

As últimas malocas dos Waimiri-Atroari localizam-se ao norte do estado do Amazonas e ao sul do estado de Roraima, concentrando-se na região dos rios Janaperi, Alalaú e Jatapú.

Muitos foram os problemas vividos por esse grupo com a abertura da BR-174, o que levou a uma divisão forçada da área indígena Waimiri-Atroari, que foi cortada ao meio, causando um relativo isolamento desses índios. Esse fato gerou graves conflitos.

Sua população está estimada em aproximadamente 1.450 a 1.500 membros.

g) Etnia Ingarikó

Características:

Povo da língua materna dos *Karíb*, habita as proximidades do Monte Roraima, marco da fronteira entre Brasil e Venezuela e, sobretudo, o toco da mitológica “árvore da vida” que teria sido cortada por Macunaíma no início dos tempos.

Ocupam áreas de serras ao extremo norte da TI Raposa Serra do Sol, ficaram livres de invasões e do recrutamento de mão-de-obra indígena.

Fazem contatos com seus parentes na Guiana, os Akawaio e, na Venezuela, com os Arekuna.

Sua população está estimada em aproximadamente 1.500 a 1.550 membros.

h) Etnia Patamóna

Características:

Etnia de origem *Karíb*, também conhecida como Kapon-Patamóna está localizada na TI Raposa Serra do Sol, ao nordeste de Roraima.

Sua população está estimada em aproximadamente 180 a 200 indivíduos.

Referências

- ARAÚJO, A. V. *et. al.* **Povos indígenas e a lei dos “brancos”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2006.
- BBC News. **First Americans were Australian**. Londres, 2013. Disponível em < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/sci/tech/430944.stm> > . Acesso em 13.05.2016.
- BOWER, Bruce. Disputed finds put humans in South America 22,000 years ago. **ScienceNews**. Washington,DC, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa, 2013**. Brasília: 2013.
- CAMPOS, C. **Diversidade socioambiental de Roraima**: subsídio para debater o futuro sustentável da região. São Paulo: Instituto socioambiental, 2011.
- GIBBONS, Ann. Grisly find suggests humans inhabited Arctic 45,000 years ago. **Science Magazine**. 14 de janeiro, 2016. Disponível em < <http://www.sciencemag.org/news/2016/01/grisly-find-suggests-humans-inhabited-arctic-45000-years-ago> > . Acesso em 13.05.2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo de 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2013.
- IPEA. **O que é? Amazônia Legal. Desafios do Desenvolvimento**. Ano 5. Edição 44. São Paulo: 2008.
- KOCH-GRÜNBERG, T. **Do Roraima ao Orinoco**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LIMA, M. G. L. **O índio na mídia impressa em Roraima**. 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado em Mídias do Instituto de Artes da UNICAMP), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MEIRA, Sérgio. A família lingüística Caribe (Karíb). **Revista de Estudos e Pesquisas**, v.3, n.1/2, p.157-174. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, 2006.
- MILLER, R. P.; *et. al.* **Levantamento etnoambiental das terras indígenas do complexo Macuxi Wapixana**: Anaro, Barata/livramento, Boqueirão, Raimundão, Jacamim, Moskow, Muriru, Tabalascada e Raposa/Serra do Sol. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.
- PERKINS, Sid. DNA study links indigenous Brazilians to Polynesians. **Nature Magazine**. 2013. Disponível em < <http://www.nature.com/news/dna-study-links-indigenous-brazilians-to-polyne-sians-1.12710> > . Acesso em 13.05.2016.
- RORAIMA. **Guia turístico Roraima**: ecológico, histórico e cultural. São Paulo: Empresa das Artes, 2008.
- SANTOS, M.. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO _ SEPLAN. **Panorama e**

vetores de desenvolvimento de Roraima: Volume IIII - turismo, meio ambiente, zoneamento e recursos naturais. Boa Vista: SEPLAN, 2013.

PARA ALÉM DOS VENTOS: REFLEXÕES ACERCA DA ENERGIA EÓLICA

M. HOFSTAETTER
Z. S. PESSOA

Resumo

Na última década, observam-se avanços e incentivos mais amplos no contexto da produção de energias alternativas no Brasil, através de políticas de governo voltadas para a implantação de parques eólicos. Destacam-se, nesse processo, a região Nordeste e, particularmente, os estados do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Bahia, em cujos territórios encontramos, na atualidade, a maior representação destes parques, no país. Assim sendo, este artigo apresenta uma análise exploratória descritiva dos impactos, enfatizando os socioambientais, decorrentes da instalação de parques eólicos, nas áreas de implantação, no litoral norte do Rio Grande do Norte. Do ponto de vista metodológico, este trabalho utilizou-se de análises bibliográficas e de dados secundários. Os resultados iniciais indicam que os territórios em questão são afetados por impactos socioambientais, quais sejam, (i) Retirada da mata nativa, provocando desmatamento para dar lugar a largas estradas; (ii) Impacto dos resíduos sólidos e líquidos provenientes das atividades do canteiro de obras e das atividades construtivas, com potencial de contaminação e alteração do nível hidrostático do lençol freático; (iii) Alteração visível na dinâmica sociocultural, com a chegada de estrangeiros advindos de outras localidades e imprimindo um novo padrão de consumo e cultura; (iv) Baixa inclusão da população local na geração de trabalho e renda, já que a mão de obra necessária é mais bem qualificada, exigindo profissionais de outras localidades, deixando a circulação de dinheiro à margem da comunidade; (v) Aumento da pressão sobre a diversidade biológica da região, com impactos diretos sobretudo em aves, morcegos e nas tartarugas marinhas; (vi) Interferência em possíveis sítios arqueológicos; (vii) Efeito estroboscópico dos aerogeradores; (viii) Preocupação com o ruído, poluição sonora e os efeitos sobre a saúde e a qualidade de vida locais. Observa-se que o processo de exclusão da população local aprofunda-se visivelmente, ampliam-se situações de vulnerabilidade, geram-se conflitos o que altera as dinâmicas dos territórios em questão. É urgente a necessidade de um conhecimento mais preciso desta realidade para subsidiar as políticas públicas municipais e regionais.

Palavras-chave: Energia Renováveis, Impactos Socioambientais, Vulnerabilidades, Conflitos, Territórios.

Abstract

In the last decade, they observe advances and wider incentives in the context of alternative energy production in Brazil, through targeted government policies for the implementation of wind farms. They stand out in this process, the Northeast, and particularly the states of Rio Grande do Norte, Ceara and Bahia, in whose territories we find, today, the largest representation of these parks in the country. Therefore, this article presents a descriptive exploratory analysis of impacts, emphasizing the environmental, arising from the installation of wind farms in the deployment areas in the north coast of Rio Grande do Norte. From a methodological point of view, this work was used bibliographical analysis and secondary data. Initial results indicate that the territories in question are affected by social and environmental impacts, namely, (i) Withdrawal of native forests, causing deforestation to make way for wide roads; (ii) the impact of solid and liquid waste from the activities of the construction site and construction activities with potential for contamination and changes the hydrostatic level of the water table; (iii) visible change in the socio-cultural dynamics, with the arrival of foreigners coming from other places and printing a new pattern of consumption and culture; (iv) Low inclusion of local people in generating jobs and income, as the necessary manpower is best qualified, requiring professionals from other locations, leaving the circulation of money on the sidelines of the community; (v) Increased pressure on the biological diversity of the region, with direct impacts mainly in birds, bats and marine turtles; (vi) possible interference in archaeological sites; (vii) stroboscopic effect of wind turbines; (viii) Concern noise, noise pollution and the effects on health and the quality of local life. It is observed that the local population deletion process deepens visibly extend to situations of vulnerability, are generated conflicts which changes the dynamics of the territories in question. There is an urgent need for a more accurate understanding of the situation to support municipal and regional public policies.

Key Words: Renewable Energy, Social and Environmental Impacts, Vulnerabilities, Conflict Territories.

1. Introdução

Ao contrário de outras tecnologias de produção energética como a nuclear ou os combustíveis fósseis (não renováveis) e também diferentes dos biocombustíveis (que incorporam o trabalho perigoso e desumano dos trabalhadores dos canaviais, conhecidos popularmente como boias-frias) e as barragens (que em geral desapropriam as populações locais), a energia eólica, segundo Delicado (2013), é geralmente entendida como “limpa”, “verde” ou “amiga do ambiente”, uma extensão de tecnologias tradicionais como os moinhos de vento (Nadaï e Van der Horst, 2010).

O discurso, tanto do governo quanto das empresas é de que ela não está à mercê de intempéries, do tempo, gera recursos, empregos e investimentos em novas tecnologias, assim como convive com outras atividades no território, como a pecuária e a agricultura.

Em geral ela é muito bem recebida nas municipalidades que a vêem como uma alternativa de desenvolvimento econômico, sem se questionar sobre os impactos e vulnerabilidade socioambientais. Principalmente quando os municípios convivem com a pobreza e são majoritariamente dependentes de repasses de recursos Estaduais e Federal.

No entanto temos observado que, apesar de ser considerada uma energia renovável e limpa, a instalação dos parques eólicos impacta os territórios locais com a destruição visual e descaracterização da paisagem, perda de habitat, alteração do uso do solo (privatização de antigas áreas comunais de plantio, pesca e criação de animais), aumento da vulnerabilidade sobre a fauna e a flora (fim de algumas vegetações nativas, mudança no comportamento de aves), impactos nocivos nos ecossistemas rurais, nas atividades turísticas, na saúde, nas tradições e na história da população local.

A percepção de possível impacto ambiental tem suscitado controvérsias e mesmo conflitos. Surgem movimentos de resistência à implantação de parques eólicos em determinada localização, encabeçados geralmente por moradores e autoridades locais ou organizações não governamentais (de defesa do meio ambiente, de defesa do patrimônio, da paisagem, do turismo entre outros).

“Estão amplamente documentados casos de oposição à instalação de parques eólicos no Reino Unido (Woods, 2003; Bell et al., 2005; Devine-Wright e Howes, 2010), França (Nadaï, 2007), Alemanha (Zoellner et al., 2008), Holanda (Breukers e Wolsink, 2007; Wolsink, 2007a), ou Grécia (Kaldellis, 2005)” (DELICADO et *alli*, 2013).

Assim como está documentada, se não na literatura internacional, na imprensa do Estado e no Ministério Público do Rio Grande do Norte, o movimento de resistência à instalação de parques eólicos nas dunas do município de Galinhos (RN). A população lutou, não por ser contra o parque eólico, mas por ser contra instalar o mesmo sobre as dunas, que são consideradas áreas de preservação permanente e que são um diferencial turístico da região. Mesmo com o movimento de resistência e o parecer contrário do Ministério Público à instalação do parque eólico, os moradores foram vencidos na sua luta e o parque foi instalado.

Segundo os dados apresentados no Boletim de Dados da Abeeólica, o Rio Grande do Norte tem, em julho de 2015, 87 parques instalados, que são subdivididos em três categorias, quais sejam, (i) os que estão operando comercialmente (2.192,6 MW), (ii) os aptos a operar (198,0 MW), e (iii) os operando em teste (54,0 MW) e 90 em construção, que são subdivididos em duas categorias, quais sejam (i) em construção (526,3 MW) e (ii) contratados (1.813,8 MW). Os parques em operação estão instalados em 10 municípios (CERNE, 2014) concentrados nos territórios do Mato

Grande e Sertão Central.

2. Impactos Socioambientais da energia eólica no RN

Neste artigo vamos explicar os resultados da pesquisa de campo que indicam que, apesar de não queimarem combustíveis fósseis e não emitirem poluentes, os parques eólicos não são totalmente desprovidos de impactos socioambientais. Abaixo relacionamos os principais impactos, sociais e ambientais, que exigem um olhar atento das municipalidades e dos demais atores envolvidos na cadeia produtiva de energia eólica, no sentido de pensar ações e políticas para a mitigação dos mesmos.

2.1 Impactos sociais

2.1.1 Segregação de comunidades: alterando rotas das comunidades pesqueiras, ou deslocando agricultores.

Na maioria das comunidades que vivem na faixa litorânea do Rio Grande do Norte, em paisagens praticamente intocadas pela intervenção humana progressiva, com a presença apenas de comunidades tradicionais de pescadores e agricultura de subsistência, observamos a alteração das rotas das comunidades em geral, a descaracterização da paisagem, com a introdução das torres, com seus aerogeradores e pás, que acaba por afetar, por um lado, as atividades ligadas ao turismo de sol e praia, e por outro, as tradições e a identidade das comunidades.

Essa situação se repete no interior do Estado. Os agricultores acabam tendo seu território reduzido, já que em muitas situações a empresa arrenda a terra do agricultor, que ainda é dono da terra, mas não tem mais o direito de circular por toda a propriedade, ou por todo o assentamento. A empresa, por exemplo, nas terras da Associação Oiticica, impede que os agricultores adentrem a área destinada ao parque de eólica, e mesmo a circulação na estrada que serve ao parque, para que a empresa não tenha a preocupação com acidentes envolvendo a população local. Se os agricultores estão impedidos de acessar a área do parque, a criação de animais, atividade, em princípio combatível com a exploração de energia eólica, fica prejudicada, naquele pedaço de chão. Em muitos locais, a terra que hoje abriga grandes torres e suas hélices eram utilizadas para a caça, o que agora está impedido. O que observamos aqui e nos demais locais onde pesquisamos, que a área destinada à instalação do parque passa a ser de uso privado da empresa. A empresa, que para construir as suas vias de acesso acaba por derrubar as cercas antes construídas pelos agricultores, realiza um novo cercamento das terras, cria novas vias de acessos, agora de uso exclusivo da empresa.

Para além disso, em muitas comunidades estão ocorrendo rachaduras nas casas, que são simples, em função do movimento de carros e máquinas pesadas próximo às casas. A pergunta que a comunidade Oiticica faz é, porque nós, que somos donos das terras não podemos acessar a área que hoje está restrita ao parque eólico, mas temos que continuar dando passagem aos carros e máquinas pesadas. Quem arcará com os danos causados a estrutura das nossas casas, por exemplo?

Outro problema grave que observamos, advém do arrendamento de terras. Quando as terras são de um assentamento do crédito fundiário, a lei proíbe o arrendamento, mesmo de pequena parcela da terra. O que os agricultores ainda não sabem, ou não se deram conta, é que arrendando a terra, eles perdem os direitos previdenciários de agricultor familiar. Ou seja, em troca de um contrato de 25 a 30 anos, em que o assentamento recebe, no caso de Oiticica, R\$ 2.138,00 ao mês,

por duas torres (valor fixo, sem correção), para dividir entre 25 famílias, todos os agricultores, pelo fato de terem arrendado a terra, perderam seus direitos previdenciários.

2.1.2 Mudanças na dinâmica sociocultural.

Observa-se uma importante alteração na dinâmica sociocultural, com a chegada de estrangeiros advindos de outros países e de outras localidades do Brasil, imprimindo um novo padrão de consumo e cultural. Para exemplificar, trazemos o município de Parazinho (RN), com um pouco mais de 5 mil habitantes, um dos municípios do *boom* da energia eólica. Em função das promessas, das expectativas e do movimento de pessoas de fora do município, em menos de dois anos foram abertos pousadas, restaurantes, os aluguéis valorizaram-se e surgiram muitos empregos de diaristas, pedreiro, faxineiro e vigia. Como em muitos municípios, neste, o PIB mais que dobrou, crescendo 110% entre 2008 e 2012. Mas, passado o impacto das obras, as centenas de pessoas empregadas durante a instalação do parque perderam as vagas; os trabalhos foram sazonais. O comércio aberto na ocasião entrou em crise, os empregos que restaram foram para poucos profissionais, geralmente de fora do município, com maiores níveis de qualificação. Ou seja, houve um aumento significativo no PIB do município, mas a renda não foi dividida com a população local. A baixa inclusão da população local na geração de trabalho e renda deixou a circulação de dinheiro à margem da comunidade não garantindo, assim, a melhoria da qualidade de vida da população. O mesmo acontece com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), Parazinho, saiu, em comparação com 2012, do 80º para o 36º lugar. No entanto esse recurso não se transforma em melhoria de qualidade de vida para a população local.

Em João Câmara, a título de exemplo, uma casa que antes da chegada da empresa eólica era alugada por R\$ 50,00 hoje é alugada por R\$ 500,00. O preço do hectare, que antes era de R\$ 2.000,00 hoje varia entre R\$ 7.000,00 e R\$ 8.000,00. “E quem ganha é quem tem terra. A eólica vem ajudar quem já é rico, o fazendeiro, porque a gente que é pobre, só perde” (fala de um agricultor).

As empresas tem um discurso falacioso de que vão aumentar empregos. No assentamento de Ouro Verde, no município de João Câmara “a empresa prometeu gerar empregos, melhorar a nossa vida, que os nossos filhos iam ter uma oportunidade melhor, muita gente se iludiu, disseram que a gente ia receber um dinheiro bom, que tudo ia ficar melhor, fomos iludidos” (fala de agricultora). Nessa mesma associação ouvimos de um agricultor que “até mesmo o vigia, que em outros parques é gente do local, aqui é deles, da empresa, de fora, e o prefeito também, que recebe o ICMS não faz nada aqui, nem água temos, e a adutora do Boqueirão fica aqui perto. Esse dinheiro do ICMS poderia trazer água prá nós”. Na associação Oiticica, a promessa era de que seriam colocadas 15 torres no assentamento, o que daria um bom retorno financeiro para as famílias. Mas depois de pressões dos fazendeiros do entorno, o assentamento ficou apenas com 2 torres. Ou seja, a terra foi toda arrendada, a renda advinda do empreendimento ficou restrita a R\$ 2.138,00 ao mês para dividir entre as 25 famílias. O desânimo é total.

Para, além disso, existem relatos do alargamento do acesso e consumo de entorpecentes a partir da chegada da eólica e declarações do aumento da prostituição infanto-juvenil nessas localidades.

2.1.3 Ruído: num primeiro momento o ruído produzido por motores e trânsito em geral que provoca pequenos desconfortos; num segundo momento, a partir do funcionamento dos parques o ruído mecânico produzido pelas engrenagens e geradores, e o ruído aerodinâmico produzido pelas pás.

Ainda segundo Delicado (2013), em nível mundial, existe uma preocupação com questões como o ruído ou a poluição sonora (Woods, 2003; Toke, 2005; Hall et al., 2013), ou os efeitos sobre a saúde (Woods, 2003; Barry et al., 2008; Hall et al., 2013). O barulho pode também afetar a reprodução das tartarugas marinhas, entre outras espécies.

O ruído no interior ou em torno de uma usina eólica varia consideravelmente dependendo de uma série de fatores, como o modelo de turbinas instaladas, a altura da torre, o relevo do terreno, a velocidade e a direção do vento, entre outros. O aumento das emissões de som das turbinas eólicas está relacionado com aumento da velocidade do vento.

Quando há pessoas que vivem perto de uma usina eólica, os cuidados devem ser tomados para garantir que o som das turbinas de vento seja em um nível razoável em relação ao nível do som ambiente da área.

Vários estudos registraram um conjunto comum de efeitos adversos à saúde de pessoas que vivem próximas aos aerogeradores. Esses sintomas começaram após o funcionamento das usinas eólicas, incluindo (i) no sistema nervoso central: fadiga, insônia, distúrbios do sono e descanso; (ii) no psiquismo: problemas de desempenho, perda de concentração, nervosismo, opressão, agressividade, estresse ou ansiedade, e, globalmente, alterações emocionais e cognitivas; (iii) no sistema nervoso autônomo: efeitos sobre o equilíbrio, os ritmos respiratórios e cardíacos, o sistema digestivo (náuseas), problemas presentes em caso de exposição prolongada e confirmado por numerosos artigos, do *Journal of Low Frequency Noise, Vibration and Active Control*, publicado pela *Multi-science Publishing Co Ltd*, e por um laboratório de pesquisa suíço que se interessa pela segurança do trabalhador (MIGRAINE, 2004).

De acordo com a mesma publicação, o que é cientificamente comprovado é que os infrassons têm um alcance muito maior do que os sons audíveis; que os infrassons têm efeitos de negativos a perigosos para a saúde humana, levando em conta três parâmetros, quais sejam, a amplitude relacionada com a distância, a frequência e a duração da exposição. Os aerogeradores emitem infrassons, que podem ser detectados até 5 ou 10 km de distância.

Estudos experimentais têm sido realizados atualmente, sobretudo na Alemanha e no Reino Unido (*University of Salford*), como resultado de queixas de moradores das redondezas dos aerogeradores, mas também da demanda de órgãos do governo e até mesmo da Associação Britânica de Energia Eólica.

Na Dinamarca, onde as turbinas eólicas foram introduzidas em massa, há 30 anos, o governo tem respondido à demanda do público com medidas de precaução, interrompendo a instalação de novas turbinas eólicas terrestres, principalmente por causa de riscos à saúde.

Os agricultores pesquisados relatam que “o barulho parece de um avião aterrissando, só que nunca aterrissa” (fala de um agricultor). Reclamam do incômodo causado pelo barulho constante. Contam também, que quando chove, o barulho na linhas de transmissão é ensurdecido.

2.1.4 Efeito estroboscópico dos aerogeradores.

Há estudos, em outros países, que analisam a influência da luminosidade causada pelo movimento das hélices, durante o dia e a noite, na saúde mental da população do entorno (efeito estroboscópico dos aerogeradores).

Segundo pesquisas, o sombreamento intermitente pode causar incômodo e prejudicar pessoas que sofrem de epilepsia, além de náuseas e dores de cabeça nos moradores afetados. É o chamado efeito estroboscópico (PIRES, 2010). Ele é sentido em uma distância até dez vezes o diâmetro das pás e depende da direção das turbinas eólicas de residências, sendo bem documentado em diversos países do mundo, porém mal regulamentado (FILHO, 2013). Além disso, há relatos

de que o sombreamento reduz a área para a plantação e criação de animais.

Concluimos que nos últimos anos não ocorreram mudanças nas condições de acessibilidade aos bens públicos como saúde, educação ou mesmo alteração da infraestrutura dos municípios em função dos investimentos de energia eólica.

O discurso, tanto de crescimento e melhorias de condições de vida da população, quanto o discurso de responsabilidade das empresas com as comunidades locais, não se efetiva. Afirmamos que, até o momento, esse panorama contribuiu para que, benefícios ambientais globais sejam tidos à custa de impactos locais (DELICADO et al.). Nesse sentido é interessante observar que, em muitas localidades produtoras de energia eólica, e vale citar no município de João Câmara a Associação Ouro Verde, nas vias públicas, há anos existem postes de iluminação pública, mas a energia não chega.

Em termos sociais o que fica no local são as promessas não cumpridas, uma infraestrutura ociosa (construída por ocasião da grande circulação de pessoas durante a instalação dos parques), a Aids, as drogas ilícitas e os filhos dos ventos¹. A história do capitalismo se repete. Muda apenas a forma da sua ação.

3. Impactos ambientais

3.1 Intrusão visual: descaracterização da paisagem e interferências visuais.

Os parques eólicos alteram as paisagens com suas torres e hélices, como vemos em todo o litoral norte do Rio Grande do Norte, bem como no interior do Estado.

Alguns defendem que essa alteração na paisagem pode atrair turistas, gerando renda, emprego, ou seja, promovendo o desenvolvimento local e regional.

No entanto, relatos apontam para o fato de que, localizados nas dunas e na faixa litorânea, os parques abalam as atividades vinculadas ao turismo de sol e praia que é forte no litoral potiguar.

No município de Galinhos, especificamente na comunidade de Galos, que teve o conjunto das dunas tomado pela energia eólica, houve uma queda no turismo característico do litoral, que é o passeio de buggy. Com a alteração das rotas turísticas nesse complexo de dunas, em função do grande número de aerogeradores e da construção de estradas sobre as dunas, os buggueiros, como são conhecidos os profissionais que conduzem esses passeios, não mais trafegam sobre elas e sim na areia da praia, apenas com a maré baixa, o que dificulta o acesso às praias seguintes, numa trajetória que se estende até o litoral de Fortaleza.

3.2 Efeitos sobre os solos: como erosão por desmatamento de áreas.

Na praia de Zumbi, localizada no município de Rio do Fogo, onde foi instalado um dos primeiros parques eólicos no RN, são observáveis mudanças no uso do solo com a chegada da eólica, arrasando pastagens.

Houve avanço sobre áreas de preservação ambiental, ou preservação ambiental permanente. Os agricultores relatam que é a empresa libera de forma rápida a autorização do IDEMA para desmatar um bom pedaço de mata. Já, se o agricultor quer derrubar uma árvore, a burocracia é muito grande e morosa. O mesmo acontece com as pedras calcárias. O agricultor não pode extrair uma pedra sequer para enfeite. As empresas extraem pedras para construção das estradas sem problema algum.

¹ Refiro-me aos filhos que nascem e nascerão sem conhecer seus pais, que passaram pelo município por ocasião da construção dos parques eólicos. O termo é utilizado em alusão aos filhos do pinus, realidade similar que ocorre no Vale do Ribeira, por ocasião da mão de obra que vem de fora, durante o período da derrubada do pinus.

3.3 Alterações climáticas: decorrentes da destruição da vegetação natural, alterando a migração das espécies.

A instalação dos parques eólicos aumenta a pressão sobre a diversidade biológica da região, com impactos diretos sobre a fauna (sobretudo aves e morcegos e nas tartarugas marinhas), conforme Zoellner et al., 2008; Cowell, 2010. A flora também é ameaçada quando da instalação de parques em rotas de migração de espécies nativas. Relatos apontam o comprometimento de algumas vegetações nativas bem como de mudança no comportamento de aves. A implantação do parque exige a abertura de novas estradas, o que implica na retirada de vegetação nativa e, no caso do Rio Grande do Norte, de pedras calcárias.

3.4 Efeitos sobre águas superficiais ou subterrâneas: provocados pela impermeabilização da superfície, por modificação da drenagem superficial.

É pertinente destacar que a mata nativa, dos biomas em questão, foi retirada em alguns trechos da área, para dar lugar a largas estradas por onde transitam imensos caminhões, carros, máquinas pesadas com partes das torres. Em geral, é introduzido um material sedimentar para impermeabilização e compactação do solo, quando da etapa do processo de implantação, visando proporcionar o tráfego de veículos sobre a rede de vias de acesso aos aerogeradores, ao canteiro de obras, ao depósito de materiais, do escritório e do almoxarifado.

Toda essa dinâmica de transportes e pessoas provoca, de maneira indireta, um desequilíbrio no meio ambiente local, no habitat natural onde vivem os animais característicos dessa região, que têm sua rotina alterada, seu silêncio quebrado e seu habitat invadido pela ação antrópica, para dar lugar ao progresso.

Como estamos falando do litoral norte potiguar, mais especificamente da faixa litorânea, isso significa o avanço de estradas sobre as dunas, significa asfaltar as dunas, após ter extraído a vegetação original.

Em se tratando de áreas mais interioranas, no mínimo significa isolar parte das terras que antes eram utilizadas para caça e rotas de pessoal local.

3.5 Alteração no nível hidrostático do lençol freático.

“As atividades de terraplanagem podem alterar o nível hidrostático do lençol freático, influenciando no fluxo de água subterrânea, visto que os cortes e aterros possivelmente serão submetidos a obras de engenharia para a estabilidade dos taludes e as vias compactadas para possibilitar a continuidade do tráfego de caminhões”(FILHO, 2013).

Á relatos, em João Câmara, da retirada da pedra calcária, que é quebrada e utilizada na construção das estradas. O local de onde ela é tirada fica com a erosão e descaracterização da paisagem, certamente prejudicando o fluxo de água subterrânea.

Outro fator de alteração do nível hidrostático do lençol freático está vinculado à produção de concreto para confecção das fundações das torres eólicas, visto que é elevado o volume de material a ser utilizado. Ou seja, há interferência na disponibilidade hídrica local devido ao elevado consumo de água na fabricação do concreto. O conjunto de impactos ambientais poderá interferir no controle da erosão, dinâmica hidrostática e disponibilidade de água doce, supressão de habitats e alterações da paisagem vinculadas aos aspectos

cênicos e de lazer” (FILHO, 2013).

3.6 Resíduos Sólidos.

Outro impacto é referente aos resíduos sólidos e líquidos provenientes das atividades do canteiro de obras e das atividades construtivas. Os resíduos sólidos devem ser manejados adequadamente. O risco de contaminação do solo por resíduo líquido, devido à operação e manutenção de parques eólicos, é reduzido, mas existe, ainda mais em se tratando da instalação sobre as dunas, o que possibilita a contaminação e alteração do nível hidrostático do lençol freático.

Outro fator que contribui para essa alteração está vinculado à produção de concreto (volume grande de material empregado) para a confecção das fundações das torres eólicas. Ou seja, há também a interferência na disponibilidade hídrica local (que já convive com a seca) devido ao elevado consumo de água na sua fabricação.

Por fim, mesmo que ocorra um impacto sobre o solo de forma pontual, na área de instalação da base de concreto, onde a turbina é instalada, ele existe.

Concluimos com a debilidade da nossa legislação atual. Vale lembrar que, segundo a Resolução do CONAMA, número 279 de 2001, as usinas eólicas são considerados projetos de baixo impacto ambiental e, portanto, os estudos EIA/RIMA são substituídos por RAS, Relatório Ambiental Simplificado, que são superficiais, não se aprofundam nos impactos, são técnicos, em geral desconsiderando as questões sociais e o entorno local, e não sugerem áreas alternativas.

4. Considerações finais

Enfim, a energia eólica envolve discussões e debates de várias naturezas e de contradições. A defesa de fontes de energia não poluentes e mitigadoras das alterações climáticas opõe-se à proteção da paisagem natural e dos ecossistemas. Além disso, “tem-se também um problema de escala: benefícios ambientais globais obtidos à conta de impactos locais (DELICADO et al, 2013, pg.13). No caso do Rio Grande do Norte, isso se traduz no fato do estado ter suficiência em energia, entretanto, o que se produz aqui, a partir de 2010, na maior parte, não é para abastecimento local, e sim, global (restante do País).

O espaço urbano e rural dos municípios em questão passa por uma acelerada ocupação, tanto de torres de energia que se espalham pelos territórios, quanto por uma população estrangeira ao local. Consequentemente, surgem conflitos socioambientais que afetam diretamente a comunidade local.

O modelo de desenvolvimento e de uso e ocupação do solo nesses municípios privilegiou a tomada de decisões do poder público e dos grandes empresários e fazendeiros, sem vislumbrar a situação da população local e sem a preocupação com os impactos socioambientais, apenas considerando o desenvolvimento econômico regional.

Parte dos municípios, que tem forte apelo paisagístico, concentra grandes parques eólicos que desequilibram e modificam a configuração litorânea, descaracterizando a paisagem e ameaçando as espécies que ali habitam.

Constatou-se a pouca inclusão da população local na geração de trabalho e renda, já que a mão de obra exigida é mais bem qualificada, exigindo profissionais de outras localidades, deixando a circulação de dinheiro à margem da comunidade, não garantindo a melhoria da qualidade de vida da população.

O processo de exclusão aprofunda-se visivelmente, promovendo alterações na dinâmica e estrutura das cidades, colocando a necessidade de um conhecimento mais preciso desta realidade

para subsidiar as políticas públicas municipais.

Do ponto de vista social, diversos aspectos sociais vulnerabilizam os municípios, com destaque para a baixa escolaridade, a inserção ocupacional em atividades informais (nos municípios em que os parques já estavam instalados em 2010, encontramos as menores rendas per capita do total dos municípios analisados) e arranjos familiares chefiados por mulheres com baixa escolaridade, além de declarações de prostituição infanto-juvenil, crescente número de jovens que não estudam, não trabalham e estão vulneráveis. O alargamento do acesso e consumo de entorpecentes, o aumento da AIDS, fatores estes que refletem as condições de vulnerabilidade social das pessoas e dos espaços de vida. A coleta de lixo na zona rural é praticamente inexistente assim como inexistente uma maior preocupação do poder público local com as questões ambientais. A expectativa de lucro oriundo da implantação dos parques eólicos supera qualquer preocupação socioambiental. As iniciativas de debates e ações vêm surgindo das organizações da sociedade civil (sindicatos, Ongs, associações de agricultores).

Em todos os municípios encontramos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, que passa a existir, com apoio do RN Sustentável², a partir de 2013, e em alguns municípios, como João Câmara, por exemplo, tem discutido questões sociais e ambientais, relativas, por exemplo, às mudanças ocorridas na municipalidade, a partir da instalação dos parques eólicos. Mas não passam de discussões, de informações não registradas. Nesses municípios não há projetos e programas ambientais voltados para a conservação ou preservação dos recursos naturais e de educação das formas de uso e consumo destes recursos. Não há conscientização da destinação dos resíduos sólidos ou programas de coleta seletiva desenvolvidos pelos governos municipais. O lixo é jogado ou queimado nas propriedades. A questão ambiental ainda está muito distante do dia a dia das pessoas. “Nesse contexto, em razão das formas como a questão ambiental, ao longo dos anos, vem se apresentando e com base nos problemas a ela relacionados, percebe-se que ela ainda não se constitui em algo concreto e perceptível no cotidiano das pessoas frente à emergência real causada pela pobreza, miséria, fome e outras privações, tornando o ambiental como algo distante e secundário” (PESSOA, 2012, pg. 243).

Do ponto de vista da saúde humana, os sons e infrassons emitidos por aerogeradores impactam. “No estágio atual das observações clínicas, sabemos que existem riscos, e sensibilidades diferentes de acordo com as pessoas” (MIGRAINE, 2004). Os distúrbios são reais, registrados em vários países como a Alemanha, Reino Unido, Suécia, Irlanda.

O mesmo artigo sugere que

“os investidores em energia eólica têm a responsabilidade de pôr em prática medidas adequadas para reduzir os riscos para a saúde dos moradores no entorno de turbinas eólicas, através da remoção de habitações, não a 500 metros como eles sugerem em suas publicações, mas em 1600 metros tendo em conta sons e pelo menos cinco quilômetros tendo em conta os infrassons” (MIGRAINE, 2004).

No mesmo artigo, a conclusão orienta rejeitar a colocação de turbinas eólicas localizadas em um raio de cinco quilômetros de qualquer habitação, por causa dos riscos produzidos pelos infrassons. A realidade no Rio Grande do Norte é bem diferente. Encontramos torres ao lado das casas, em muitos municípios.

Enfim, é urgente que os municípios colem dados, registrem as informações das mudanças

2 Projeto multisetorial integrado que tem como meta contribuir, em cinco anos, com as mudanças no cenário socioeconômico do Rio Grande do Norte, através da implementação de um conjunto de ações articuladas destinadas a reverter o baixo dinamismo do Estado, com foco na redução das desigualdades regionais, além de apoiar ações de modernização da gestão pública para prestação de serviços de forma mais eficaz e eficiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população potiguar.

ambientais, de comportamento humano e animal, assim como realizem um acompanhamento contínuo das variáveis socioambientais. Esses dados podem ser ferramentas úteis na avaliação dos padrões de desenvolvimento, na proposição de políticas e ações mitigadoras.

“O Brasil dispõe de bons instrumentos de política, planejamento e gestão ambiental, contudo, a efetivação das ações e metas revela-se ainda bastante problemática, muito aquém do exigido pela dinâmica territorial e populacional vivenciada no país” (PECCATIELLO, 2011, pg.81).

A recepção de novos investimentos nos municípios, a negociação entre as partes e a população atingida deve privilegiar um novo modelo de negociação, que inclua a participação de todos os grupos envolvidos, com uma linguagem simples e acessível, com transparência de intenções e proposições, considerando um planejamento das ações que englobe todos os interesses. É urgente se pensar numa gestão compartilhada e melhorar os contratos entre empresa e população local. Assim como precisam ser aprimorados os instrumentos de regulação, licenciamento e financiamento desses grandes projetos, respeitando a diversidade cultural e o meio ambiente.

Lembramos que quanto menos organizada institucionalmente é uma municipalidade, quanto menos informação coletada e organizada ela tem, na mesma proporção está mais sujeita a erros de planejamento, a ter sua população e seu território utilizados por agentes externos como melhor lhes aprouver, desconsiderando os impactos e a vulnerabilidade sociambiental a que está exposta a população local.

Entre defesa e contradições, segue no RN e, em todo o mundo, a expansão dos parques eólicos.

Referência

COWELL, Richard (2010), “Wind Power, Landscape and Strategic, Spatial Planning: The Construction of ‘Acceptable Locations’ in Wales”, *Land Use Policy*, 27(2), 222-232.

DELICADO, Ana etalli. Ambiente, paisagem, patrimônio e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 100, 2013.

FILHO, Wilson Pereira Barbosa et al. Impactos ambientais em usinas eólicas. *Academia.edu*. Itajubá, 2013.

NADAI, Alain; VAN DER HORST, Dan (2010), “Wind Power Planning, Landscapes and Publics”, *Land Use Policy*, 27, 181-184

MIGRAINE, M. V. Eoliennes, sons et infrasons: effets de l'éolien industriels sur les antedeshommes, 2004. Disponível em: <http://docs.wind-watch.org/villey-migraine_eoliennesinfrasons.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)

PESSOA, Zoraide S. (2012). A Metrópole periférica: Identidade e Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Natal-RN/Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

PIRES, L. F. A.. Parque Eólico Alegria. In: Seminário BrazilWindpower 2011, 1 e 2 setembro de

2011, Rio de Janeiro.

ZOELLNER, Jan; SCHWEIZER-RIES Petra; WEMHEUER, Christin (2008), "Public Acceptance of Renewable Energies: Results from Case Studies in Germany", *Energy Policy*, 36(11), 4136-4141.

RELAÇÕES SOCIEDADE E NATUREZA NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA COMO AGENTE DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

ANTONIO CORREIA JUNIOR

Resumo

A especulação imobiliária em Guaramiranga tem prejudicado a população local, os donos de sítios e empresários simplesmente mudam as vias públicas sem comunicar a prefeitura, alargam seus muros fazendo uso indevido da via pública sem comunicar os órgãos competentes e sem fazer uma consulta pública e tudo isso não é fiscalizado nem pela prefeitura nem pelo poder legislativo, judiciário. Um total de 93% do território de Guaramiranga está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA), sendo que o mesmo município é o mais desmatado, não para plantação, mas para construção de mansões, com suas piscinas, jardins, cachoeiras artificiais dentro de suas propriedades. Na fase de entrevistas, foram abordadas 8 pessoas sendo que 4 na zona rural e 4 na zona urbana. Foram realizados dois períodos de entrevistas de Junho de 2015 e Março de 2016. E nestes períodos foram entrevistados 4 homens e 4 mulheres, entre as idades compreendidas de 20 a 65 anos. Concluindo que em Guaramiranga a presença da especulação imobiliária afeta o meio ambiente, e as comunidades, promovem o desmatamento das áreas verdes, instalação de novos loteamentos, contribui para assoreamento dos recursos da água, impermeabilidade do solo urbano e rural, degradação ambiental, conflitos fundiários, a população mais pobre se afasta pra periferias ocupando as áreas irregulares de acessibilidade. Mas para alguns moradores existem alguns impactos benéficos, empregos principalmente nas áreas de construções e do turismo.

Palavras-chave: Sociedade, Natureza, Especulação Imobiliária, Guaramiranga.

Abstract

Real estate speculation in Guaramiranga has harmed the local population, the owners of sites and entrepreneurs simply change the public roads without communicating the city, extending its walls misusing the public road without informing the competent bodies and without a public consultation and all it is not monitored or by the city or by the legislature, judiciary. A total of 93% of Guaramiranga territory is inserted in the Environmental Protection Area (APA), and the same municipality is the most deforested, not for planting, but to build mansions, with their pools, gardens, artificial waterfalls in their properties. In the interview phase we were addressed 8 people of which 4 in the countryside and in urban areas 4. There were two periods of June 2015 and March 2016 interviews. And these periods were interviewed 4 men and 4 women, between the ages of 20-65 years. Concluding that in Guaramiranga the presence of real estate speculation affects the environment, and communities, promote deforestation of green areas, new housing developments installation contributes to siltation of water resources, urban land impermeability and rural, environmental degradation, land conflicts, the poorest departs to peripheries occupying irregular accessibility areas. But for some residents there are some beneficial impacts, particularly jobs in the fields of construction and tourism.

Keywords: Society, Nature, Real estate speculation, Guaramiranga.

1. Introdução

No século XX, o planeta Terra passou por modificações bastante significativas no que diz respeito aos meios de produção e conseqüente exploração dos recursos naturais. Nunca, em toda a história da humanidade, a população exerceu tanta pressão sobre a natureza. O desordenado crescimento populacional associado à atual economia tende agravar ainda mais essa situação, tornando cada vez mais pessimista qualquer previsão futura. (BASTOS, 2005. p.18) A preocupação com a exploração desordenada dos recursos naturais tem sido um dos temas mais debatidos dos últimos anos e não apenas pela comunidade científica, pois o poder público e sociedade civil têm assumido um papel de grande importância nessa discussão.

Nesse contexto, a cidade Guaramiranga tem se destacado nos últimos anos pelo aumento da exploração e especulação imobiliária que vem ocorrendo nas zonas rural e urbana, em função das potencialidades turísticas. Esse município, além de apresentar um elevado potencial paisagístico, possui um calendário repleto de eventos culturais de abrangência nacional e internacional. A especulação imobiliária, juntamente com vários problemas ambientais relacionados ao uso indevido do solo, tem feito com que a Guaramiranga se torne uma área de relevante interesse na comunidade científica voltada para a problemática ambiental, com intuito de conter essa degradação.

A especulação imobiliária, inclusive, não só põe um obstáculo ao real exercício do direito à moradia, como aponta Martins (2016).

Como também pode gerar vários impactos ambientais, na medida em que visa à obtenção de lucro, em detrimento da preocupação com a população carente de Guaramiranga. Aliás, o Poder Público parece fechar os olhos diante dessa realidade, uma vez que não se percebe, de fato, ações que tenham como finalidade precípua coibir essa prática. (MARTINS. 2012, p. 2)

A criação da Área de Proteção Ambiental do Maciço do Baturité, lei Nº 20.956 de 18 de Setembro de 1990. Apresenta-se como marco importante na proposta de reverter o processo de devastação do que é considerado um enclave de mata atlântico mais representativo no estado do Ceará (CEARÁ, 1992).

As questões, que parecem remeter a conflitos no campo, também se manifestam nas cidades, onde as disputas não ocorrem por áreas para plantio e criação, mas sim para moradia. Nas cidades, a especulação imobiliária é uma das principais causas de conflitos fundiários. A especulação se dá quando os chamados investidores compram terrenos em áreas potencialmente valorizáveis e os mantêm por algum tempo, até que sejam instalados os serviços públicos que vão aumentar o preço de suas propriedades. (BASTOS, 2005).

Dentre as conseqüências geradas pela expansão da especulação imobiliárias a população mais pobre se afasta para a periferia, assentando-se muitas vezes em áreas ocupadas irregularmente, que, também pelo fato de serem irregulares, demoram anos para receber os serviços públicos essenciais de saneamento e infraestrutura urbana. (GOMES, 2010).

Além desses problemas sociais, a especulação imobiliária também favorece a degradação ambiental dos espaços urbanos, porque promove o desmatamento das áreas verdes remanescentes no perímetro urbano para instalação de novos loteamentos, o que contribui para o assoreamento dos cursos d'água principalmente antes da pavimentação das ruas e para a impermeabilização do solo urbano. (MOTA. 2002).

Este artigo teve como objetivo de analisar os impactos ambientais ocasionados pela especulação imobiliária, observadas pela comunidade residente no município da Guaramiranga.

2. Metodologia

A metodologia empregada neste artigo consiste em análise descritiva dos dados, um estudo de fontes primárias e secundárias sobre o tema relações sociedade e natureza no município de Guaramiranga. Também foram aplicadas as técnicas de entrevista com os moradores de zona rural e urbana.

Na fase de organização e inventário foram realizados levantamentos bibliográficos, fotográficos e de imagens de satélite, que possibilitaram uma análise integrada da região.

Na fase de entrevistas, foram entrevistados 8 pessoas sendo que 4 na zona rural e 4 na zona urbana. Foram realizados dois períodos entrevistas de Junho de 2015 e Março de 2016. Nnestes períodos foram entrevistados 4 homens e 4 mulheres, entre as idades compreendidas de 20 a 65 anos.

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Guaramiranga que está localizada no Maciço de Baturité a menos de 100 km de Fortaleza, conforme a Figura1. A temperatura varia entre a mínima de 15°C e a máxima de 25°C. A paisagem serrana se destaca pelo verde abundante, em contraste com as áreas semiáridas do seu entorno. Com uma população de 4.070 habitantes (IBGE. 2010).

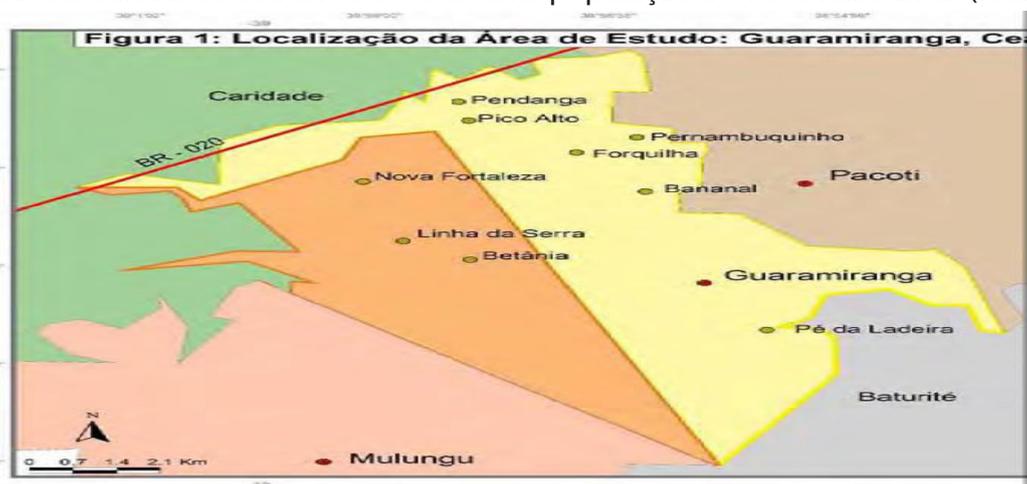


Figura-1-Localização geográfica da área em estudo

Fonte: Araujo, 2008

3. Resultados e Discussão

A degradação ambiental associada às estratégias de sobrevivência das populações de menores recursos das cidades tem origem nas condições socioeconômicas e na falta de opções a lugares acessíveis a moradia. Dessa forma, há um aumento na degradação, advinda do grande crescimento desordenado das cidades. Com isso a noção abrangente e abstrata como desenvolvimento urbano sustentável são referências condutoras de políticas e práticas, devendo ser flexíveis e socialmente construídas, isto é, resultantes da compreensão dos conflitos e embates presentes nos processos de expansão e transformação urbana (MOTTA et al., 2002). Tais adaptações e práticas de manejo, até certo ponto herdadas, nem sempre se encaixam com a diversidade ambiental, gerando assim consequências negativas a natureza.

Em 1990, foi criada a Área de Proteção Ambiental de Baturite. Lei Nº 20.956 de 18 de Setembro de 1990. Que abrangendo uma área de 32.690 hectares, delimitada pela cota 600 seiscentos metros de altitude. O município de Guaramiranga possui 93,43% de sua área dentro dessa unida-

de de conservação. (CEARÁ, 1992).

A especulação imobiliária, segundo Campos Filho (1978), assume cinco formas essenciais:

- 1) é todo ganho em imóveis obtido por aumento de valor derivado do investimento de terceiros, especialmente do governo;
- 2) é todo ganho derivado de mudança de normas edilícias e urbanísticas;
- 3) é todo ganho derivado da retenção indevida de um imóvel gerando uma escassez forçada que, ao reduzir artificialmente a oferta em relação à procura, eleva conseqüentemente o seu preço;
- 4) é todo ganho obtido pela não obediência às normas edilícias e urbanísticas creditícias ao dar uma vantagem ao empreendedor clandestino face ao que age dentro da lei; e
- 5) é todo ganho resultante de normas fiscais e creditícias que beneficiam determinados proprietários em detrimento de outros, sem que essas normas tenham sido definidas com o objetivo de subsidiar atividades.(Campos Filho, p.54).

Em comparação com os entrevistados, no que tange a especulação a entrevistada1 (professora de escola municipal de 32 anos) relatou que:

“A especulação imobiliária atual deixa aspectos que prejudicam diretamente o nativo do lugar, ocasionando um a falta de água nas comunidades devido os inúmeros poços profundos furados nas comunidades, não fiscalizados por parte da prefeitura e nem do ministério público. Segundo ela, “aqui é como se fosse uma terra de ninguém”, quer dizer quem tem poder aquisitivo pode tudo. As pessoas de Guaramiranga quando perguntadas do seu lugar, a primeira coisa que passa pela mente dessas pessoas é que nós vivemos do turismo, e quem é de fora só ver a cidade a zona urbana, não imagina que além da pequena cidade as pessoas levam gado para sertão, vendem plantas, plantam nas “quebradas” lugar entre a serra e o sertão, que as crianças até em 2013 utilizavam o transporte pau-de-arara como transporte escolar, que temos dois teatros na cidade com o nome da ilustre escritora cearense Rachel de Queiroz e sediamos o Festival de teatro, estadual já estamos na XXIII edição no ano de 2016, mas nenhuma escola tem aula de teatro e nem grupo de teatro, o que chega a ser um pouco irônico”.

Para Martins (2012), a prática da especulação imobiliária é incompatível com a função social da propriedade, uma vez que não visa aos interesses de toda a coletividade, mas apenas aos interesses de uma só pessoa ou de um grupo específico, há vários meios para coibi-la.

Nas vozes dos entrevistados a cerca como surgiu a especulação imobiliária em Guaramiranga a entrevistada 2 (Dona de casa de 48 anos estudou até ensino médio), afirmou que:

“A especulação imobiliária surgiu através do turismo e festivais, que veio prejudicando as populações devidas construções e desmatamentos desenfreados nas áreas de proteção ambiental. Hoje a Guaramiranga, chove poucos em relação ao período antes de avanço da especulação imobiliária no Município. E falando do turismo que trouxe expansão imobiliária e que na realidade poucas pessoas da cidade estão diretamente envolvidas com o ciclo de turismo, os donos de restaurantes, algumas pessoas que trabalham nesses estabelecimentos, pousadas, hotéis, chalés, alguns moradores que vendem seu artesanato para os turistas, não conseguem sobreviver somente desse trabalho precisam fazer outros trabalhos, algumas pessoas que trabalham nas imobiliárias, normalmente são da mesma

família, não tem incentivos por parte de prefeitura e nem de secretaria municipal do turismo não tem orientação. O turismo em Guaramiranga não foi pensado em qualidade de atendimento ou prestação de serviços. As pessoas que trabalham nesses estabelecimentos são mal remuneradas e não tem condições de se qualificar no trabalho, até tem alguns professores que até fazem bico, trabalhando nos restaurantes, limpando casas de veraneio”.

A especulação imobiliária é um dos piores inimigos do meio ambiente urbano, se não for o pior deles (MILARÉ, 2005). Por isso que o município de Guaramiranga, tanto a zona urbana como zona rural tem se enfrentado essa situação de degradação de meio ambiente e o agravante o município está inserido na área de proteção ambiental.

A prática da especulação imobiliária prejudica, também, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, prejudicam a vida dos animais que geralmente habitam nas florestas ou matas e por conseqüentemente acabam por invadir as casas, como mostra a Figura 2. Cobras invadindo casas que foram construídos na área de proteção ambiental, na zona rural concretamente na Linha de Serra que esta inserida dentro da APA.

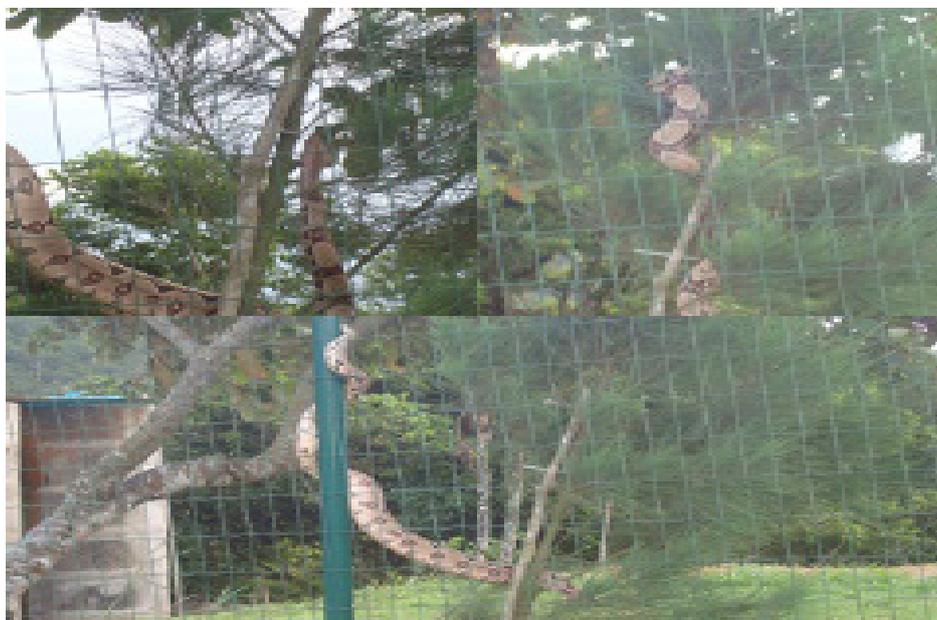


Figura-2-Cobra invade casa na zona rural (linha da serra)

Foto: Renata 1990

Outra consequência da especulação imobiliária é desmatamento realizado para dar espaço para construção de imóveis nas zonas centrais de Guaramiranga. Na Figura 3A está apresentado a cidade na década de 1990, e Figura 3B está a mesma área no ano de 2016, evidenciando a modificação no perfil dos imóveis no local.



Figura-3-Construção em Guaramiranga na década de 1990 (A) e em 2016 (B)
Foto: Renata 1990. Autor, 2016

Além disso, as poucas áreas livres que ainda restam são vendidas com o mesmo objetivo de erguerem-se novas edificações, tudo isso sem a preocupação com os impactos ambientais causados, pois a intenção é obter cada vez mais lucros, custe o que custar.

Essas modificações também foram relatados pelo entrevistado 3 (o agricultor de 62 anos) o qual relatou que:

A cidade está sendo pilhadas com novas construções e essas modificações estão deixando a cidade descaracterizado estão acabando com historia da Guaramiranga as construções que os nossos colonizadores deixaram para nós. Além da questão econômica, existe a mudança na paisagem, vizinhança, tráfego, fazendo com que aqueles que residiam há mais tempo não se enxerguem mais como pertencentes àquele lugar. A perda de identidade territorial talvez seja uma das piores conseqüências sociais causadas pela especulação desorganizada e no entanto na maioria dos casos não é avaliada nem tem a atenção por parte dos investidores da construção civil e do Estado.

A cidade esta mesmo modificada como relatou um dos entrevistados poucas edifícios históricos, a maiorias delas já foram demolido para dar uma nova visibilidade para cidade o que parece está deixando os moradores preocupados. A cidade de Guaramiranga se repara com a falta de saneamento básico falta de reestruturação das vias, conta com apenas uma via de acesso e duas ruas paralelas, quando tem eventos as calçada servem de estacionamento, a falta de saneamento básico causa a poluição de mananciais, além da contaminação do solo, aumento do fluxo viário sem uma reestruturação das vias acarreta poluição sonora, do ar, deterioração do asfalto, rebaixamento da rua em relação às calçadas.

Pegando com as falas dos entrevistados sobre as mudanças e construções desordenados a entrevistada 4 (vendedora de 45 anos formada em turismo) relatou que:

“Em 2012 ouve audiência publica a respeito da liberação das licenças ambientais para construção no município que teriam sido concedidas antes de 2009. Mas de lá para cá não mudou muito os empresários conseguiram na última instancia em Recife anular o pedido do povo, para seus benefícios próprios, e construíram suas mansões, aterram rios, riachos, nascentes do Rio Pacoti”.

No que tange aos recursos hídricos, o rio Pacoti, nasce em Guaramiranga é o único rio perene do estado do Ceará, sofre com os impactos ambientais ocorridos na serra.

O rio Pacoti possui 150 km de extensão, passando por vários municípios do interior Cearense: Acarape, Guaiúba, Pacajus, Horizonte, Itaitinga e Eusébio. O rio nasce como fonte de água mineral, que com passar dos anos e com a construção desordenada de casas no entorno de suas fontes nascentes em Guaramiranga têm recebido grande volume de detritos, especialmente de origem orgânica oriunda de esgotos domésticos. Atualmente, devido ao desmatamento em seus mananciais, existindo a possibilidade de escassez definitiva da nascente. (FUNCEME, 2015). Por esse motivo, o ecossistema original de floresta de Guaramiranga está desaparecendo gradativamente, o que demonstra a degradação ambiental causada pela especulação imobiliária.

No entender dos entrevistados sobre a especulação imobiliária no que tange o prejuízo da comunidade o entrevistado 5 (fazendeiro de 52 anos, agrônomo) disse que:

“A especulação imobiliária traz o esmagamento de comunidades que já existem por condomínios fechados que vêm se instalar e aumentar o custo de vida, a especulação imobiliária só traz benefícios para quem realiza as transações financeiras. O mesmo não acontece para quem sofre as conseqüências. Guaramiranga é conhecida internacionalmente, mas continua com suas escolas em péssimas condições, sem nenhuma estrutura adequada, é conhecida como a cidade da arte, mas não tem projetos que contemplem arte como música, teatro, dança. A única instituição que oferece alguns cursos chama-se AGUA (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE) órgão não governamental independente da Prefeitura, mas facilita para quem mora na cidade. Devido os inúmeros poços profundos furados nas comunidades no sítio, muitas dessas comunidades estão dependendo do carro pipa que a prefeitura envia para abastecer algumas casas, posto de saúde, escolas, mas não é o suficiente para atender a população”.

Séguin (2005.), elucida que os gastos necessários para a concretização dos serviços públicos efetuados, são chamados de custo social, pois integram toda uma gama de impostos pagos pelos contribuintes. Já o lucro inicial fica em posse dos especuladores.

Para Silva (2014), a valorização imobiliária conseguida através de investimentos feitos por

outros setores da sociedade, alcança lucros muitas vezes bastante grandes e geram benefícios, empregos na área de construções e no turismo para comunidades

Em comparação com os entrevistados no que tange ao benefício da especulação, o entrevistado 6 (corretor de 42 anos formado em administração) disse que:

“Ela veio através de festivais de teatros, jazz blues e estes festivais veio trazendo os turistas nacionais e internacionais, que começaram interessarem os locais devidos o clima, paisagístico e os próprios cidadãos de Guaramiranga começaram a vender as terras, portanto a tem muitas pessoas hoje até se arrepende, porque neste período as pessoas começaram procurar as casas, sitio terrenos e muitos foram vendendo e muitas pessoas aqui em Guaramiranga hoje moram em outras regiões, Caucaia, Fortaleza, as coisas assim mais distantes aqui do Município por conta de isso, que achavam na época não tinha tanto valor as terras e acabaram sendo indo por alguns dinheiros na época as pessoas chegando e vendendo e o inicio se deu a partir disso e hoje esta do jeito que esta”.

Para alguns entrevistados, que existem alguns benefícios da especulação imobiliária, o entrevistado 7 (servidor publico do município 49 anos formado em Biologia) enfatizou que:

“A especulação imobiliária traz alguns benefícios principalmente na área de construções para aqueles que vivem disso, hoje tem muitas pessoas vivendo de isso, aqui agricultura não se deu, mas aqui na serra até antigamente existia mas hoje não existe mas até teve o incentivo do governo mas hoje existe. Hoje maiorias dos pais de famílias trabalham com construções ganham seus dinheiros, pessoas jovens hoje já são mestres de obras para economia e bom. Mas se agentes for ver pelas questões ambiental não muito por conta dos construtores que ainda não atentaram para os cuidados do meio ambiente. Até se continuar assim do jeito que esta e não chover muito daqui a 5 ou 10 anos a Guaramiranga vai ter problemas serio com águas devido inúmeros poços que estão sendo cavados de forma ilegal nos interiores das grandes construções dos empresários que compram casas, terrenos, sítios aqui no Município”.

E essa pratica se verificam em todo município, tanto na zona rural como na zona urbana começaram a ter a carência das águas.

Em Guaramiranga, verifica-se quase todos os locais tem placas de vendas, terrenos como mostra a Figura, 4.

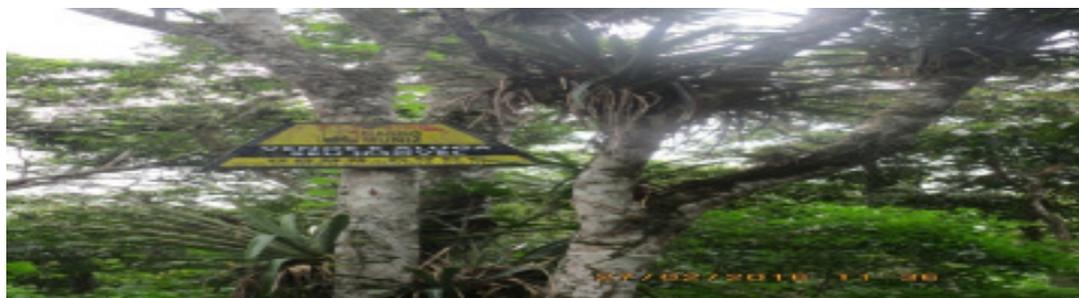


Figura-4-Placa posto no terreno para venda-Autor-2016.

Esta área que tem placa de vendas está inserida dentro de área de proteção ambiental (APA) na entrada da Linha da Serra.

Outra prática que se verificam é a construções de casas nas áreas de encostas que é proibido a loteamento como sendo Áreas de Proteção Ambiental (APA), mas continua ainda em construções como mostram as Figuras 5.



Figura-5-Casa construída na área de encosta-Autor-2016.

Casas que estão sendo construído em áreas de encostas, logo após o centro da Guaramiranga.

A Figura 6 mostra também crime ambiental que esta sendo cometido no município de Guaramiranga, abrindo estradas com as iniciativas próprias dos empresários por causa da especulação imobiliária, construindo grandes imóveis na área proteção ambientais (APA). A constituição Federal de 88 no seu Art. 60 disse. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes é crime.



Figura-6. Estrada que foi abeto para construções de grandes imóveis na área de encosta-Autor-2016.

No olhar dos entrevistados, no que tange sobre a essa pratica dos empresários a entrevistada

7 (estudante do ensino superior de 26 anos) relatou que:

“O Município de Guaramiranga não tem um projeto de urbanização por parte de governo ou da prefeitura local por isso que muitas das vezes os empresários acabam de tomar as suas iniciativas próprias sem consultar órgãos competentes, até certo momento a prefeitura tinha plano, mas foi cancelada devido à falta financeira, tem algumas partes que urbanização deve passar e já foram construídas casas, condomínios, pousadas e que possui o custo alto para prefeitura assegurar direitos dos proprietários caso seus bens forem demolidos. Mas a prefeitura reconhece que há grande necessidade de urbanização por causa de algumas localidades que estão em perigo de desabamento para que a urbanização seja feita é preciso intervenção de justiça, Ministério Público para assegurar esse direito aos cidadãos que vivem no município”.

A urbanização em Guaramiranga é muito importante extremamente urgente por partes que estão em risco. Além disso às vezes especuladores fecham rua sem consultar órgãos competentes e essas práticas dificultam moradores de poder a ter acesso alguns pontos da cidade com facilidade.

4. Considerações Finais

Conclui-se que em Guaramiranga a presença da especulação imobiliária afeta o meio ambiente, e as comunidades, promovem o desmatamento das áreas verdes, instalação de novos loteamentos, contribui para assoreamento dos recursos da água, impermeabilidade do solo urbano e rural, degradação ambiental, conflitos fundiários, a população mais pobre se afasta pra periferias ocupando as áreas irregulares de acessibilidade. Mas para alguns moradores existem alguns impactos benéficos, empregos principalmente nas áreas de construções e do turismo.

Referências

ARAÚJO, T. V. Guaramiranga: Lugar para viver ou visitar? . Disponível em <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 09 de Outubro de 2015.

BASTOS, F. de H. **Guaramiranga: propostas de zoneamento e manejo ambiental**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFC, Fortaleza, Ceará, 196 p., 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Censo Demográfico – 2010.

BRUNO, M. e S. O direito de arrendamento e a especulação imobiliária-2014. Revista jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 2418, 11 julho. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33644>>. Acesso em: 30 de Fevereiro. 2016

CAMPOS FILHO, C. M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CEARÁ, Secretária de Desenvolvimento Local e Regional. Arranjo produtivo local de café ecológico sombreado no Maciço de Baturité. Disponível em: <<http://www.apl.ce.gov.br/>>. Acesso em: 26 de Junho de 2015.

____ FUNCEME- Fundação Cearense de Pesquisa e Meteorologia. Disponível em <http://diariodo->

nordeste.verdesmares.com.br/.Acesso em 20 de Janeiro 2016.

GOMES, M. P. Da possibilidade de efetivação do direito fundamental à moradia por meio das Zonas Especiais de Interesse Social. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2598, 12 ago. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17112>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MILARÉ, EDIS. Impacto Ambiental e Dano Ambiental-glossário. São Paulo: Ed. RT, 2005.

MOTTA, D. M. **Gestão do Uso do Solo Disfunções do Crescimento Urbano**, Volume 1:Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana em Aglomerações Urbanas: Uma análise Comparativa, Brasília, 2002.

MARTINS, R. G. C. **Especulação imobiliária: entrave ao direito à moradia e impacto ambiental**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3196, 1 abril. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21386>>. Acesso em: 26 de Março. 2016.

SANTOS, A. M. P. S. A Urbanização Brasileira. São Paulo: HucitecTécnica, Espaço, Tempo. São Paulo: Hucitec.1993.

SÉGUIN, E. . Estatuto da Cidade. 2º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M. C. MetrÓpole globalização: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999.

RESERVA LEGAL COLETIVA COMO ÁREA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS ENTRE AS RESTRIÇÕES LEGAIS E O USO DA TERRA NO ASSENTAMENTO CAMPINA NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA-MS

DAIANE SANTANA SANTOS
VALTER GUIMARÃES

Resumo

No município de Bodoquena, na região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, onde se localiza a área da pesquisa, o projeto de assentamento Campina é um dos que se beneficiaram com o programa de reforma agrária. A reduzida área dos lotes associada com a topografia do terreno, por ser muito acidentado e pela existência da área de reserva legal coletiva, tornam-se os cenários objetivos deste trabalho. Os conflitos que permeiam na área do assentamento Campina são de natureza sócio espacial, visto que a reserva legal de forma coletiva vem sendo utilizada pelos assentados para a prática da criação de gado. Ainda acontece derrubada de árvores para uso nas propriedades. Hoje a maior problemática do assentamento gira em torno da invasão dos espaços que, delimitados como sendo área de reserva, vem sendo utilizados pelos assentados para a criação de gado. O espaço destinado para que eles desenvolvam suas atividades são considerados pequenos, em média quinze hectares por lote, além de possuírem afloramentos rochosos que impedem o uso de equipamentos, como por exemplo, tratores. A inclinação das encostas, somada à reduzida espessura da camada do solo, contribuem na movimentação de sedimentos pelas águas de enxurradas, contribuindo negativamente na sustentação produtiva. Pôde-se perceber que a criação de gado é vista pelos assentados como o recurso mais viável e de maior lucratividade, mesmo que em longo prazo. A maior problemática dessa prática, gira em torno da invasão de áreas pertencentes a reserva legal coletiva, “quebrando” assim a questão da sustentabilidade do ambiente e infringindo o que determina a legislação pertinente.

Palavras-chave: Código Florestal, Permanência no Campo, Sustentabilidade.

Resumen

En el municipio de Bodoquena, en la región suroeste del estado de Mato Grosso do Sul, donde se encuentra el área de investigación, proyecto de asentamiento Campina es uno de los que se beneficiaron del programa de reforma agraria. La reducción de la superficie de los lotes asociados con la topografía de la tierra, porque es muy desigual y la existencia de reserva legal colectiva, se convierten en los escenarios objetivos de este trabajo. Los conflictos en torno a la zona de asentamiento son Campina naturaleza socio-espacial, ya que la reserva legal en conjunto como se ha mencionado anteriormente, ha sido utilizado por los colonos a la práctica de ganado. Siempre pasa en el registro para su uso en propiedades. Hoy en día el mayor asentamiento de la cuestión gira en torno a la invasión de los espacios, que se define como el área de reserva que ha sido utilizado por los colonos para el ganado. El espacio destinado a desarrollar sus actividades son consideradas pequeñas una media de quince hectáreas por lote, además de tener afloramientos rocosos que impiden el uso de equipos, tales como tractores. La figura muestra la supresión de la vegetación de la reserva legal colectiva para el ganado, la actividad se practica en la mayoría de las propiedades. La inclinación de las pendientes, además de la reducción del espesor de la capa de suelo, contribuyen al movimiento de sedimentos por el agua de escorrentía, lo que contribuye negativamente a la ayuda a la producción. Podría ser percibido que la ganadería es visto por los colonos como el recurso más viable y una mayor rentabilidad, incluso a largo plazo. El mayor problema de esta práctica que los colonos desarrollaron, gira en torno a las zonas invadidas perteneciente a la reserva legal colectiva, “romper” como el tema de la sostenibilidad del medio ambiente y romper lo que determina la legislación pertinente.

Palabras clave: Código Forestal, La permanencia en el campo, Sostenibilidad.

1. Introdução

Os conflitos ocorrem entre pessoas e instituições (conflito jurídico-institucional) ou entre pessoas e a natureza (conflito ambiental). O conflito jurídico-institucional ocorre devido às diferenças de conceitos e percepções sobre a natureza. Já o conflito ambiental relaciona-se ao conjunto de práticas de apropriação da natureza (KLISLOWICZ et al., 2002, apud BUZZATO 2009).

No município de Bodoquena, na região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, onde se localiza a área da pesquisa, o projeto de assentamento Campina é um dos que se beneficiaram com o programa de reforma agrária. Foi criado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em treze de agosto de mil novecentos e noventa e sete, com uma área de 2.408,8339 hectares e capacidade para assentar 76 famílias (INCRA 2016).

O tamanho dos lotes é em média de 15 hectares, fato este que está associado com a topografia do terreno, por ser muito acidentado e pela existência da área de reserva legal coletiva. De acordo com o código florestal atual, na seção II que dispõe Do Regime de Proteção da Reserva Legal, em seu art.17, estabelece que a reserva legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Neste sentido, os conflitos que permeiam na área do assentamento Campina são de natureza sócio espacial, visto que a reserva legal de forma coletiva como já mencionado anteriormente, vem sendo utilizada pelos assentados para a prática da criação de gado. Ainda acontecem derrubadas de árvores para serem utilizadas nas propriedades.

2. Concepções Teóricas Metodológicas

De acordo com estudos realizados por Silva e Guimarães (2013, p. 81), estas terras foram divididas em setenta e seis lotes totalizando 54,77% da área e, por se tratar de região de domínio topográfico serrano tem agrupada uma área de 43,57% de reserva legal/preservação, ficando 1,66% ocupados com estradas vicinais e pequeno núcleo urbano, anteriormente ocupado pela escola municipal e hoje com a desativação desta vem sendo utilizada pela associação rural local. Sendo assim, o presente trabalho objetiva apresentar os possíveis problemas enfrentados pela comunidade do assentamento Campina, que geram uma espécie de conflito entre homem/ocupação espacial/legislação.

Dentre as opções das atividades produtivas dominantes na área do assentamento, a maior ocupação tem sido destinada para a lida com o gado. Essa opção foi determinada pelas características do lugar, que, mesmo possuindo solos férteis não é suficiente para que os assentados desenvolvam suas atividades de sobrevivência, agravando-se a isso a espessura desses solos em topografias de fácil movimentação pelas águas de enxurradas.

Do ponto de vista geológico e geomorfológico na região da pesquisa dominam rochas calcárias de tonalidades cinza-escuros, às vezes cinza-claros sustentando uma extensa e estreita área serrana de natureza calco-dolomítico, geomorfológicamente conhecida como Serra da Bodoquena (SILVA e GUIMARÃES 2013, p. 83).

Do ponto de vista hidrológico as águas superficiais são controladas pelo nível de base do rio Miranda. Localmente esse mesmo nível é controlado pelo rio Salobra, com escalonamento topográfico em drenagem paralela de oeste para leste com os canais fluviais do córrego Escondido, córrego Campina e rio Betione. Grande parte da área do projeto de assentamento esta inserida na bacia hidrográfica do córrego Campina tanto em relação à área ocupada com lotes como aquela destinada a reserva legal/preservação. (SILVA e GUIMARÃES 2013, p. 83).

A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, dispõe que a reserva legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, e em seu § 1º salienta que admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, (Sistema Nacional do Meio Ambiente) de acordo com as modalidades previstas no art. 20.

De acordo com Lima e Dornfeld (2014, p.183), o entorno de uma área protegida pode ser ocupado por assentamentos rurais, pequenas, médias e grandes propriedades agrícolas, cidades, empreendimentos minerários, industriais, dentre muitos outros tipos de usos do solo. Cada um desses usos acarreta riscos ambientais específicos à área protegida.

No caso do assentamento Campina, supostamente, a antiga área da reserva legal, hoje reserva legal coletiva não era assim delimitada, pois pertencia a uma fazenda que se destinava à criação de gado e que, com a implementação do assentamento a delimitação da reserva restringiu os espaços de uso da terra. As famílias que se apossaram dos lotes, extraíam madeira tanto para comercialização quanto para utilizarem em suas propriedades. Hoje a maior problemática do assentamento gira em torno da invasão dos espaços que, delimitados como sendo área daquela reserva, vem sendo utilizados pelos assentados para a criação de gado. O espaço destinado para que eles desenvolvam suas atividades são considerados pequenos em média quinze hectares por lote, além dos mesmos possuírem afloramentos rochosos que impedem o uso de equipamentos, como por exemplo, tratores.

Outra questão que também requer um cuidado especial é a comercialização das propriedades. Muitos assentados já venderam seus lotes mesmo não possuindo o documento que regula a posse oficial da terra: a escritura. De acordo com o INCRA, até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros (INCRA 2016). Não bastasse isso, há ainda as consequências advindas das vendas destes lotes irregularmente, talvez até para compradores que desconhecem as normas legais do órgão responsável pelo projeto de assentamento.

A situação econômica dos assentados também está bastante comprometida. Segundo moradores e como foi possível constatar, aos sábados durante a manhã as famílias se deslocavam até a cidade - Bodoquena, levando vários produtos para comercializar na chamada "feirinha". A proposta de realizar tal feira surgiu da administração municipal e não dos assentados, tanto é que ela mesma disponibilizou um espaço para que os produtores pudessem comercializar seus produtos como, por exemplo: leite, ovos, queijos, galinha, porco, verduras, pimentas, quiabo, aboborinha, enfim, o que tivessem disponível naquele momento.

Atualmente, visitando as famílias do assentamento Campina, pôde-se constatar que a maioria dos assentados já não estão participando da "feirinha". Segundo os assentados a vigilância sanitária não está mais permitindo que eles comercializem os produtos, principalmente o leite, ovos, galinhas e porcos, talvez devido às questões de saúde pública.

3. Resultados e Discussões

Diante das problemáticas acima elencadas, torna-se necessário retratar algumas situações que estão presentes na dinâmica do assentamento Campina, ressaltando como vem sendo utili-

zados os espaços destinados à área de reserva legal coletiva.

A figura 1 mostra a supressão de vegetação em área de reserva legal coletiva para a criação de gado, atividade esta praticada na maioria das propriedades. A inclinação das encostas, somada à reduzida espessura da camada do solo, contribuem na movimentação de sedimentos pelas águas de enxurradas, contribuindo negativamente na sustentação produtiva.



Figura 1- Supressão de vegetação em área de reserva legal/coletiva.

Dos resultados apresentados, bem como dos objetivos desse trabalho é possível considerar que na área do assentamento Campina 43,57% foi destinada para reserva legal coletiva. Entretanto, é preciso rever as ações praticadas pelos proprietários dos lotes dentro daquele espaço como visto na figura 1, onde parcela da encosta em área de reserva legal coletiva foi ocupada com atividade econômica ligada à pecuária. Isto fere o disposto nesta mesma legislação de duas maneiras: uma por invasão em área proibida, outra que, em se tratando de encosta com grau de inclinação acentuada fere novamente a legislação quando expõe aquele espaço em grau de risco positivo às regras de sustentabilidade se pensar na questão de manejo de espaços.

Há de forma mais agressiva, praticada na maioria dos fundos dos lotes, talvez por estarem estes fundos perimetrando com área da reserva legal coletiva, a abertura de clareiras com limpeza similar ao modelo de roças e nelas o primeiro uso tem sido sempre o das pastagens. Essa agressividade é nociva, pois representa uma atividade comum, colocando em risco a base das encostas das áreas vizinhas a espaços de conservação.

No entanto, o código florestal atual, capítulo III, que dispõe sobre as áreas de uso restrito, descreve em seu art.11 que, apenas em áreas de inclinação entre 25° e 45°, é que serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agronômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social. Individualmente, em grandes áreas o disposto neste artigo faz sentido, porém a maioria dos lotes no assentamento Campina, como já foi dito, possuem áreas excessivamente pequenas quando as finalidades de uso tem sido os da prática com a pecuária. Sobrepõe-se a isso o somatório de clareiras como novos espaços e obviamente novas situações

de risco como pode ser visto na figura 2. Percebe-se claramente que a área sofreu outro tipo de agressão tendo sido ateado fogo para limpeza, como nos sistemas rurais conhecidos como “roça”.



Figura 2- Clareiras abertas utilizando técnicas de maneira inadequada, prática comum entre os assentados é abrir clareiras, ateando fogo para introduzir pastagens.

Como mostra a figura 3 a seguir, os afloramentos rochosos impedem a introdução de trator para realizar a aragem. Por outro lado, a área onde se vê plantação de *brachiaria*, poderia ser utilizada para o cultivo de um pomar, já que os solos são muito férteis, conforme resultados obtidos em Silva e Guimarães (2013), porém de pequena espessura mostrando ainda traços ativos de fase evolutiva litólica e as raízes dessas plantas serviriam como um fixador de solo, fazendo com que os mesmos não sejam arrastados por águas de enxurradas, expondo mais ainda os afloramentos rochosos. Outro caso que chama a atenção nesta imagem é o fato do proprietário não ter adentrado à área de reserva legal coletiva vista nessa imagem, ao fundo.



Figura 3- Área utilizada com pastagens em meio a afloramentos rochosos.

A imagem da figura 4 chama atenção para o espaço entre o divisor de águas e o fundo do vale, área desmatada para a prática da pecuária bovina. No entanto, acompanhando os sentidos das setas é possível perceber pequeno eixo de linha de fundo de vale, cuja evolução natural começa a ser colocada em risco, devido ao novo tipo de uso da terra.

A proteção da mata ciliar do canal do córrego Campina, fica exposta a ações de ocupação do solo com a pecuária em ambas as faixas marginais, uma vez que à frente da imagem também é praticada a pecuária bovina. Quando se comparam as topografias de ambas as áreas de pastagens também é possível prever que aquela indicada pelas setas representa risco maior de evolução mais rápida justamente em presença da linha de fundo de vale dividindo a encosta.



Figura 4- Supressão da vegetação para introdução de brachiaria.

4. Conclusões

Diante das situações elencadas e como relatam os assentados, o tamanho dos lotes e a pouca espessura do solo, tornam o ambiente inviável para que possam desenvolver sua própria sobrevivência. Pôde-se perceber que a criação de gado é vista pelos assentados como o recurso mais viável e de maior lucratividade, mesmo que em longo prazo.

A maior problemática dessa prática que os assentados desenvolvem, gira em torno da invasão de áreas pertencentes a reserva legal coletiva, “quebrando” assim a questão da sustentabilidade do ambiente e infringindo a lei. Os assentados também reclamam da falta de assistência por parte dos órgãos competentes, tendo a impressão de que foram “jogados” naquele ambiente mesmo apesar dos solos possuírem uma boa fertilidade.

Levando em consideração a área do assentamento que é de 54,77% e a área da reserva legal 43,57%, chega-se a conclusão de que esse ambiente onde hoje estão assentadas as famílias não poderia ter sido utilizado para fins de reforma agrária e muito menos para a atividade de pecuária que já vinha sendo praticada antes mesmo da área se tornar assentamento.

Cabe ainda ressaltar que é possível a convivência harmoniosa entre homem e natureza, porém, isto só se tornará viável quando houver respeitos aos limites impostos pela própria natureza.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 13 jan.16.

BUZZATO, A. C. As Comunidades Locais e os Conflitos de Uso dos Recursos Naturais no Litoral Sul do Estado do Paraná. 2009. 61 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná. 2009. Disponível em: http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/20939/buzzato_dissertacao_completa.pdf?sequence=1 dia. Acesso em: 26 jan. 2016.

FREITAS LIMA, E.A.C.de. Riscos Ambientais Associados à Ocupação Antrópica no Entorno de uma Unidade de Conservação. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S.l.], v. 10, n. 3, nov. 2014. ISSN 1980-0827. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/850/874>. Acesso em 24 Fev. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.17271/198008271032014850>.

_____. Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. Código Florestal. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 22 fev.16.

SILVA, K. A. da; GUIMARÃES.V. Assentamento Campina: A Organização Espacial em Cenários de Transformação. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S.l.], v. 9, n. 7, nov. 2013. ISSN 1980-0827. Disponível em:<http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/548/573>. Acesso em: 15 Mar. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.17271/19800827972013548>.

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: O ESPAÇO VIVIDO PELA COMUNIDADE SURDA DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA-MS

C. J. DRESCH
E. M. FERREIRA

Resumo

Este artigo busca analisar como os alunos surdos do município de Aquidauana, MS construíram um novo local de convivência na espacialidade do referido município, a categoria território representa a identidade e, ao mesmo tempo um meio de inclusão social a partir do momento que se criam Oficinas para ensinar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, a partir dessas relações, a comunidade surda se fortalece no contexto geral do próprio município. Para isso foi realizado a discussão sobre grupo social, cultura surda, identidade, território e lugar. Para melhor compreensão deste tema aproveitaremos a vivência que tivemos enquanto participante de projetos e acadêmica do Curso de Ciências Biológicas do Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Para a realização deste trabalho utilizou-se uma pesquisa bibliográfica conceitual sobre grupos sociais, identidade, cultura surda, território e lugar, assim como uma pesquisa documental sobre as ações resultantes do Projeto realizado com os surdos do município de Aquidauana no período de 2005 a 2010 no Campus de Aquidauana/UFMS.

Palavras-chave: Grupos Sociais, Espacialidade, Lugar.

Abstract

This article aims to analyze how deaf students in the city of Aquidauana, MS built a new place of living in the spatiality of the municipality, the territory category represents the identity and at the same time a means of social inclusion from the moment you create Workshops to teach the Brazilian Sign Language (Libras), and from these relationships, the deaf community is strengthened in the general context of the municipality. For it was held the discussion of social group, deaf culture, identity, territory and place. For better understanding of this topic we will harness the experience we had while participating in projects and academic of Biological Sciences Course Campus Aquidauana, Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). For this work we used a conceptual literature on social groups, identity, deaf culture, territory and place, as well as a documentary research on the resulting actions of the Project carried out with the deaf of Aquidauana municipality in the period 2005 to 2010 Campus Aquidauana / UFMS.

Keywords: Social Groups , spatiality , Place.

1. Introdução

O interesse pelo tema surgiu desde o ano de 2006 com a experiência em sala de aula enquanto Professora Interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para aluno surdo. O interesse aumentou com ingresso no Curso de Ciências Biológicas a partir de 2007 e do Curso de LIBRAS em 2005 e como participante da Oficina de Informática para Surdos, desenvolvida no período de 2007 a 2008, e como responsável pelo Projeto de Extensão em 2009 e 2010 sobre Informática como ferramenta para o ensino de Educação Ambiental para os surdos.

Atualmente participando do Programa de Pós-Graduação em Geografia onde as discussões sobre as concepções de espaço e lugar tem proporcionado um entendimento sobre os recortes espaciais e temporais que as referidas ações proporcionaram na convivência desta comunidade no município de Aquidauana e a mudança de comportamento dos mesmos através do estudo da percepção.

Para responder ao problema proposto nesse estudo, apresentamos como objetivo analisar como o espaço do Campus de Aquidauana se constituiu em um lugar para o surdo vivenciar e compartilhar sua experiência vivida nos projetos, refletindo assim como essas ações contribuíram na construção da identidade territorial em vários espaços urbanos do município de Aquidauana-MS.

Segundo Michel Serres, 2001, a construção da Cultura, do espaço e do mundo passam pelo papel dos cinco sentidos, é a totalidade do corpo que constrói o espaço. E na ausência de alguns desse sentido, como a audição, essa construção será diferenciada? Como será a relação do espaço e sua constituição para a pessoa surda?

A formação da cidadania implica o envolvimento consciente de todas as camadas da sociedade, de maneira participativa e atuante, com vistas a preservar os valores humanos de todos os cidadãos que nela estão inseridos, como forma de atenuar as desigualdades e injustiças sociais vigentes e fomentar a inclusão desses agentes como verdadeiros cidadãos.

A pesquisa foi bibliográfica com abordagem em obras de vários autores da área da Geografia a fim de fundamentar teórica e metodologicamente a temática em estudo. Para a revisão bibliográfica foram utilizados livros e artigos científicos da área de geografia, bem como os relativos às ciências humanas em geral, os quais fundamentam sobre a concepção do espaço, lugar, território, assim como a utilização da percepção para a construção destas teorias. Foi realizada uma leitura sistemática, de modo a entender o espaço social como uma ocupação constante, e que dependem da relação dos indivíduos envolvidos nesse território de socialização construído; e pesquisa documental nos arquivos de dados produzidos no desenvolvimento dos projetos desenvolvidos no Campus de Aquidauana e em materiais produzidos de forma digital pertinentes que corroboram no estabelecimento as relações sobre a construção do espaço vivido dos surdos.

2. Localização Do Município De Aquidauana, Ms

Os municípios de Aquidauana e Anastácio estão localizados na região Centro-Oeste do país, na porção oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo o início da planície pantaneira sul mato-grossense, denominada Microrregião Geográfica de Aquidauana (MRG 002). O município de Anastácio, com uma extensão territorial de 2.849,21 km², possui sua área urbana limitada com a área urbana de Aquidauana, separados pelo Rio Aquidauana. O município de Aquidauana possui uma área de 16.708 Km² segundo BRASIL (1982).

Os municípios de Aquidauana e Anastácio estão delimitados pelas coordenadas geográficas 18°48'15", e 20°30'0" de latitude Sul e os meridianos de 55°50'0" e 56°59'15" a Oeste de Greenwich.

O Campus de Aquidauana, uma das unidades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, possui três unidades na área urbana do município de Aquidauana, sendo a Unidade I localizada próximo ao Rio Aquidauana, na rua onde localiza-se a ponte de madeira chamada Roldão de Oliveira, também conhecida como “Ponte Velha” ou “Ponte da Amizade” que dá acesso as duas cidades (Figura 01). Esta localização do Campus favorece o acesso tanto dos moradores do município de Anastácio quanto de Aquidauana.

Dresch (2010) relata as atividades que foram realizadas no Campus de Aquidauana entre os anos de 2005 até 2010. Vários projetos foram realizados com a participação da comunidade ouvinte e surda, assim como as famílias dos surdos moradores das duas cidades. No período de 2005 a 2008, iniciou-se o projeto de extensão cujo objetivo foi ensinar LIBRAS para a comunidade ouvinte e, num segundo momento os mesmos trabalhariam voluntariamente para ensinar informática aos surdos. Com este mesmo grupo de surdos, no ano de 2009 a 2010, iniciou-se um outro projeto onde os eixos eram a informática e temas específicos relacionados ao Meio Ambiente. Estas atividades culminaram em um ponto de encontro da comunidade surda dos dois municípios.

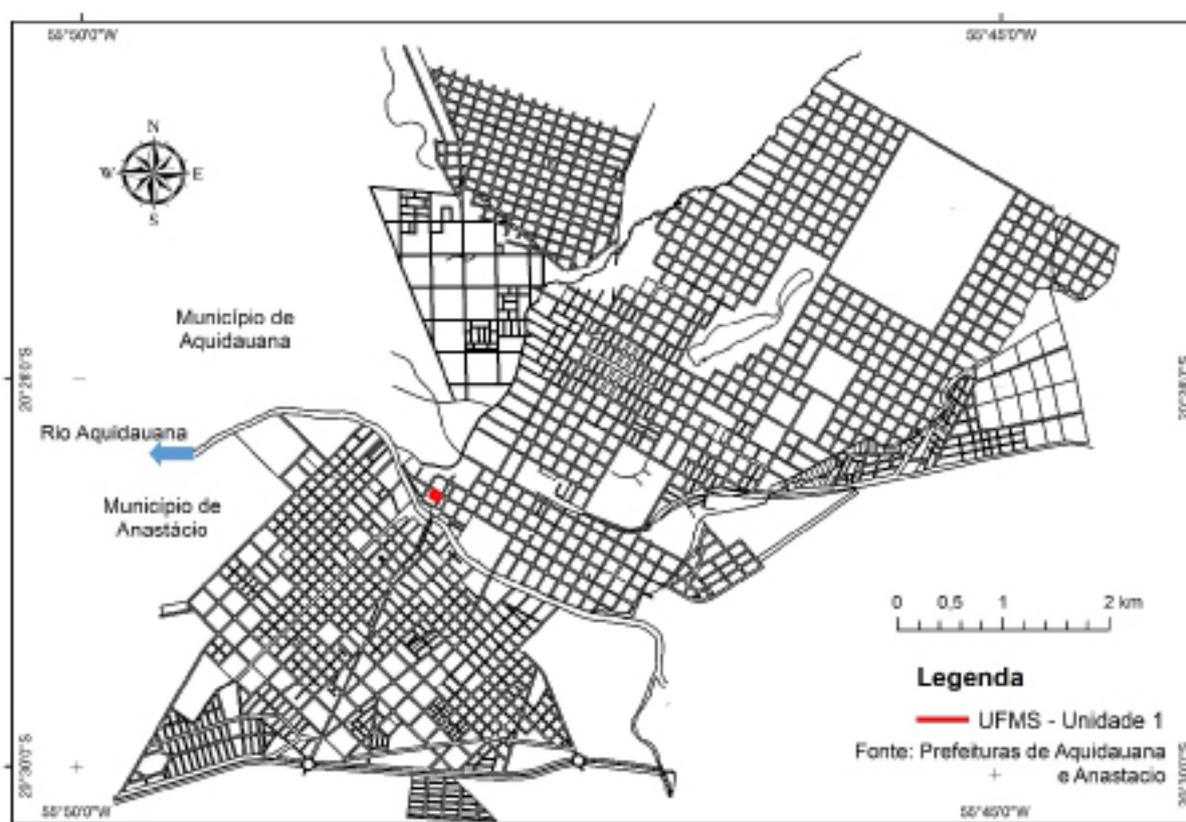


Figura 01 – Mapa de Localização dos Municípios de Aquidauana e Anastácio/MS e o Campus de Aquidauana

Fonte: IBGE, Org. e edição FERREIRA, 2015.

O primeiro projeto teve várias reformulações, pois com o bom rendimento da primeira turma e com a falta de Intérprete Educacional, tanto no município de Aquidauana (que contava com aproximadamente 5 Intérpretes) como no município de Anastácio, ao final do ano de 2005, quatorze alunos participantes da Oficina de LIBRAS foram encaminhados para participarem da prova

aplicada pelo Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS/SED/MS) para serem habilitados a trabalharem como Intérpretes na Rede de Pública de Ensino nos dois municípios.

Devido à urgência em melhorar o conhecimento desses profissionais que foram inseridos em sala juntamente com o aluno surdo, e a necessidade de capacitação dos poucos profissionais que atuavam na área, no início de 2006 o projeto foi reformulado novamente e passou a oferecer em paralelo a “Oficina de LIBRAS: nível básico” a primeira turma avançada denominada “Oficina de Intérpretes”. Além dos Intérpretes Educacionais, participaram da mesma os professores responsáveis pelas salas de recursos e classes especiais no município de Aquidauana.

A cada semestre, o projeto era avaliado para atender à necessidade existente, desta forma, foi também oferecida uma Oficina de LIBRAS voltada para a família de surdos. Foi necessário porque na grande maioria das famílias, os surdos que estavam na escola ou em contato com outros surdos que dominavam a Língua, aprendiam a LIBRAS enquanto a família dominava a mímica ou gestos.

Nos anos de 2007 e 2008, com o início da Oficina de Informática para Surdos, foi o momento que proporcionou o encontro dos surdos no espaço do Campus. Todos os sábados, no período da tarde antes das aulas, os mesmos encontravam-se e ali não tinha a distinção de idade, era um grupo único conversando entre si (Figura 02). Inclusive o surdo que não queria participar da oficina, neste horário ou ao final da aula, passava na Universidade para comunicar-se com os participantes. Este momento também criou a oportunidade de outras pessoas conhecê-los, pois ao término da “Oficina de LIBRAS” iniciava-se a “Oficina de Informática”, proporcionando o encontro de surdos e ouvintes dentro e nos arredores da universidade.



Figura 2 – Encontro dos surdos no Campus de Aquidauana no período vespertino antes do início das aulas.
Fonte: DRESCH (2010, p.56)

A mudança na melhoria do planeta depende de ações coletivas, mas para isso, precisamos

desenvolver no indivíduo a capacidade de desempenhar papéis importantes. Neste contexto, um importante papel, encontra-se com educador, pois cabe a este a responsabilidade de despertar nos alunos potenciais para que passem a exercer plenamente sua cidadania, resultando assim em processos de mudança (MEDINA, 2002).

3. Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Identidade Surda

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), foi reconhecida pela Nação brasileira como a Língua Oficial da Pessoa Surda, com a publicação da Lei nº 10.436, de 24-4-2002 e a Lei n 10.098, de 19-12-2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

Nas décadas passadas, as famílias com filhos surdos os escondiam e também não aceitavam a comunicação dos mesmos que era realizada através de Língua de Sinais; pois consideravam feio fazer gesto ou mímica como forma de comunicação com o surdo e não aceitava a língua de sinais como a primeira língua dos surdos (MONTEIRO, 2006).

Historicamente não existem registros escritos sobre Línguas de Sinais, o que dificulta temporalmente precisar a origem da mesma. Por se tratarem de comunidades pequenas e não reunidas geograficamente, o que se conhece até hoje sobre os surdos e suas Línguas de Sinais ainda é muito pouco (MONTEIRO, 2006).

No Brasil, em 1856, com a vinda do professor Ernest Huet, surdo francês que trabalhou no Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, o atual INES, trouxe o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil. Os surdos brasileiros, usavam algum sistema de sinais próprio, em contato com a Língua de Sinais Francesa (LSF). No ano 1857, foi fundado o denominado e atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, sendo este considerado o início oficial de LIBRAS no Brasil (MONTEIRO, 2006; RAMOS, [200-?]).

No Brasil alguns surdos eram encaminhados para o INES, que funcionava como um internato. Há registros em que, por mais severa que fossem as punições, as crianças conversavam através da Língua de Sinais nos dormitórios, nos banheiros, em vários locais do Instituto. Este encontro e troca de comunicação, foi importante, pois de lá partiram os líderes Surdos que divulgaram durante muitos anos a Língua de Sinais em todo o país (ALBRES, 2005; MONTEIRO, 2006).

Outro espaço importante para o encontro dos surdos, era nas fábricas, que teve seu início com a revolução industrial. No ambiente de trabalho, os surdos mesmo sem educação e vindos de locais distantes aprendiam a Língua de Sinais (ALBRES, 2005).

O aluno surdo Flausino José da Gama, em 1873 publicou o mais importante documento encontrado até hoje sobre a Língua Brasileira de Sinais, o “Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos”, de sua autoria, com ilustrações de sinais separados por categorias (animais, objetos, etc). Como é explicado no prefácio do livro, a inspiração para o trabalho veio de um livro publicado na França e que se encontrava à disposição dos alunos na Biblioteca do INSM (RAMOS).

Em 1929, foi fundado o Instituto Santa Teresinha na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Duas freiras passaram quatro anos no Instituto de Bourg-laReine em Paris, França, a fim de ter uma formação especializada no ensino de crianças surdas, o Instituto funcionava em regime de internato somente para meninas surdas. Os principais Institutos de Educação de Surdos tiveram como modelo a educação francesa e conseqüentemente, independente da contradição entre ensino oralidade ou Língua de Sinais, carregam consigo a Língua Francesa de Sinais (ALBRES, 2005; MONTEIRO, 2006).

Em 2006, no Instituto Santa Terezinha as turmas de surdos, do 2º grau, foram fechadas e os alunos transferidos para as escolas inclusivas. Não somente este Instituto, mas outras escolas para surdos vêm sendo fechadas e os alunos sendo transferidos para as escolas em salas regulares

(MONTEIRO, 2006).

Em 1969, foi realizada a primeira tentativa no sentido de tentar registrar a Língua de Sinais falada no Brasil. Eugênio Oates, um missionário americano, publica um pequeno dicionário de sinais "Linguagem das mãos", que apresenta um índice de aceitação por parte dos surdos de 50% dos sinais listados. A partir de 1970, quando surgiu no Brasil a filosofia da Comunicação Total e do Bilinguismo, atividades e pesquisas relativas à LIBRAS aumentaram de forma considerável. Em 2001 foi lançado em São Paulo o "Dicionário Enciclopédico Ilustrado de LIBRAS", projeto coordenado pelo Professor Doutor Fernando Capovilla, do Instituto de Psicologia/USP e em março de 2002 o Dicionário "LIBRAS/Português" em CD-ROM, trabalho realizado pelo INES/MEC e coordenado pela Professora Doutora Tanya Mara Felipe - UFPE/FENEIS (RAMOS).

A primeira lei promulgada no Brasil referente ao direito de acesso a LIBRAS foi em Minas Gerais e serviu de exemplo para todo Brasil. Até o ano de 2006 os estados que promulgaram leis estaduais a respeito do assunto eram: Acre, Amapá, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande de Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso de Sul e Rondônia (SENADO FEDERAL, 2006)

A língua de sinais apresenta uma gramática própria, diferente do português oral ou escrito. Os elementos que compõem as sentenças não obedecem à ordem: Sujeito, verbo, objeto e complemento. O surdo também destaca os elementos mais significativos para a compreensão da mensagem, enquanto deixa de lado aqueles considerados supérfluos.

Na frase "Eu vou a uma festa", sinaliza primeiro, "Festa, eu ir". Quando se trata da linguagem escrita, esta forma de organização da linguagem pode ter esta ordem de escrita, principalmente se a criança está no início do processo de aprendizagem da leitura-escrita. Para favorecer a inclusão de alunos surdos na escola comum, escolas municipais e estaduais vêm adotando a presença de um Intérprete na sala de aula. Apesar das perspectivas favoráveis dessas experiências, ainda existem muitas dificuldades que devem ser enfrentadas para que essa inclusão de fato ocorra (COSTA, 1998).

3.1 Os Surdos no Município de Aquidauana/MS

Conforme documentos e registros consultados no NUESP - Aquidauana, a Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Aquidauana-MS teve o seu início em 1976, com a implantação das Classes Especiais em duas Escolas Estaduais, onde o atendimento era para todos os alunos com diferentes deficiências. Este atendimento era realizado numa única sala.

No ano de 1981 com a criação da Diretoria de Educação Especial, ligado à Secretaria de Educação (SED) do Estado de MS nos municípios, foram criadas as Agências Regionais de Educação que tinham técnicos responsáveis pela área de educação especial, e no ano de 1983 foram criadas a Oficina Pedagógica e a Classe Especial para deficientes auditivos.

No ano seguinte, foi inaugurada no município de Aquidauana, a Associação Pestalozzi de Aquidauana: Escola Especializada "Mundo Feliz" e, criada a Supervisão de Educação Especial, ligada com a Agência Regional de Educação. Com a criação da Supervisão, ocorreu uma adequação estrutural ao atendimento, permitindo assim um melhor acompanhamento, pois atendiam os alunos mais comprometidos.

Através do Decreto n. 6.064, de 19 de agosto de 1991, a Secretaria de Educação do Estado implantou em Campo Grande e em mais treze municípios do Estado (que funcionavam como pólo para as outras regiões), as Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico (UIAP). Criou-se uma equipe multidisciplinar formada por professores, psicólogos e assistentes sociais, visando à integração do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Com a extinção

das Agências de Educação e, a permanência da equipe do UIAP, através de Decreto: Nº 9.404, de 11 de março de 1999, muda a sua designação para Unidade de apoio à inclusão do Portador de Necessidades Especiais (UNAI) Aquidauana MS e, com essa alteração passaram a existir setenta e sete Unidades em todo o Estado. Em Aquidauana, a Unidade contava com 4 técnicas, todas formadas em Pedagogia, onde cada dupla atendia sete unidades escolares estaduais, as creches e escolas municipais.

A primeira capacitação em Língua de Sinais recebida pela Unidade foi realizada no ano de 1996, no município de Aquidauana. Não temos como precisar a data que a LIBRAS surgiu entre os surdos de Aquidauana, porém, como alguns surdos sempre viajavam para a Capital Campo Grande, traziam na volta de suas viagens, o que aprendiam nas conversas ou visitas a outros surdos. A partir do ano de 2000, outras escolas passam a contar com salas de recurso e classe especial.

Com o Decreto nº 12.170, de 23 de outubro de 2006, o Governo do Estado criou oficialmente os Núcleos de Educação Especial (NUESP) para o desenvolvimento das políticas de educação especial da Secretaria de Estado de Educação. Os núcleos substituíram as Unidades de Inclusão existentes em todos os municípios do Estado.

O NUESP Aquidauana conta com o apoio de dois técnicos, uma Professora formada em Letras – Licenciatura, com estudos adicionais em Deficiência Auditiva e Especialização na área de LIBRAS e uma psicóloga, para atenderem aos alunos com necessidades especiais matriculados na rede estadual de ensino do município.

Compete aos técnicos do NUESP: articular junto à comunidade escolar as práticas específicas para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, como (GRANEMANN, 2006; JORNAL EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2009):

- Avaliação de alunos encaminhados pela coordenação pedagógica com indicadores de necessidades educacionais especiais;
- Emissão de parecer para autorização da abertura e funcionamento do serviço;
- Encaminhamento formal do aluno para Sala de Recursos;
- Orientação sistemática ao planejamento com o professor do serviço especializado e a coordenação da escola;
- Acompanhamento no ensino comum do desenvolvimento educacional do aluno da Sala de Recursos;
- Organizar estudos com o professor da Sala de Recursos de acordo com cronograma pré-estabelecido; Elaboração de registros sistemáticos do desempenho individual dos alunos;
- Orientação aos familiares no que concerne ao processo de desenvolvimento educacional do aluno;
- Efetuar desligamento do aluno da Sala de Recursos;
- Encaminhamentos, após avaliação, para: Brinquedoteca, fonoaudiologia, Mercado de Trabalho e outros que se fizerem necessários

Em 03 de maio de 2010, a Gerência Municipal de Educação do município de Aquidauana, criou o Departamento de Educação Especial, através da verba destinada pelo MEC, com a disponibilidade de criação das salas de recursos multifuncionais – para atender os alunos com deficiência intelectual, auditiva e física e estas salas irão fornecer apoio as salas regulares. (ACOSTA, 2010).

3.2 A Cultura e Identidade Surda

Segundo Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 “(...) considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.” Este

sujeito tem o direito de apropriar-se da LIBRAS e da língua portuguesa de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais.

Possuem a peculiaridade na sua identificação, pois encontra-se culturalmente dentro das experiências visuais. Compreende-se por cultura surda a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros. Possui características bem específicas, é visual e traduz-se de forma visual. As formas de organizar os pensamentos e a linguagem distinguem-se das formas ouvintes (SANTOS, 2008).

Os surdos possuem identidade surda. Porém se apresenta de formas diferenciadas, pois está vinculada à linguagem. A linguagem não é um referente fixo, pois é construída a cada interpelação feita entre sujeitos. Seus sentidos variam de acordo com o tempo, os grupos culturais, o espaço geográfico, o momento histórico, os sujeitos, etc (PERLIN, 1988, p. 7)."

Para Ferreira et. al. (2014) as comunidades surdas passam a existir a partir da união de sua identidade e cultura, pois vivem num determinado local e dividem os objetivos e buscam alcançar estes objetivos.

Perlin (1988, p. 15) considera que os surdos se identificam principalmente pelo uso da comunicação visual, não necessariamente sendo a LIBRAS:

"Dentro das comunidades dos surdos se diferenciam a simples incapacidade de ouvir e a auto-identificação dos sujeitos como surdos. O grau de perda auditiva importa relativamente pouco. O que é importante, e o que é considerado como evidência básica para pertencer ao grupo dentro da comunidade identificada, é o uso de comunicação visual, não essencialmente a língua de sinais, mas a constituição de signos visuais na comunicação."

STROBE (2006, p.30 apud FERREIRA et. al, 2014) define a comunidade surda como um grupo de surdos que utilizam a mesma língua, com costumes, histórias, tradições comuns e interesses semelhantes. Esta comunidade pode ser formada por surdos, assim como por ouvintes como seus familiares, amigos, colegas de escola e trabalho, intérpretes de LIBRAS, etc.

4. As Categorias de Análise da Geografia: Território e Lugar.

Segundo Castells (1999), as identidades ocorrem em meio a um processo de conceitos, tendo como base o conhecimento de um determinado povo. Essas relações são marcadas pelo poder, onde ocorrem resistência e sobrevivência. Na preservação desses territórios e identidades, esses grupos foram delimitando os seus limites.

As formas de apropriação e ocupação dos territórios influenciam nas diversas identidades construídas e assim como os modos de vida nos diferentes territórios. Nesse sentido, na definição de territórios levamos em conta alguns aspectos como: ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente.

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o "território nacional" sob gestão do Estado-Nação. (SAQUET, 2004, p. 81).

Gomes (2002) entende que a identidade se traduz sobre o território por um discurso a res-

peito da diferença. O espaço é, sob esse aspecto, sempre objeto de conflitos, pois, estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. As relações que se estabelecem na sociedade e se transformam em território, quando se materializam em um determinado lugar (concreto).

Nas literaturas existentes, uma definição de percepção a caracteriza como um processo pelo qual as pessoas tomam conhecimento de si, dos outros e do mundo à sua volta. A clássica obra do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, publicada originalmente em 1974 nos Estados Unidos, traduzida para o português em 1980, apresenta-se uma forma alternativa para os estudos geográficos, onde o autor valoriza a relação entre pessoas e o espaço, perpassando pela percepção e representação espacial, as culturas e as relações sociais.

Num estudo preliminar sobre a percepção do espaço por surdos, Campos de Santana citado por Barbosa e Santana (2004) demonstra que surdos podem mapear o mundo em que vivem a partir das emoções que sentem ao cruzar o espaço, ao contrário de ouvintes que criam referenciais externos para se situar no mundo. O Mundo do Silêncio é o mundo das emoções.

Assim, cotidianamente, as percepções de um indivíduo são construídas sobre as demais pessoas e as situações. Com os novos dados sentidos, sintetizam e os reordenam em um processo mental outra forma de construir informações. Esse processo corrobora a desenvolver o conhecimento de si e de seu ambiente, que poderão ser percebidos não como são de fato, mas como são assimilados.

A geografia estuda o espaço, tanto as formas naturais como os espaços construídos pelo trabalho humano e suas relações que ocorrem em sociedade. Na busca de compreender essas relações, cientificamente desenvolveu algumas categorias que permitem uma concepção de mundo que engloba as transformações e a dinâmica da sociedade, porém estes termos são utilizados por outras ciências, porém nem sempre com a mesma aplicabilidade e o mesmo significado na ciência geográfica, são elas: Território, Lugar, Paisagem e Região.

Apesar de existirem várias vertentes sobre as concepções que contribuem para a abordagem conceitual de território, Santos (2009; p.9) define que o Território é o lugar em que ocorrem todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência, "isso impõe a necessidade de captar em cada momento histórico o que é mais característico do sistema de objetos e de práticas vigentes."

Na ocupação de território por grupos sociais como os surdos que se organizam e socializam se através de reuniões, escolhem lugares que de alguma forma expressam uma identidade com o grupo, assim, definem seus territórios, ocupam o seu lugar no espaço.

A conceituação histórica da palavra lugar possui uma das primeiras definições a partir de Aristóteles na sua obra intitulada Física, onde definiu que lugar nada mais era que o limite que circundava o corpo. Aprimorando o conceito realizado por Aristóteles, Descartes em sua obra intitulada Princípios Filosóficos, afirma que o lugar também deveria ser definido em relação à posição de outros corpos.

Dentro da ciência geográfica, é consenso que o conceito lugar possui destaque na corrente Humanística, na qual essa categoria tem sua classificação como geografia fenomênica/humanista (geografia cultural) e a geografia crítica (marxista – materialismo/histórico/dialético).

Considerada dentro da corrente humanística como sendo uma das categorias de análise mais importantes da geografia, juntamente com o espaço. Um dos autores mais conceituados sobre o conceito de lugar encontra-se Yu-Fu Tuan. Os humanistas valorizaram a experiência do indivíduo ou do seu grupo, desta forma tentam compreender as maneiras de ser, de agir e de sentir das pessoas em relação aos lugares. Nesta corrente, o lugar resume-se ao ambiente ao qual o indivíduo

encontra-se integrado, ou seja, o espaço com significados para o indivíduo, ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições.

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como a do estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política (TUAN, 1995, p. 149).

A essência desse lugar encontra-se através das experiências vividas no espaço, que podem ser através das ações e da percepção em sua experiência concreta ou simbólica, ou seja, o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho, o entretenimento, o lazer, o prazer, o lar (casa, ou qualquer local considerado como lar), o vilarejo ou bairro, a escola, o trabalho, a cidade, o país e o mundo (LOPES, 2012).

Milton Santos, principal autor da Geografia Crítica pontua que os lugares devem ser analisados observando a história das relações que foram desenvolvidas e critica uma análise do lugar feita somente a partir dele mesmo, como se ele por si só se explicasse (SOUZA, et. al. 2009). O lugar passa por uma construção sócio-histórica, que cumpre determinadas atribuições na lógica social.

Diante dessas análises, compreende-se, em relação aos espaços e territórios dos surdos no município de Aquidauana/MS, que estes se solidificaram, a partir do momento que foi proporcionado aos mesmos um lugar para realizarem esses encontros, onde a comunidade surda foi consolidada com a inserção de novos indivíduos e, nesta relação o que mais ficou marcado foi a chamada identidade surda, pois teve-se destaque a comunicação por meio da Língua de Sinais. Desta forma, consideramos esse território multifacetado, porque não era exclusivo dos surdos, pois dentro dele existiam grupos diferentes, ouvintes, interpretes, família, cada um com seu interesse, ou seja, com sua identidade e mesmo existindo a interação dos mesmos, cada grupo delimitava seu espaço de ação.

5. Considerações Finais

Os surdos em Aquidauana, MS não possuíam muitos espaços de convivência, com exceção das escolas onde estudavam ou nas casas de outros surdos. Com o desenvolvimento dos projetos realizados pelo Campus de Aquidauana, os surdos se encontravam com mais frequência e, como o Campus se localiza bem perto da ponte que liga as duas cidades, foi bem estratégica sua localização para propiciar o encontro dos surdos dos dois municípios o que corroborou para que frequentassem com uma certa assiduidade outros espaços, como sorveterias, praças e, inclusive a visita na casa de ouvintes participantes das Oficinas, contribuindo assim para que a comunidade surda também aumentasse.

A partir das discussões sobre o tema proposto, destacamos que os surdos como indivíduos pertencentes a uma sociedade buscam em decorrência da necessidade de serem entendidos e valorizados dentro dessa condição social ao que vive. Dependem do domínio da LIBRAS para que suas relações com outros segmentos da sociedade possam ser concretizadas.

Na construção deste território, na qual envolve a educação, cidadania, respeito, a história, ação inclusiva e a diminuição as desigualdades, observamos as relações que foram sendo construídas pelos grupos existentes naquele momento, como surdos, família, instrutores, interpretes e participantes dos cursos. Destacamos essas relações sociais foram possíveis através de uma ação

educativa, mostrando assim o quanto o papel da educação faz-se importante em todos os segmentos.

Naquele momento, cada grupo tinha o seu interesse próprio em participar dos cursos, porém o interesse maior era dominar a LIBRAS, a partir do momento que este território foi construído, aquela Unidade de Educação Superior passou a existir como um lugar para os surdos, e ao mesmo tempo ela foi sendo ampliada em outros pontos dentro da cidade.

Na medida que os surdos conhecem a si mesmo, e criam a relação homem e o espaço, passam também a reivindicar seus direitos, assim como ganhar experiência em comunidade, pois a partir do domínio desse espaço cria-se a afirmação da sua diferença. A possibilidade dos surdos viverem em um território onde as fronteiras vão sendo desconstruídas, contribuem na medida do possível, que este espaço esteja em constante modificação. A partir do momento que esse espaço vem se descentralizando, o indivíduo pode questionar e criar culturas surdas e culturas ouvintes, sem que uma interfira na outra.

Desta forma, concluímos que a construção desse território, através de uma ação educativa contribuiu para o surgimento de relações que de maneira espontânea disseminou a cultura surda e fortaleceu a sua identidade, potencializando a sua cultura e fortalecendo a sua comunicação, em especial a LIBRAS, que permitiu mediar a relação de surdos e ouvintes.

Referências

ACOSTA, Carolina. **Gemed implanta Departamento de Educação Especial**. 2010. Disponível em <<http://www.aquidauana.ms.gov.br/noticia.php?id=MzAyNw>> Acesso em 15 dez 2015.

ALBRES, Neiva de Aquino. **História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS**. 2005. Disponível em <<http://www.editora-ararazul.com.br/pdf/artigo15.pdf>> Acesso em 20 dez 2015

BARBOSA Lima, M.C., Santana, A. O mundo do silêncio: A percepção do espaço em alunos surdos e ouvintes. In: **Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, IX**, Jaboticatubas, 2004. Anais - CD-ROM, Jaboticatubas, SBF, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SF. 21 - Campo Grande; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

COSTA, Dóris. A Construção da Escrita por Indivíduos Surdos: um percurso a ser desvendado. In: **I Seminário Sobre Linguagem, Leitura e Escrita de Surdos**. Mar., 1998, Belo Horizonte. ANAIS: CEALE. p. 193-214.

DRESCH, C. J. **As Dificuldades no Ensino de Ciências para Alunos Surdos**. 2010. 114 f. Monografia (Curso de Licenciatura Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana.

FERREIRA, A. L. O.; PINHEIRO, L. E. B; VALERIO, M. N. M. A Espacialização do Surdo em Belém do Pará. O Território como uso social do espaço urbano. 2014. **I Simpósio Mineiro de Geografia "Das diversidades à articulação geográfica.** Maio / 2014,

GRANEMANN, Jucélia Linhares. **Educação Especial:** trajetórias em Mato Grosso do Sul. 2006. Disponível em <http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/sites/sed/index.php?templat=vis&site=98&id_comp=284&id_reg=59&voltar=lista&site_reg=98&id_comp_orig=284> Acesso em 20 dez 2015.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de Geopolítica da cidade. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

JORNAL EDUCAÇÃO ESPECIAL. **CEAD-Centro Estadual de Atendimento à Diversidade.** 2009. Disponível em <<http://www.blogger.com/feeds/5170954024028112767/posts/default>> Acesso em 19 dez 2015.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia. Ensino & Pesquisa** (UFSM) , v. 16, p. 19-26, 2012.

MEDINA, Naná Mininni. Breve Histórico da Educação Ambiental. **Revista Brasileira de EA** n. 03, de 12/12/2002. Disponível em: <<http://www.sesc-se.com.br/educacao/BREVE%20HIST%20RICO%20DA%20EDUCA%C7%C3O%20AMBIENTAL.doc>> Acesso em 03 dez 2015.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos Movimentos dos Surdos e o Reconhecimento da LIBRAS no Brasil.** 2006.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto.. **Histórias de Vida Surda.** 1988. 51 f. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS:** a língua de sinais dos surdos brasileiros. [200-?] Disponível em <www.editora-arara-azul.com.br> Acesso em 20 de dez 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, Adriana Tonello dos. **O Espaço Geográfico, os Surdos e os Processos de Inclusão/Exclusão Social na Cidade de Santa Maria/RS.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** 4º ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SENADO FEDERAL. Senador EDUARDO AZEREDO. **Língua Brasileira De Sinais:** uma conquista histórica. Brasília, 2006. Disponível em < http://www.culturasorda.eu/resources/Reconocimiento_LIBRAS.pdf> Acesso em 13 dez 2015.

SERRES, M. **Os Cinco Sentidos:** Filosofia Dos Corpos Misturados-1. Rio de Janeiro : Bertrand, 2001

SOUZA, C. G. ; SOUZA, Talina A. ; SANTOS, F. S. ; MENEZES, V. M. . **As Principais Correntes do Pensamento Geográfico:** Uma breve discussão da análise de lugar. Enciclopédia biosfera , v. 05, p. 1-11, 2009.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1995. p. 143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURISMO E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO POLO MUNIM, MARANHÃO

EDILANA WASNEY VIEIRA

ANTÔNIO JOSÉ DE ARAÚJO FERREIRA

DANILLO JOSÉ SALAZAR SERRA

Resumo

Por meio de análises dos fenômenos turísticos com base nos conceitos oriundos da geografia, destaca-se a importância do território no planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável. A cognição e análise destas territorialidades auxiliam no planejamento e distribuição das atividades turísticas, principalmente das que utilizam áreas naturais protegidas ou ambientes com fragilidade inerente ao uso público. O artigo objetiva investigar as relações entre “turismo e território”, através de uma discussão a partir da análise do planejamento turístico sustentável no Polo Munim englobando o planejamento estratégico adotado com base no Plano Maior. Procurou-se ainda discutir a importância do planejamento estratégico territorial para o turismo, o papel das políticas públicas no ordenamento territorial desta atividade.

Palavras-chave: Gestão territorial, Gestão Turística, Plano Maior.

Abstract

Through analysis of the tourist phenomenon based on concepts from geography, it highlights the importance of the territory in the tourist planning for sustainable development. Cognition and analysis of territoriality assist in the planning and distribution of tourist activities, especially those using natural protected areas or environments with fragility inherent to the public use. The paper aims to investigate the relationship between “tourism and territory” through a discussion based on the analysis of sustainable tourism planning at the Polo Munim encompassing strategic planning adopted based on the Greater Plan. We sought to further discuss the importance of territorial strategic planning for tourism, the role of public policies in land use of this activity.

Keywords: Territorial management, Tourism Management, Greater Plan.

1. Introdução

O território é umas das categorias geográficas mais importantes para entendimento do espaço e das relações que nele existem, sendo que por isso autores como Raffestin (1993), Santos (1998), Cunha (1996), Cruz (2005) e Ferreira (2014) conceituam, refletem e/ ou têm feito esforços para analisar sua aplicabilidade. Neste caso, é possível relacionar o turismo com conceitos e categorias geográficas, como exemplo, o território, o qual é importante para entendimento do espaço e das relações que nele existem. Nesse contexto, Cruz (2005, p.29) explica que o uso do território implica na análise de sua configuração, constituição e apropriação ao longo do tempo, assim evidenciados a partir do dinamismo econômico-social e da infraestrutura existente.

Milton Santos (1985), afirma que a sucessão de meios geográficos nos permite contar a história do território e seu uso, território usado, sinônimo de espaço geográfico. Ademais, deve-se ressaltar o que é entendido por território usado. De acordo com Santos (2005), o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Focalizando-se nas reflexões sobre turismo e território, a intenção é perpassar por estes conceitos, incluindo as apreciações necessárias para as discussões envolvendo as territorialidades decorrentes do turismo. Muitas são as atividades econômicas que podem influenciar no domínio e uso do território, como o é caso do turismo tratado aqui como elemento principal da análise.

A almejada aplicabilidade em termos de análise será centrada no Polo Turístico Munim, que foi criado e passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Estado do Maranhão (Plano Maior) a partir de 2009; isto, por possuir um grande potencial para o segmento ecológico (turismo de aventura e ecoturismo), pretendendo facilitar o desenvolvimento a partir das peculiaridades e diversidades da "região", sustentadas nas riquezas naturais, culturais e históricas. É formado pelos municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário. Está estrategicamente posicionado entre dois mais importantes polos turísticos do Maranhão, isto é, o Polo São Luís e o Polo Lençóis Maranhenses (MARANHÃO, 2012). Entre essas municipalidades, a mais antiga remonta a 1688 (Icatu) enquanto as mais recentes foram instituídas em 1994 e desde final de 2015 integram a Região Metropolitana da Grande São Luís, sendo que em seu interior há comunidades quilombolas, projetos de assentamento, ribeirinhos e unidades de conservação, além de diversos usos que historicamente revelam conflitos. O turismo, assim, impõe novos valores e usos no agora Polo Munim.

2. Metodologia

O método utilizado para a realização da presente pesquisa foi o indutivo através de pesquisa exploratória, seguindo algumas etapas. Em gabinete foi organizado e elaborado um banco de dados com as informações pesquisadas nas fontes bibliográficas e de campo.

Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa foram:

a) levantamento bibliográfico (incluindo periódicos, livros, monografias, dissertações e teses) acerca da relação turismo e uso do território, assim como sobre o Polo Munim;

b) levantamento cartográfico com o propósito de se analisar a espacialização da infraestrutura existente; levantamento documental em que foram priorizados os oficiais, a exemplo do Plano Maior (2000 e 2011), Censo do IBGE (2010) e Relatórios de Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) do IMESC (2009-2010);

c) realização de duas etapas de trabalho de campo, sendo uma no segundo semestre de 2014 abrangendo os municípios; e outra no primeiro de 2016, a fim de se proceder à observação direta intensiva e registro fotográfico;

- d) realização de 10 (dez) entrevistas não padronizadas com representantes das secretarias de turismo, meio ambiente, associações, empresários;
- e) seleção, análise e interpretação dos dados e informações obtidos.

3. Uso do Território e o Turismo.

O turismo é um dos fenômenos mais dinâmicos da sociedade, com forte incidência na (re) produção, transformação e organização do território/ espaço. Segundo Raffestin (1993) o território possui caráter administrativo e político, sendo nele realizadas ações de poder, sua característica principal. Por fazer uso do espaço, o turismo tem como principal objetivo o consumo do mesmo, e encontra na Geografia conceitos e categorias capazes de proporcionar um entendimento abrangente das diferentes relações que se estabelecem nessa prática social. O vínculo entre turismo e a Geografia pode ser percebido quando Conti expressa que:

O turismo é um processo que interessa à sociedade e à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo. (CONTI, 2003, p.68)

A abordagem geográfica e territorial do turismo fornece subsídios para uma melhor compreensão dos processos de produção, organização do espaço e organização social, em que sua dinâmica no uso do território intensifica e amplia ainda mais as possibilidades de análise.

De acordo com Haesbaert (2002) o território pode ser dividido em três dimensões definidas por seu caráter administrativo-político, cultural e econômico; assim, estes três elementos são “integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais” (HAESBAERT, 2002, p. 38). Em suas diversas expressões, o território enfoca sua dinâmica como uma prática social e a atividade econômica relacionada a diversos fatores e situações em um dado momento se materializam como mais um vetor da produção e transformação do espaço.

A produção do espaço é um processo no qual as diversas relações sociais se estabelecem a partir de interesses de agentes, cujas estratégias e conteúdo culminam no dinamismo que conta a própria história dos lugares; desta forma, é concebida na totalidade que as envolve a produção do espaço, já que “uma formação sócio espacial é fruto de do processo social e histórico de produção do espaço” (CRUZ, 2007, p.9). O turismo, neste contexto, é mais um dos elementos constitutivos desta complexidade. Na formação sócioespacial materializa-se a compreensão do mundo, uma vez que:

Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação sócio espacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. (SANTOS, 1996, p.107, apud CRUZ, 2007, p.9)

De acordo com Santos (1985) apud Bordo; Silva et al (2004, p. 7) “a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais”. Faz parte do contexto da prática social, o que signi-

fica que seu foco muda com o rumo da história.

Como descreve Luchiari (2004), o turismo transforma o valor de uso do território em valor de troca. O consumidor do espaço, o turismo, e que geralmente faz uso não somente da visão contemplativa da paisagem, como também dos elementos constitutivos do território, incluindo as pessoas. Trata-se da categoria "território usado", sinônimo de espaço geográfico e porções do espaço que são efetivamente usados pela sociedade. Segundo Santos (1994), o espaço geográfico ou território usado, possui diversos fatores de análise e mudanças no decorrer do tempo, onde agentes viabilizam determinadas atividades e seus objetivos.

Ao considerar o uso do território e turismo, deve-se levar em conta que:

(...) a intensificação do uso do território de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer (CRUZ, 2003, p. 12).

Percebe-se desta forma que a relação entre turismo, espaço e território depende imprescindivelmente das estruturas composta pelos equipamentos turísticos. A atividade ligada ao turismo tem impulsionado o crescimento econômico e como consequência depende da infraestrutura local para sua prática. A Geografia tende a estudar cada vez as relações do território já existentes ao longo da história com novas configurações e (re)produções oriundas da atividade turística, onde o turismo busca:

(...) a relevância social, política, cultural e econômica que esta atividade ganhou nos últimos tempos. Além de ser um grande elemento que pode permitir o desenvolvimento econômico de regiões, o que é pertinente aos estudos geográficos, é entendido como uma necessidade social imposta pelos atuais padrões de sociabilidade, refletindo seu caráter político e cultural, tornando-o objeto de estudo importante para a geografia. No entanto, destacamos como o principal fator para o crescimento dos estudos geográficos, o caráter espacial desta atividade (SILVA, 2012, p. 48).

Essa atividade seria então uma forma de erradicação da pobreza e miséria dos habitantes que recebem o turista, já que tem como objetivo impulsionar o comércio local e gerar emprego e renda, mas ao contrario gera desigualdades e ganho de capital para empresários que em sua maioria não são oriundos das regiões visitadas. Nesse contexto a Geografia começou a discutir sobre o planejamento turístico e a utilização do espaço geográfico para o surgimento e crescimento dessa atividade. Observa-se assim, a importância de entender o processo de produção do espaço e as relações nele existentes, priorizando as relações sociais e atividades econômicas que podem influenciar no domínio, uso e produção desse território, como é o caso do turismo tratado aqui como elemento principal da análise.

4. Planejamento Turístico.

A prioridade do turismo como atividade econômica no País remonta a 1962, em que a extinta Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) foi instituída como objetivo conhecer e estruturar o mesmo; essa comissão foi aperfeiçoada e resultou na criação, em 1966, da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo -Decreto Lei nº 55) que teve como foco principal o planejamento estratégico

do turismo, por meio de diversas instituições sendo que os dados anteriores revelam que a citada atividade não representava uma fonte considerável de renda para o Brasil. Percebeu-se a preocupação na melhoria dos serviços e promoção dos diversos atrativos existentes como forma de atrair mais turistas, surgindo assim como medida para dinamizar a economia e colocar o País como um dos principais receptores de turistas do mundo.

Em 1991, a EMBRATUR apresentou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que estabeleceu que os setores público e privado tivessem uma conduta a ser seguida e crescer de acordo com as diretrizes estabelecidas. Em 1994 o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado pelo governo federal, priorizou o processo de descentralização administrativa do turismo com ênfase no local, através da valorização das populações locais, com destaque para os municípios, ressaltando essa atividade como fator econômico e como fonte de renda extra e geração de emprego, visando à qualidade de vida e a preservação dos recursos locais (SANTOS; TEIXEIRA, 2009).

O produto turístico nacional caracteriza-se por oferecer tanto ao turista brasileiro quanto ao estrangeiro uma gama de opções, com destaque aos atrativos naturais, aventura e histórico cultural.

Nos últimos anos, o governo federal tem concentrado esforços em políticas públicas para o turismo brasileiro, procurando baratear o deslocamento interno, desenvolvendo infraestrutura turística e capacitando mão de obra para o setor, além de aumentar consideravelmente a divulgação e demanda de turistas do exterior. A legislação geral não atende às necessidades do desenvolvimento do turismo das mais variadas localidades que o país possui, tornando assim necessário formular leis e regulamentos específicos que privilegiem o papel do turismo em todos os campos da vida econômica, social, cultural e política, dando-lhe prestígio como atividade e, em consequência, atraindo gente jovem e competente para o setor.

Foi em decorrência dessa retomada do planejamento na escala da União, o governo do estado apresentou o Plano Estratégico de Turismo do Maranhão, em 2000, o qual enfatiza as potencialidades turísticas como um instrumento da política pública com intuito de promover o desenvolvimento local e regional. Como documentos de políticas públicas têm-se os planos, os programas e os projetos. Os dois últimos se constituem em unidades menores que servem para detalhar o plano, que é um produto de maiores proporções. Já os programas correspondem a um conjunto de projetos que concretizam o plano, tornando-o mais operacional; nos projetos se concretiza o processo alcançando os objetivos (BENI, 2006).

O governo do estado referido lançou em seu plano estratégico duas versões do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão, cuja primeira é de 2000 e a segunda remonta a 2011, com o intuito de desenvolver atividades sustentáveis a fim de minimizar a pobreza.

Os objetivos do Plano referem-se ao desenvolvimento turístico sustentável que por sua vez, está calcado em quatro pilares: (i) turista satisfeito; (ii) retorno dos investimentos; (iii) mínimos impactos culturais e ambientais negativos e (iv) cidadão satisfeito. No Plano Maior destacam-se as seguintes metas: alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada (em números de turistas), conscientizar a sociedade quanto aos benefícios sociais do turismo de qualidade, criar uma imagem turística do Maranhão e aumentar o fluxo turístico. (MARANHÃO, 2000)

O Plano Maior (2000) foi criado com o objetivo de formular as metas a longo e curto prazo com base na ideia central do desenvolvimento turístico do Maranhão, assim como “vender” o Maranhão. Estes planos foram influenciados por um macroprograma - Plano Nacional de Turismo

(PNT 2007/2010), em que é um programa de gestão voltado para capacitar municípios interessados na gestão local da atividade turística. Devia, assim, ser seguido de forma que atendesse a todos os pilares para o desenvolvimento de uma atividade turística focada, não apenas em capital, mas que também venha a ser referência em turismo sustentável onde o turista fique satisfeito com a atividade oferecida pelo município; que gere retorno dos investimentos aplicados para o município, mas também para a população que trabalha com o meio; que de forma sustentável as características ambientais sejam preservadas e a cultura local ganhe ênfase; e que o cidadão tanto participante da atividade como trabalhador e turista sintam-se satisfeito com o projeto de implementação do plano maior.

Na primeira edição do Plano Maior, no ano 2000, foram criadas três etapas a serem seguidas: 1) Diagnóstico (foram catalogados 149 atrativos turísticos no estado); 2) Definição das estratégias (informações necessárias para estratégias de promoção turística); 3) Estruturação e consolidação (organização e melhoria na infraestrutura dos polos dentro do contexto nacional).

Na versão do Plano Maior 2020, apresentada em 2011, segmentaram-se as localidades por temas: turismo de aventura, cultura, ecoturismo, entretenimento, praias, negócios, turismo histórico e náutico. Estimou-se que a atividade turística nesse estado cresceria no mínimo de 10% e previa-se a entrada de 2,6 milhões de turistas no Maranhão até 2014 (MARANHÃO, 2011).

Para tanto, o Plano Maior de 2020 identificou o papel de cada um desses polos no composto turístico do Maranhão, estabelecendo prioridades e caminhos para seu desenvolvimento com foco da realidade atual e nas principais tendências de mercado.

Quanto aos objetivos gerais do Plano Maior 2020, destaca-se o de:

Alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada; Comportar o envolvimento da comunidade de forma que a mesma possa se beneficiar do turismo de qualidade; Consolidar uma imagem turística do Maranhão e de seus Polos no mercado de interesse; Prover força competitiva ao Maranhão ao mercado turístico; Aumento sustentável do fluxo de turismo; Aumentar em maior escala, as receitas geradas pelo turismo. (MARANHÃO, 2011, p. 178)

Os objetivos gerais do Plano Maior são traçados a partir de um modelo que busca o desenvolvimento dos polos, assim como a estratégia de produtos. O modelo prioriza o turismo de qualidade sendo dirigido por valores de mercado de forma a gerar benefícios efetivos por meio da atividade turística, permitindo assim, encontrar soluções às questões socioambientais e econômicas que afetam o setor turístico e as comunidades diretamente envolvidas. Assim como os objetivos, as metas também seguem a mesma linha de raciocínio, que segundo o Plano Maior 2020 é:

Aumento real e significativo dos grupos de turistas que se hospedam em meios de hospedagem regulares, em especial hotéis e pousadas; Deve ser estimulado o crescimento sistemático da taxa de ocupação hoteleira, como o melhor aproveitamento dos períodos de baixa temporada; Manutenção do crescimento de oferta hoteleira, sobretudo em São Luís, propiciada por novos investimentos privados no setor (MARANHÃO, 2011, p. 179).

É nesse contexto, que o desenvolvimento turístico previsto seria através das características próprias de cada município inserido nos polos turísticos. Primeiramente foram criados cinco polos que serviram para dinamizá-los e concentrar as atividades turísticas, são eles, São Luís; Parque dos Lençóis; Delta das Américas; Chapada das Mesas e Florestas dos Guarás (Plano Maior 2000-2010). E posteriormente no Plano Maior de 2020 foram criados mais cinco, ou seja, o Munim; Lagos e

Campos Floridos; Amazônia Maranhense; Serras, Guajajaras, Timbira e Kanela; e Cocais. Assim, atualmente o estado do Maranhão possui um total de dez polos turísticos.

5. O Planejamento à Luz do Desenvolvimento Sustentável.

A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento que era visto como meio e fim de um processo inevitável. O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir:

as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Embora a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico seja relativamente simples e as discussões acerca dessa aplicabilidade, ainda são frequentes a confusão entre eles. O crescimento econômico é comumente medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas por um país num determinado período de tempo. Sob o prisma econômico do desenvolvimento: aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade (FURTADO, 1961, p.115-116). O desenvolvimento está relacionado à diversificação do sistema industrial e a homogeneização dos padrões de consumo.

Nesse sentido, Celso Furtado afirma que:

O verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização das forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los (FURTADO, 1961, apud HADDAD, 2001, p.11).

Milone (1998) defende que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Assim, com a finalidade de deixar clara a diferença entre esses termos, ratifica-se que o crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção. Já o conceito de desenvolvimento é mais amplo e engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade desse crescimento (GREMAUD, 2006). O conceito de desenvolvimento é mais abrangente e refere-se como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Pensar em desenvolvimento é, antes

de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade.

A preocupação com a degradação ambiental provocada pelo crescimento econômico desordenado deu ensejo ao termo “desenvolvimento sustentável”, que surgiu quando se percebeu que a referida degradação está intimamente relacionada com a queda na qualidade de vida. Esta relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico tornou-se, então, motivo de preocupação para o turismo, já que utiliza do ambiente como produto .

Por ser um grande propulsor da economia na atualidade, o turismo traz consigo uma variedade de impactos, com efeitos tantos positivos como negativos para uma sociedade e ao meio ambiente. Muitos impactos são induzidos pelo crescimento dessa atividade, uma vez que a construção de infraestruturas gerais diretamente ligadas ao setor (estradas, aeroportos, hotéis, *resorts*, etc.), o ambiente poderá ser afetado negativamente.

A gestão e o desenvolvimento sustentável do turismo é possível a todas as formas, inclusive ao turismo de massa. Mas para que isso aconteça, os princípios de sustentabilidade aplicados ao desenvolvimento do turismo devem atender as dimensões ambientais, econômicas e socioculturais de forma equilibrada à longo prazo. Para que isso ocorra, segundo Pires (2012), o turismo sustentável deve:

Otimizar, porem não maximizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade. Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras e conservar seu patrimônio construído, sua cultura e seus valores tradicionais. O turismo sustentável deve ainda contribuir para a aproximação intercultural entre turistas e anfitriões e para a tolerância recíproca. Viabilizar as operações econômicas de longo prazo que proporcionem benefícios socioeconômicos para todos os interessados, bem como sua distribuição de forma justa. Viabilizar ainda o emprego estável e as possibilidades de geração de renda e serviços sociais às comunidades receptoras, contribuindo para a redução da pobreza.(PIRES, 2012, p.183)

Para que o turismo sustentável ocorra, é necessário à participação contínua com monitoramento dos impactos, cujo é o principal desafio aos governantes e todos os demais setores envolvidos, e conscientização de todos os interessados. Diante dessa perspectiva e com base nos princípios de sustentabilidade, o turismo também pode ser um aliado para a conversação e proteção do meio ambiente por meio da consciência ambiental, sensibilização e educação ambiental tanto de quem utiliza o ambiente como produto econômico, mas também a quem o utiliza como lazer.

6. Contextualizando o Polo Munim, Maranhão.

O Polo Munim (Figura 1) é composto pelos municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário; passou a fazer parte do Plano Maior a partir de 2009 e possui grande potencial turístico ecológico (turismo de aventura e ecoturismo). A nomeação do polo é referência ao rio Munim, que passa pelos municípios de Morros, Axixá e se mistura às águas salgadas no município de Icatu. É parte integrante do Golfão Maranhense, estando próximo da Ilha do Maranhão e banhado pela Baía de São José, que a separa da face Leste do citado espaço insular.

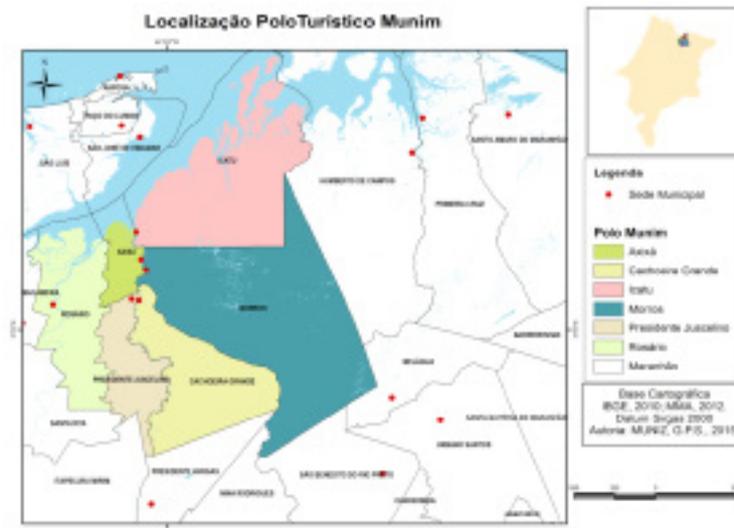


Figura 1: Mapa de Localização do Polo Munim – MA, Brasil.
Fonte: IBGE 2012. Adaptação: MUNIZ, G.P.S, 2015.

O “portal de entrada” da “região”, no entanto, é o baixo rio Munim, com suas características de transição do Cerrado para a Amazônia e afluentes de águas cristalinas, corredeiras e pequenas cachoeiras como os rios Una, Arruda e Boqueirão, nos municípios de Morros, Icatu e Axixá. Os rios Munim e Una são os protagonistas da natureza da “região”, e em seus leitos de areia fina, formam diversos balneários frequentados para banho (MARANHÃO, 2012).

Tendo em vista que o polo Munim possui grande potencial turístico ecológico (turismo de aventura e ecoturismo), como o Polo Munim, é necessário que haja um planejamento que atuará no desenvolvimento de políticas públicas no polo. O planejamento de turismo subentende um conceito fundamental:

“é um sistema inter-relacionado de fatores da oferta e da demanda. Os fatores da demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços. Os atrativos turísticos são os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos, e todas as atividades desenvolvidas em função deles. Os fatores da oferta turística, em seu conjunto, podem ser denominados de produto turístico” (BENI, 1999, p.8).

O planejamento do turismo faz com que o governo se envolva diretamente no processo de desenvolvimento do setor e cria um clima de confiança, certeza e estabilidade que vem beneficiar, a um só tempo, o empresariado do setor e os turistas. Os fatores de demanda são um estímulo para o crescimento do setor com a dotação de infraestrutura, emprego, aumento do PIB, produção de artesanato nas comunidades envolvidas, comercialização, dentre outros fatores, que conseqüentemente refletem-se na melhora da qualidade de vida das comunidades.

Ao identificar os atrativos turísticos e o papel de cada um desses polos, o Plano Maior 2020 estabelece caminhos e prioridades para o desenvolvimento turístico com foco na realidade atual e nas principais tendências de mercado para a próxima década.

O planejamento, a gestão, o controle e o monitoramento bem desenvolvidos do turismo são

fundamentais para a interação entre turista e o ambiente receptor. Porém, dois dos seis municípios que compõe tal polo, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino, não possuem secretarias de turismo, o que dificulta qualquer tipo de desenvolvimento e apoio a essa atividade .

A ausência de projetos para o turismo, o descaso com a população faz com que muitos recorram ao turismo de base comunitária sem que necessariamente exista apoio municipal. Esse é o caso que acontece na Cachoeira do Boqueirão, localizada no município de Icatu (Figura 02).



Figura 02: Cachoeira do Boqueirão em Icatu-MA.

Fonte: VIEIRA, 2015. Imagem 06/12/2015.

As visitas/ usos na cachoeira do Boqueirão desenvolvem-se de forma espontânea, pois não recebe apoio da Secretaria de Turismo do Município de Icatu. A falta do planejamento turístico acaba por provocar vários problemas, entre eles, o grande fluxo de visitantes na área gera resíduos sólidos que não são coletados de forma seletiva, o que não é mais agravado porque um morador da comunidade quilombola em que se insere esse atrativo fica responsável por coletar os mesmos. A estrada em direção à cachoeira, ainda permanece sem pavimentação, o que qualifica o lugar e, contraditoriamente, desfavorece o acesso à cachoeira devido à falta de infraestrutura. Essa precariedade de acesso também é encontrada na Praia de Santa Maria, outro potencialidade turística do município de Icatu.

Em relação aos atrativos históricos, pode-se citar as ruínas do Forte do Calvário, no município de Rosário (Figura 03). O Forte é apontado com uma das potencialidades, porém a falta de conservação do local deixou o prédio às ruínas. Não só a má conservação, mas o acesso até esse forte não possui sinalização turística e muito menos a pavimentação da estrada que dá acesso. O Roteiro Integrado Náutico do Munim, proposto para desenvolver o turismo náutico no polo, seria uma alternativa para a exploração da atividade turística , porém a descontinuidade dos projetos turísticos fez com que o Roteiro não fosse concretizado.



Figura 03: Forte do Calvário em Rosário-MA.

Fonte: VIEIRA, 2015. Imagem 06/12/2015.

Outra problemática encontrada no município de Rosário, às margens do Rio Itapecuru, e no município de Axixá, às margens do Rio Munim, são os elevados índices de desmatamento e queimadas, desordenada extração mineral, ocupação das margens dos rios e despejo de esgoto in natura. Da mesma forma que o lixo, quando não tem seu destino final depositado de forma correta, gerando doenças e tornando a localidade vulnerável por parte de potenciais visitantes; a ausência de saneamento básico também é um fator relevante, pois compromete tanto a saúde da população residente quanto a dos visitantes ou até mesmo por possíveis redes de comércio ou hospedagem com interesse de se instalar no local.

O município de Morros tem um forte potencial para o ecoturismo, devido ao grande número de atrativos naturais que possui. Dos seis municípios que compõe o Polo Munim, Morros é o que possui a atividade turística em maior desenvolvimento. O principal atrativo é Rio Una (Figura 04), que tem seu leito formado em alguns trechos de rochas e pedras; e as margens são compostas de vegetação de mata fechada com grande quantidade de juçarais. Porém, assim como os demais municípios, o mesmo sofre com a falta de infraestrutura e gestão municipal dos recursos de uso turístico.



Figura 04: Balneário do Rio Uma, Morros - MA.

Fonte: VIEIRA, 2015. Imagem 06/12/2015.

A construção desordenada de residências, pousadas e bares tem intensificado a perda da vegetação e assoreamento do leito do rio. O grande fluxo de visitantes sem o devido planejamento nas “áreas de banho” também causa sérios problemas na degradação do leito dos rios e pela quantidade de lixo depositada nas margens sem a devida destinação dos resíduos. São facilmente identificados os crimes ambientais advindos da errônea utilização do rio em atividade turística, quase totalmente predatória, descaracterizando a beleza local.

O turismo oferece oportunidades de solucionar e combater a pobreza através da geração de renda e de novos postos de emprego para a população local, mas depende da vontade política (CORIOLANO 2006); alguns problemas em relação à aplicação das políticas para o turismo nesse polo estão relacionados aos gestores dos municípios. A falta de acompanhamento da atividade turística por parte dos gestores acaba por dificultar o ordenamento da mesma, e não auxiliam a população na organização para receber o turista, assim como não aplicam o que vem sendo determinado pelos planos e projetos voltados para o turismo.

Destaca-se que os municípios que compõem o Polo referido, por mais que sofram com problemas que permanecem e/ ou têm sido incrementados em decorrência da falta e/ ou precariedade de políticas públicas que atendam as necessidades básicas e sem a efetiva implantação do Plano Maior, almejam a efetivação da atividade como forma de obtenção de renda para o desenvolvimento da população.

As abordagens que resultam do interesse e da preocupação em conceber o turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais, sob a averiguação da sustentabilidade estão muito longe de se tornar realidade, já que o Polo não conta com nenhum tipo de planejamento turístico e muito menos uma gestão voltada a sustentabilidade. Por isso, o planejamento continua sendo a chave para se efetivar as potencialidades turísticas do Polo Munim.

7. Considerações Finais

A finalidade das políticas públicas para o desenvolvimento e gerenciamento do setor turístico, instiga gestores privados e comunidade a verem no turismo, oportunidades antes não imaginadas (emprego, divulgação da cultura, renda etc.). A criação do Polo Munim facilita o desenvolvimento do turismo a partir das peculiaridades e diversidades da “região”, aproveitando assim as riquezas naturais, culturais e históricas, que são potencialidades do polo através da atividade turística e melhorando a qualidade de vida da população.

Os dados obtidos com a pesquisa favorecem a compreensão do cenário de inúmeras potencialidades, porém, o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento ainda não se materializou no polo analisado, embora a atividade ainda seja defendida pelo Plano Maior e desejada pela comunidade como alternativa para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Diante do exposto, este artigo resultou no esclarecimento referente à geografia e uso do território e às políticas de turismo que vêm se desenvolvendo no Polo Munim. O Poder Público não deve permitir que o turismo seja inserido em uma localidade apenas com a intenção de melhorá-la, pois o processo deve ser inverso: primeiro melhora-se a estrutura para depois recebê-lo.

A atividade turística, assim, deve ser interpretada e planejada adequadamente o que pressupõe interesse conjugado tanto público quanto da comunidade envolvida, de maneira que políticas públicas instituídas para efetivar tal atividade, proporcionando benefícios que contemplem a todos os envolvidos na cadeia produtiva em apreço.

O desenvolvimento sustentável do turismo provoca o desafio da sua aplicação numa forma de desenvolvimento mais responsável, direcionando a sua abordagem ao planejamento futuro, com esforços de todos os setores envolvidos. A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo ao planejamento e gestão futura, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente. Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário a conciliação do planejamento turístico integrado ao desenvolvimento, envolvendo a participação ativa da população local e da gestão municipal e estadual, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

Referências

ALVES, Flamorion Dutra; SALES, Elias Júnior Cârama Gomes. **O Estudo do Turismo na Ciência Geográfica: Propostas Teórico- Metodológicas**. Anais do VI Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Caxias do Sul- RS, 2010. ISSN 1806-0447. 11p.

BENI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo**. Turismo em Análise, v. 8, n. 1, p. 8, 1999.

BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BORDO, A. A; SILVA, C.H.P et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. FCT/UNESP, 2004. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfQ0kAB/as-diferentes-abordagens-conceito-territorio/> Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Geografias do turismo – de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. 140 p.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Revista Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2003.

CONTI, J.B. Ecoturismo, paisagem e geografia. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e limites**. SÃO PAULO: Contexto, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda**. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/ Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

_____. **Síntese de informações municipais**. 2012. Acesso em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=21/> Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

LUCHIARI, M . Tereza D. P. **Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo**. In: SERRANO, Célia; TURINI, Heloísa B; LUCHIARI, Ma . Tereza D. P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2004. p. 105-130.

MARANHÃO. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Situação Ambiental da Região do Baixo Munim**. São Luís: IMESC, 2012. MARANHÃO.

Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: Plano Maior**. São Luís, 2000.

MARANHÃO. Secretaria Estadual do Turismo. **Plano maior - Maranhão 2020: "turismo a certeza do futuro"**. São Luís: SETUR, 2011.

PIRES, Paulo dos Santos. **Sustentabilidade dimensão ambiental**. In: BENI, M. (Org.). Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão. São Paulo: Manole, 2012. p.183.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr A. B.(Org). **Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BORDO, A. A; SILVA, C.H.P et al. As diferentes abordagens do conceito de território. FCT/UNESP, 2004. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfQ0kAB/as-diferentes-abordagens-conceito-territorio/> Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. **Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de pólo turístico.** Revista Turismo Visão e Ação. v. 11, nº 02. p. 218-241, 2009.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O turismo e a produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma prática Sócioespacial.** Revista Geografia Ensino e Pesquisa. Vol.16, nº 2, maio/ago, 2012. ISSN 2236-4994. Pag. 47-61.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA ILHA TAUÁ-MIRIM, MARANHÃO

LARISSA RODRIGUES MARQUES

ANTONIO CORDEIRO FEITOSA

IGOR DE LUCCAS SANTOS

RENATA MARIA SOUSA CASTRO

MARCO AURÉLIO NERI TORRES

Resumo

O termo vulnerabilidade foi incorporado à abordagem dos riscos ambientais motivando a realização de grande variedade de estudos, incluindo a vulnerabilidade socioambiental, que desponta como foco de grande interesse social por sua inclusão no âmbito das políticas públicas. No Maranhão, pesquisas relacionadas à vulnerabilidade vêm despertando interesse em face das consequências do crescimento econômico. A ilha Tauá-Mirim, localizada no município de São Luís, está sendo modificada devido a impactos que afetam o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida da população, atribuídos ao funcionamento de indústrias instaladas no setor oeste do Distrito Industrial. O presente trabalho teve como objetivo analisar a vulnerabilidade da população residente na ilha Tauá-Mirim em face das transformações ocorridas no ambiente após a instalação de grandes empreendimentos industriais. O estudo foi desenvolvido com orientação do método fenomenológico por propiciar a análise espacial de fenômenos ambientais e sociais recorrentes, tal como estes se apresentam, obtendo-se como resultados a vulnerabilidade da população da ilha Tauá-Mirim, que é caracterizada como tradicional e que mantém relação de dependência com o ambiente do qual retira a sua subsistência por meio de atividades como a pesca e o extrativismo vegetal, não oferecendo risco aos recursos naturais devido à sua forma de uso, ao contrário desta, as instalações industriais situadas no entorno de Tauá-Mirim alteram a dinâmica ambiental da área e a relação daquela população com o meio. As comunidades, por sua vez, têm lutado pela permanência das atuais relações que possuem com o ambiente e continuidade do seu modo de vida, com base na sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Comunidade Tradicional, Sustentabilidade, Impactos.

Abstract

The word vulnerability was incorporated into the environment risks approach, which did motivate a great variety of studies based on it, including social and environmental vulnerability, which is growing as a focus of a big social interest, mainly because of its inclusion in the scope of public politics. On Maranhão, searches related to this vulnerability have growing interest up due to its economical growth consequences. Tauá-Mirim Island, located in São Luís, is being modified due to impacts that interfere with environmental balance and locals life's quality, which is being attributed to the action of new-placed industries, located on the west side of its industrial district. This work had the purpose to analyze local population of Tauá-Mirim vulnerability in order of environmental transformation after the settlement of those big industrial's enterprise. The work was, also, conceived with the guidance from the phenomenological method, mainly because it makes possible an spatial analysis over recurrent environmental and social phenomena exactly how they show themselves, which results revealed Tauá-Mirim locals vulnerability, which is shown as traditional and sustainable, also having a sort of dependence over ambience, from which they make their living, mainly by activities such as fishing and vegetal extractives. In a contrast to this, the industrial settlements seems to alter the environmental dynamics from that area, which also seems to change the very own relation of that population with the environment. The communities, in turn, have been fighting for their nowadays relations permanence with the environment and the maintenance of their lifestyle, based upon environmental sustainability.

Keywords: Traditional Community, Sustainability, Impacts.

1. Introdução

A urbanização e a industrialização são entendidas pela maior parte da sociedade como sinônimos de desenvolvimento. No entanto, o que se observa são alterações socioambientais que ocasionam consequências negativas no ambiente como a degradação dos recursos naturais e a geração de conflitos resultantes das transformações do meio físico e da sociedade, atribuídas ao rápido desenvolvimento tecnológico, econômico e científico.

Os ambientes naturais contêm diversos componentes de natureza física e biótica, intrinsecamente relacionados cuja mudança na frequência e magnitude dessa relação pode afetar o sistema. Esta condição é mais significativa nos ambientes costeiros onde a complexidade dos sistemas tende a maximizar os efeitos dos impactos ambientais e provocar sérias consequências para a população.

O Brasil possui uma extensa área costeira, com elevada diversidade de ecossistemas, sendo intensamente explorada, pois a maior parte de sua população habita em áreas costeiras cujo processo de ocupação evoluiu historicamente. Todavia, a ocupação desses terrenos é quase sempre feita de forma espontânea, sem ordenamento territorial, o que tem provocado intensa degradação do ambiente com impactos ambientais recorrentes, provocados por intervenções antrópicas.

Dentre os ecossistemas da costa brasileira se destaca uma sucessão de estuários e igarapés que desempenham papel importante na reprodução de diversas espécies da fauna marinha. Por essa razão, infere-se que o conhecimento sobre as características geoambientais da área é imprescindível para a compreensão da compartimentação geomorfológica e dos processos dinâmicos envolvidos na formação do relevo como a hidrodinâmica e a circulação subaérea, fluxos que interferem diretamente na avaliação e no controle da vulnerabilidade dos sistemas físico-bióticos frente aos processos naturais e humanos.

O Maranhão possui o segundo maior e mais diversificado segmento do litoral brasileiro, sendo evidentes as modificações resultantes de atividades humanas como a agroindústria e a transformação do meio. O processo de ocupação e uso da terra não foi planejado, provocando impactos ambientais como a diminuição das áreas de manguezais, impermeabilizações do solo, erosão, contaminação da água e outros; e sociais como: urbanização, industrialização e comprometimento da qualidade ambiental.

Ao longo das três últimas décadas, a ocupação da zona costeira de São Luís foi marcada por fortes transformações socioambientais decorrentes, principalmente, do crescimento urbano-industrial que ocasionou a diminuição dos recursos naturais, potencializada a partir da década de 1980, com a implantação de grandes projetos industriais estimulados por programas governamentais.

A ilha Tauá-Mirim está inserida no complexo e dinâmico sistema costeiro do Golfão Maranhense, situada nas proximidades do Distrito Industrial de São Luís. Seu território é ocupado por populações tradicionais que ainda conservam um modelo particular de interação com o meio, aproveitando recursos naturais como: extrativismo vegetal, agricultura, criação de pequenos animais e a pesca, que constitui o principal meio de subsistência, principalmente a pesca do caranguejo, favorecida pela composição do ecossistema local, no qual ocorre intensa dinâmica da maré e precipitação anual em torno de 2000 mm (FEITOSA, 2006).

O alcance da sustentabilidade é tarefa complexa porque implica o reconhecimento dos limites de utilização dos recursos existentes em determinada área sem comprometer o equilíbrio ecológico (RABELO; FEITOSA, 2014). Em Tauá-Mirim, a relação entre a população e o ambiente é marcada por evidências de sustentabilidade ambiental, haja vista o relativo equilíbrio da exploração e a manutenção do sistema, inserindo-se no contexto da, até mesmo pela falta de meios de

comercialização de excedentes.

Em nível regional, várias comunidades ainda mantêm relação recíproca com o ambiente, cujos modos de produção e sustento não se configuram como impactos negativos de grande magnitude ao ambiente, como é o caso da população residente na ilha Tauá-Mirim.

As preocupações difusas em relação ao ambiente dão lugar para a compreensão do conflito local entre setores sociais específicos, em torno do qual são geradas, sedimentadas e veiculadas ações e compreensões distintas associadas ao meio ambiente enquanto problema social (DAMASCENO, 2010).

O conflito socioambiental surge quando há grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, e quando pelo menos um dos grupos, tem a continuidade do desenvolvimento das formas sociais de apropriação do meio que ocupam ameaçadas por impactos indesejáveis decorrentes do exercício de práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004).

Assim, tendo em vista o exposto acima, a pesquisa teve como objetivo analisar a vulnerabilidade dos impactos socioambientais na ilha Tauá-Mirim frente às transformações ocorridas no ambiente após a instalação de grandes empreendimentos industriais como o do Distrito Industrial no Município de São Luís.

2. Metodologia

Visando alcançar os objetivos estabelecidos para a pesquisa, utilizou-se a orientação do método fenomenológico que possibilita a análise de uma área como um processo contínuo e sempre em construção, compreendendo os fenômenos ambientais e sociais recorrentes em seu espaço, tal como estes se apresentam.

Lakatos e Marconi (2003, p. 101) salientam que “tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente”. Considerando a temática aqui abordada, o método fenomenológico faz-se necessário por permitir uma análise integrada entre ambiente e sociedade, visto que a vulnerabilidade socioambiental se refere a essa relação e suas consequências.

Para elaboração da pesquisa foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise da bibliografia relacionada com o tema e a área da pesquisa; levantamento da documentação cartográfica e de sensoriamento remoto e jornadas de campo.

3. Localização da Área de Estudo

A ilha Tauá-Mirim está localizada no Estado do Maranhão, ao norte do Estado e ao Sudeste da Ilha do Maranhão, região Nordeste do Brasil. Integra, juntamente com outras comunidades, uma área com proposta de criação de uma Reserva Extrativista – RESEX, a ser intitulada Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

A área proposta para a Reserva abrange os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; engloba também parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,2 km (SANT'ANA JÚNIOR *et al*, 2009).

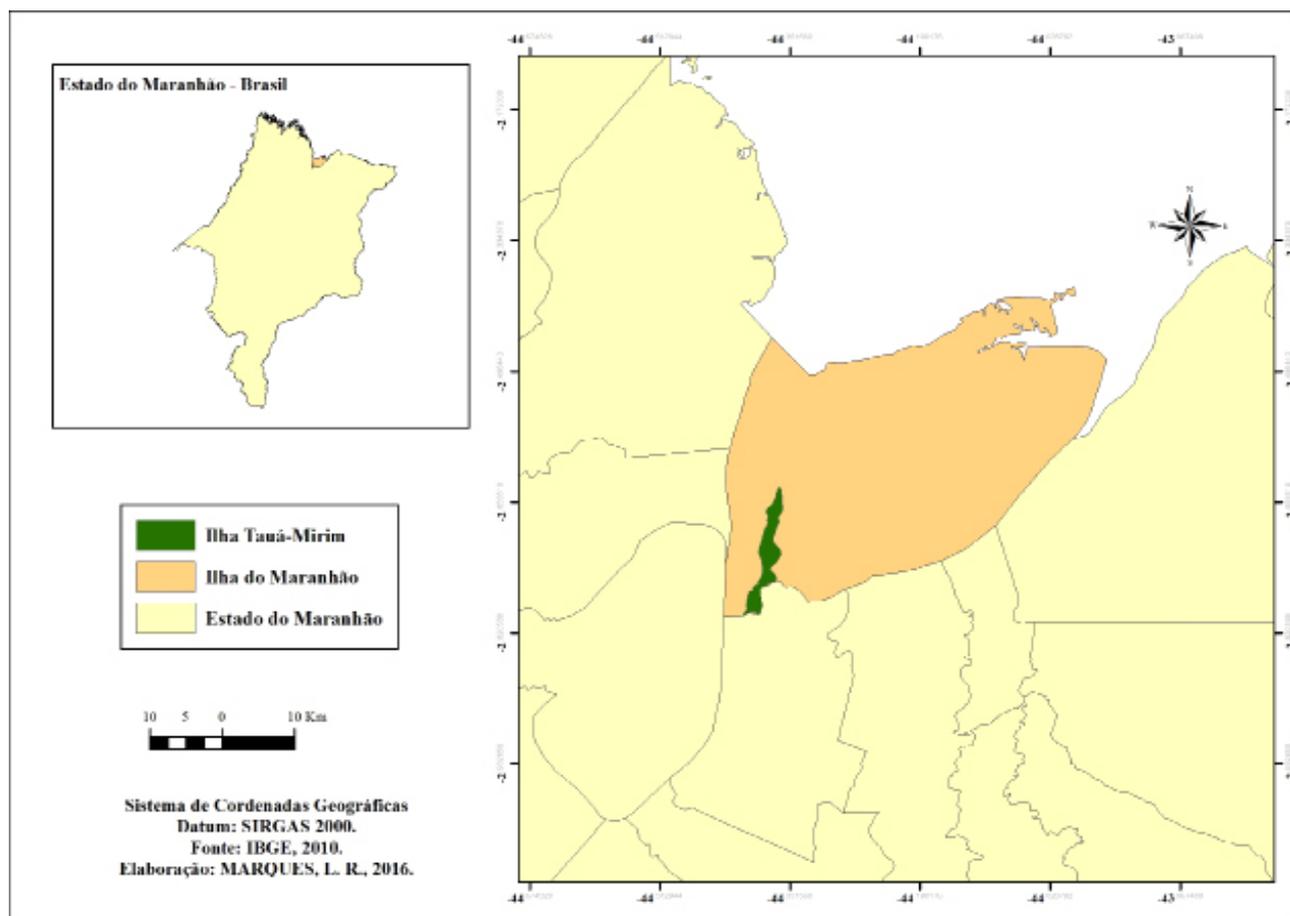


Figura 01: Localização da ilha Tauá-Mirim

Fonte: IBGE, 2010.

4. Resultados

4.1 Vulnerabilidade Socioambiental e População Tradicional

A incorporação do termo vulnerabilidade esteve durante muito tempo presente na discussão sobre riscos em geral, mas enquanto conceito é algo recente. A inclusão da variável ambiental na discussão ocorreu no final da década de 1980 e começo da década de 1990 com base no questionamento sobre a separação das esferas biofísica, social e econômica, concebendo-se a vulnerabilidade socioambiental como aquela que agrega os riscos sociais e ambientais e os direciona a determinados grupos (HOGAN, 2005).

Liverman (1986) *apud* Jacob e Francalanza (2013, p. 7) usa uma abordagem similar ao diferenciar dois aspectos da vulnerabilidade: a vulnerabilidade do espaço geográfico, atributo de uma área e das pessoas que residem, e a vulnerabilidade do espaço social, atributo de indivíduos ou grupos.

A vulnerabilidade pode ser entendida ainda, como a suscetibilidade, por parte do ser humano, a um perigo ou dano envolvendo um conjunto de fatores que pode diminuir ou aumentar o(s) risco(s) no qual o ser humano, individualmente ou em grupo, está exposto nas diversas situações da sua vida (BRAGA; OLIVEIRA; GIVISIEZ, 2006). Nesse contexto, o atual modelo de desenvolvimento caracteriza-se pela banalização do risco, haja vista que a produção incessante de riquezas

se atrela à produção de um número cada vez maior de contextos vulneráveis (GAMBA, 2011, p. 7).

Os processos de produção que caracterizam a modernidade, associados aos processos de urbanização e de metropolização cada vez mais intensos, têm potencializado os desastres, as catástrofes, os riscos e as vulnerabilidades (OLIVER-SMITH, 2004). Estudos realizados no Brasil sobre vulnerabilidade socioambiental demonstram que as populações com baixa renda se apresentam mais vulneráveis à absorção dos impactos como deslizamentos, enchentes etc., principalmente por disporem precariamente de acesso aos serviços básicos como saúde, educação e infraestrutura.

O Município de São Luís apresentou, nas últimas três décadas, o crescimento do setor industrial, favorecido pela riqueza do ambiente, pela localização geográfica e principalmente pela infraestrutura para escoamento da produção através Porto do Itaqui. A partir da década de 1970, foi implantada extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (Vale); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira (Foto 1) e da ALUMAR, a hidrelétrica de Estreito e a Termelétrica situada próxima do Porto do Itaqui. No entanto, o que se constata é que tais empreendimentos acarretam impactos negativos para o ambiente e para a população do entorno.

É sabido que o crescimento demográfico e o industrial demandam gestão e ordenamento territorial para que os impactos produzidos sejam evitados, controlados ou minimizados. Além do crescimento populacional e da especulação imobiliária, a chegada de empreendimentos industriais e suas respectivas implantações na ilha do Maranhão trouxeram consequências ambientais e sociais para as populações locais.



Foto 1. Vista Parcial do Complexo Portuário da Vale.

Fonte: Acervo da Pesquisa, 2014.

Há, também, os conflitos gerados entre as populações locais e os interesses dos empreendedores, que contam com o apoio do Estado. No caso da ilha Tauá-Mirim, a população local caracteriza-se como população tradicional (Fotos 2 e 3) que segundo a Instrução Normativa nº 01 de 18

de setembro de 2007 do ICMBio. Para Gaspar (2009 p. 115) são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (...).

A implantação do Distrito Industrial de São Luís iniciou o processo de degradação ambiental da área, com sérios prejuízos à população. O início do processo de atração das grandes empresas para o município se tornou um atrativo para mão de obra, com a instalação de empresas tanto de pequeno como de médio porte.



Foto 2. Vista parcial da entrada da comunidade do Taim, na ilha Tauá-Mirim.
Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Dentre as empresas instaladas na área podem ser destacadas: a fábrica de cerveja Ambev, matadouros, olarias e algumas empresas que se beneficiam da extração de recursos minerais, além do Distrito Industrial. Paralela e associadamente às grandes obras de infraestrutura foram instaladas, neste mesmo período, oito usinas de processamento de ferro gusa às margens da Estrada de Ferro Carajás, vinculadas a uma extensa rede de produção de carvão vegetal; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão (ALVES *et al.*, 2009 p. 205-224.).

Como impactos da instalação e operação dos citados empreendimentos no meio físico tem-se a retirada da cobertura vegetal, a ocorrência de erosão, contaminação da água e do solo pelos resíduos sólidos e líquidos, como os dejetos lançado *in natura* por frigoríficos da área; alteração da hidrodinâmica e da qualidade dos recursos hídricos; alteração ou destruição de habitats de animais marinhos e terrestres; diminuição da produtividade dos ecossistemas; deslocamento ou

perda da fauna além da destruição de áreas de preservação permanente.

Quanto aos impactos sobre a população local, tem-se: a perda de traços culturais; alteração ou perda de sítios arqueológicos; redução do território e da produtividade agrícola; aumento populacional; aumento da atividade comercial; aumento da demanda de serviços públicos; perturbação da vida comunitária; alteração dos modos de vida tradicionais, alteração das relações socio-culturais; limitação das opções de uso de solo dentre outros (CARVALHO, 2009, p. 50).

Concernentes aos portos são realizadas dragagens eventuais necessárias para manter a profundidade do canal devido ao grande calado dos navios, causando a diminuição ou a extinção de inúmeras espécies marítimas. Há grandes áreas de solos expostos, decorrentes de diversos tipos de atividades, tais como extração mineral, devastação da vegetação e a ocupação irregular do solo. As extrações expõem grandes áreas ao estado de degradação, modificando áreas de nascente e vales de rios, alterando os canais naturais dos mesmos e modificando a paisagem.

A ilha Tauá-Mirim e demais lugares que se localizam próximas às indústrias são as que mais sofrem com os impactos ambientais, visto que algumas áreas possuem o solo e a água poluídos pelos dejetos industriais, além da perda da fauna, problemas de saúde, principalmente respiratórios, diminuição da produção, principalmente da pesca que é a principal atividade econômica da ilha, além de mudanças na cultura de toda população que por anos vive e se reproduz de maneira particular e que atualmente está sendo prejudicada com alterações no ambiente local, ocorrendo à remoção de inúmeras famílias para outras áreas e com outras condições e modo de vida.

A dispersão dos gases expelidos de chaminés ganha maiores proporções devido à situação da ilha a sudoeste de algumas indústrias cujo particulado é transportado pelos ventos que seguem, predominantemente, a direção nordeste-sudoeste, causando poluição atmosférica.

A dispersão de materiais particulados, constituídos pelas partículas sólidas em suspensão na atmosfera pode provocar a degradação dos ecossistemas devido ao lançamento de inúmeras substâncias expelidas nos processos industriais, podendo ocasionar alterações no clima, além da diminuição da qualidade do ar, o que pode interferir diretamente na saúde da população, favorecendo o surgimento de problemas respiratórios, oculares, dentre outros de veiculação atmosférica.

5. Considerações Finais

Partindo da concepção de vulnerabilidade socioambiental, nota-se que a população da Ilha Tauá-Mirim encontra-se vulnerável frente ao desenvolvimento de atividades industriais na área, haja vista que são populações tradicionais e que apresentam uma relação de dependência com o ambiente.

A principal problemática quanto à instalação dos empreendimentos industriais refere-se ao modo como este é feito, pois os órgãos competentes não fiscalizam as empresas e estas usam o ambiente como meio, não apenas de produção e geração de riquezas, como também de descarte para dejetos industriais degradando o ambiente e prejudicando a população local.

As alterações ocorridas exigem uma atenção maior da comunidade por parte das autoridades competentes, pois os impactos produzidos afetam primeiramente e com mais intensidade os mais próximos de suas instalações. Porém, toda sociedade sofre direta ou indiretamente com isso, principalmente com o crescimento populacional no município de São Luis a partir do atrativo industrial, gerando áreas periféricas, aglomerados subnormais, dentre outros fatores, cuja infraestrutura municipal é ineficaz para atender.

Logo, se faz necessário que esse ambiente seja conservado, isso não significa que nele não poderá ter investimentos visando o desenvolvimento local, mas é necessário um planejamento

adequado, visando amenizar as consequências para o ambiente e sociedade, uma vez que toda alteração/modificação ambiental é impactante positiva ou negativamente, mas para isso é essencial que haja Estudos de Impactos Ambientais e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização, o que hodiernamente não é notado.

O processo de criação da RESEX ainda está em curso, na fase de audiências públicas e a disputa pelo uso do território está em curso, persistindo o conflito entre as comunidades e os empreendedores. As comunidades, por sua vez, têm lutado pela permanência das atuais relações que possuem com o ambiente e continuidade do seu modo de vida, com base na sustentabilidade ambiental.

A referida comunidade preserva os métodos tradicionais nas práticas extrativistas, uma vez que a pesca, agricultura e criação de pequenos animais constituem as principais atividades na Ilha, cuja prioridade é uma produção de subsistência.

O enfoque social se faz necessário si quisermos tratar da sustentabilidade em sua totalidade, tendo em vista que a conservação e preservação dos recursos naturais presentes na Ilha tem caráter relevante quando pensamos para benefício da sociedade atual, somado a preocupação com as gerações futuras.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume-Dumará, 2004.

ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, pp. 205 – 224. 2009.

CARVALHO, F. C. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no distrito industrial de São Luís – MA. In: SANT`ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (org). **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: Edufma. pp. 41- 60, 2009.

DAMASCENO, E. S. Análise de conflitos no processo de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte de 13 a 15 de setembro de 2010, Belém – PA. **Anais**. Belém, 2010.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.

GAMBA, C. **Avaliação da Vulnerabilidade Socioambiental do município de São Paulo ao Processo de Escorregamento**. Dissertação de Metrado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2011.

GASPAR, R. B. População tradicional: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In: SANT`ANA JÚNIOR, H. A. de; PEREIRA, M. de J. F.; ALVES, E. de J. P.; PEREIRA, C. R. A. (org). **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. – São Luís: Edufma, 2009. pp. 109-124, 2009.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 22(2), 323-338. 2005.

JACOB, A. Martins; FRACALANZA, A. P. Populações Vulneráveis e os mananciais de São Paulo: o enfrentamento da injustiça ambiental. In: 4º Encontro Internacional da Governança da Água: Segurança Hídrica e Vulnerabilidade. São Paulo. **Anais**. São Paulo, 2013.

MARCONI, M. D. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVER-SMITH, A. Theorizing vulnerability in a globalized world: a political ecological perspective. In: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. Bankoff, G., Frerks, G., & Hilhorst, D. (Eds.). **Mapping vulnerability: disasters, development, and people**. Routledge. 2004.